

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

Dom Delgado na Igreja de seu tempo (1963 – 1969)

Márcio de Souza Porto

Fortaleza/CE

NOVEMBRO/2007

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

DOM DELGADO NA IGREJA DE SEU TEMPO (1963 – 1969)

Márcio de Souza Porto

**Dissertação apresentada à
Coordenação do Programa de
Mestrado em História Social
da Universidade Federal do
Ceará, como requisito parcial
para a obtenção do título de
mestre, sob a orientação do
Prof. Dr. Francisco Régis
Lopes Ramos.**

FORTALEZA/CE

NOVEMBRO/2007

P882d PORTO, Márcio de Souza.
Dom Delgado na Igreja de seu tempo (1963-1969) / Márcio de Souza Porto. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Departamento de História / Programa de Pós-Graduação em História. 2007.
205 p.

Dissertação (Mestrado) em História Social – Universidade Federal do Ceará.

1. Igreja Católica – História – Ceará. 2. Catolicismo. 3. Ditadura de 1964. I. Título.

CDD: 282.09813

BANCA EXAMINADORA

Esta dissertação foi julgada e aprovada, em sua forma final, pelo orientador e membros da banca examinadora, composta pelos seguintes professores:

1- _____
Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos – UFC (Orientador)

2- _____
Profa. Dra. Sylvana Maria Brandão de Aguiar
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

3- _____
Profa. Dra. Adelaide Gonçalves
Universidade Federal do Ceará - UFC

Aprovada em 29 de novembro de 2007.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Ceará por possibilitar esta dissertação e por tornar cada vez mais sólidos os alicerces da produção e da democratização do conhecimento científico.

Ao orientador, professor Francisco Régis Lopes Ramos, pela lucidez dos caminhos sugeridos para a interpretação das teias de significados tecidas pela Igreja no Ceará, na década de 1960.

Aos professores do Mestrado em História Social com os quais tive o privilégio de conviver e dialogar durante o cumprimento dos créditos – Franck Ribard, Frederico de Castro Neves, Silvia Porto Alegre, Kênia Rios, Almir Leal, Gisafran Jucá, Eurípedes Funes, Régis Lopes, Meize Lucas e Adelaide Gonçalves.

À professora Adelaide Gonçalves (UFC) e Kênia Rios (UFC), membros da banca de qualificação, que realizaram uma leitura minuciosa do texto e sugeriram alterações imprescindíveis.

Aos funcionários do Departamento de História, à Sra. Regina Jucá e Silvia de Lima, da Secretaria do Mestrado que, com paciência e dedicação, tornaram menos angustiante este desafio.

Ao professor Ribamar Brandão, do Instituto de Teologia da Arquidiocese de Fortaleza, ex-secretário particular do Arcebispo de Fortaleza na década de 1960, Dom José de Medeiros Delgado, pela disponibilização de cópias dos escritos deste último na imprensa cearense, sem os quais este trabalho estaria incompleto.

À Dona Zefinha, arquivista da Sala de História Eclesiástica da Arquidiocese de Fortaleza, localizada no antigo Seminário da Prainha, por ter ajudado a recuperar informações sobre a CNBB no período aqui abordado, eterna gratidão.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro que tornou menos problemática a dedicação ao Programa de Pós-Graduação em História.

Aos colegas de Mestrado, Regina, Gláubia, Georgina, Henrique, Márcio Inácio, Tiago, Cíntia, Ana Quezado, Marla, Eltern, Adriana, Airton e Rodrigo, pelos diálogos enriquecedores.

Aos meus filhos Tiago e Filipe, algumas encruzilhadas do passado e a minha maneira de narrar a experiência de muitos que cantaram a necessária esperança.

À
SÍLVIA,

Companheira terrena,
Que nos momentos mais difíceis,
Jamais perdeu a ternura e deixou
De me incentivar

RESUMO

O recrudescimento da cultura política autoritária na década de 60 no Brasil coincidiu com a realização do Concílio Vaticano II (1962 – 1965), a mais importante reforma do catolicismo no século XX. O Concílio, ao tentar responder às problemáticas resultantes do pós-guerra, reformulou a doutrina da Igreja, aprovou novidades como padres operários, a missa em língua vernácula e privilegiou a participação dos leigos nas pastorais. Aqui buscamos problematizar as vicissitudes do catolicismo no Ceará na década de 1960, período de renovação do pensamento social cristão a partir da determinação da libertação social do pobre como imperativo teológico e ético. Tomando como referencial o episcopado de Dom José de Medeiros Delgado, nos interessa perceber os deslocamentos que foram se operacionalizando no catolicismo no Ceará, no recorte cronológico aqui estabelecido (1963 – 1969). Por um lado, interpretaremos como a Igreja foi alterando o seu perfil institucional, a sua imagem tradicional e, por outro, explicitaremos os condicionamentos históricos que possibilitaram uma maior articulação da Igreja com o universo social.

PALAVRAS-CHAVE: Igreja - Catolicismo – Ditadura de 1964.

RÉSUMÉ

La recrudescence de la culture politique autoritaire, dans les années soixante, au Brésil, a eu lieu en même temps que la réalisation du Concile Vatican II (1962 – 1965), la plus importante réforme du Catholicisme pendant ses deux mille ans d'existence. Le Concile, en essayant de répondre aux problèmes causés par le post-guerre, a réformé la doctrine de l'Église; a approuvé des nouveautés comme des prêtres-ouvriers, la messe en langue vernaculaire; et a favorisé les laïques dans les activités pastorales. Ici nous essayons de traiter des instabilités du Catholicisme dans le Ceará, Brésil, dans les années 1960, un temps de renouvellement de la pensée sociale chrétienne à partir de la détermination de libération sociale du pauvre comme impératif théologique et éthique. En prenant comme référence l'épiscopat de Dom José de Medeiros Delgado, nous avons l'intérêt de percevoir les déplacements qui sont produits dans le Catholicisme au Ceará, pendant la période que nous avons examinée (1963 – 1969). Nous allons interpréter comment l'Église a changé son profil, son image traditionnelle, et, en même temps, expliciter les facteurs historiques qui ont permis une plus grande articulation de l'Église avec l'univers social

Mots-clés: Église – Catholicisme – Dictature de 1964.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
 CAPÍTULO I: UM BISPO MARCADO PELO VATICANO II	
1.1. A CNBB e Vaticano II: mais na terra que no céu.....	19
1.2. Dom Delgado no Ceará: as ambigüidades de um pastor de almas.....	57
 CAPÍTULO II: EM TORNO DA EDUCAÇÃO	
2.1. Viver é lutar.....	100
2.2. O que fazer com o povo?.....	114
 CAPÍTULO III: A IGREJA DO CEARÁ E O ENDURECIMENTO DO REGIME MILITAR	
3.1. A Catedral, a ação pastoral e os padres.....	134
3.2. Acordos, contrastes e confrontos.....	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
FONTES.....	179
BIBLIOGRAFIA.....	183
ANEXO ICONOGRÁFICO.....	189

INTRODUÇÃO

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.

E. P. Thompson. A Miséria da Teoria ou um planetário de erros.

Nos inícios de março de 1918, o Seminário de João Pessoa recebia José de Medeiros Delgado, nascido no alto sertão paraibano, no município de Pombal, então com 14 anos. Em João Pessoa, ele concluiu os cursos de Humanidades e Filosofia aos vinte anos. Entre 1925 e 1927, cursou teologia na Universidade Gregoriana de Roma, como hóspede do Colégio Pio Brasileiro.¹ Retornou ao Brasil por questões de saúde e concluiu seus estudos em João Pessoa, no mesmo seminário onde havia iniciado sua preparação sacerdotal. Ordenou-se sacerdote em 1929 e doze anos depois foi eleito bispo de Caicó, no Rio Grande do Norte, pelo Papa Pio XII, onde exerceu as funções de prelado até janeiro de 1952. De Caicó, foi transferido para o Maranhão e tomou posse

¹ BRANDÃO, José Ribamar Fernandes. *A Verdade sobre Dom José de Medeiros Delgado, Arcebispo de Fortaleza*. Monografia apresentada como requisito para a conclusão do Curso de Especialização em Ciências da Religião. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 1999. 54 p.

na Arquidiocese de São Luís em fevereiro de 1952. Em São Luís, permaneceu até maio de 1963, quando então foi transferido para Fortaleza, onde exerceu a sua pastoral como arcebispo até abril de 1973, momento de sua renúncia ao governo episcopal do Ceará.

Conforme pesquisa de Brandão, Dom Delgado foi vítima, no Ceará, de incompreensões, calúnias e difamações, tanto por parte da direita, quanto por parte da esquerda, além de ter sido atacado por membros do próprio clero cearense que, “por razões contraditórias o tornaram uma figura polêmica, odiada, porque desconhecida e, portanto tida como inimiga”.²

Brandão, ao longo do único trabalho acadêmico sobre Dom José de Medeiros Delgado, do nosso conhecimento, “pretende resgatar uma ilustre figura do episcopado nacional que não se defendia nem se vangloriava, mas realçava e promovia os que estavam perto dele”,³ como deixa explícito no resumo de sua monografia. Este autor destaca na sua reflexão, a fascinação com a vida do seu biografado e que seu interesse maior é o de ilustrar a trajetória de um bispo incompreendido, caluniado e além de seu tempo. Os diversos subtítulos enumerados⁴ denotam uma abordagem em que os temas recortados pretendem apresentar Dom Delgado como um membro do clero brasileiro considerado a partir da exacerbação de suas atitudes como comportamentos modelos, num determinado momento da trajetória da Igreja no Ceará.

Ao relatar as ações/relações pastorais e político-administrativo-religiosas de Dom Delgado, Brandão as reapresenta de maneira a construir um discurso em que seu protagonista não é dotado de ambigüidades, que por ser de certo modo excepcional tomava sempre decisões “verdadeiras”, como resultantes da determinação unicamente pessoal de um homem iluminado e não contraditório.

Ao aceitarmos o desafio proposto pelo professor Dr. Régis Lopes, de desenvolver nossa dissertação, tendo como tema o episcopado de Dom José de Medeiros Delgado, no Ceará, algumas preocupações se impuseram de imediato. Em primeiro lugar, o cuidado de relacionar o episcopado de Dom José de Medeiros Delgado ao seu tempo, caracterizado por incertezas e por transformações, geradoras de simbologias, mitos e ritos. Nos pautamos por um horizonte

² BRANDÃO, José de Ribamar. Op. cit. 2.

³ Ibid. p. 3.

⁴ *Dom Delgado e o Clero* (p.4); *Dom Delgado e a Ovelha Perdida* (p. 9); *Dom Delgado e a Ação Católica* (p. 19); *Dom Delgado e a Classe Trabalhadora* (p. 21); *Dom Delgado e a Reforma Agrária* (p. 31). BRANDÃO, José Ribamar. Op.cit.

metodológico no qual o meio e a época não podem ser considerados de forma absoluta e rígida, ao ponto de negar a liberdade de movimento dos sujeitos históricos. Por um lado, trataremos do episcopado de Dom Delgado, buscando ver as peculiaridades da Igreja da qual foi contemporâneo. Por outro, não podemos esquecer o sentido histórico da nossa narrativa, tampouco deixar de mencionar a relação entre o trabalho eclesiástico que ele desenvolveu e os sujeitos históricos do seu tempo. Nesse sentido, serão encontrados, na presente dissertação, menos aspectos biográficos e mais, de forma explícita ou não, esforços de demonstrar que há uma singularidade na trajetória de Dom Delgado. Esta peculiaridade só pode ser compreendida relacionando-a com o horizonte de experiências e expectativas no qual transcorreu seu arcebispado.

Acreditamos que interpretar Dom Delgado na Igreja de seu tempo implica em saber de que Igreja se trata. Nesse sentido, é importante retroagir um pouco e fazer referências à Igreja Católica brasileira saída do pós-guerra, aberta ao novo horizonte político que se vislumbrava.

Em poucas palavras, o final da década de 1950 foi marcado, entre outras coisas, pelo início de novas relações entre religião e política, não só no Brasil, mas em toda a América Latina. O tecido religioso e político desse novo tempo passou a receber fibras originárias de dois eventos que se deram quase ao mesmo tempo: a eleição de João XXIII e a vitória da revolução cubana. Nesse contexto, a ação social católica sofreu um momento de inflexão, marcada em certa medida pelo processo de conscientização política, produzindo movimentos e propostas significativas para a mudança social.

Repensando a linha tradicional das obras sociais, a Igreja brasileira, sempre à luz do Evangelho, avança na sua consciência crítica e passa a introduzir, na sua teologia, elementos que apontam para um engajamento político mais sistemático. Um exemplo marcante dessa tendência havia sido dado no final do século XIX, em particular pelo padre redentorista Júlio Maria,⁵ de unir Igreja e povo. O novo esquema da ação social católica é fruto de uma prática evangélica construída a partir do confronto das situações de injustiça a que eram submetidos os trabalhadores – especialmente os camponeses – e os pobres, com a palavra de Deus. Um terceiro elemento bastante característico dos movimentos sociais católicos dos anos de 1950 até meados da década de 1960

⁵ Júlio Maria, pseud. de Júlio César de Moraes Carneiro, padre. *A Igreja e o povo*. In: “A Igreja e a República”. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1981. (Biblioteca do Pensamento Político Republicano. v. 9).

foi a dimensão comunitária de planos de ação e programas pastorais. Jovelina Santos, em estudo que aborda as organizações circunistas no Ceará, no período compreendido entre 1915 e 1963, ressalta que:

Os estudos sobre a organização circunista vêm sobremaneira, contribuindo para a constituição de um campo de pesquisa relevante para a compreensão do universo do trabalho no Brasil e do catolicismo social como elemento significativo na construção de um projeto político-cultural, formulado pela hierarquia eclesiástica em conjunto com os intelectuais católicos atendendo às especificidades locais, para responder aos desafios da modernidade, em particular a questão social.⁶

Fatores diversos contribuíram para que houvesse um deslocamento nas preocupações do catolicismo durante a década de 1950, que vão desde o pensamento de Jacques Maritain, dos teólogos europeus Henri de Lubac, Yves Congar, do movimento de Economia e Humanismo do padre Lebreton,⁷ até a matriz filosófica do personalismo de Emmanuel Mounier. As correntes teológicas francesas desenvolveram reflexões críticas anticapitalistas e influenciaram sobremaneira o catolicismo brasileiro dos anos 50 e 60.

Oscar Beozzo⁸ afirma que foi João XXIII quem, em seu discurso ao Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), em novembro de 1958, insistiu para que a Igreja latino-americana introduzisse um plano de ação mais realista a fim de enfrentar os novos tempos. Para Beozzo, isso fez com que a Igreja passasse a abordar elementos novos e dinâmicos. A preocupação fundamental de João XXIII era a revolução cubana, considerada pela Cúria romana um perigo para as repúblicas latino-americanas e um indício de avanço do “comunismo ateu” no continente. Para a Igreja brasileira, a convocação do Pontífice favoreceu o desenvolvimento de um plano pastoral já desejado pelo secretariado da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), desde a época

⁶ SANTOS, Jovelina Silva. *Círculos Operários no Ceará: instruindo, educando, orientando e moralizando (1915 – 1963)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Federal do Ceará, 2004.

⁷ DELGADO, Lucília de Almeida Neves e PASSOS, Mauro. *Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)*, In: *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (Orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; v. 4). p. 101.

⁸ BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1993. p. 38.

de sua criação em 1952, cujo secretário era Dom Helder Camara. Portanto, o Plano de Emergência, insistência pessoal de João XXIII, possibilitou à CNBB o embrião de uma regionalização de suas estruturas e a legitimação de experiências articuladas em algumas regiões, como no caso do Nordeste.

Um dos exemplos significativos da ação social da Igreja na região nordestina foi o chamado *Movimento de Natal*, que apesar de atingir o ápice entre 1960 e 1964, tem suas origens nos primeiros anos da década de 1950. Suas primeiras ações foram motivadas no seio de uma prática de ajuda aos flagelados das secas e, com a eleição de Dom Eugênio Sales para Bispo Auxiliar de Natal, em 1954, terão um tratamento mais sistemático e mais amplo.⁹

A cidade de Natal passou a contar no seu espaço urbano com uma rede de postos assistenciais nos setores de saúde e educação para atendimento aos mais pobres. Desde 1949, o Rio Grande do Norte dispunha do SAR – Serviço de Assistência Rural – que cobria as extensões desamparadas do sertão, através das escolas radiofônicas que se tornariam o ponto-chave da promoção do homem do campo, nos vários níveis da educação de base. Sem esquecer a *Escola de Serviço Social* e o *Centro de Treinamento de Líderes*, que atuavam desde 1945 na área de formação dos recursos humanos que seriam tecnicamente responsáveis pelas ações implementadas pelo Movimento.

No primeiro capítulo da nossa dissertação, intitulado *Um bispo marcado pelo Vaticano II*, tentaremos delimitar o quanto o Concílio, considerado como o mais importante evento eclesial do século XX, foi significativo na definição das posições e das ações pastorais assumidas pelo Arcebispo de Fortaleza na década de 1960.

Dividiremos o capítulo I em dois itens. Ao longo do primeiro, intitulado *A CNBB e o Vaticano II: mais na terra que no céu*, consideramos indispensável relacionar a CNBB ao Vaticano II. Neste, é pertinente interpretar o quanto o anúncio e a realização do Concílio provocou por todo

⁹ Conforme o padre Tiago Cloin: “o *Movimento de Natal* foi uma ação conjugada de evangelização e de ação social de grande envergadura em extensão e profundidade. Movimento cristão integral, abrangendo no setor de evangelização os movimentos catequéticos e de ensino religioso, bíblico e litúrgico, de renovação do ministério sacerdotal, de vocações sacerdotais e religiosas; no setor de ação social, os movimentos de educação de base através de escolas radiofônicas, de ensino médio, de sindicalização, artesanato, cooperativismo, treinamento de líderes, maternidades, centros sociais, clubes agrícolas, migração interna, imprensa e rádio”. In: *Uma Evangelização em extensão e profundidade: O Movimento de Natal*. REVISTA DA CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL. Rio de Janeiro, n.º. VIII, julho de 1962. p. 449.

o mundo excitações e indagações. Se, por um lado, deixou perplexos os cardeais presentes, por outro, levantou na opinião pública mundial, católica e laica, ondas de esperança e otimismo. No decorrer da realização do Vaticano II, um termo acabou caracterizando esse evento eclesial: *aggiornamento*. Numa melhor aproximação do português: “atualização”. É possível afirmar que a Igreja brasileira antecipou o Concílio, no sentido de que suas problemáticas eram vivenciadas colegialmente desde 1952, época da criação da CNBB? Qual teria sido o papel da única Igreja Católica portadora de uma experiência de colegialidade entre seu episcopado durante o Concílio? Com este objetivo, nos preocuparemos em refletir sobre em que dimensões a Igreja brasileira, via CNBB, influenciou e foi influenciada pelo Vaticano II. Procuraremos evitar as análises exageradamente personalistas da história da Igreja do Brasil, questionando alguns posicionamentos que chegam a afirmar:

A CNBB foi uma das primeiras entre as 84 conferências episcopais que existem atualmente no mundo. Fundada em 17 de outubro de 1952, é obra de dois homens que, apesar dos seus caracteres diametralmente opostos, se identificam sempre na lealdade que devotam à mesma instituição: o antigo auxiliar do arcebispo do Rio de Janeiro, Helder Camara, e o antigo secretário de Estado de Pio XII, Giovanni Battista Montini, Paulo VI.¹⁰

Não queremos negar a importância de Dom Helder Camara para a instituição da CNBB, inclusive antecipando-se em quase dez anos a um dos temas mais caros ao Vaticano II, qual seja, o da colegialidade dos prelados da Igreja Católica no mundo moderno. Nem tampouco é nosso objetivo negar que as relações de amizade entre Dom Helder e o então Secretário de Estado do Vaticano foram decisivas para que a Igreja Romana legitimasse a CNBB. Acreditamos que uma interpretação histórica precisa reconhecer que outros bispos, principalmente do Nordeste do Brasil, eram favoráveis à sua instituição, apesar de a conceberem sob diferentes vieses. Nesse sentido é Bruneau quem chama atenção para o fato de que, para compreendermos a CNBB, entre 1952, época de sua criação, e 1964, devemos atentar para as nuances de sua trajetória, uma vez que:

¹⁰ ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979. p. 63.

D. Helder foi, nesse período que estamos estudando, a força propulsora da organização, mas não agia sozinho. Na realidade, a CNBB era a conferência de toda a hierarquia, embora, como acontece em qualquer grupo, houvesse umas poucas pessoas mais ativas e mais interessadas do que a maioria. A partir de entrevistas com bispos e sacerdotes, da leitura de livros, da análise de conteúdo do órgão da CNBB, *Comunicado Mensal*, e de outras fontes, compilei uma lista de oito outros bispos que compunham o primeiro grupo da CNBB.¹¹

Entre estes oito, estava Dom Delgado. Qual o sentido que, para ele, teria o aprofundamento da troca de experiências entre a hierarquia da Igreja e o Concílio Vaticano II? Quais seriam, na sua concepção, as principais funções da Conferência Nacional? Cuidar simplesmente das questões teológicas ou voltar-se, também, para as necessidades cotidianas de seres humanos inseridos em uma realidade preñe de desigualdades sociais? Para pensar sobre estas e outras questões, entendemos que se torna fundamental, entre outras coisas, abordar a visão de Dom Delgado no que tange às relações entre a hierarquia da Igreja e a diversidade do laicato. Aqui é deveras pertinente delimitarmos como o então arcebispo de Fortaleza se debruçou na tarefa de promover uma revisão nas relações entre os leigos e a Igreja, a partir da convocação que fez ao laicato cearense a fim de “iniciar a caminhada de renovação pastoral de cada uma de nossas paróquias, debaixo das vistas do Conselho Arquidiocesano da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em Fortaleza”.¹² Como presidente do referido Conselho, Dom Delgado articulou os vicentinos, os membros dos Círculos Operários Católicos, os conselhos paroquiais assistidos pelos vigários e os diversos setores engajados na Ação Católica Especializada.

No segundo item do primeiro capítulo, *Dom Delgado no Ceará: as ambigüidades de um pastor de almas*, refletiremos sobre algumas especificidades do episcopado de Dom Delgado no Ceará. Nele consideramos importante explicitar o sentido da sua pastoral. Consultaremos como fontes principais artigos escritos por Dom Delgado nos jornais *O Nordeste*, *O Povo*, *Tribuna do Ceará*, *Gazeta de Notícias*, *Correio do Ceará*, *Unitário* e *A Fortaleza*. Nestes, o então Arcebispo

¹¹ BRUNEAU, Thomas. *Catolicismo Brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974. p. 197.

¹² Dom José de Medeiros Delgado. Circular nº 1 do Governo do Arcebispo de Fortaleza. Fortaleza. *Jornal O Nordeste*, de 8/05/ 1964.

de Fortaleza tratava de uma diversidade de temas, tais como: colegialidade dos Bispos, reforma agrária, golpe de 1964, mensagens aos trabalhadores, Ação Católica Brasileira, impressões sobre o Presidente Castelo Branco, Pecuária, “fenômeno dos cabeludos”, Miguel Arraes, Ação Católica Operária, JUC, música popular, Canindé e Celibato.¹³

No item referido não poderemos nos furtar a fazer uma interpretação da Fundação Agrícola Papa João XXIII, cujo projeto de criação foi anunciado por Dom Delgado já em 1963,¹⁴ quando retornava das primeiras sessões do Vaticano II. Numa entrevista ao Jornal *A Fortaleza*, anuncia a Fundação João XXIII como plano-piloto de reforma agrária da Igreja no Ceará. De qual reforma agrária falava Dom Delgado? Tratava-se de um projeto monitorado pela Igreja em consonância com o Estado? Em que este era diferente dos projetos de reforma agrária capitaneada pelas Ligas Camponesas ou defendida pelos sindicatos rurais e demais forças políticas atuantes até a queda do governo João Goulart? Que sentido tinha para o Arcebispo de Fortaleza, uma instituição voltada principalmente para o trabalho cooperativista e administrada por clérigos e leigos? O arcebispo dizia que a queria “sob os ombros dos mais pequeninos” e que conquistasse a confiança de pequenos artesãos e lavradores, caso contrário não haveria realizado sua missão. A criação da Fundação João XXIII foi uma das formas de Dom Delgado perceber que o catolicismo estava sofrendo uma mudança de lugar? Teria sido a proposta da Fundação a forma vislumbrada por Dom Delgado de intensificar, na década de 1960, o diálogo entre catolicismo e sociedade?

No capítulo II com o título de *Em torno da educação*, tentaremos fazer uma interpretação das relações entre a Igreja e a educação, através dos posicionamentos de Dom José de Medeiros Delgado sobre o Movimento de Educação de Base (MEB). Os primeiros indícios de nossa investigação nos permitem afirmar que as questões que envolveram a temática acirraram os ânimos, delimitaram os discursos, abriram debates acalorados entre a Igreja e a sociedade. Debates que exigiram tomadas de posições, tanto dos clérigos quanto dos leigos naquele período de nosso

¹³ Perpassando todos estes assuntos estava o horizonte do vaticano II, para um bispo que o entendia a partir da dimensão de que: “O Concílio Vaticano II levará mais de três décadas, os últimos anos do século XX, para popularizar sua doutrinação evangélica, adaptada aos atuais tempos. Não importarão as oposições que encontrar. Estas apressarão o aprofundamento das raízes dos seus ensinamentos. Vimo-lo em pleno desenrolar dos trabalhos conciliares. Os opositores ofereceram vigor à inteligência dos padres conciliares, fortaleceram-lhes as vontades e contribuíram para a frutificação exuberante das graças do Divino Espírito Santo. Digo isto para a tranqüilidade dos que entre nós, no Brasil e em Fortaleza, tiverem medo de reações por ventura surgidas em nossa própria casa”. Dom José de Medeiros Delgado. *Conversas Avulsas*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 27 de dezembro de 1964.

¹⁴ Fortaleza. Jornal **A Fortaleza**, 22 de dezembro de 1963.

corde cronológico (1963 – 1969). Várias foram as polêmicas estabelecidas, como, por exemplo, com o jornalista Temístocles de Castro e Silva, do jornal Correio do Ceará, e o escritor Eduardo Campos.

O segundo capítulo foi dividido em dois tópicos. O primeiro, *Viver é lutar*, é um esforço de demonstrar algumas problemáticas que foram vivenciadas pelo episcopado cearense, a partir da instituição do golpe militar de 1964, particularmente no âmbito de uma das mais ricas experiências educacionais da Igreja católica brasileira, desenvolvida desde o início dos anos de 1960: O Movimento de Educação de Base (MEB). Nasceu de uma parceria entre CNBB e Governo Federal, em 1961, e até 1964, foi instituído em 14 estados do país. O MEB não se restringia a uma mera proposta de alfabetização, sendo que a educação de base, tal com era concebida, implicava uma dimensão social, política e cultural, orientada para mudanças sociais e a formação integral da pessoa humana. Nesse sentido, é possível pensar o MEB, também, como ação política que se inscreveu de certo modo entre as divisões comuns entre teoria e prática política. Sua orientação, portanto, circunscreve uma articulação entre ação e reflexão, exigindo que conteúdos e formas educacionais sejam múltiplos e atendam às diversas demandas.

No segundo item do segundo capítulo, *O que fazer com o povo?*, busca-se analisar as especificidades do compromisso dos militantes católicos do Ceará, com apoio da Igreja, com a educação popular. Tratava-se de uma radicalização para inventar uma cultura político-religiosa de inspiração especificamente brasileira. Nesta trajetória, a Igreja de Crateús (CE), sob o episcopado de Dom Antonio Batista Fragoso, representou uma mudança de perspectiva, utilizando o método do “*ver, julgar e agir*”¹⁵ rompeu com a tradição predominante no interior das Igrejas cristãs em relação ao campo educacional, concebido essencialmente como instrumento de propagação doutrinária e espaço de assistencialismo. Por outro lado, ao desenvolver este tópico, não poderíamos deixar de refletir sobre a Juventude Universitária Católica (JUC), cujos quadros se engajaram no MEB, durante os seus primeiros anos de existência, contribuindo para a elaboração de práticas sociais voltadas para a libertação dos pobres, numa perspectiva periférica do sistema

¹⁵ O método “*ver, julgar e agir*” foi utilizado de forma criativa pelos católicos brasileiros para enfrentar os problemas sociais. Desenvolvido pelo padre Belga José Cardjin, ensinava “partir da realidade em que os leigos estão inseridos (*ver*); analisar esta realidade à luz da fé (*julgar*); agir em sentido transformador desta realidade (*agir*)”. Ainda hoje a Pastoral da Juventude utiliza este método.

capitalista mundial. O resultado crítico desta guinada da JUC foi a rejeição das idéias que marcavam a posição reformista da hierarquia da Igreja, com sua ênfase na cooperação entre as classes e no apelo ao paternalismo caritativo das classes dominantes no Brasil.

O terceiro e último capítulo de nossa dissertação é denominado *A Igreja do Ceará e o endurecimento do regime militar*. Neste, pretende-se, a partir do episcopado de Dom Delgado, interpretar como no Ceará, as tensões entre Igreja e ditadura militar foram crescendo, proporcionalmente à perseguição de agentes históricos, clérigos e leigos, da desmobilização dos sindicatos, e a Igreja foi assumindo o lugar de mediadora entre sociedade e estado. Nossa abordagem pretende indicar as formas adotadas por uma parte do clero cearense para questionar a concepção tradicional de Igreja, na transformação de sua pastoral e a adoção de uma sensibilidade social, em particular a Igreja de Crateús. Ou seja, numa conjuntura política marcada pelo arbítrio e pela repressão, indicaremos como a Igreja passou a dialogar mais com a sociedade civil e a problematizar os desafios da realidade brasileira. O fio condutor deste terceiro capítulo é o que denomino de “colegialidade de uma Igreja nordestina”, construída em torno da amizade entre Dom Delgado, Dom Helder e Dom Fragoso.

O último capítulo está dividido em dois itens. No primeiro, com o título de *A Catedral, a ação pastoral e os padres*, refletiremos sobre determinadas especificidades do episcopado de Dom José de Medeiros Delgado a partir do ano de 1968. Este se presta a inúmeras interpretações e comentários, e é geralmente visto como uma espécie de data-limite, em que o sonho e o pesadelo figuravam simultaneamente no cardápio cotidiano. Multiplicavam-se os protestos contra o governo e as passeatas temperadas com gás lacrimogêneo. Estudantes enfrentavam a polícia com bolas de gude. A radicalização estava em marcha e o confronto final se anunciava no horizonte sem que ninguém arredasse o pé de suas convicções. Padres enfrentam militares pela primeira vez. A cena aberta encobre o processo de radicalização crescente entre as partes políticas. Aparentemente havia um equilíbrio de forças, mas em momento algum, os movimentos de oposição chegaram a colocar o Estado autoritário em situação de perigo real, o que permite considerar que houve uma desproporção entre as ameaças de subversão e o sistema de repressão instalado a partir do Ato Institucional nº 5.

O Arcebispo de Fortaleza, nesta conjuntura, volta-se para dentro da Igreja, com alguns propósitos definidos. De um lado, tratava-se de consolidar o Estado do Ceará como um lugar de hegemonia do catolicismo e, neste sentido, explicitava como imprescindível dar continuidade e aceleração aos trabalhos de construção da Catedral de Fortaleza, que já vinham se prolongando por trinta anos. Por outro, elaborou estudos de compreensão do clero, nos quais afloravam as angústias, as contradições, as frustrações e expectativas dos padres do Ceará. Elaborou pesquisas que lhe permitissem ouvir os padres sobre as tensões com a hierarquia, sobre os obstáculos que deveriam ser superados para a realização das ações pastorais e o que levava o clero do Ceará a se dedicar a outras atividades, principalmente ao magistério.

No segundo tópico do terceiro capítulo, *Acordos, contrastes e confrontos*, nos pareceu fundamental procurar as posições assumidas pelo então Arcebispo de Fortaleza, após o golpe de 1964, mediante as perseguições sofridas pelos participantes dos movimentos católicos progressistas, os processos e prisões sofridas pelos membros da Ação Católica Brasileira (ACB), dos Sindicatos Rurais e do MEB no Ceará. Através das pesquisas nos jornais anteriormente indicados, tentaremos mapear a trajetória da Igreja local, notadamente a partir de 1968, quando o regime demonstrou sua face mais obscura, fechando o Congresso Nacional, perseguindo, prendendo, torturando e dizimando seus opositores, inclusive os da Igreja.

No início do último tópico deste trabalho, são recuperados alguns momentos em que aparecem as posições ideológicas favoráveis ao fechamento do regime, através da imprensa do Ceará, legitimando a intolerância em relação aos movimentos sociais progressistas, religiosos ou laicos. Neste processo, narro um pouco da experiência da Igreja de Crateús e seu encaminhamento por outra via, a evangelização dos pobres. A Igreja de Crateús foi pensada como uma rede de comunidades, realizando uma eclesiologia da comunhão, através da formação de pessoal, de semanas catequéticas, cursos, palestras e orientação sindical.

Dom Delgado conhecia Dom Fragozo desde os tempos em que este último fora seminarista em João Pessoa (PB).¹⁶ Em depoimento sobre o então bispo de Crateús,¹⁷ Dom

¹⁶ MONTENEGRO, Antônio Torres. *Arquiteto da Memória: nas trilhas dos sertões de Crateús*. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). "A Escrita de Si, Escrita da História". Rio de Janeiro: Editora FVG, 2004. p. 309 – 33.

¹⁷ *Dom José Delgado se solidariza com Dom Antônio Fragozo*. Datilografado, s/d. Sala de História Eclesiástica da Arquidiocese de Fortaleza (SHEAF).

Delgado relata que foi buscá-lo quando era professor do Seminário da Paraíba e conseguiu sua nomeação como seu bispo auxiliar no Maranhão. Trabalharam juntos durante seis anos. Dom Delgado foi transferido para Fortaleza em 1963 e Dom Fragoso permaneceu como Arcebispo do Maranhão até a nomeação de Dom José da Mota e Albuquerque para São Luís e do primeiro para a diocese de Crateús. Para Dom Delgado, Dom Fragoso era, antes de tudo, um homem: “não sabe esconder o que sente e sente com profundidade os problemas humanos e sociais”.¹⁸ Na Paraíba, Dom Fragoso esteve na coordenação dos trabalhos da Juventude Operária Católica por 12 anos, talvez, de acordo com Dom Delgado, por isso tenha se tornado cada dia um dos prelados mais radicais na dedicação à libertação dos pobres.

Estabelecer como fontes principais da dissertação ora apresentada a imprensa escrita no Ceará, na década de 1960, em especial durante o período de consolidação do estado autoritário no Brasil após o golpe civil-militar de 1964 exige algumas questões. Os jornais cearenses apoiavam abertamente a ditadura militar, como no caso dos Diários Associados e do jornal O Povo. Até o AI – 5, a censura oficial inaugurada pelo regime militar em 1964 era política e visava também à moral e os bons costumes. Era exercida pelo Departamento Federal de Segurança Pública do Ministério da Justiça, por meio de sua Divisão de Censura das Diversões Públicas. Este departamento atuava mais na área de espetáculos musicais, teatrais, radiofônicos, cinematográficos e televisivos, porém não diretamente na área jornalística.¹⁹

Maria Aparecida de Aquino,²⁰ ao estudar o regime militar e suas relações com a imprensa no Brasil, entre os anos de 1968 e 1978, compreende que os militares tiveram ampla preocupação com o setor de informações. O aparato repressivo do Estado visava exercer uma vigilância sobre todos os setores da sociedade, por meio de vários órgãos que puniam idéias e atos contrários ao regime. Paralelamente, o controle se fez sobre a informação dirigida aos cidadãos, sendo que:

¹⁸ Ibid

¹⁹ OLIVEIRA, Gil Vicente Vaz. *Fotojornalismo Subversivo: 1968 revisto pelas lentes do Correio da manhã*. In: ACERVO: REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL. V. 11, n. 1-2 (jan./dez. 1998). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. p 117 – 135.

²⁰ AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968 – 1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

O autoritarismo é algo que deve ser analisado no plano da longa duração histórica. Se, institucionalmente, ele pode ser definido em marcos cronológicos rígidos, socialmente, ele tende a proliferar seus tentáculos ramificando-se por todo o tecido social, apresentando grandes dificuldades de desativação mesmo após encerrada a sua fase institucional. Entretanto, momentos de autoritarismo estatal explícito (caso do regime militar brasileiro recente) acarretam novas heranças autoritárias para a sociedade, tornando cada vez mais complexa, a democratização das relações sociais. Entre o plano institucional (macro) e o social (micro) estabelece-se uma urdida trama de mútua alimentação e recíproca dependência.²¹

Virgínia Tavares, em obra publicada em 1997, explicita que, no bojo das relações entre Igreja e Imprensa no Brasil, em corte cronológico que abrange os anos de 1950 a 1975, é pertinente a dimensão de que:

A crítica da grande imprensa às idéias nacionalistas de Dom Helder, no contexto do ano de 1965, significava um embate entre duas forças, onde os jornais parecem agora representar a voz das forças coligadas do Brasil, responsáveis pela deposição do governo Goulart. (...) Dom Helder e os bispos do Nordeste foram elementos da política daquele momento, e enquanto opositores são pressionados a silenciarem no âmbito da grande imprensa.²²

Segundo essa interpretação, a partir dos posicionamentos de Dom Helder, a grande imprensa e a sociedade brasileira se voltam mais para os discursos e as práticas do episcopado do Nordeste. Em outras palavras, notadamente a partir do ano de 1966, essa atenção da imprensa recrudescer à medida que os bispos da região insistiam em ocupar espaços na imprensa para divulgar as suas leituras sobre os problemas nacionais e regionais. Indício dessas afirmações se verifica quando os bispos do Nordeste apóiam, por meio da imprensa, a manifestação da Ação Católica Operária (ACO) na região, no ano de 1966.

²¹ Ibid. p. 17.

²² SILVA, Virgínia Tavares da. *A Revolta do rebanho de Cristo: o progressismo católico e a imprensa no Brasil (1950 – 1975)*. Fortaleza: EUFC, 1997. p. 86 – 87.

As fontes não publicadas utilizadas no presente trabalho, que estão sob custódia da Sala de História Eclesiástica da Arquidiocese de Fortaleza, foram de fundamental importância para a elaboração dos capítulos. As referências contidas nestes documentos sobre o Vaticano II permitiram perceber o sentido de renovação que se instituiu após o seu término em 1965. Ao mesmo tempo, os comunicados internos da CNBB contribuíram para uma melhor compreensão do que a hierarquia da Igreja entendia como problemas do mundo moderno, que atingiam os clérigos e leigos e as alternativas pastorais apontadas na resolução dos mesmos.

Os documentos conhecidos genericamente como do Acervo do Dops, do setor de Documentos Sigilosos do Arquivo Público do Estado do Ceará, tornaram mais claras as práticas políticas dos órgãos do chamado aparato repressivo existentes no Ceará, entre 1963 e 1969. Embora com particularidades em cada estado e em alguns casos recebessem denominações diferentes, a mesma alcunha unificadora identificou aqueles órgãos e as suas funções eram sempre as mesmas. Estavam, fundamentalmente, à disposição dos governos quando estes decidissem vigiar e/ou aprisionar certos indivíduos, combater determinados comportamentos e estigmatizar grupos inteiros, tidos como “nocivos” e perigosos para a ordem pública e a segurança nacional.

Alguns autores situam, entre 1974 e 1982, o período em que a Igreja brasileira se constituiu como a mais progressista do mundo, a partir da intensificação de seus compromissos com a justiça social e com os pobres, estabelecendo mudanças das estruturas eclesiais e das práticas pastorais concentradas nas Comunidades Eclesiais de Base.²³ Outros, corrigem este posicionamento,²⁴ afirmando que as CEBs, surgiram no Brasil já na década de 60, como prática pastoral de Dom Agnello Rossi, então bispo de Volta Redonda, Rio de Janeiro e de Dom Eugênio Sales, em Natal, Rio Grande do Norte. Essa transformação da cultura católica no Brasil, não pode ser compreendida, como bem ressalta de Decca,²⁵ homogeneizando-se as práticas sociais de agentes diferentes. Quanto mais trajetórias locais e regionais forem historicizadas, maiores serão as possibilidades de compreensão das escolhas e das transformações da Igreja no Brasil.

²³ Ver MAINWARING, Scott. Op. cit. p 169 – 207.

²⁴ BETTO, Frei. *Comunidades Eclesiais de Base e Educação Popular*. In: “Movimento Popular, Política e Religião”. FLEURI, Reinaldo Matias (org.). São Paulo: Edições Loyola, 1985. p. 27 – 40.

²⁵ DE DECCA, Edgar Salvadori. *1930, o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 33.

Ao abordarmos, em nossa dissertação, o episcopado de Dom José de Medeiros Delgado no Ceará, em corte cronológico que abrange os anos de 1963 a 1969, o fizemos com a preocupação de ampliar a compreensão da história da Igreja. Nesse sentido, considero a história da Igreja do Ceará no período aqui relatado, como um espaço em que as doutrinas católicas se imbricaram com um repertório de fatos sociais, que geraram ambivalências e conflitos, recuos e negociações por parte de sujeitos históricos determinados. Assim sendo, as experiências pastorais encetadas por Dom Delgado revelam um membro da hierarquia da Igreja que acreditava na possibilidade de construção de uma “quarta via”, alternativa aos campos políticos estabelecidos pela direita, esquerda e centro da polarização causada pelo clima ideológico da Guerra Fria.

Nessa perspectiva, é possível dizer que Dom Delgado vivenciou possibilidades de negociação de instâncias contraditórias e antagônicas, construindo um discurso de diálogo entre a Igreja e o regime militar. Esta dimensão fica mais clara na transcrição de parte de um artigo que escreveu para o jornal católico *O Nordeste*, após um ano de vigência do regime de exceção no Brasil. Nas suas palavras:

Desde a primeira hora da revolução houve por toda parte um empenho diabólico em criar incompatibilidades entre o clero e os revolucionários. Sem excetuar Fortaleza, a imprensa refletiu tal tendência. As notícias disseram claramente haver propósito determinado de alguns em aproveitar o clima da revolução para difamar sacerdotes e leigos. Os próprios bispos foram tratados aqui, ali e acolá com leviandade. Nada disto, entretanto, deu ocasião a orgulhosas atitudes da parte da Igreja. Elementos de proa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil reunidos no Rio estiveram com o Presidente Castelo, oferecendo-lhe dados concretos a respeito do estranho fenômeno. O Presidente Castelo, imediatamente, se comunicou com o Exmo. Ministro da Justiça e com altos Comandos Militares, determinando medidas de prudência exigidas pelo bem da comunidade nacional neste particular. Dali por diante tudo correu com maior serenidade. Estou ciente, por exemplo, de umas atitudes exageradas de um dos comandos militares em certa área político-militar muito explosiva, mas não acredito que venham a ter maiores efeitos. Chega-nos pela imprensa ultimamente notícia de que classificaram o Exmo. Sr. Arcebispo de Brasília, Dom José Newton de Almeida, homem de uma conduta irrepreensível, cidadão de um valor indiscutível, prelado de serenidade acima do

comum, como suspeito de subversão. Custa crer que a um ano dos acontecimentos de 31 de março, ainda haja elementos capazes de, em comissões oficiais, em nome da Pátria, trabalhando pela ordem, venham a cometer a injustiça de atitudes desta natureza contra um dignatário eclesiástico da altura moral do Exmo. Sr. Arcebispo de Brasília. Não tenho a menor dúvida em proclamar a incorreção de um tal procedimento, julgando-o tal em nome da honra, da dignidade e do patriotismo dos responsáveis pela revolução de março, máxime em nome das Forças Armadas. Declarando-me desta maneira sobre o assunto, quero oferecer de público, por mim e pela Arquidiocese de Fortaleza, plena solidariedade ao Sr. Arcebispo de Brasília.²⁶

A história do diálogo entre lideranças católicas e militares brasileiros, para amainar os conflitos entre Igreja e Estado durante a ditadura de 1964 – 1985, recentemente começou a ser recuperada pela historiografia. Este é o caso do trabalho *Diálogos na Sombra*, de Kenneth P. Serbin, publicado no Brasil em 2001. Através de documentação inédita, este autor demonstra como, a partir de 1970, o General Antônio Carlos da Silva Muricy e o professor Cândido Mendes, iniciaram reuniões secretas entre a Igreja e as Forças Armadas. Como obra que busca novas interpretações sobre a história recente do passado autoritário do Brasil, seu autor ressalta:

Este livro é sobre as relações entre a Igreja e o Estado, mas é também parte da ainda incipiente narrativa histórica da era Médici, o mais sangrento e, no entanto, o menos estudado, dos períodos militares. Há muito tempo fora de moda na profissão histórica e largamente ausente dos estudos latino-americanos, a narrativa interpretativa ajuda a definir um período específico, ao retratar a convergência de indivíduos, incidentes e tendências. O imponderável conta muito em história. O mesmo ocorre com as pessoas e suas personalidades – dados com frequência esquecidos na literatura da ciência social. História, no final de contas é entender pessoas. O clima emocional dos diálogos na sombra e as nuances das relações pessoais e de pequenas redes sociais desempenharam um papel na mediação da ditadura que é, não raro, subestimado. Esta história envolve a história da diplomacia e da política, bem como a das forças de segurança, dos soldados

²⁶ DELGADO, Dom José de Medeiros. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 10 de março de 1965.

rasos, e das vítimas da repressão e suas famílias. É também sobre a liderança militar e a natureza do governo Médici.²⁷

Os posicionamentos do Arcebispo de Fortaleza, no período de seu governo eclesiástico no Ceará (1963-1973), revelam um membro da hierarquia da Igreja anticomunista, portanto, não muito diferente do perfil da maioria do clero brasileiro. Por outro lado, a sua negociação com os setores conservadores da Igreja e da sociedade cearenses, quando se tratava de programas sociais da Ação Católica, seu apoio a Dom Helder e Dom Frago, sua defesa da liberdade de opinião, da Ação Católica Operária (ACO) e do MEB, e suas expectativas em relação ao que em 1966 denominava de “trabalhos de base”, impedem de enquadrá-lo como um mero conservador.

Dom Delgado deixava transparecer certo movimento dialético no seu pensamento, refletia sobre as tensões que envolviam as contradições da Igreja naqueles anos. É marcante, na sua escrita, a noção de que a Igreja, mais do que nunca, deveria empreender a síntese de que era, concomitantemente, antiga, atual e futura. Vai indicando, através de seu discurso, a inevitabilidade de uma participação mais efetiva, embora lenta, nas questões sociais. Na segunda metade da década de 60, inicia uma série de visitas pastorais às paróquias de Fortaleza, como forma de colher elementos que ajudem nas reflexões sobre como dinamizá-las e instigar a formação dos Conselhos Paroquiais.

As fontes consultadas não permitem dizer que Dom Delgado foi um membro da Esquerda Católica, em virtude da sua obediência às autoridades e de seu comedimento face ao regime militar. No entanto, não encontrei vestígios de que era aliado das facções católicas tradicionalistas e de direita. Muito menos, agiu como Dom Geraldo Proença Sigaud, que em 1977, quando bispo de Diamantina (MG), enviou um relatório ao Núncio Apostólico no Brasil, Dom Carmine Rocco, referente a entrevistas que havia dado ao *Jornal do Brasil* e ao *Estado de São Paulo*, respectivamente em 26 e 27 de fevereiro daquele ano.²⁸ No documento, confirma as entrevistas e reafirma que havia infiltração comunista em toda parte, também na Igreja; que Dom Pedro

²⁷ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 12.

²⁸ SIGAUD, Dom Geraldo Proença. *Minhas Entrevistas*. Relatório dirigido a Dom Carmine Rocco, DD. Núncio Apostólico junto ao Governo Brasileiro. Datilografado. Diamantina (MG), 25 de março de 1977. Sala de História Eclesiástica da Arquidiocese de Fortaleza (SHEAF).

Casaldáliga participava da invasão comunista no Brasil; que a atuação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em que Dom Tomás Balduino e Dom Pedro Casaldáliga exerciam os cargos, respectivamente, de presidente e vice-presidente, era o principal responsável pelo clima tenso entre a Igreja e o Estado. Afirmava ainda que as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) estavam tomando, em várias dioceses, um cunho estranho, e poderiam se transformar em núcleos de uma guerra de sublevação esquerdista no Brasil.

CAPÍTULO 1: UM BISPO MARCADO PELO VATICANO II.

1.1. A CNBB e o Vaticano II: mais na terra que no céu.

A Igreja na qual se inicia o episcopado de Dom Delgado no Ceará nos remete ao pontificado de João XXIII (1958-1963). A eleição de João XXIII como sucessor de Pio XII, a 28 de outubro de 1958,²⁹ configurou o limiar das transformações de uma Igreja tida como enfraquecida, moribunda e dividida internamente. Um sinal de que abalos serão provocados é a convocação do Concílio Vaticano II, pelo Papa recém-eleito, em janeiro de 1959. Não nos interessa aqui avaliar se o Concílio cumpriu todas as suas determinações, e sim, mapear como e por que a Igreja saída do Vaticano II não foi mais a mesma.

Um dos primeiros indícios de que um novo tempo estava se formando para a Igreja Católica foi o esforço encetado pelo Vaticano II para aprofundar o diálogo entre Oriente e Ocidente cristãos, requerendo que as Igrejas Ortodoxas e as antigas Igrejas Orientais dispusessem representantes para o Concílio.³⁰ Outro projeto de articulação foi buscado em relação à ruptura originada pela Reforma Protestante do século XVI, ao ser criado pelo Concílio, o Secretariado de Promoção da Unidade Cristã e também com a solicitação da presença de membros das Igrejas protestantes às assembléias conciliares.³¹ Foi um marco do empreendimento oficial da Igreja

²⁹ SUFFERT, Georges. *Tu és Pedro: santos, papas, profetas, mártires, guerreiros, bandidos. A história dos primeiros 20 séculos da Igreja fundada por Jesus Cristo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 453.

³⁰ BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965*. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 44.

³¹ Enviaram representantes ao Concílio Vaticano II, as seguintes Igrejas confessionais provenientes da Reforma ou resultantes de sua posterior evolução histórica: Igreja Veterocatólica, Comunhão Anglicana, Federação Luterana Mundial, Aliança Presbiteriana Mundial, Igreja Evangélica da Alemanha, Conselho Mundial dos Metodistas, Conselho Internacional dos Congregacionalistas, Convenção Mundial das Igrejas de Cristo, Associação Internacional do

Católica pelo ecumenismo no século XX e que, a partir de então, ecoou nas várias Igrejas, problematizando, até os dias de hoje, os contornos de suas autodefinições, num complexo emaranhado de conceitos doutrinários.

Outra dimensão que nos interessa mais particularmente para o nosso trabalho, como afirmação durante e após o Concílio, é a da diversidade e das peculiaridades inerentes às Igrejas da Ásia, da África e da América Latina. Embora conservando institucionalmente seus vínculos com Roma, essas Igrejas, alguns anos antes do Vaticano II e principalmente depois deste, assumiram desenhos próprios, marcados pela distância da ilustração lingüística, litúrgica, pastoral e teológica. Trata-se do reconhecimento da diversidade na unidade.

Após quase 50 anos da sua realização, são praticamente unânimes as interpretações de quanto o Vaticano II representou como rompimento com o período anterior, caracterizado por imposições dogmáticas da Santa Sé, que perdurou por quatrocentos anos, instituído com o Concílio de Trento (1545-1563), no qual foram lançadas as bases da desqualificação do mundo moderno e dos combates às correntes político-filosóficas, culturais e espirituais que brotaram do Renascimento e, em especial, da Reforma Protestante. O denominado catolicismo latino ou romano, predominante até os anos do Concílio Vaticano II, teve suas feições marcadas pelas diretrizes tridentinas. O Concílio de Trento girou em torno de uma reação retardada às inflexões causadas pelo luteranismo, daí o forte conteúdo de suas proclamações anatematizadoras contra os hereges e suas fixações em temáticas relativas ao pecado original, à revelação e aos sacramentos.³²

O Vaticano II, em sentido inverso às diretrizes tridentinas causou fisuras na idéia de uma Igreja monolítica, favorecendo o questionamento de suas estruturas internas e o diálogo com as outras Igrejas e religiões e com o mundo contemporâneo. Essas disposições, aliás, foram postas por João XXIII, na Carta Encíclica *Mater et Magistra*, divulgada em Roma, em 15 de maio de 1961, um ano e sete meses antes do Concílio, cujo subtítulo é “sobre a recente evolução da questão social”. Na sua introdução, transparecem as preocupações do Papa que convocara o Concílio com o “povo de Deus” e suas questões temporais:

Cristianismo Liberal, Igreja da Índia do Sul, Igreja Unida do Cristo do Japão, Federação Protestante da França, Conselho Mundial de Igrejas e Conselho Australiano de Igrejas.

³² SUFFERT, Georges. Op. cit. 275-277.

De modo que, a Santa Igreja, apesar de ter como principal missão, a de santificar as almas e de fazê-las participar dos bens da ordem sobrenatural, não deixa de preocupar-se ao mesmo tempo com as exigências da vida cotidiana dos homens, não só naquilo que diz respeito ao sustento e às condições de vida, mas também no que se refere à prosperidade e à civilização em seus múltiplos aspectos, dentro do condicionalismo das várias épocas.³³

Para João XXIII, se há indícios urgentes de renovação, há também coisas a conservar, princípios que para a Igreja são inquestionáveis, como o direito à liberdade e à propriedade. No seu entender, seria um erro achar que para melhorar as instituições da ordem civil seria preciso subverter os patamares do edifício social, colocando-se enfaticamente contrário às ideologias revolucionárias, rechaçando as propostas de transformação radical das estruturas da sociedade.

De um modo geral, João XXIII operou uma desarticulação nas bases das interlocuções da Igreja consigo mesma, e a fez se defrontar com uma realidade mais complexa, levando-a a considerar que:

Quando as estruturas, o funcionamento e o condicionalismo dum sistema econômico comprometem a dignidade humana dos que nele trabalham, entorpecem sistematicamente o sentido da responsabilidade ou impedem que a iniciativa pessoal se manifeste: tal sistema é injusto, mesmo se, por hipótese, a riqueza nele produzida alcança altos níveis e é distribuída segundo as regras da justiça e da equidade.³⁴

Esse ponto, indicado por João XXIII, adquire contornos mais claros na Encíclica *Pacem in Terris*, redigida por ele em abril de 1963, já durante o Vaticano II. Para Lesbaupin,³⁵ com João XXIII, a Igreja encerra uma época de reservas quanto ao tema dos direitos humanos, não só assumindo a sua defesa, mas inserindo-o no rol dos seus objetivos sublunares. Na primeira parte daquela Encíclica, João XXIII anuncia que “todo ser humano é pessoa, sujeito de direitos e

³³ Carta Encíclica *Mater et Magistra: sobre a recente evolução da questão social*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1961.p. 4.

³⁴ Cf. *As exigências da justiça quanto às estruturas produtivas*. In: “*Mater et Magistra*”. Op. cit. p. 27.

³⁵ LESBAUPIN, Ivo. *As Classes Populares e os Direitos Humanos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984. Cap. III: A Igreja e os Direitos Humanos na história. pp. 78-92.

deveres”.³⁶ Nela desenvolve o primeiro texto oficial da Igreja no qual os direitos do homem são abordados de forma sistemática e objetiva. Diferentemente de Pio XII, para quem os direitos humanos se restringiam a direitos dos cristãos, privilegiando uma dimensão eclesiocêntrica, João XXIII adota uma postura mais ecumênica na *Pacem in Terris*, dirigindo-se aos “Veneráveis Irmãos Patriarcas, Primazes, Arcebispos e Bispos e outros Ordinários de lugar em paz e comunhão com a Sé Apostólica, ao Clero e Fiéis de todo o Orbe, **bem como a todas as pessoas de boa vontade (grifo nosso)**”.³⁷

A Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo de Hoje (*Gaudium et Spes*) e a Declaração do Concílio sobre a Liberdade Religiosa (*Dignitatis Humanae Personae*) permitiram ao Vaticano II prosseguir no sentido apontado por João XXIII, de contemplação dos direitos humanos e de aceitação da liberdade religiosa, tema caro ao Concílio, tendo em vista que antes dele a Igreja resistia em aceitar a liberdade religiosa em sentido moderno.³⁸

Malgrado a perplexidade da convocação inesperada de um Concílio, os bispos e teólogos encarregados dos trabalhos que antecederam ao conclave passaram a delinear os seus eixos mais gerais. Em primeiro lugar, os episcopados espalhados pelo mundo deveriam estar em consonância com a conduta da Igreja. Caberia ao Concílio refletir sobre os meios que seriam instituídos para a consecução deste objetivo. Em segundo lugar, a Igreja deveria se pautar por uma ação reformista, em especial no que se referia aos seus instrumentos de propagação da fé. As orações e a liturgia

³⁶ Carta Encíclica *Pacem in Terris*. São Paulo: Paulinas, 1963. p. 5.

³⁷ Percebe-se, na *Pacem in Terris*, uma articulação dos direitos reconhecidos pela Igreja, com aqueles pontuados pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovados na Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1948. João XXIII cita diretamente a Declaração na quarta parte da sua Encíclica e afirma: “No preâmbulo desta Declaração proclama-se, como ideal a ser demandado por todos os povos e por todas as nações, o efetivo reconhecimento e salvaguarda daqueles direitos e das respectivas liberdades. Contra alguns pontos particulares da Declaração foram feitas objeções e reservas fundadas. Não há dúvida, porém, que o documento assinala um passo importante no caminho para a organização jurídico-política da comunidade mundial. De fato, na forma mais solene, nele se reconhece a dignidade de pessoa a todos os seres humanos; mover-se livremente na procura da verdade, na realização do bem moral e da justiça, o direito a uma vida digna, e defendem-se outros direitos conexos com estes”. O que é ressaltado na *Pacem in Terris*, face à Declaração Universal dos Direitos do Homem, é a eleição pela Igreja do lugar especial reservado aos direitos sociais, à vida e a um padrão de vida condigno, direito à alimentação, ao vestuário, à moradia, ao descanso, à assistência médica, aos serviços sociais e à segurança na velhice, na doença, no desemprego e na invalidez. Na elaboração dos documentos finais do Concílio Vaticano II, a constituição pastoral saída do evento e que determinou as novas bases das relações da Igreja com o mundo, a *Gaudium et Spes*, retomou o mesmo espírito universalista presente na última Encíclica de João XXIII.

³⁸ LESBAUPIN, Ivo. Op. cit. P. 83.

são instadas a se adaptar ao mundo moderno. Lançava-se, para a instituição, a necessidade de conhecer o homem que vive nesse mundo, suas relações com o sagrado e com a própria Igreja.³⁹ Por fim, os empreendimentos anteriores deveriam permitir um diálogo maior com as outras Igrejas cristãs, retomando a via longa e árdua do ecumenismo.

Desde a sua abertura no dia 11 de outubro de 1962, o ineditismo do Vaticano II fica explícito. A sessão inaugural conta com a presença de 2.500 padres. A Europa ocidental conta com 33% dos participantes. Estados Unidos e Canadá, 13%; a Ásia, 10%; a África negra, 10%; a Oceania, 2,5%; o mundo árabe, 3,5% e a América Latina, 22%.⁴⁰

Contudo, a pequena presença de clérigos do mundo comunista era notável, mesmo possuindo 150 bispos católicos. No dia da sessão de abertura do Concílio, estavam presentes apenas 14 dos 27 bispos iugoslavos, 20 dos 65 poloneses, 4 dos 8 alemães ocidentais, 2 dos 16 húngaros e 3 dos 15 tchecos. Não esteve presente nenhum bispo russo, romeno, chinês ou norte-vietnamita.

Segundo Beozzo,⁴¹ era praticamente nula a experiência da Igreja Católica do Brasil na participação de reuniões conciliares e sinodais. O bispado da Bahia e primeiro do Brasil, criado em 28 de janeiro de 1550, com a vinda de Dom Pedro Fernandes Sardinha, substituído em 1558 por Dom Pedro Leitão, não se fez representar durante o Concílio de Trento. Por ocasião da convocação do Vaticano I, somente 7 de um total de 11 bispos brasileiros tiveram o privilégio de participar deste Concílio que, no entanto, foi suspenso antes do término de seus trabalhos.⁴²

As maiores contribuições da Igreja brasileira ao Vaticano II não seriam no âmbito da análise da teologia oficial ou das ciências bíblicas, e sim na experiência pastoral. O papa João XXIII, ao publicar a *Mater et Magistra* (1961), lançara os fundamentos da renovação dos

³⁹ DAVID, Solange R. de Andrade. *O catolicismo popular na Revista Eclesiástica Brasileira (1963-1980)*. In: Pós-História: Revista de Pós-Graduação em História. (Universidade Estadual Paulista). Assis, São Paulo. 1993. n. 10. p. 283.

⁴⁰ SUFFERT, Georges. Op. cit. p. 455.

⁴¹ BEOZZO, José Oscar. Op. cit., p. 57.

⁴² Participaram do Concílio Vaticano I: Dom Manuel Joaquim da Silveira, Arcebispo Metropolitano da Bahia (1861-1874); Dom Antônio Macedo Costa, Bispo de Belém do Pará, PA (1850-1890); Dom Luiz Antônio dos Santos, Bispo de Fortaleza, CE (1859-1879); Dom Francisco Cardoso Ayres, Bispo de Olinda e Recife, PE (1867-1870); Dom Pedro Maria de Lacerda, Bispo de São Sebastião do Rio de Janeiro, RJ (1868-1890); Dom João Antônio dos Santos, Bispo de Diamantina, MG (1864-1905); Dom Sebastião Dias Laranjeira, Bispo de São Pedro do Rio Grande, RS (1860-1888). Cf. BEOZZO, José Oscar. Op. cit. p. 58.

compromissos políticos da Igreja na América Latina e fazia referências à “Igreja dos pobres”. Nesse sentido, a Igreja brasileira, já há alguns anos, vinha assumindo a luta contra o subdesenvolvimento, através de projetos e ações voltadas para a educação de base e sindicalização dos camponeses.

Esse esforço a fizera antecipar-se a um dos temas caros ao Concílio Vaticano II, o da colegialidade episcopal, através da experiência vivenciada desde 1952 em torno da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).⁴³ No momento do Concílio, a CNBB existia há dez anos e tinha como seu secretário-geral Dom Helder Camara.⁴⁴ Ao término da V Assembléia Ordinária da CNBB, realizada entre os dias 2 e 5 de abril de 1962, os bispos brasileiros publicaram uma declaração conjunta, na qual tomavam posição diante do que chamavam de “fermentação social e econômica”, a qual diagnosticavam como provocadora do surgimento de falsas doutrinas.⁴⁵

Em estudo clássico sobre as peculiaridades da Igreja do Brasil, Bruneau⁴⁶ defende a tese de que algo incomum ocorreu na Igreja brasileira durante o período compreendido entre 1950 e 1964, que a fez percorrer trajetórias pastorais diversas da maioria das Igrejas Católicas da América Latina, verificando-se movimento aproximado apenas no Chile. Para esse autor, o fator fundamental que explica essa diferença da Igreja do Brasil, foi o seu engajamento, durante o corte cronológico aludido acima, em programas de mudança social que foram assumidos pela instituição em âmbito nacional. Destaca, no seu trabalho, alguns elementos que considera reforçadores de sua hipótese:

As declarações dos bispos eram regionais e nacionais, o MEB se tornou de âmbito nacional em 1961, a sindicalização rural em 1962, e a Ação Católica também era de âmbito nacional. Em suma, a Igreja institucional no Brasil estava desenvolvendo um

⁴³ A CNBB foi criada entre 14 e 17 de outubro de 1952, na sede do arcebispado do Rio de Janeiro, pelo então Mons. Helder Camara e aprovada por Mons. Giovanni Montini, então Secretário de Estado do Vaticano. Cf. BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo Brasileiro em Época de Transição*. São Paulo: Loyola, 1974.

⁴⁴ MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa história: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2003. pp. 160-161.

⁴⁵ LIBÂNIO, J.B. *Conflito Igreja-Estado*. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*. Moacir Félix et al. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. v. 4. p. 34.

⁴⁶ BRUNEAU, Thomas C. Op. cit. Cap. VII. pp. 195-223.

novo papel de apoio aos elementos de modernização na sociedade em geral(...) essa atuação sem precedentes fora desencadeada pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).⁴⁷

Nesse sentido, Bruneau desenvolve sua argumentação atribuindo um papel excepcional e quase exclusivo à CNBB no lançamento das novas diretrizes sobre as quais a Igreja do Brasil demarcaria a sua trajetória até, pelo menos, o golpe civil-militar de 1964. Aponta, como elementos corroboradores de sua tese, as realizações de assembleias regionais e nacionais, a organização e sustentação do MEB, o patrocínio do movimento de sindicalização rural, além de que, os mandatos da hierarquia da Igreja para a Ação Católica Brasileira passavam pelo crivo da CNBB. Ou seja, o eixo central de sua análise gira em torno da defesa de que não foi “a Igreja” que assumiu e se responsabilizou por práticas comprometidas com uma perspectiva de transformação social, porém, um organismo dentro dela, a CNBB.

Por outro lado, no seio da Conferência, especialmente durante a primeira década de sua existência, o autor em questão refere-se a Dom Helder Camara como a “força propulsora da organização, mas que não agia sozinho”.⁴⁸ Com isto, Bruneau quer ressaltar que as posições internas à Conferência não eram unânimes e que existiam bispos dentro do colegiado que eram mais entusiastas da linha progressista, e outros, menos interessados nas propostas de renovação, ou seja, mais conservadores.

O ponto de reflexão que queremos destacar na obra de Bruneau, para a compreensão da atuação da CNBB no período 1950-1964 e da relevância das intervenções dos bispos brasileiros que a representavam durante o Concílio, está na indicação de que a maioria do primeiro grupo de bispos que formou a conferência era originária do Nordeste. Dentro desse grupo estavam: Dom Helder Camara (CE), Dom Carlos Coelho (PB), Dom Luis Mousinho (PE), Dom José Delgado (PB), Dom José Távora (PE), Dom Eugênio Sales (RN), Dom Fernando Gomes (PB) e Dom Manuel Pereira (PE). Bruneau enfatiza que este era o grupo de bispos mais dedicados às questões sociais durante o período pré-64 e que, de uma maneira ou de outra, desenvolviam programas de

⁴⁷ Ibid. p. 195.

⁴⁸ BRUNEAU, Thomas C. Op. cit. Cap. VII. p. 197.

cunho social em suas dioceses, contribuindo para que a hierarquia da Igreja passasse a se interessar por aquelas questões.

Dom José de Medeiros Delgado começa a divulgar, na imprensa de Fortaleza, no final de 1964, as suas impressões sobre o Vaticano II:

A longo prazo, o Concílio Vaticano II terá conseqüências político-sociais que ninguém, na hora atual, poderá prever. Sucederá o que sucedeu com o próprio Evangelho. Aliás, toda a grandeza do Concílio tem sido resultado da volta às raízes da Boa Nova da mensagem de Cristo ao mundo. A coragem com que a Igreja se examina interiormente e reconhece de público as **reformas (grifo nosso)** que deve promover, dentro de si mesma, com vistas à glória de Deus e à salvação da Humanidade, proclama bem alto a confiança que deposita na eterna validade dos ensinamentos de pobreza e humildade daquilo que nela é humano e do infinito valor do que, divino e imutável, a marcará para sempre, sejam quais forem as circunstâncias adversas com que se tenha que debater todos os dias em cada século.⁴⁹

As reformas endógenas às quais se reportava Dom Delgado estavam relacionadas ao horizonte de insegurança jurídica estabelecido nos debates ao longo do Concílio, sobre o antigo Código de Direito Canônico⁵⁰, cuja versão em vigor datava de 1917 e determinava as ações da Igreja, delimitando o ofício dos padres e bispos, o lugar dos leigos e religiosos, além de estabelecer as penas e os delitos para os católicos. O Vaticano II provocou tensões ao abrir o debate sobre as possibilidades de se realizar uma revisão profunda no Código Canônico e até de substituí-lo por uma “Lei Fundamental” da Igreja, de caráter geral, que seria adaptada às peculiaridades das diversas igrejas particulares. O resultado final dessa polêmica foi que, após vinte e um anos, ou seja, em 1983, elaborou-se um novo Código de Direito Canônico.

Por outro lado, o Concílio implementou mudanças decisivas na estrutura verticalizada das instâncias decisórias da Igreja, com a aprovação do princípio da colegialidade episcopal,

⁴⁹ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Conversas Avulsas*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 13 de dezembro de 1964.

⁵⁰ BEOZZO, José Oscar. Op. cit. p. 53.

estimulando instâncias mais participativas, como os Sínodos Episcopais e a instituição de Conferências dos Bispos, de caráter nacional, regional e continental.

Nas suas primeiras reflexões teológico-pastorais sobre o Vaticano II, Dom Delgado deixa transparecer que percebia reformulações no conceito de Igreja que seriam irreversíveis a partir de então. O Concílio entendia a Igreja como “Povo de Deus”, o que já apontava para uma dimensão carregada de historicidade. Isto é, a Igreja procurava pensar sobre si mesma como instituição terrena, concreta, situada no tempo e no espaço.

Para o então Arcebispo de Fortaleza, os sinais naquele sentido eram perceptíveis em vários domínios, tais como na nova abordagem da doutrina do ecumenismo e da liberdade religiosa que considerava “capítulos novíssimos da história conciliar de dois milênios de catolicismo”. No entanto, na sua ótica, as conseqüências político-sociais mais imprevisíveis do Vaticano II aconteceriam no campo do apostolado dos leigos. Nele estariam as bases futuras da Igreja e complementava sua argumentação:

Um novo aspecto cósmico-religioso e cósmico-cristão surgirá nos próximos séculos, após a consagração pelo Vaticano II, da doutrina renovada nos últimos cinquenta anos, em parte devido às iniciativas de apostolado dos leigos relativo ao temporal. Aqui, o primeiro argumento constitui um só argumento com o terceiro. O Concílio confirma o ensinamento da mística identificação do simples fiel cristão com a Igreja e com Cristo. Esta doutrina eleva sobremodo a importância de cada filho de Deus na Igreja e no mundo.⁵¹

Ao refletir sobre a redefinição do papel do laicato dentro da Igreja que emergiria do Vaticano II, Dom Delgado também ressaltava que a Igreja, ao se fazer mais terrena, estava abrindo um período de atritos, disputas e desilusões, tanto para seus ministros quanto para seus fiéis, pois:

Haverá cruzes pelos caminhos. O apostolado dos leigos tem dado motivo a graves dificuldades e não será agora que essas dificuldades desaparecerão por encanto. É provável venham a crescer. Sente-se como dentro da própria Igreja, com tanta razão

⁵¹DELGADO, Dom José de Medeiros. *Conversas Avulsas*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 13 de dezembro de 1964.

apelidada de militante, encontram-se os primeiros e maiores empecilhos em todos os movimentos de renovação e aperfeiçoamento”.⁵²

A popularização do Concílio trilharia uma longa caminhada e levaria pelo menos três décadas para se efetivar, acreditava Dom Delgado. As oposições nesse sentido seriam muitas, no entanto apressariam o aprofundamento das raízes dos seus ensinamentos. E seguindo a linha de interpretação da valorização do laicato católico como consequência primordial da propagação do Vaticano II, dizia prever que o século XXI⁵³ seria denominado “século da Ação Católica”, compreendendo esta designação no sentido estrito e lato, referindo-se, portanto, ao apostolado especializado e ao apostolado dos simples fiéis cristãos. Por isso:

Quanto se exigirá dos leigos dedicados ao apostolado, não só ao apostolado imediatamente auxiliar da hierarquia, também chamado apostolado do sagrado, como, sobretudo, no apostolado mediatamente (sic) auxiliar da hierarquia, acertadamente denominado apostolado do temporal, é cousa que desejo lembrar no presente momento. A primeira grande exigência consiste no aprimoramento da formação pessoal tomada debaixo de todos os aspectos, desde o espiritual e sobrenatural até o técnico e social. O leigo católico deverá preparar-se de maneira contínua.⁵⁴

Todavia, os riscos poderiam ser de dimensões ainda não avaliadas nas suas consequências, advertia Dom Delgado. Os perigos que ele vislumbrava eram de ordem eminentemente política se os leigos supervalorizassem a técnica e o temporal, na ânsia de encontrar soluções para a realidade dos povos subdesenvolvidos e esmagados pelas estruturas socioeconômicas vigentes. Ao agir dessa forma: “o católico deixar-se-ia conduzir, aqui e ali, pela efervescência das ideologias modernas, podendo abandonar não somente as ligações com a hierarquia, como também os compromissos com as organizações apostólicas dos diversos meios da comunidade”.⁵⁵ Para evitar esses desvios, Dom Delgado aconselhava que a Ação Católica deveria

⁵² Ibid.

⁵³ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Conversas Avulsas*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 27 de dezembro de 1964.

⁵⁴ Ibid.

⁵⁵ Ibid.

primar, antes de tudo, por uma atenção especial dedicada aos planejamentos de caráter comunitário, além de uma revisão periódica nos trabalhos executados e, concluindo o processo, fazia-se indispensável, a seu ver, uma avaliação dos rendimentos da ação de todos.

Para Dom Delgado, as implicações acima referidas possuíam um significado prático para problemas vivenciados em Fortaleza e no Ceará uma vez que poderia dirigir-se:

Em particular aos caríssimos leigos responsáveis pelo Movimento de Educação de Base (MEB). É-nos agradabilíssimo vê-los cada vez mais autônomos, poder anunciar, para que tenham autoridade e eficiência crescentes, que são os mestres e guias do trabalho de educação de base entre nós, significaria promovê-los e ao mesmo tempo obedecer à orientação doutrinária da Igreja no tocante à atividade dos leigos no temporal e no técnico. Apontando uma conclusão tão prática quão atual, estou a demonstrar que não vôo pelo gosto de voar, que não doutrino pela vaidade de parecer mestre ou douto, mas tenho os olhos postos nas necessidades e realidade da terra onde quero pisar com firmeza e atuação segura.⁵⁶

A autonomia do laicato, no entanto, era compreendida, por Dom Delgado, como intimamente relacionada à problemática da vida colegial da Igreja, que na sua concepção havia sido empobrecida nos últimos tempos por uma ênfase exagerada dada ao aspecto moral e jurídico. Não que considerasse esses campos irrelevantes, só que “não esgotam o mistério profundo essencial e eterno do Reino de Deus sobre a terra”. Seria loucura, insistia ele, concluir que não havia mais necessidade de preceitos morais e de regras jurídicas pelo fato de se ter descoberto a grandeza interior, invisível e divina da Igreja. Porém, não se esquivava em afirmar:

Todas as vezes que os cristãos reduziram a Igreja à Moral e ao Direito cristão, diminuíram a espiritualidade, superficializaram-se, morreram mesmo. Levantam-se daí por diante a cada momento uns contra os outros, não acatam as ordens dos próprios pastores. Endurecem-se. Dentro dos lares já não reconhecem o poder da doçura. Doçura humana passa a seus olhos a merecer o nome de moleza. O triunfo do nacional-

⁵⁶ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Conversas Avulsas*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 27 de dezembro de 1964.

socialismo de Hitler reaparece nos olhos dos filhos de Deus. A valorização do imperfeito, a capacidade para esperar a ação do Onipotente conjugadamente com aquela dos frágeis, nunca se encontrará nos que só acreditam nos costumes exteriormente impecáveis e na legalidade aparentemente irrepreensível.⁵⁷

A doutrina da colegialidade, a partir do Vaticano II, passa a ter, para Dom Delgado, uma importância essencial para a Igreja naquele momento. Aquela, por ter sido esquecida durante algum tempo, diminuía a eficácia da ação comum da hierarquia nos países cristãos e resultara em erro: a exaltação da soberania do episcopado nas dioceses. A Igreja, para ele, equivocadamente havia exaltado a feição monárquica do episcopado e sua dependência exclusiva do papa. O excesso de verticalismo trouxera alguns males, entre os quais, o isolamento do “povo de Deus” dentro de barreiras diocesanas e provinciais. Porém, recomendava que a hierarquia não poderia repetir o erro de desejar transformar a colegialidade em instrumento de revigoração do poder hierárquico. Teria que pensar no bem das almas para que se revestisse de uma colegialidade autêntica. Exatamente devido a essa nova natureza da colegialidade da hierarquia era imprescindível a participação do laicato, sendo:

Os leigos, por isto mesmo, são convidados a acompanhar a renovação do pensamento cristão nesta matéria. A Igreja inteira precisa ser movimentada na mente e no coração, no sentido do reencontro consigo mesma neste terreno. A pastoral nas paróquias, nos movimentos do apostolado, na vida das comunidades religiosas muito terá que aproveitar da referida renovação. Os fiéis como os sacerdotes são a Igreja e deverão formar ao lado dos bispos, a fim de levar a colegialidade a conseqüências práticas.⁵⁸

Dom Delgado, num esforço de reflexão mais amplo sobre o Vaticano II, estabelecia comparações entre este último e os Concílios anteriores. Considerava que, se nos seus inícios, o Vaticano II se pautou por certa fidelidade aos concílios universais que o antecederam, gradativamente foi imprimindo algumas rupturas e revisões. Na sua concepção, a tendência

⁵⁷ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Conversas Avulsas*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 29 de junho de 1964.

⁵⁸ *Ibid.*

tradicionalista, verificada nos primeiros momentos do Concílio Vaticano II, poderia levar a um exagero do dogmatismo e do moralismo,⁵⁹ fatores que em seu tempo poderiam explicar a incompatibilidade de muitos com a Igreja. Procurando evitar esses distanciamentos e atender às necessidades da Igreja naquele momento, o Vaticano II procurava superar as dificuldades estabelecidas pelos clérigos de mentalidade cristalizada, sem dúvida, de “grandes qualidades morais e intelectuais, mas dedicados a trabalhos de Cúria e sem certas experiências pastorais, rumo à paróquia, à diocese, ao povo que se move, geme e chora nas planícies da existência moderna nas cidades e nos campos”.⁶⁰

Dom Delgado dava indícios de convidar a Igreja a uma autocrítica a respeito do apostolado dos leigos, deixando transparecer que o mesmo não poderia ficar fechado em si mesmo, restrito aos grupos especializados da Ação Católica, em prejuízo das comunidades. Não se poderia mais ignorar, segundo suas próprias convicções, que:

Infelizmente há um clima polêmico no mundo de hoje e nem os apóstolos da Igreja, na hierarquia e no laicato, escapam aos envenenamentos gerados pelo clima polêmico. Quero que os meus diocesanos aumentem sua união com o pastor que Deus lhes deu e sejam cada vez mais um com o Cristo, utilizando o Papa, o Bispo e o Sacerdote, a fim de se converterem à unidade na Igreja, cujos efeitos sobre a humanidade e sobre cada um dos cristãos, são os mais benéficos. O mundo sofre da falta de harmonia e a Igreja, em virtude de nossas falhas individuais, nossas, quero dizer, da hierarquia e do laicato católico, tem também contribuído para tamanha desgraça.⁶¹

Os “envenenamentos”, a que Dom Delgado se referia, poderiam muito bem ser lidos como originários da Revolução Cubana, com o estabelecimento de “um novo período revolucionário para o marxismo latino-americano”⁶², quebrando a lógica revolucionária até então defendida pelos marxistas tradicionais em hegemonia na América Latina. Em especial pelo estabelecimento da vertente armada como possível e eficaz na luta contra as ditaduras e os

⁵⁹ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Conversas Avulsas*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 11 de outubro de 1964.

⁶⁰ Ibid.

⁶¹ Ibid.

⁶² Para uma história do marxismo na América Latina ver *O Marxismo na América Latina*. Organizado por Michael Löwy. São Paulo: Editora Percebeu Abramo, 1999. 2ª edição ampliada, 2006.

governos pró-imperialistas no continente. As idéias socialistas e marxistas passaram a ser o grande atrativo para uma parte significativa da juventude católica e para os membros mais radicais do clero. Ao estudar a evolução do pensamento marxista na América Latina, Michael Löwy defende que:

Nem o surto revolucionário na América Central nem a formação dos novos movimentos operários e populares no Brasil podem ser compreendidos sem a consideração de um fenômeno novo e inesperado – a radicalização de amplos setores cristãos e a sua atração pelo marxismo. O Concílio Vaticano II sem dúvida contribuiu para essa evolução, embora não de maneira direta, já que as suas resoluções não transcenderam os limites de uma modernização, um *aggiornamento*, uma abertura liberal. Mas essa abertura, ao perturbar as antigas certezas dogmáticas, tornou a cultura católica permeável a novas idéias e influências “exteriores”. Abrindo-se para o mundo moderno, a Igreja não pode evitar os conflitos sociais que sacodem este mundo, especialmente na América Latina. É nesse contexto que muitos cristãos – no início, intelectuais, principalmente: teólogos, jesuítas, especialistas leigos, estudantes – foram atraídos por análises e propostas marxistas – como ocorreu com grande parte dos intelectuais do continente durante a década de 1960.⁶³

Dom Delgado reconhecia as dimensões de caráter externo do Concílio e as imprevisíveis repercussões políticas que poderiam resultar, para a Igreja, a abertura para o mundo moderno. Em entrevista dada para a revista *Time-Life*, em 10 de novembro de 1965, ao ser questionado se o Vaticano II teria ou não alcançado a finalidade de *aggiornamento*, respondeu:

Sem sair do terreno específico da religião, embora importando-se com as implicações desta na vida cotidiana de cada ser humano, o Concílio completou o Vaticano I, realizado um século atrás e interrompido em 1870, e o Tridentino, quatro séculos antes. Para isto, entretanto, cumpre observar, a Igreja foi preparada não somente pelo Tratado de Latrão em 1929, depois do qual deixou de ser um Estado, no sentido temporal, como pelas

⁶³ LÖWY, Michael. Op. cit. p. 58 – 59.

renovações espirituais dos últimos pontificados, sobretudo desde Leão XIII até João XXIII.⁶⁴

As medidas inovadoras, segundo o então Arcebispo de Fortaleza, diziam respeito principalmente à questão da colegialidade dos bispos. O Papa Paulo VI havia criado o Sínodo dos Bispos em caráter permanente e com a participação obrigatória dos bispos do mundo inteiro, durante os primeiros dias de trabalho da quarta sessão do Vaticano II no ano de 1965. Para Dom Delgado, o tema da criação do Sínodo dos bispos fora resultado das polêmicas criadas em torno das discussões da necessidade de reforma das Cúrias Romanas, entre estas, o projeto de se fazer a colegialidade sair do papel para a realidade da vida pastoral. Como experiência singular e facilitadora dos balizamentos destas novas instâncias instituídas pelo Concílio, Dom Delgado se referia às Conferências Episcopais, que no caso específico do Brasil vinham de uma trajetória de dez anos de esforço a fim de planejar uma ação pastoral.⁶⁵ Além de constituírem, no seu entendimento, instâncias preparatórias da prática de colegialidade para o episcopado mundial, as Conferências dos bispos representavam:

Em cada nação, como aquelas formadas pelos pequenos grupos de nações menores em território e em população, também irão crescer ao lado do Sínodo dos Bispos. A Igreja não faz salto, age como Deus pelas causas segundas, na expressão dos filósofos. As Conferências dos Bispos que precederam o Sínodo agora criado, se de uma parte foram precursores do Sínodo, de outra serão continuações. Tomarão os temas em cada nação, vendo-os em perspectivas universais e, oferecendo-os à consideração do Sínodo, para depois os retomar, devolvidos pelo Sínodo com aspectos internacionais, a fim de os fazer valer na prática com sabedoria concreta, com equilíbrio sólido, o que significa, para as almas, muito maior segurança.⁶⁶

Para uma boa parte dos padres conciliares, os problemas relativos à quarta sessão do Concílio, considerados no intervalo entre as discussões dos esquemas e as redações definitivas por

⁶⁴ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Conversas Avulsas*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 10 de novembro de 1965.

⁶⁵ Sobre a CNBB e a experiência brasileira de planejamento pastoral ver BEOZZO, José Oscar. Op. cit. p 351 – 366.

⁶⁶ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Conversas Avulsas*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 10 de outubro de 1965.

parte das diversas comissões, seriam resolvidos pela promoção de reuniões em que se debatessem as formas práticas de executar inúmeras determinações conciliares.

A Igreja do Brasil, nesse sentido, foi pioneira, uma vez que a CNBB já iniciara a preparação do Primeiro Plano Pastoral de Conjunto (PPC), aprovado ainda em 1965 pela Assembléia dos Bispos do Brasil, em Roma. Anteriormente ao Concílio, na sua V Assembléia Ordinária, realizada entre 2 e 5 de abril de 1962 e que estava programada para ser concretizada em Fortaleza, mas aconteceu no Rio de Janeiro,⁶⁷ a CNBB já havia aprovado um plano pastoral para o conjunto do país, denominado “Plano de Emergência”. Este fora baseado principalmente na experiência pastoral de Dom Eugênio de Araújo Sales, enquanto Administrador Apostólico de Natal, e era constituído de duas temáticas centrais: uma “pastoral” e outra de natureza econômica e social. Quanto à primeira, demonstrava uma preocupação em se renovar alguns posicionamentos da Igreja em relação às paróquias, ao ministério sacerdotal e às escolas católicas. A segunda procurava demarcar as posições de conjunto da Igreja do Brasil em relação à Sindicalização Rural, ao Movimento de Educação de Base (MEB) e à Aliança para o Progresso, instrumento do governo norte-americano criado para combater o avanço revolucionário na América Latina, tendo como alvo principal o movimento revolucionário capitaneado por Fidel Castro e Che Guevara em Cuba.

Durante as sessões do Concílio, ao mesmo tempo em que a Igreja do Brasil trabalhava na implementação das diretrizes e resoluções do “Plano de Emergência”, defrontava-se com os imperativos revisionistas da teologia e das próprias pastorais, agora sob as mudanças sugeridas por documentos produzidos pela dinâmica do Vaticano II, tais como a *Lumen Gentium* e a *Gaudium et Spes*. Ou seja, faziam-se revisões na liturgia, sobre a problemática do ecumenismo e do papel dos leigos na Igreja. Premida por essas circunstâncias, a CNBB se empenhará em elaborar uma urgente adequação da pastoral no Brasil com os olhos voltados para o pós-Concílio, um plano a ser implementado a partir de 1966, que ficou conhecido como Plano Quinquenal de Pastoral de Conjunto para a Igreja ou, simplesmente Plano de Pastoral de Conjunto (PPC), cujo esboço inicial

⁶⁷ Cf. Oscar Beozzo, a V Assembléia Ordinária da CNBB, antecipada de agosto para 2 a 5 de abril de 1962, foi transferida de Fortaleza, para o Rio de Janeiro, por causa da convocação do Concílio Vaticano II, para 11 de outubro do mesmo ano. Op. cit. p. 351 – 352.

foi obra do padre cearense Raimundo Caramuru Barros.⁶⁸ O PPC colocou a Igreja do Brasil como a primeira a ser portadora de um plano de aplicação do Vaticano II, conhecido e assumido por seu episcopado.

Dom Delgado refletia sobre o sentido de uma pastoral que tinha a pretensão de ser aplicada em todo o país, defendendo que a mesma deveria ser mediada pela problemática das questões sociais de sua época. Portanto, as posições da Igreja a esse respeito deveriam ser revistas, tendo como referencial sociológico o que denominava de “vocação coletiva”, que para ele era similar à noção de opinião pública. E fundamentava sua análise com o seguinte arrazoado:

Como a opinião pública, a pretensão ou vocação coletiva possui existência social, é algo comum, uma disponibilidade, uma instância para qual se pode apelar, na qual os indivíduos se refugiam, encontrando força, estímulo e vida. (...) Nesta nossa época de desenvolvimento e de ecumenismo, baixando as vistas para os problemas pastorais do meio em que vivemos, cumpre-nos rever as posições até aqui tomadas e auscultar as vozes do tempo. Nossos métodos já não possuem eficácia. Uma forte corrente de solidariedade, uma marcha para a ação coletiva em todos os terrenos, sem excetuar o religioso, impõe-nos acertar, em comum, planos que devem ser executados em equipes e em grupos, quando não pelas comunidades, pela região, pela nação, pelo continente ou pela humanidade inteira.⁶⁹

Na passagem acima, Dom Delgado deixava explícita a influência teórica do filósofo e sociólogo espanhol Julián Marias⁷⁰, que nos anos sessenta, ao elaborar reflexões sociológicas sobre o século XX, diferenciava opinião pública de opinião geral ou senso comum. Para aquele

⁶⁸ Raimundo Caramuru Barros, cearense de Camocim, nasceu em 22 de janeiro de 1931 e foi ordenado padre, pela Diocese de Mossoró (RN), em 9 de dezembro de 1964. De acordo com o padre José Oscar Beozzo, em *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II (1959 – 1965)*, à página 316, Dom Helder, em suas cartas, refere-se ao padre Raimundo Caramuru, tratando-o pelo codinome de “Abbé Barros”, pela simples razão de que, se houvesse escrito em francês, estaria correndo mundo, ao lado dos mais destacados teólogos de sua época.

⁶⁹ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Conversas Avulsas*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 31 de janeiro de 1965.

⁷⁰ Julián Marias Aguilera, filósofo, sociólogo e ensaísta nasceu em Valladolid, em 17 de junho de 1914 e, se transferiu com sua família para Madri, onde se tornou doutor em Filosofia e Letras pela Universidade Complutense. Teve como professor, entre outros, José Ortega y Gasset, de quem foi discípulo e amigo. Faleceu em 15 de dezembro de 2005. Deixou várias obras, entre as quais se destacam: “Introdução à Filosofia”, “Ortega e a Idéia de Razão Vital”, “A Escolástica em seu Mundo e o Nosso”, “Antropologia Metafísica”, “Breve Tratado da Ilusão” e “A Estrutura Social”.

estudioso, uma opinião era considerada pública não por ter se tornado o modo de ver das maiorias. O estatuto de pública deveria ser dado a uma opinião que tivesse existência pública, no sentido de não pertencer ao mundo privado das pessoas, mas que passasse a fazer parte do mundo de todos, que exigisse certa disponibilidade ou uma instância à qual se pudesse recorrer.

Dom Delgado era incisivo ao fazer uma autocrítica e reconhecer que os métodos da pastoral tradicional da Igreja, apesar de ainda vigorosos, estavam defasados quando contrapostos às necessidades coletivas de seu tempo. Elogiava o destemor da Igreja do Concílio nas suas declarações sobre a liberdade religiosa, o que ainda seria, a seu ver, motivo de estarecimento para muitos. No entanto, essas perspectivas só aumentariam as responsabilidades religiosas de cada pessoa diante do povo de Deus. No bojo destas últimas, destacava o papel relevante que seria atribuído ao que chamava de “consciência individual nos problemas de fé e de costumes”.⁷¹ Tudo isso para ressaltar que as atenções deveriam se voltar para a participação dos leigos na ação apostólica, sem a qual a vida pastoral correria o perigo de ser uma sucessão de fracassos. Fazia-se urgente e indispensável incentivar cada vez mais a participação do laicato, entregando-lhe os “campos temporais de atividade que são especificamente seus”.⁷² Dom Delgado indicava alguns meios através dos quais esses objetivos seriam alcançados: uma dinamização dos Conselhos Paroquiais e a determinação de maiores responsabilidades aos Conselhos Arquidiocesanos dos diversos secretariados da CNBB, em matéria de coordenação das atividades gerais do apostolado.

Constituíam, no discurso de Dom Delgado, medidas indispensáveis e que não implicariam em diminuição da presença do bispo, do pároco ou do vigário em suas comunidades, imprescindíveis, sobretudo nas chamadas tarefas sagradas. Porém, no que era pertinente aos assuntos temporais, insistia em que:

Já é tempo de dar iniciativas amplas aos leigos. São eles os técnicos capazes. Só eles possuem experiências em inúmeros campos humanos e sociais. Aumentando nossa união com eles, impondo-nos a eles pelo espírito de autenticidade evangélica e de amor à alma

⁷¹ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Conversas Avulsas*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 31 de janeiro de 1965.

⁷² *Ibid.*

de cada um, faremos crescer a união deles conosco. Esta fórmula de adesão maior de hierarquia e laicato a Deus é o segredo máximo da Igreja no mundo de hoje.⁷³

Em síntese, era essa a resposta de Dom Delgado para a questão de como fazer o católico do século XX, em consonância com o Vaticano II e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, vivenciar a pretensão de uma pastoral de conjunto, o que demandava, na sua concepção, encontros de conscientização coletiva e planejamentos comuns.

Politicamente, para Dom Delgado, essas idéias eram fundamentais para a negação das correntes que pensavam que as soluções da crise econômica, social, política e cultural seriam encontradas por meio de posições ideológicas extremadas. Vislumbrava a possibilidade de se criar uma quarta via ou quarta força, contra os que se colocavam politicamente à esquerda, à direita e ao centro do espectro político nacional e internacional. Sendo para ele importante ressaltar que:

Não se sabe em certas horas onde se encontram os mais violentos, se na esquerda, na direita ou no centro. Uma fúria devora entranhas por todas as partes onde o extremismo domina, onde, mesmo bem intencionados, os homens se julgam orgulhosamente os únicos, os tais, os infalíveis, os santos, os patriotas, os tudo enfim. Livre-nos Deus de tais heróis, de tais santos, de tais exceções berrantes deste estúpido século da violência. A Igreja em Concílio faz-nos ver claramente a estrada que o homem moderno é impelido a tomar e o momento favorece à Igreja.⁷⁴

Na sua concepção, a referida quarta via seria uma construção da Igreja através de sua doutrina sobre o ecumenismo, da aceitação da liberdade religiosa e das reflexões sobre as religiões não cristãs oriundas do Concílio. Defendia que o Vaticano II, ao abrir à hierarquia e aos fiéis amplas perspectivas a respeito do apostolado, do sentido missionário universal da vida cristã, daria possibilidades de experiências que poderiam renovar totalmente a face da terra. E, portanto conclamava a todos, pois:

⁷³ Ibid.

⁷⁴ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Conversas Avulsas*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 21 de novembro de 1965.

Ninguém ficará alheio a este espírito desde que seja, de verdade, verdadeiramente fiel a Jesus Cristo. É de esperar também que, levados pelo bom senso e pelas angústias criadas pelo partidarismo exacerbado que envenena a sociedade, a nós se venham juntar muitos homens de boa vontade. Não admirará que entre os últimos se possam contar sábios, artistas e técnicos, para falar somente nestes que, pouco tempo faz, se deixavam empolgar pelas conquistas que a ciência, a arte e a técnica acumularam.⁷⁵

Dom Delgado deixava transparecer, no bojo de sua proposta de construção de uma quarta via no âmbito do espectro político brasileiro em meados dos anos 60, a intenção de oferecer alternativas opostas àquelas que desde os anos iniciais da década se apresentavam como intérpretes legítimos das necessidades do povo brasileiro. Em especial as interpretações produzidas por intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), a ala esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

Nesse sentido, por exemplo, os anos de 1962 e 1963 foram emblemáticos no surgimento de algumas publicações que visavam popularizar os temas chaves da então denominada “revolução brasileira”. A Editora Civilização Brasileira S.A. dirigida por Ênio Silveira e Álvaro Vieira Pinto, publicava coleções como a dos *Cadernos do Povo Brasileiro*, que alcançavam tiragens de 20 mil exemplares⁷⁶, vendidos também pela União Nacional dos Estudantes (UNE), com títulos como: *Quem é o Povo no Brasil?* (1962), de Nelson Werneck Sodré, *Quais são os inimigos do Povo?* (1962), de Theotônio Júnior, *Como atua o Imperialismo Ianque?* (1963), de Sylvio Monteiro e *Como seria o Brasil Socialista?*(1963), de Nestor de Holanda. Nestas publicações eram

⁷⁵ Ibid.

⁷⁶ Sobre *Os Cadernos do Povo Brasileiro*, ver RIDENTTI, Marcelo *Em Busca do Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 115. “um exemplo significativo dos *Cadernos do povo brasileiro* é o já citado livro do comunista Nelson Werneck Sodré, *Quem é o povo brasileiro* (1962). Essa coleção também publicava livros de jovens intelectuais comunistas, como Jorge Miglioli, autor do volume 13, intitulado *Como são feitas as greves no Brasil* (1963). É difícil dar exemplo mais expressivo do romantismo revolucionário da época que o dos três livros da coleção *Violão de rua*, com o subtítulo revelador de *poemas para a liberdade*. Os volumes de *Violão de rua* eram edições extraordinárias da coleção *Cadernos do povo brasileiro*, em formato de bolso. Nos poemas que compõem os três volumes, transparece a emoção dos poetas pelo sofrimento do próximo, a denúncia das condições de vida subumanas nas grandes cidades e, sobretudo, no campo. Enfoca-se especialmente o drama dos retirantes nordestinos. A questão do latifúndio e da reforma agrária é recorrente, em geral associada à conclamação aos homens do povo brasileiro para realizar sua revolução, por exemplo, seguindo as Ligas Camponesas. A evocação das lutas de povos pobres da América latina e do Terceiro Mundo aparece várias vezes; por exemplo, há dois poemas em homenagem ao líder revolucionário africano, que acabara de ser assassinado, Patrice Lumumba.

considerados como componentes das classes populares os operários e assalariados em geral, os camponeses, os estudantes e intelectuais e os pequenos proprietários.⁷⁷ Paralelamente eram identificados os inimigos do povo, tais como o imperialismo, os latifundiários, os especuladores, os banqueiros e financistas e os grandes industriais. Estes autores apontavam as formas de se encontrarem autênticas soluções populares para os problemas nacionais.

Esta vanguarda, fruto da união entre operários, camponeses e intelectuais revolucionários teria como missão utópico-libertária eliminar o capitalismo e instalar o socialismo no país, através da organização de todas as forças populares, da manutenção das conquistas sociais e políticas do povo brasileiro, da revolução agrária, da derrota do imperialismo e seus agentes nacionais, enfim, da conquista do poder político para as massas populares.

Ainda sob a vigência do parlamentarismo, o Presidente João Goulart acenou para uma aproximação com os setores populares, nacionalistas e democráticos da sociedade civil, do Congresso Nacional e das Forças Armadas.⁷⁸ Jango ao assumir a defesa urgente das denominadas reformas de base, em especial a agrária, concebeu-as como fundamentais para o desenvolvimento das forças produtivas e do capitalismo nacional. Os setores civis e militares mais conservadores se há algum tempo vinham se articulando no sentido de desestabilizar o governo Goulart, passaram a detrá-lo com mais intensidade, acusando-o de radical, comunista e socialista. Estava formada a ampla frente conservadora, civil e militar que, em final março e início de abril de 1964, encerraria a experiência democrática iniciada no Brasil em 1945.⁷⁹

Na leitura das *Conversas Avulsas* de Dom Delgado, um ano após o golpe civil-militar, é possível perceber-se uma clara rejeição diante do que conceituava como “extremismos” de direita, de esquerda e de centro, no Brasil. Partidarismos, segundo ele, que só contribuía para aumentar o sofrimento do povo, tendo em vista a polarização e a radicalização das soluções apresentadas.

⁷⁷ JÚNIOR, Theotônio. *Quais são os inimigos do povo?* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A. 1962. p. 115 – 118.

⁷⁸ CASALECCHI, José Ênio. *O Brasil de 1945 ao Golpe Militar*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 94-95.

⁷⁹ O fim da experiência democrática desse período foi registrado no diário irregular escrito pelo poeta Drummond de Andrade, da seguinte forma: “e, de repente, foi-se o governo Goulart, levando consigo o Comando Geral dos Trabalhadores. Em menos de dois dias, tudo se esfarelou. O Presidente da República, tão seguro de si ao falar aos Senhores Sargentos, fugiu de avião para lugar ainda não sabido. Não tinha a força que pensava – e que outros pensavam que ele tivesse”. Carlos Drummond de Andrade. *O Observador no Escritório*. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 255.

Dom Delgado pautava-se pela defesa de uma harmonia social, calcada no Evangelho e no Vaticano II.

Em Relatório de Atividades Nacionais e Regionais da CNBB⁸⁰, divulgado durante a sua VIII Assembléia Geral, realizada em Aparecida (SP), em maio de 1967, o Concílio Vaticano II foi concebido como um marco na instituição de um período intenso de renovação evangélica. Encerradas as sessões conciliares, o esforço que se apresentava ao episcopado brasileiro era vivenciar as orientações traçadas pelo Concílio. Os bispos do Brasil, ainda durante a última sessão do Vaticano II, reuniram-se com o objetivo de elaborar o Plano Pastoral de Conjunto (PPC), a que nos referimos anteriormente, meta que ocupou totalmente a pauta de sua VII Assembléia Geral. De acordo com o PPC, foram estabelecidos um objetivo geral e seis específicos, para a renovação orgânica e global da Igreja. O objetivo geral propunha “levar todos os homens à plena comunhão de vida com o Pai, e entre si, em Jesus Cristo, no dom do Espírito Santo, pela mediação visível da Igreja”.⁸¹ No período entre as Assembléias, a Comissão Central era o órgão máximo de coordenação geral da CNBB. Após a Assembléia Geral de 1965, realizada em Roma, a Comissão Central reuniu-se em junho e novembro de 1966 e maio de 1967. Nestas reuniões foram revistas e analisadas as ações da Conferência e buscou-se tomar consciência das questões mais agudas que exigiam respostas imediatas do episcopado nacional. Em junho de 1966 reuniram-se o Secretariado Geral e os Secretariados Nacionais para avaliar o andamento do PPC e detalhar as atividades para 1967.

Em setembro de 1966, as primeiras reuniões foram realizadas entre os subsecretários nacionais e o Secretariado Geral da CNBB para articular o desenvolvimento do PPC, nas diversas regiões do Brasil e intensificar o entrosamento do Secretariado Geral com os Regionais. Com este intuito, os trabalhos do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS) foram direcionados para o encaminhamento do Programa.

Por outro lado, o Secretariado Geral da CNBB buscou uma maior articulação com a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) através de reuniões informais e a realização de atividades conjuntas. Nos últimos meses do ano de 1966, o episcopado brasileiro reforçou sua

⁸⁰ Relatório-Síntese das Atividades Nacionais e Regionais – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – VIII Assembléia Geral. Aparecida: São Paulo, 6 a 10 de maio de 1967. Arquivo SHEAF.

⁸¹ Ibid.

participação no Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM). Através de seus delegados, a CNBB participou das reuniões do CELAM e os Secretários Nacionais de Apostolado dos Leigos, Vocações Sacerdotais, Ação Social, Seminários, Educação e Prelazias, com seus assessores, se fizeram presentes a vários encontros de âmbito continental promovidos pelos respectivos departamentos do CELAM.⁸²

As cooperações da Igreja Católica européia, através do envio de missionários, técnicos e dinheiro, destinadas à América Latina, foram recebidas e questionadas de maneiras diferentes pelos membros do episcopado brasileiro. Dom Frago, por exemplo, em 1969⁸³, durante a X Assembléia Geral da CNBB fez uma exposição sobre o que considerava mais problemático no que dizia respeito àquelas cooperações. No ano anterior, esteve em Madri, Roma, Genebra, Paris e Bruxelas, oportunidade em que expôs seu pensamento sobre o assunto. Para o então bispo de Crateús, era necessária a realização de uma pesquisa sobre a eficácia objetiva da ajuda. Não se tratava de colocar em questão a intenção dos que enviavam não só dinheiro, mas missionários e técnicos para o continente latino-americano. Enquanto a pesquisa fosse realizada, era preciso intensificar o intercâmbio entre a Europa e a América Latina, para um conhecimento mútuo. Naquele momento, afirmava existirem trinta e seis mil estudantes latino-americanos que buscavam conhecer a cultura e a ciência européias.

No entanto indagava: “que é que a Europa está fazendo para nos conhecer? Não basta enviar homens de televisão, de cinema, de imprensa, que captam imagens de nossa miséria para suscitar a compaixão de nossos irmãos europeus em campanhas de Quaresma ou Advento”.⁸⁴ Para ele, o financiamento do intercâmbio não poderia ser assumido só pelos países ricos, uma vez que todo financiamento unilateral gera dependência. Seria conveniente a criação do que chamava de “Fundo Multilateral”, integrado pela contribuição de todos os países interessados na troca de experiências e conhecimento mútuo. Isto é, urgia sensibilizar a consciência européia para as exigências da justiça no mercado internacional e na concentração do conhecimento. Só a justiça nessas duas dimensões possibilitaria aos países da América Latina um desenvolvimento autônomo

⁸² Ibid.

⁸³ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – X Assembléia Geral. São Paulo, 21 a 30 de julho de 1969. Documento de Dom Antonio Batista Frago, datilografado em 29 de julho de 1969. SHEAF.

⁸⁴ Ibid.

e a formação de quadros locais indispensáveis ao planejamento original e específico desse desenvolvimento. Como testemunho exclusivamente pessoal, Dom Fragoso entendia que:

A ajuda se situa num contexto internacional de dominação, apesar da reta intenção e do testemunho fraterno de muitos. A esse título, é mais justo que a ajuda seja supressa para se reassumir o problema com a amplidão desejada. Porém, minha condição de subdesenvolvido leva-me a uma dolorosa situação de consciência. De um lado parece-me que a ajuda, no presente contexto, deve ser supressa. De outro lado, a supressão da ajuda fará desabar todo um esquema montado sobre ela, com graves conseqüências. Esta opinião pessoal é uma etapa na reflexão de um bispo que não fez a pesquisa global e não tem a assessoria indispensável. Ela coexiste com o mais sincero reconhecimento a quantos nos ajudam desinteressadamente.⁸⁵

De um modo geral, o PPC foi concebido pela CNBB, desde sua vigência em 1966, como instrumento privilegiado de aplicação do Vaticano II à Igreja do Brasil, no sentido de promover uma renovação segura, sistemática e orgânica, sob a orientação do episcopado com participação das forças da Igreja e de todos os católicos.

Em consonância com as diretrizes da CNBB, Dom Delgado lançou, em 1966, em Fortaleza, a mensagem pastoral “Com o Povo de Deus em Marcha”.⁸⁶ A mensagem foi elaborada em conseqüência e como continuidade da “Semana do Povo de Deus” que havia sido realizada em junho do mesmo ano. Durante aquele evento, Dom Delgado ressaltava como momento de maior calor espiritual e vibração “a feliz oportunidade de ouvir a palavra de D. Helder Pessoa Camara, filho do Ceará, que há 24 anos não vinha à Fortaleza”.⁸⁷ Para o Arcebispo de Fortaleza não era importante que D. Helder, o “Bispo Profeta”, como gostava de chamá-lo, não tivesse sido entendido naquela ocasião. O fundamental, na sua concepção, era que o clero cearense se inserisse

⁸⁵ FRAGOSO, Dom Antonio Batista. *Documento da X Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*. São Paulo. 21 a 30 de julho de 1969. Arquivo SHEAF.

⁸⁶ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Com o Povo de Deus em Marcha*. Fortaleza, 8 de setembro de 1966. Datilografado. Arquivo da Sala de História Eclesiástica da Arquidiocese de Fortaleza (SHEAF).

⁸⁷ Sobre as visitas esporádicas de Dom Hélder ao Ceará, o *Jornal do Brasil*, catorze anos depois, no dia 13 de julho de 1980, sob o título de *D. Hélder reza nas favelas*, publicou que um dia antes, em Fortaleza, as mesmas bandeirinhas e faixas que haviam sido acenadas para o Papa João Paulo II, saudaram o Arcebispo de Olinda e Recife, durante uma visita que fez à favela da Água Fria, de lá seguindo em caminhada de 1,5 quilômetros até a favela do Dendê.

na pastoral de conjunto, seguindo os balizamentos da CNBB, do Regional Nordeste I da CNBB e do Secretariado Arquidiocesano de Fortaleza, aproveitando os ensinamentos do Vaticano II:

Um campo magnífico de inserção para muitos seriam as comunidades de base, mesmo que lhes reservem apenas algumas horas por semana. Nestas modestíssimas comunidades de base não existem tradições paroquiais. O terreno é virgem. Ali se poderão estruturar, em caráter inteiramente novo, futuros núcleos de vida cristã capazes de levar longe a renovação da Igreja, na linha do Concílio Vaticano II. Neste momento penso muito na experiência eclesial que as referidas comunidades de base, a se estenderem também pelo campo, e vivo do sonho de vê-las assumidas, com ardor, por inúmeros fiéis, num sentido de corresponsabilidade pelos destinos espirituais do Povo de Deus na Arquidiocese.⁸⁸

Na passagem acima transcrita, percebe-se que Dom Delgado mostrava-se favorável a uma nova imagem eclesial indicada durante os estudos do Concílio, isto é, que a Igreja Católica Apostólica Romana deveria estar a serviço do ser humano, sobretudo dos mais pobres e deveria se inserir na realidade sócio-política e econômica. A proposta do Arcebispo, em 1966, era abrir caminhos para uma maior participação eclesial e do elemento laico nas ações e movimentos sociais como uma forma de maior comprometimento com sua crença religiosa. Tanto assim que orientou a equipe de direção do Seminário da Prainha⁸⁹ no sentido de que queria “pequenas comunidades em torno de um padre, enraizadas em um lugar concreto da Igreja”.⁹⁰ A primeira equipe de jovens seminaristas de Fortaleza que participou de uma primeira experiência de base no meio operário, segundo Dom Delgado, chegou a avançar nos seus estudos para atingir o sacerdócio mais cedo, pois a acharam rica de elementos de amadurecimento humano e social.⁹¹

As “pequenas comunidades” a que se referia Dom Delgado “seriam meios onde os seminaristas deveriam viver acompanhados de um sacerdote, no período de formação, para obtê-la

⁸⁸ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Com o povo de Deus em marcha*. Fortaleza, 8 de setembro de 1966. Arquivo SHEAF, p. 1.

⁸⁹ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Pequenas Comunidades*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 17 de janeiro de 1967.

⁹⁰ Ibid.

⁹¹ Ibid.

bem realista”.⁹² Tanto a comunidade de base quanto os grupos de base, para fazerem jus a tal denominação, conforme Dom Delgado, deveriam não só estar abertos aos grupos maiores, mas possuírem líderes de base. No caso dos seminaristas cearenses, que também deveriam constituir um grupo de base, deveriam fazê-lo sempre buscando o bem geral, o que estava inclusive de “acordo com a doutrina de São Tomás de Aquino, no século XIII”.

Diante da constatação de que a maioria das comunidades ainda não possuía líderes de base e grupos de base que pudessem ser caracterizados como tais, para Dom Delgado, era suficiente que esses líderes e grupos existissem “em potência” e que a comunidade estivesse conscientizada da necessidade deles. A própria consciência da necessidade da existência daquelas categorias influenciaria enormemente no surgimento de representantes legítimos das referidas comunidades de base.

Na sua argumentação em favor da identificação e legitimação das “pequenas comunidades”, Dom Delgado refletia sobre os problemas surgidos com o crescimento das cidades. Os grandes centros urbanos eram definidos por ele como “cidades monstros” que haviam gerado problemas que eram objeto de estudos sociológicos e educacionais. Quanto aos últimos, criticava o abandono, nas universidades, dos estudos humanistas e o privilegiamento dos conteúdos tecnológicos no seio das instituições de ensino superior do Brasil.

Após cumprir sua missão de pastor no Rio Grande do Norte, Paraíba e Maranhão, no Ceará, acompanhava-o certo temor em não realizar o que pretendia, pois já contava mais de sessenta anos e ponderava:

Se os padres não me ajudarem muito mais, se os religiosos não saírem um pouco dos conventos para vir ao campo e às ruas, se os leigos se derem ao fácil trabalho de viver de reflexões, de cálculos, de discussões teológicas, embora tão mais necessárias que em outros tempos, como poderei marcar Fortaleza no governo da Arquidiocese? Cumpre-me confessar que nada me preocupam as críticas de quantos estejam a acompanhar meu trabalho negativamente. Deixa-los-ei para trás sem a mínima raiva, como quem não tem tempo a perder e não deseja agravar a doença de fígados endurecidos e preguiçosos,

⁹² DELGADO, Dom José de Medeiros. *O que são As Comunidades*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 19 de janeiro de 1967.

preocupo-me sim, com os retardatários, com os bons que não formam nas fileiras de frente do apostolado, sobretudo do apostolado conjugado.⁹³

No seu programa de aplicação do PPC à Arquidiocese de Fortaleza, “Com o Povo de Deus em Marcha”, Dom Delgado explicitava a sua concepção de revolução. Partia do que denominava de “conceito sociológico de revolução”⁹⁴, ou seja, designando mudança radical e rápida. Como resultados desta última surgiam logo as idéias de “violência sanguinária, de fuzilamentos, expurgos e cassações dos direitos dos homens”. Para ele, esse tipo de prática revolucionária era detestado por todos, pois era a legalização do desrespeito à pessoa humana. No entanto, Dom Delgado atribuía à palavra rápida e radical, significados distantes do viés violento e sanguinário. Explicava radical como sinônimo de profundo, e rápido, com o sentido de marcha progressiva, uma vez que:

Para certos problemas, uma necessidade urgente na saúde, impondo operação cirúrgica, rápido quer dizer imediato, sem a menor delonga. Rápido na mudança do curso de um rio que ameaça submergir uma cidade, já não tem o mesmo imediatismo. Rápido na vida de um povo compreende-se em termos progressivos, dentro de uma década ou duas. Se se (**sic**) entende revolução nestes termos fica afastada a idéia macabra da violência. Não se admite facilmente é uma revolução que não muda nada e, apesar do fervor da honestidade das primeiras horas, faz que tudo volte e piore.⁹⁵

Os debates em torno das questões que envolviam a revolução social, entre os católicos latino-americanos, vinham se intensificando desde o triunfo da Revolução Cubana de 1959. No processo de evolução da Revolução Cubana⁹⁶ para revolução socialista, ocorrida entre 1960 e 1961, Fidel Castro delimitava a natureza daquela revolução, definindo-a como:

⁹³ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Grave Receio*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 22 de janeiro de 1967.

⁹⁴ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Com o Povo de Deus...Op. cit.* p. 30.

⁹⁵ *Ibid.*

⁹⁶ Cf. LÖWY, Michael. *Op. cit.* p. 281 – 2.

A revolução socialista e democrática dos humildes, com os humildes e para os humildes. E por esta revolução dos humildes, e pelos humildes e para os humildes, estamos dispostos a dar a vida. Operários e camponeses, homens e mulheres humildes da pátria, juram defender até a última gota de sangue esta revolução dos humildes, pelos humildes e para os humildes?⁹⁷

Em 1962, frei Carlos Josaphat publicou *Evangelho e Revolução Social*.⁹⁸ Partindo do postulado de que os cristãos haviam recebido do Evangelho não apenas a mensagem da Paz, mas também, uma mensagem de luta, uma atitude de militância para remover a injustiça, o ódio e a miséria, buscava responder ao que considerava a grande questão de sua época: “no terreno social seria o cristianismo conservador, seria o discípulo do Evangelho pela manutenção da ordem vigente, estaria ele pela evolução ou pela revolução social?”.⁹⁹ Asseverava que o Evangelho prega uma submissão ao poder legitimamente constituído e espera do cristão uma colaboração eficaz para o aperfeiçoamento das estruturas sociais comprometidas com o bem comum. No entanto afirmava que os cristãos não poderiam ser coniventes com os regimes que eram apoiados somente pelas classes privilegiadas. Diante destes, a posição dos cristãos deveria ser de rejeição e inconformismo. Referia-se, particularmente, a determinadas ditaduras qualificadas de católicas que se perpetuavam indefinidamente no poder. Isto implicava na necessidade de se especificar os conceitos embutidos na “grande questão” acima referida.

De acordo com frei Carlos, se até o final do século XIX, revolução designava principalmente um conteúdo político e relacionado à rebelião armada, golpe militar violento ou guerra civil, na sua época, afirmava, o termo vinha recebendo conotações distintas daquelas, sugerindo primordialmente a transformação radical das estruturas socioeconômicas, cuja característica fundamental seria a mudança qualitativa do processo social vigente. Evolução exprimiria um progresso vagaroso e homogêneo do sistema formado pelas instituições, ao passo que revolução era entendida como mudança brusca, legítima e necessária sempre que se verificasse um descompasso entre o processo social e as estruturas, posto que:

⁹⁷ CASTRO, Fidel. *Revolução socialista e democrática em Cuba*. In: LOWY, Michael. Op. cit. p. 281.

⁹⁸ OLIVEIRA, Frei Carlos Josaphat de. *Evangelho e Revolução Social*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1962.

⁹⁹ Ibid. p. 81.

A Revolução será uma necessidade, toda vez que se verifique um atraso, um retardamento no processo evolutivo, ou quando um aceleração no progresso, sobretudo no setor econômico, estabeleça um desequilíbrio, um desajustamento entre as necessidades e as aspirações do conjunto do povo, e a ordem jurídico-política vigente. Não há assim identidade entre Revolução e Guerra Civil, que apenas ocasionalmente pode iniciar um processo revolucionário, como igualmente pode estar a serviço das forças reacionárias. (...) A Revolução Social pode, portanto, constituir um imperativo para a consciência cristã em determinada conjuntura histórica. A fidelidade ao Evangelho postula objetividade no diagnóstico da situação, coragem de optar mesmo contra os próprios interesses e os preconceitos inveterados.¹⁰⁰

Em âmbito continental, três anos depois, em 22 de maio de 1965, o padre colombiano Camilo Torres Restrepo lançou a sua *Mensagem aos Cristãos*,¹⁰¹ onde indicava que a transformação das estruturas sociais do país seria viabilizada através de uma aliança de todas as forças populares. Com base no Evangelho, reflete sobre as aproximações entre marxismo e cristianismo e inaugura o movimento revolucionário colombiano “Frente Unida do Povo”. Camilo Torres pautava-se por um cristianismo radicalizado, ao conceber que a genérica “caridade cristã” não atendia às necessidades de libertação do povo colombiano, dado que estava em consonância com a manutenção dos privilégios das minorias dirigentes.¹⁰²

No final de fevereiro de 1966 foi noticiada a morte do sacerdote católico Camilo Torres que, nos últimos meses de 1965, havia se unido a uma guerrilha nas montanhas da Colômbia integrando o que passou a ser chamado de Exército de Libertação Nacional. Outras versões

¹⁰⁰ OLIVEIRA, Frei Carlos Josaphat de. Op. cit. p.83.

¹⁰¹ TORRES, Camilo. *Mensagem aos Cristãos*. In: LÖWY, Michael. Op. cit. p. 310 – 13.

¹⁰² Na interpretação do padre Camilo Torres era “urgente tirar o poder das minorias privilegiadas para dá-lo às maiorias pobres. Isto se for feito rapidamente, é o essencial de uma revolução. A revolução pode ser pacífica se as minorias não fizerem resistência violenta. A revolução, portanto, é a forma de se obter um governo que dê comida para o faminto, que vista o despido, que ensine quem não sabe, que realize as obras de caridade, de amor ao próximo não só de forma ocasional e transitória, não apenas para alguns poucos, mas para a maioria dos nossos próximos. Por isso, a revolução não só é permitida como é obrigatória para os cristãos que vejam nela a única maneira eficaz e ampla de realizar o amor para todos”. Ibid. p. 311.

surgiram dando conta de que Camilo Torres havia sido preso e posteriormente assassinado pelas forças do Exército colombiano.¹⁰³

Na ótica de Dom Delgado, a Igreja, no processo desencadeado pelo Concílio Vaticano II, que passou a defini-la como “Povo de Deus”, foi submetida a renovações e transformações que o levavam a caracterizá-las como uma revolução. Os sinais dessa revolução eram percebidos por ele, nos programas de treinamento de leigos, de formação de lideranças nos diversos setores da sociedade e, principalmente, nas ações de conscientização dos cristãos. Tratava-se de um processo revolucionário “sem sangue e sem desrespeito aos direitos legítimos das pessoas humanas”. Para a obtenção dessas mudanças, Dom Delgado enfatizava que a Igreja, ao longo tempo, se fez humilde, reconhecendo antigos erros, reexaminando o grande problema da liberdade religiosa, passando a se dirigir aos povos em sua própria língua, autorizando a adoção da música popular na celebração do culto.

Por outro lado, no mesmo documento, procurava particularizar quais seriam, na Arquidiocese de Fortaleza, os processos que levariam a Igreja do Ceará a atender às necessidades da “Revolução do Povo de Deus”. Esta se faria através de:

Projetos de promoção popular, de natureza econômica, mas de tal forma ligados à vida íntima, ao viver ou morrer de nossa humilde gente, dos que têm fome, dos que choram, dos que quase desesperam em meio aos sofrimentos que os afligem, há projetos, digo, em torno dos quais podem formar dezenas, centenas e milhares de pessoas, num testemunho de solidariedade das que apressarão, com certeza, a adesão dos próprios indiferentes à ação dinâmica e construtiva, da própria renovação humana e social do nosso amado povo, dos nossos irmãos na fé.¹⁰⁴

Entre os projetos que considerava essenciais, destacava dois: o de reforma agrária no município cearense de Capistrano, na comunidade de Carqueija,¹⁰⁵ e o de uma cooperativa

¹⁰³ CASTILLO, Gonzalo. *A Morte do Sacerdote Camilo Tórres*. In: PAZ E TERRA. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra Limitada, 1966. p- 264 – 266. Ano I. Nº 1. Julho/1966.

¹⁰⁴ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Com o Povo de Deus...*, Op. cit. p. 31.

¹⁰⁵ Localidade situada a 9 Km a oeste da sede do município cearense de Capistrano, no sopé da serra de Baturité, na qual estavam situados os sítios São Pedro, Lagoa Seca e Pau de Sebo, que haviam sido doados para a Arquidiocese de Fortaleza, pelo casal Pierre Aon e Emília Freire Aon, desde 1930. Após a morte da Sra. Emília, em 1965, Dom José de

artesanal em Fortaleza. Ambos deveriam ser fortalecidos através do envolvimento dos cristãos, através de depósitos bancários em favor da “Solidariedade do Povo de Deus”, para que fossem viabilizados empréstimos a longo prazo e com juros pequenos, aos camponeses daquele município, por intermédio da Cooperativa Agropecuária de Carqueija, que já funcionava e fora reconhecida pelo Ministério da Agricultura.

Dom Delgado vinha trabalhando nesse sentido há algum tempo. Logo após assumir suas funções episcopais em Fortaleza, transformou o antigo Banco São José, da Arquidiocese, que existia desde 1933, em Banco Popular de Fortaleza S.A. Convocou todas as dioceses do Ceará a assumir esse empreendimento e a se empenhar em transformá-lo em instrumento de ação social da Igreja. O capital efetivo chegou, no início da década de 70, a Cr\$ 3.000.000 (três milhões de cruzeiros), com um volume de depósitos em torno de Cr\$ 12.000.000 (doze milhões de cruzeiros).¹⁰⁶ O Banco Popular, de acordo com o relato de Dom Delgado, representava a grande responsabilidade social que a Igreja deveria assumir na região Nordeste, especialmente por ser o único estabelecimento de crédito existente na época sob os auspícios da Igreja. Portanto, “conservá-lo e transformá-lo em efetivo instrumento de ação social, começando pela educacional, base de toda ação social autêntica, representa também uma defesa da economia nordestina”.¹⁰⁷ Refutava severamente ter o intuito de alimentar qualquer “estreitismo regionalista”, porém acreditava que reforçar o Banco Popular seria imprescindível no sentido de arrefecer o colonialismo interno e fazer frente ao Sul do país, que na sua concepção, pretendia transformar o Nordeste em simples zona de mercado de consumo.

Medeiros Delgado, representando a arquidiocese, assumiu a administração das terras de Carqueija. Sob a coordenação da Fundação João XXIII, Dom Delgado iniciou o “Projeto de Educação Popular e Desenvolvimento Comunitário de Carqueija”, viabilizado através da instituição de um Clube de Mães, uma Sociedade Agropecuária, uma Cooperativa Agrícola Mista, Escolas Reunidas e da criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capistrano. Para o efetivo funcionamento do referido projeto, a Arquidiocese de Fortaleza firmou convênios com a Universidade Federal do Ceará, Banco do Nordeste do Brasil e Governo do Estado do Ceará. A coordenação do projeto ficou a cargo do agrônomo Raimundo de Holanda Farias, formado pela UFC em 1963 e que, antes de sua graduação, fora agente do Movimento de Educação de Base (MEB). Além de Raimundo Holanda, participaram do projeto o padre Alberto Viana, a advogada Maria José Acário, o radialista Everardo Sobreira e o padre Giovane Sabóia.

¹⁰⁶ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Pedaços de mim Mesmo*. Fortaleza: Oficinas do jornal **A Fortaleza**, 1973. p. 93.

¹⁰⁷ *Ibid.* p. 94.

O que se depreende das ações de Dom Delgado nos anos que se seguiram ao golpe civil-militar de 1964, é que representaram um esforço deste último em apresentar alternativas para a superação do subdesenvolvimento, em consonância com os pressupostos desenvolvimentistas da CNBB. Ou seja, diante da repressão que se abateu de forma sistemática sobre as diversas pastorais de leigos, com a prisão de padres, ameaças à hierarquia e perseguição a lideranças católicas, a CNBB foi forçada a repensar a sua estratégia de ação.¹⁰⁸ Mesmo assumindo uma postura mais defensiva diante do governo autoritário, a Igreja, com várias tensões dentro da sua instância maior e influenciada pelo impulso renovador do Concílio, continuou preocupada em compreender e explicar o atraso brasileiro.

Em estudo apresentado como tese de doutoramento à *Fondation Nationale des Sciences Politiques*, de Paris, em 1973 e publicado no Brasil em 1979, Márcio Moreira Alves¹⁰⁹ defende que:

Do ponto de vista organizacional, a nova estratégia da Igreja abriu algumas oportunidades imediatas de participação dos debates da instituição aos militantes das classes médias e superior, chamados a opinar na qualidade de peritos e de conselheiros de dioceses e de organizações de coordenação, criadas a partir de 1952. As revistas e as editoras católicas procuraram atrair a colaboração de jovens leigos, numa bem sucedida tentativa de renovar os seus quadros intelectuais, a quem foram também oferecidos empregos nas 14 universidades católicas instaladas nas principais cidades do país. Algumas ordens religiosas, desejosas de alargar a sua audiência, incorporaram leigos à organização de cursos e séries de conferências destinadas a melhorar o nível de reflexão teológica do conjunto da Igreja.¹¹⁰

Moreira Alves segue a mesma linha metodológica dos estudos de Bruneau, ao postular que a busca de novos modos de agir e de se posicionar na luta pela defesa dos direitos humanos e sociais por parte da Igreja foi um processo resultante de uma iniciativa da hierarquia católica progressista. Identifica o início das mudanças e do desenvolvimento de uma teologia sintonizada

¹⁰⁸ FUSER, Cláudia. *A Economia dos Bispos*. São Paulo: Editora Bial, 1987. p. 126.

¹⁰⁹ ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

¹¹⁰ *Ibid.* p. 55-56.

com os desafios da sociedade brasileira, em 1952, com a criação da CNBB, mas que tiveram um impulso decisivo a partir do Vaticano II, momento em que o episcopado brasileiro, até então vivendo bastante isolado em suas dioceses, passa a ter contato com as modernas correntes teológicas da Europa e da América Latina.

Moreira Alves, porém, diferentemente dos dois autores anteriormente citados, não atribui tanta relevância ao grupo de bispos criador da CNBB, nos desdobramentos de suas opções teológicas e pastorais posteriores. Para ele, com exceção de Dom Helder Camara “que se encontra entre os que se tornarão os bispos mais progressistas do Brasil, sendo a palavra aqui empregada no sentido de aceitação da socialização dos meios de produção”¹¹¹, os demais adotaram posicionamentos ambíguos e até de apoio ao regime ditatorial implantado com o golpe civil-militar de abril de 1964.

Entre os oito nordestinos do grupo, Dom Carlos Coelho e Dom Luís do Amaral Mousinho são classificados por ele como “tradicionalistas clássicos”.¹¹² Apesar de não especificar o que significava este clichê, na estrutura da Igreja daquela época. Dom Eugênio Sales, por ser autoritário, na sua avaliação, transformou-se em arauto da defesa de uma união com os militares e de colaborador da repressão.¹¹³ Considerava que Dom Fernando Gomes e Dom José Távora evoluíram para uma postura de compromisso com a questão social, apesar de cautelosa e pouco militante. O autor em questão não faz nenhuma referência a Dom José de Medeiros Delgado, então participante daquele primeiro grupo que instituiu a Conferência Nacional do Episcopado no Brasil.

Em estudo mais recente, reputado como um dos mais completos sobre a recuperação da memória do Concílio e das contribuições dos bispos brasileiros às suas diversas sessões, José Oscar Beozzo¹¹⁴ centra sua análise no que denomina de “redes de relações preexistentes e as que

¹¹¹ Ibid. p. 66.

¹¹² Ibid.

¹¹³ Ibid.

¹¹⁴ BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil no...* Op.Cit. Além desta são do mesmo autor as seguintes obras envolvendo a mesma temática: *A Igreja latino-americana às vésperas do Concílio. História do Concílio Ecumênico Vaticano II*, São Paulo, 1993 (trad. esp.: *Cristianismo e Iglesias de América Latina em vísperas Del Vaticano II*, San José da Costa Rica, 1992); *Igreja particular e colegialidade episcopal: do Vaticano I ao Vaticano II*, in ARROCHELLAS, Maria Helena (org.), *A Igreja e o exercício do poder* (caderno do ISER número 26), Rio de Janeiro, ISER, 1992, pp. 121- 172.; *A Igreja do Brasil, de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*, 2. ed., Petrópolis, Vozes, 1996.; *A Igreja após o Vaticano II*, in *Vida Pastoral*, XXVI/125 (nov./dez. 1985), pp. 33-40.; Dom Helder Câmara e o Concílio Vaticano II, In ROCHA, Zildo (org.), *Hélder; o Dom – Uma vida que marcou os rumos da Igreja do Brasil*, Petrópolis, 1999, pp. 102-110.; Para uma liturgia com rosto latino-americano in

se foram tecendo durante as quatro sessões deste último”.¹¹⁵ Coincidentemente com os autores anteriormente abordados, é da opinião de que o peso da CNBB fora determinado pelo seu Secretário Geral durante doze anos, Dom Helder Camara, reforçando a assertiva de que a grande falha organizacional da Conferência, de 1952 a 1962, estava na sua enorme concepção centralizadora, onde somente tinham direito de pronunciamento e poder de voto os bispos metropolitanos.

O Vaticano II, para Beozzo, configura para o episcopado brasileiro, um espaço privilegiado de convivência e de promoção de um maior conhecimento dos bispos entre si e as “bases, as raias miúdas do episcopado, tomando consciência de sua igualdade e de sua força”.¹¹⁶

Refere-se particularmente aos membros da hierarquia que em escala inferior aos metropolitanos,¹¹⁷ eram responsáveis pelas jurisdições apostólicas da Amazônia e de outras áreas do território brasileiro que, no modelo elitista inicial da CNBB, não eram chamados a participar de suas assembleias. Durante o Concílio, pela primeira vez na história da Igreja do Brasil, esse segmento irá se encontrar nos espaços da Conferência Nacional, mudando-lhe os rumos decisivamente. Tanto que Dom Hélder atribui a eles sua acachapante derrota eleitoral e a de seu grupo nas eleições internas de 1964.

A linha metodológica escolhida por Beozzo é a de que a CNBB, durante o Vaticano II, “conheceu um segundo nascimento, integrando, em um único conjunto, cardeais, arcebispos, bispos diocesanos, bispos auxiliares, administradores apostólicos e prelados das áreas missionárias”.¹¹⁸ Ou seja, comunga com as interpretações daqueles que deduzem que a Conferência Episcopal Brasileira passou por um “processo de gestação de um rosto diferente de

SECRETARIADO INTERNACIONAL CRISTIANO DE SOLIDARIEDAD COM AMERICA LATINA “OSCAR ROMERO”, *Conflicto y Unidad Latinoamericana*, México, 1989, pp. 159- 176.; “O Vaticano II e a Modernidade”. In COUTO, Márcio e BOGAZ, Antonio, *Vinho Novo em Odres Velhos*, São Paulo, Loyola, 2003, pp. 80- 113.; “Presença e atuação dos Bispos Brasileiros no Vaticano II”. In GONÇALVES, Paulo Sérgio e BOMBONATTO, Vera (orgs.), *Concílio Vaticano II – Análise e Perspectivas*, São Paulo, Paulinas, 2004, pp. 117- 162.

¹¹⁵ BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil no...* Op.cit. p. 177.

¹¹⁶ Idem. p. 178.

¹¹⁷ Metropolitano ou metropolitano, prelado de metrópole, em relação aos prelados sufragâneos. cf. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1988.

¹¹⁸ BEOZZO, José Oscar. Op. cit. p. 179.

Igreja a partir da provocação da eclesiologia do Vaticano II”.¹¹⁹ Nesse sentido, se é possível afirmar que até 1964 a CNBB era o carisma de seu mais destacado fundador, Dom Helder Camara, a partir do Concílio, esse carisma transformou-se em espinha dorsal de boa parte da Igreja brasileira, como principal mediadora entre os bispos, alargando o diálogo com as diversas paróquias espalhadas pelo território nacional.

No bojo desse posicionamento, o episcopado brasileiro pretendia construir uma terceira via, uma alternativa entre o sistema de apologia ao lucro e o “comunismo ateu”, que considerava uma negação dos valores mais autênticos do homem. Em síntese, o Plano de Emergência da CNBB encerra duas idéias principais: é urgente que a Igreja defenda e assimile as reformas sociais, como a agrária, para que o comunismo não se aproveite da situação e ganhe espaço no continente latino-americano. Este será o posicionamento que tomará a Igreja Católica brasileira, pelo menos até 1964.

O Secretário-Geral da CNBB, Dom Helder Camara, recorreu a alguns peritos e padres conciliares para debater com os bispos brasileiros participantes do Vaticano II os eixos temáticos que seriam abordados durante o concílio. A medida foi de vital importância para que o episcopado brasileiro não só desfrutasse de um momento especial para se conhecer, como também tomasse posição em relação às duas principais correntes de pensamento criadas durante o Vaticano II: a maioria e a minoria. A primeira tinha o apoio de João XXIII e consegue permanecer relativamente unida ao longo das quatro sessões cronológicas do Concílio. A segunda, representada pelas principais personalidades da cúria romana, mais conservadora e tradicionalista, acreditava que iria assumir o controle da assembleia e se caracterizará pela resistência às propostas reformistas que se apresentavam como ameaças às suas prerrogativas seculares.

A CNBB, ao assumir o espírito do Vaticano II e ao vincular-se à primeira tendência acima citada, reforça a sua proposta de articulação episcopal e de atuação na sociedade brasileira através dos Planos Pastorais. Para os bispos brasileiros, não era questão vital a busca de uma homogeneidade de posições. O essencial era estabelecer uma coerência e autenticidade para a Igreja Católica do Brasil. Nesse sentido, a Conferência deveria ser um espaço de diálogo para o

¹¹⁹ FRAGOSO, Dom Antônio Batista. *Itinerário dos passos dados*, in SANTOS, pe. Eliésio dos; GONÇALVES, Luiz Gonzaga; CALADO, Alder Júlio Ferreira e FRAGOSO, João da Cruz, *Igreja de Crateús (1964- 1998): Uma experiência popular e libertadora*. São Paulo: Loyola, 2005. pp. 39- 45.

episcopado brasileiro. Desde o início do Concílio, a CNBB procurará ser fiel às orientações do Vaticano II e por isso atuará no sentido de aproximar tendências que muitas vezes se apresentavam em descompasso.

Outra experiência de relações estabelecidas por parte do episcopado brasileiro e que se antecipara ao Vaticano II, é a de um episcopado que já se articulava em termos continentais através do CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americano), fundado no Rio de Janeiro, em 1955¹²⁰. O bom relacionamento de seus dois vice-presidentes, Dom Manuel Larraín, bispo de Talca, no Chile, e Dom Helder Camara, foi decisivo para que o episcopado latino-americano se posicionasse, durante o Vaticano II, de forma mais harmônica e priorizasse as questões conjunturais da América Latina.¹²¹ Tanto assim que, para Dom Helder, em depoimento transcrito por Beozzo,¹²² logo na primeira Sessão Geral do Concílio havia o temor de que as tensões viessem à tona, uma vez que a Cúria Romana, pretendendo controlar a Assembléia, apresentaria uma lista previamente preparada com os nomes dos bispos que deveriam compor as respectivas comissões do Vaticano II. Dom Manuel Larraín e Dom Helder agiram com o objetivo de evitar o que o segundo chamou, caso se concretizasse, de “atentado ao exercício da colegialidade episcopal”.¹²³ A manobra da Cúria Romana foi abortada, as eleições adiadas por quatro dias e as decisões do Concílio foram transferidas para a Assembléia Geral.

Como nos referimos anteriormente, sete meses antes da realização do Concílio, ou seja, em abril de 1962, a CNBB realizou a sua V Assembléia, no Rio de Janeiro, na qual foi gerado um Plano de Emergência para a Igreja Brasileira.¹²⁴ Neste, a Igreja do Brasil era considerada de emergência pastoral e o clamor dos bispos por reformas, ficava explícito nas suas três temáticas norteadoras: renovação paroquial, renovação do ministério sacerdotal e renovação dos estabelecimentos católicos de ensino. Deveria constar no mesmo Plano de Emergência, um anexo sobre a Pastoral de Conjunto que foi confiada a Dom José Távora. O adendo não foi redigido, mas

¹²⁰ BEOZZO, José Oscar. Op. cit. p. 179.

¹²¹ BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. pp. 77-78.

¹²² Ibid. pp. 76-77.

¹²³ Ibid.

¹²⁴ Para um maior detalhamento, ver “Plano de Emergência para a Igreja do Brasil”. Rio de Janeiro: Livraria Dom Bosco Editora, 1962. (72p.).

apresentado oralmente por Dom José naquela assembléia.¹²⁵ Mesmo havendo um clima de tranqüilidade nas relações entre Igreja e Estado, nada impediu que a Comissão Central da V Assembléia da CNBB assumisse um tom mais contundente, cobrando dos poderes da República “corresponderem às esperanças do povo, que deseja e reclama um governo firme, bem orientado e organizadamente estabelecido, coordenado nos seus diferentes setores e harmônico nos seus múltiplos órgãos”.¹²⁶

Várias são as reformas reivindicadas no *Plano de Emergência*, entre as principais estão as reformas agrária e eleitoral, consideradas pelos bispos brasileiros indispensáveis para a ampliação da participação popular no debate sobre o encaminhamento das questões mais urgentes da Nação.

Outra importante decisão da V Assembléia da CNBB a de descentralizar a Conferência, através da sua regionalização. Com esta medida, a CNBB procedia de modo inovador, uma vez que o Plano de Emergência funcionaria como catalisador das experiências pastorais e de propostas de renovação da Igreja, intuídas a partir das diversas regionais, paróquias e dioceses do Brasil. Esse clima pluralista e democrático seria interrompido, como veremos mais adiante, com o golpe civil-militar de 1964.

Em síntese, para fins de determinação do campo teórico-metodológico através do qual pretendemos conduzir a nossa dissertação, na tentativa de interpretar o período em que se insere o episcopado de Dom Delgado no Ceará, optamos por um viés que seja o mais fiel possível à historicidade do mesmo. Nesse sentido, não poderemos deixar de considerar a complexidade, as contradições, os confrontos, as frustrações e as radicalizações políticas que caracterizaram a sociedade brasileira da década de 1960, motivadora de vários esforços de interpretação e análises nas diversas áreas das ciências humanas.

No intuito de tentar articular o catolicismo brasileiro com a pluralidade dos desafios sociais e políticos que se estabeleceram como cruciais para a sociedade brasileira no período indicado, a década de 1960, consideramos necessário relacionar, ao longo deste trabalho, as origens das ebulições políticas e culturais que moldaram o espaço de experiência dos diversos sujeitos

¹²⁵ FREITAS, Maria Carmelita de. *Uma opção renovadora: a Igreja do Brasil e o planejamento pastoral*. São Paulo: Loyola, 1997. p. 83.

¹²⁶ LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *A Igreja Católica no Brasil - República*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1991. p. 71.

históricos atuantes naquela conjuntura, com a década anterior, a de 1950, e até mesmo, com as inquietações geradas pelo pós-guerra.

É pertinente levar em conta que o período anterior ao golpe militar (1960-1964) será abordado na nossa dissertação, buscando relacionar a Igreja no tempo de Dom Delgado com a impressionante polarização que caracterizou aquele período, no sentido de que nos primeiros anos da década de 1960, respirava-se e transpirava-se essencialmente política.¹²⁷ O espectro político durante o período citado, foi dominado por dois horizontes de expectativas radicalmente excludentes. Numa ponta, encontravam-se os diversos atores sociais que propugnavam por reformas, destacando-se “os movimentos populares, os sindicatos, os estudantes articulados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), as ligas camponesas, os militares nacionalistas, as frentes parlamentares reformistas, os socialistas, os comunistas, o clero e os leigos dos movimentos católicos progressistas”.¹²⁸ Na outra, aninhavam-se os grupos mais recentemente designados pela historiografia dedicada ao período, como modernizante e conservador. Em outras palavras, era composto pelos defensores de um desenvolvimento econômico para o Brasil, comprometido com o capital internacional e mantenedor da estrutura agrária vigente. Sob o seu teto coexistiam proprietários rurais, militares da Escola Superior de Guerra, políticos ligados à UDN, o clero conservador da Igreja Católica e grupos financeiros internacionais.

No bojo do mapeamento dessa trajetória do catolicismo no Ceará, nos interessa especialmente as inflexões históricas e religiosas que abriram horizontes transformadores dos posicionamentos internos e externos da Igreja Católica.

É mister pontuar os contornos da Igreja Católica durante a periodização aqui estudada, no âmbito de uma Arquidiocese situada numa das regiões de maior descaso pelos direitos humanos e sociais. Igualmente, acreditamos ser importante a indicação de possíveis direcionamentos, considerando o relato de vozes que foram caladas e perseguidas, além de problematizar algumas certezas dogmáticas.

¹²⁷ DELGADO, Lucília de Almeida Neves e PASSOS, Mauro. Op. cit. p. 103.

¹²⁸ Ibid.

1.2. DOM DELGADO NO CEARÁ: AS AMBIGÜIDADES DE UM PASTOR DE ALMAS

Dom José de Medeiros Delgado, em outubro de 1964, há quase um ano como Arcebispo de Fortaleza, estava na comitiva de mais de 100 bispos brasileiros que chegaram a Roma, nas asas do avião “Brás Cubas” da Panair do Brasil, sob os auspícios do governo brasileiro, para a terceira fase do Concílio Vaticano II.¹²⁹ Para Oscar Beozzo isto configurou um indício das contradições e ambigüidades vivenciadas pela Igreja Católica brasileira, não só no que diz respeito ao episódio particular a que se refere, porém, em relação a outros de maior envergadura.

Foi o ainda Secretário-Geral da CNBB (1952-1964), Dom Helder Câmara, quem negociou com o governo de João Goulart o compromisso de disponibilizar um avião. Compromisso que teve de ser renegociado com o primeiro presidente do regime militar, o Marechal Castelo Branco, e que custou ao então arcebispo de Olinda e Recife alguns desconfortos, como o de ser até considerado *persona non grata* na Universidade Católica de Pernambuco.¹³⁰ Numa dimensão mais ampla, colégios e universidades católicas recebiam subsídios do governo federal, além de projetos de cunho popular, como o MEB (Movimento de Educação de Base), operacionalizado através de uma rede radiofônica que se expandira graças aos recursos garantidos pelo governo Jânio Quadros.¹³¹

Paralelamente aos trabalhos do Concílio, foi realizada a VI Assembléia da CNBB no Colégio Pio Brasileiro em Roma. O resultado mais dramático das eleições para a Conferência dos Bispos do Brasil, naquele momento, foi a derrota de Dom Helder Câmara que fora Secretário Geral daquela entidade desde a sua criação em 1952. Dom Helder apoiava Dom Fernando Gomes para a presidência da CNBB, então vencido por Dom Agnelo Rossi. Enfraqueceram-se os bispos que formavam o núcleo hegemônico de prelados nordestinos de maior influência no seio da

¹²⁹ BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965*. São Paulo; Paulinas, 2005. p. 61.

¹³⁰ *Ibid.*

¹³¹ Cf. Márcio Moreira Alves. *Op. Cit.* p. 138, o MEB foi instituído como resultado de um acordo entre a CNBB e o governo Jânio Quadros, em 21 de março de 1961, iniciando com a garantia de uma verba de 1 milhão e setecentos mil dólares para o primeiro ano de atividades.

Conferência: Dom Helder, Dom José Vicente Távora, Dom Delgado, Dom Eugênio Sales e Dom José Mousinho.

Entre os anos de 1963 e 1965, como Arcebispo de Fortaleza, Dom José de Medeiros Delgado ficou dividido entre as viagens ao Vaticano e as necessidades do episcopado que acabara de assumir.

Dom Delgado foi arcebispo de São Luís do Maranhão de 1951 a 1963 e deveria ter sido substituído por Dom Helder Camara, que chegou a ser nomeado para aquele arcebispado, sendo, porém, remanejado por Paulo VI, para Recife, em virtude da morte de Dom Carlos Coelho.¹³² Em São Luís, Dom Delgado dedicou-se particularmente ao problema da terra, articulando diversas Semanas Ruralistas, entre os anos de 1957 e 1958. Durante este último, publicou *Problema da Terra*¹³³, série de artigos em que reflete sobre os problemas agrários daquele Estado. No documento, desenvolve argumentos sobre o que considerava os maiores obstáculos para a implantação de uma justa política de acesso à terra no Nordeste:

Não sabe o homem rústico como proceder para entrar na posse de seu quinhão de terra. O processo comum nem sempre é acessível aos pobres. Cumpre ao poder público ditar medidas simples de acesso à propriedade da terra. O regimen (sic) não devia ser necessariamente gratuito. A experiência indica que a pessoa humana, em geral, não dá valor ao que lhe é gratuitamente oferecido. A posse da terra deve ser acompanhada de outras providências governamentais, a fim de se tornar rendosa, tais como abertura de estradas, escolas, postos de saúde, em algumas partes centrais, e financiamento.¹³⁴

Dom Delgado deixa transparecer que não concebe uma reforma agrária como uma simples dádiva do Estado. Porém, entende que é ao Estado que cabe definir e viabilizar uma política de acesso à terra, para que se consiga fixar o camponês, evitando o êxodo das populações rurais em direção aos centros urbanos. No entanto, busca desqualificar as propostas de modificação da situação camponesa pela via revolucionária. Foge da problemática de uma política de

¹³² BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil no Concílio...* Op. cit. p. 360.

¹³³ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Problema da Terra: temática da VIII Semana Ruralista do Maranhão. Missão Intermunicipal Rural Arquidiocesana*. São Luís, MA: Tipografia São José Ltda, 1958.

¹³⁴ Ibid. p. 11.

concentração de terras. No seu enfoque, a distribuição de lotes deveria ser feita sobre as terras da União, vendidas aos trabalhadores rurais, “embora a preço módico e em longo prazo, com os olhos voltados para a solidariedade que o governo lhe deve emprestar, e estaremos seguindo o caminho mais aplaudido pelos sociólogos rurais”.¹³⁵

A análise elaborada por Dom Delgado, naquele momento, é calcada no ensinamento social tradicional da Igreja Católica, que se exprime de forma sintética no seu pensamento acima transcrito. Sua crítica é dirigida ao que Houtart define como “condenação dos abusos”¹³⁶ e nunca à própria lógica do sistema capitalista. A sua intencionalidade maior é, na medida do possível, sugerir a moralização das práticas de convivência vigentes no mundo rural. Na sua concepção, e de grande parte do episcopado brasileiro nos anos finais da década de 50, “a posse da terra (...) deve ser regulamentada com vistas sociais e não simplesmente individualistas”.¹³⁷ Dessa forma, percebe-se que Dom Delgado defende que a mudança da ética individual seria suficiente para transformar a sociedade.¹³⁸

Segundo Brandão, Dom Delgado fez no Maranhão uma experiência pioneira de colonização e reforma agrária em terras da Igreja, em Mariápolis, com mais de 18.000 ha.¹³⁹ Dom Delgado insistia que, mesmo num regime cooperativista, a posse da terra por si só não era suficiente para promover uma mudança significativa nas condições de vida das comunidades rurais. Considerava que, além da terra, era indispensável assistência técnica e financeira, fornecimento de sementes selecionadas e sugeria o “cultivo de produtos novos, no caso a mamona,

¹³⁵ Ibid.

¹³⁶ HOUTART, François. *Mercado e Religião*. São Paulo: CORTEZ EDITORA, 2003. p. 58.

¹³⁷ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Problema da Terra*. P. 12.

¹³⁸ NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000. p. 179. Frederico de Castro Neves nos remete àquela conjuntura de ampla politização dos problemas sociais do final da década de 50, contornada pelos motins dos flagelados, pelos conflitos entre a Igreja e o PCB, disputando a hegemonia das associações de trabalhadores rurais e a alternativa representada pelo avanço das Ligas Camponesas, quando interpreta que: “A seca de 1958 alcançou tamanha repercussão que não só transformou a chamada questão regional em problema nacional, como, a partir de então, o Nordeste passa a se configurar como um problema de segurança nacional. Em vista disso, passaram a ser consideradas de interesse militar as funções exercidas na SUDENE por oficiais do exército e engenheiros militares, já que os órgãos de segurança passaram a considerar as secas como um rastilho onde se poderia ter ateado o fogo das insurreições”. Premida, então, por diversas forças sociais e políticas que refletiam e agiam sobre a questão agrária nos últimos anos da década de 50, é que a Igreja decidiu atuar de forma mais efetiva na resolução dos problemas do campo.

¹³⁹ BRANDÃO, José Ribamar Fernandes. op. cit. p. 31.

com efeitos diretos na própria amortização mais rápida e mais cômoda da compra do quinhão de terra própria”.¹⁴⁰

Procurava unir a idéia de promoção econômica, com um trabalho de educação dos grupos envolvidos no projeto, ressaltando aquilo que para ele se traduzia numa “maneira prática de entrosamento dos órgãos técnicos e financeiros, públicos e privados, junto ao homem do campo e às organizações comunitárias dedicadas ao desenvolvimento rural”.¹⁴¹ A educação, no seu projeto de reforma agrária, tinha um papel crucial, especialmente a questão da educação de base dos adultos. Como o próprio Dom Delgado ressalta: “na solução de tal problema, surge a imperiosa necessidade do preparo de pessoal para este fim. No preparo deste pessoal, urge ter em mente que adultos não se educam ou reeducam, sem conhecimentos técnicos especiais, relativos ao funcionamento de instrumentos como a cooperativa, do conhecimento de métodos novos, tais como o de organização da comunidade.”¹⁴²

O então arcebispo de São Luís posicionava-se em sintonia com a corrente reformista da Igreja do Brasil. Surgida no início da década de 1950, esta corrente aproximava-se, em certa medida, do núcleo modernizador conservador da Igreja, ao defender a necessidade de uma ação pastoral de maior eficácia no mundo moderno.¹⁴³ Aproximava-se daquele núcleo conservador, quando considerava o comunismo como ponto central das preocupações.

¹⁴⁰ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Problema da Terra*. Op. cit. 14.

¹⁴¹ Ibid.

¹⁴² Ibid,

¹⁴³ MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 65. Para o autor, por volta de 1964, malgrado a Igreja brasileira ter sofrido importantes modificações, vivenciava agudas tensões internas. Numa ponta, pressionava a esquerda católica. Na outra, atuavam os tradicionalistas, de cujos quadros saiu a direita católica. Essa facção foi importante na derrubada do governo Goulart em 1964 e no combate aos bispos progressistas. No entanto, segundo a tipologia do clero brasileiro, estabelecida por Mainwaring: “a maioria da Igreja institucional não favorecia nem a esquerda nem os tradicionalistas (ou direita). Estava dividida entre os reformistas e os **modernizadores conservadores (grifo nosso)**. Os modernizadores conservadores eram a facção dominante na Igreja durante o início e a metade da década de 50 e, até o final da década de 60, dividiram a hegemonia com os reformistas. Como os reformistas, eles acreditavam que a Igreja devia mudar, mas promoviam um catolicismo mais forte através da educação religiosa mais intensa. Estavam mais preocupados com a justiça social que os tradicionalistas, mas eram menos inclinados a ver os problemas sociais como resultantes da estrutura social do que os reformistas. Preocupados em tornar a Igreja mais eficaz e relevante para seus adeptos, lançaram programas como o Movimento Familiar Cristão e minicursos cristãos (Cursilhos de Cristandade). Como os reformistas, os modernizadores conservadores acreditavam que a Igreja necessitava promover uma maior participação leiga, mas estavam mais preocupados em manter a obediência hierárquica do que os reformistas que adotavam a noção de Igreja como o Povo de Deus”.

As Semanas Ruralistas vinham sendo realizadas pela Igreja desde o início dos anos de 1950. Considerada um divisor de águas, a *Primeira Semana Ruralista*, realizada em Campanha (MG), em 10 de setembro de 1950, deu ênfase à Carta Pastoral de Dom Inocêncio Engelke,¹⁴⁴ então bispo diocesano daquela cidade mineira, onde denunciava as condições infra-humanas de vida do homem do campo e vaticinava: “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural”.¹⁴⁵ Para o bispo Inocêncio Engelke, a reforma rural que seria realizada “sem a Igreja” e contra ela, era a pretendida pelos comunistas, daí ressaltar a necessidade da Igreja se antecipar aos mesmos. Sintomaticamente, o primeiro subitem de sua pastoral intitulava-se “Antecipemo-nos à Revolução”.¹⁴⁶

De um modo geral, o episcopado brasileiro, ao se pronunciar sobre a questão agrária durante a década de 1950, o fazia sempre balizado por um forte sentimento anticomunista, o que nos permite afirmar que não foi a existência da miséria em si que levou a Igreja a se posicionar sobre as questões do campo, sendo fator também determinante a esse respeito a politização da pobreza encetada por facções estranhas à influência da Igreja.

Dom Delgado fazia parte do episcopado brasileiro que acreditava no desenvolvimento econômico como principal agente de transformação da situação dos camponeses no Brasil. Em documento anterior ao acima citado, havia publicado, em junho de 1957, *Cooperativismo e Desproletarização*¹⁴⁷, no qual afirmava:

Em quanto a marcha de capitalização do mundo é cada vez mais inclemente e insensata, despertando sempre maiores movimentos de revolta e destruição, a preocupação da Igreja pela desproletarização das massas trabalhadoras assume formas mais sábias e eficazes. (...) Os operários, por exemplo, por muito tempo, pensaram, parte em virtude da **maldita propaganda bolchevista** (grifo nosso), que põe uma suspeita em tudo, com seu gosto de

¹⁴⁴ Pastoral de Dom Inocêncio Engelke. In: *CNBB, Pastoral da Terra*. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 1981. pp. 43-53 (Col. Estudos da CNBB, n. 11).

¹⁴⁵ *Ibid.*

¹⁴⁶ *Ibid.*

¹⁴⁷ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Cooperativismo e Desproletarização*. Série Maranhão Rural. Missão Intermunicipal Rural Arquidiocesana. São Luís (MA), 1957.

criar incompatibilidade entre a fé e a vida, serem os conventos refúgios burgueses, rincões de comodismo capitalista cheios de ociosidade.¹⁴⁸

Dom Delgado refere-se ao movimento então em desenvolvimento na Europa, coordenado pelo padre Charles Foucauld, através do qual frades e freiras viviam diretamente no meio operário, nas fábricas, oficinas e bairros proletários europeus. Na sua avaliação, aquela experiência dos padres operários franceses representava a maior ousadia da Igreja, objetivando a desproletarização das massas trabalhadoras. Com o intuito de operar no mesmo sentido, criou em São Luís a Cooperativa Banco Rural do Maranhão, através da qual, segundo afirma o padre João Mohana, em artigo escrito para o jornal *O Povo* em 1975¹⁴⁹, “a mãe de família pobre sacava no Banco Rural o empréstimo para comprar a máquina de costura, chegava até ela a chance de se encontrar com Deus dignamente vestida no corpo e na alma”.¹⁵⁰ No mesmo artigo, o padre Mohana transcreve um depoimento do próprio Dom Delgado sobre as suas principais ações pastorais na Missão Intermunicipal Arquidiocesana do Maranhão, cujo objetivo principal conforme seu depoimento era:

Educar o homem rural para tomar em suas mãos o próprio destino. Daí seu empenho em promover as célebres Semanas Ruralistas, promover cursilhos de formação, trabalho em parte assumido posteriormente pelo MEB. Promover sem paternalismo o homem rural. Quanto ao Banco Rural, tive o mesmo intuito que me levou a desenvolver a Cooperativa de Crédito que meu antecessor em Campina Grande me legara. Recursos materiais, a Arquidiocese de São Luís não possuía. Apenas a paróquia de Araiões subscreveu uma importância grande, para a época, como acionista, no montante de cem contos de réis.¹⁵¹

Através do Banco Rural e da Cooperativa Agropecuária de Pedreiras (MA), Dom Delgado empreendeu uma experiência de reforma agrária nas terras da paróquia da cidade, “dividindo duas

¹⁴⁸ Ibid. p. 5.

¹⁴⁹ MOHANA, João. *Pelo Maranhão passou um homem preocupado com o Maranhão*. Fortaleza. Jornal **O Povo**, 27 de junho de 1975.

¹⁵⁰ Ibid.

¹⁵¹ Ibid.

propriedades rurais, a primeira de 3.900 e a segunda de 35.000 hectares, proporcionando o ingresso na posse efetiva de mais de quinhentos lavradores que viviam em regime de semi-escravidão econômica”.¹⁵²

Em São Luís, criou a Universidade Católica do Maranhão que teve como seu primeiro Reitor o então bispo auxiliar de São Luís, Dom Antônio Fragoso, indicado por Dom Delgado como seu sucessor natural. Para Dom Delgado, a referida instituição de ensino superior fora criada para se voltar para os grandes problemas do estado na década de 50, com mais de 80% de sua população localizada no campo.¹⁵³ Indicava como um dos maiores problemas, os relacionados à saúde pública, uma vez que de 110 municípios, só onze contavam com médicos. Na justificativa para a criação da Universidade Católica, deixa transparecer a sua visão preconceituosa da cultura popular, quando afirma: “a população vivia debaixo da ditadura dos curandeiros, o que importava em dificuldade para a evangelização”.¹⁵⁴

Dom Fragoso, em depoimento gravado para Brandão,¹⁵⁵ relata a criação da Universidade Católica do Maranhão. Dom Fragoso relembra que o ano da criação da universidade era um tempo de grandes crises, “o tempo das greves gerais no Brasil”. Os estudantes defendiam que a universidade fosse pública e aberta às lutas do povo. Como Reitor, havia concedido a participação de um terço dos estudantes no Conselho Universitário. Os exames estavam marcados. Os universitários se negaram a fazê-los e entraram em greve. Os ânimos se acirraram, conforme a memória de Dom Fragoso:

Um dia eu estava na reitoria, quando o cônego Antonio Bonfim, diretor da Faculdade de Filosofia me telefonou dizendo:

- Invadiram a Faculdade. Colocaram fora os professores e alunos, estão ocupando a porta de entrada com a bandeira do Brasil e do Maranhão. E não permitem a entrada de ninguém. O que é que se faz?

- Espere que vou lá. Fui de batina. Lá me deixaram entrar. Encontrei uma moça somente:

¹⁵² Ibid.

¹⁵³ Ibid.

¹⁵⁴ Ibid.

¹⁵⁵ BRANDÃO, José de Ribamar Fernandes. Op. cit. p. 14 – 15.

- Está fazendo exame?

- Não, porque o professor não tem coragem de subir, desafiando todo esse grupo revoltado de alunos.

- Vou buscá-lo. Trouxe-o e disse:

- Dite a prova para ela. Fez a prova. Mas depois cadê coragem para descer. Então eu o peguei pelo braço e descemos debaixo de vaias. Então eu disse aos grevistas:

- Abram a porta para que os alunos possam entrar. O Presidente da Associação dos Estudantes Maranhenses, que tinha feito curso de agitação em Moscou, pelo Partido Comunista, disse:

- Não, não abriremos.

- Vocês vão abrir. Eu chamei a polícia.

- Se o senhor chamar a polícia haverá derramamento de sangue.

- Depende de vocês. Chamei a polícia e disse-lhes:

- Nenhuma pancada em alguém. Eu ficarei junto de vocês. Quero que desobstruam a porta, deixando livre a passagem para quem quiser fazer o exame. Quem não fizer levará zero. Então serão uns quatrocentos alunos pobres que ficarão com zero se não quiserem fazer. Então, quando a polícia pegou o presidente para afastá-lo, as moças caíram em cima para puxá-lo também e uma delas, com a unha provocou um pequeno corte no braço. Daí ele foi à farmácia vizinha, botou mercúrio cromo nos dois braços, levantou os braços no microfone e gritou:

- Fui agredido covardemente pela polícia do senhor Reitor.

Uma vez aberta a porta, podia entrar quem quisesse e eu pedi à polícia para ficar lá, armada, der prontidão, mas eu fiquei juntinho para que não tivesse agressão alguma por parte da polícia. Da parte dos estudantes houve muitas. Subiram nos caminhões, gritavam nos microfones, insultando o Reitor, os professores e a polícia. Nenhuma pancada a polícia deu, embora com raiva e revoltada. Quando eu cheguei em casa, contei ao meu querido amigo Dom Delgado que era o Chanceler da Universidade.

- Você foi covarde, devia ter mandado a polícia bater.

Isto é, num momento impulsivo Dom Delgado era este homem, cangaceiro, filho de fazendeiro do sertão da Paraíba, com uma coragem fora do comum. Não tinha medo de nada. Homem dos grandes arrojos, dos grandes sonhos. Eu era mais tímido e

achava que não devia usar nunca os meios violentos. A gente se desencontrava nessas coisas, mas fazia uma unidade profunda todo o tempo.

Dom Delgado foi eleito para a Arquidiocese de Fortaleza em 10 de maio de 1963. Sete meses depois, lançou o seu plano de reforma agrária no Ceará, através da idéia de criação de uma fundação que recebeu o nome do papa autor da *Mater et Magistra*, João XXIII. Por ocasião da publicação do relatório do primeiro ano de atividades da Fundação João XXIII,¹⁵⁶ seu idealizador descreve as suas finalidades, que de um modo geral buscavam “promover integralmente o homem da cidade e do campo nas suas dimensões: física, intelectual, técnica, econômica, moral, social e política”.¹⁵⁷ Durante os primeiros 12 meses de funcionamento da Fundação, merece destaque o empenho de Juarez Coutinho, Raimundo Holanda e dos padres Alberto Viana, Joaquim Dourado e Tarcísio Santiago.

No relatório citado, Dom Delgado revela que a idéia da Fundação surgiu de um grupo de jovens que desejavam ajudar a Igreja, tendo como norte as diretrizes das encíclicas mais recentes. Discutiram sobre sindicalismo, cooperativismo, colonização e desenvolvimento de comunidades do Ceará. Após a redação dos estatutos e da divulgação de sua filosofia, veio a parte mais difícil, ou seja, a da implementação. Quanto a essa questão, o governo do estado havia se comprometido a liberar um subsídio de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), dos quais, em 1964, só foram liberados Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros). Segundo Dom Delgado, não por culpa do governo estadual, mas em virtude da política econômica austera implantada com o regime militar. Mesmo assim, o projeto piloto da Fundação foi implantado no sítio São Miguel, doado pelo Comendador Ananias Arruda, na serra de Baturité. No local teve início o plano de colonização que contou com a colaboração persistente do agrônomo Raimundo Holanda. No prédio onde havia funcionado a União dos Moços Católicos do Ceará, sob os auspícios da Fundação, foi instituída a ELO (Escola de Líderes Operários), com uma sala de aula, alguns móveis e um pequeno grupo de funcionários. A Fundação proporcionou a ELO, durante o ano de 1964, cursos e oficinas destinadas a formar uma mentalidade sindical, rural e urbana.

¹⁵⁶ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Relatório da Fundação João XXIII. Primeiro ano de atividades*. Fortaleza : Imprensa Universitária do Ceará, 1965. 67 p.

¹⁵⁷ *Ibid.* p. 33.

No que dizia respeito ao sindicalismo rural, segundo o arcebispo, o campo mais problemático, as ações consistiam em orientação aos camponeses e aos proprietários de terras e na tentativa de instalação de sindicatos rurais. No seu relatório, refere-se às grandes tensões vividas pelo padre Alberto Viana em relação aos projetos agrários da Fundação:

No começo, trabalho típico de sanduíche. De um lado os comunistas intrigando, entervando e do outro, os proprietários forçando os lavradores a se afastarem do nosso meio. Na história do sindicalismo rural deverá haver uma página para estes jovens. Desde aqueles que viajam nos fins de semana até os que nos ajudavam na assistência jurídica.¹⁵⁸

Os comunistas aos quais genericamente se referia Dom Delgado - mesmo que nem todos fossem filiados ao PCB - poderiam ser as forças políticas que no Ceará se identificavam com as lutas dos trabalhadores pela transformação social e rejeitavam a ordem capitalista estabelecida. Eram vigiados pela Delegacia de Ordem Política e Social do Ceará, desde 1961.¹⁵⁹

O DOPS do Ceará elaborou um relatório sobre as atividades ditas subversivas do padre Arquimedes Bruno, acusando-o de agitador, de simpatizante do comunismo e de realizar viagens ao interior do Ceará, com a finalidade de organizar ou ampliar associações de trabalhadores na agricultura e sindicatos rurais.¹⁶⁰

O padre Bruno era identificado como um dos principais organizadores do I Congresso da FALTAC (Federação das Associações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará) que se realizou nos dias 8 e 9 de novembro de 1961, na sede do Círculo Operário do Cristo Redentor.

O padre Bruno participou em 1962 da “passeata da fome”, convocada pelos funcionários públicos municipais de Fortaleza. No encerramento daquela manifestação, fez um pronunciamento de apoio à luta dos servidores públicos, elogiando o Papa João XXIII e em defesa da reforma agrária e das reformas de base.

Após esse episódio, o padre Bruno afastou-se de Fortaleza, pois fora designado para trabalhar no gabinete do chefe da Casa Civil da Presidência da República. Retornou a Fortaleza em

¹⁵⁸ Ibid. p. 6.

¹⁵⁹ Acervo da Delegacia de Ordem Política e Social do Arquivo Público do Estado do Ceará, em processo de arranjo. Série: Relatórios (1960 – 1978).

¹⁶⁰ Ibid.

1964 para participar do lançamento do programa radiofônico “O Jogo está Aberto”, produzido por Peixoto de Alencar, Dário Macedo e Nazareno Albuquerque, todos do departamento político da Rádio Dragão do Mar de Fortaleza. O primeiro programa foi transmitido do Palácio do Comércio em Fortaleza, no dia 7 de março de 1964, sendo os principais debatedores Olavo Sampaio, Almino Afonso, Moisés Pimentel, padre Arquimedes Bruno, Raimundo Ivan e José Jatahí. Em maio de 1964, o padre Arquimedes Bruno foi preso em Fortaleza e recolhido ao 23º Batalhão de Caçadores, sob a acusação de promover a subversão no Ceará.¹⁶¹

Outro líder sindical que tinha seus passos acompanhados pela Delegacia de Ordem Política e Social desde 1963 era o então deputado estadual Amadeu de Araújo Arraes.¹⁶² Arraes era qualificado como pessoa de destaque no Pacto Sindical e de proporcionar apoio aos comunistas, pois sempre estava presente nos comícios, passeatas e concentrações articulados pelos denominados vermelhos ou subversivos. Juntamente com outras lideranças do movimento sindical e estudantil do Ceará, participou de uma passeata em junho de 1963, convocada pelo Pacto Sindical, contra os latifundiários, o imperialismo norte-americano e pelas reformas de base. No final do mesmo ano, foi um dos principais oradores na União dos Ferroviários, por ocasião da abertura do I Encontro dos Ferroviários Norte e Nordeste do Brasil, oportunidade em que se colocou favorável às reformas de base, contra os Trustes norte-americanos e a exploração do homem pelo homem. Em 30 de janeiro de 1964, Amadeu Arraes foi eleito para o “Conselho de Mobilização das Forças Populares do Ceará”. No dia 14 de abril de 1964, teve seu mandato de Deputado cassado e, acusado de subversão, foi preso na 10ª. Região Militar de Fortaleza.

É importante lembrar que outros sindicalistas, desde 1960, eram rastreados pelo DOPS de Fortaleza, em especial, aqueles que participaram de uma recepção feita a Luís Carlos Prestes no aeroporto Pinto Martins e o acompanharam em todas as reuniões e compromissos políticos na capital cearense. Os mais visados eram os membros da Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (FALTAC), organização articuladora, em 1961, da Aliança Operária Estudantil Camponesa do Ceará,¹⁶³ instituída a partir de uma convergência política entre Pacto Sindical e União Estadual dos Estudantes (UEE). Os membros da Aliança eram acusados de

¹⁶¹ Ibid.

¹⁶² Acervo do DOPS. Prontuários do Acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará.

¹⁶³ Acervo do DOPS. Relatórios do DOPS - Acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará.

ter feito viagens a Cuba, atendendo a convite do próprio Fidel Castro e de manter correspondência direta com a União Soviética. As reuniões da FALTAC e da Aliança eram realizadas na sala 301 da Casa do Jornalista, de conformidade com os relatórios elaborados pelos agentes do DOPS.

No Ceará, os primeiros alvos da repressão foram os sindicatos de trabalhadores rurais, em especial os vinculados à FALTAC e à Delegacia Regional do Trabalho. Conforme relatório da 10ª Região Militar, de 26 de maio de 1964,¹⁶⁴ foi formada uma Comissão Volante para investigar as ações subversivas no interior do Ceará, nas cidades de Pacoti, Guaramiranga, Palmácia, Canindé, Caridade, Itapebussú, São Luís do Curú, Tururú, Uruburetama, Itapagé, Itapipoca, Irauçuba, Araras e Umirim. Na chamada região da serra de Baturité, o relatório afirma que a subversão era oriunda da orientação dada aos sindicatos rurais, pela Delegacia Regional do Trabalho e pela Secretaria da FALTAC.

Nestes primeiros relatórios elaborados após dois meses do golpe civil-militar de 64, eram raras as referências a membros do clero como propagadores das idéias “comunistas” ou “subversivas”, porém, no que se referia ao município de Pacoti, consta que o presidente e o secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele município haviam viajado no início de 1964 ao Rio de Janeiro e aí foram recebidos por membros do clero.

Os sindicalizados, segundo os relatórios acima citados, eram orientados a não se submeter ao regime de trabalho imposto pelos latifundiários e a ouvirem diariamente os programas radiofônicos da Rádio Dragão do Mar de Fortaleza para receberem outras orientações.

Como resultado das “visitas” da Comissão Volante da 10ª Região Militar, foram fechados os sindicatos de Pacoti, Guaramiranga, Palmácia, Caridade, Maranguape, Quixadá (Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos, Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura, Sindicato dos Pequenos Proprietários), Iguatú, Acopiara, Quixeramobim e Redenção.

A perseguição do aparato repressor, no Ceará, não se efetivou somente sobre os estudantes universitários, no início da implantação do regime autoritário. Outro grupo sobre o qual se abateu a ira das forças da ditadura no Ceará, logo após o golpe civil e militar, foi o dos estudantes secundaristas, como no caso de Cláudio Augusto de Alencar Cunha, líder estudantil que em 1964 cursava o terceiro ano científico no Liceu do Ceará. Cláudio Augusto era citado nos

¹⁶⁴ Acervo do DOPS – Arquivo Público do Estado do Ceará.

relatórios do DOPS como agitador e um dos maiores responsáveis pela instituição em Fortaleza do “Grupo dos Cinco”.¹⁶⁵ Em 7 de dezembro de 1964 foi preso pelo DOPS, acusado de realizar pichamentos subversivos nas ruas de Fortaleza e de manter, em sua residência na Rua Carapinima nº 1890, material de propaganda comunista. Sete dias após a sua prisão, foi tomado o depoimento de Cláudio Alencar,¹⁶⁶ no qual confirma que, como estudante do Liceu, em 1963, fora eleito orador oficial do Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará (CESC) e que, como consequência natural do exercício de suas funções no CESC, havia participado de algumas campanhas que reivindicavam a concessão de alguns benefícios para os estudantes secundaristas de Fortaleza. Entretanto, como era comum aos movimentos estudantis - teria afirmado Cláudio Alencar - havia a infiltração de elementos comunistas que se beneficiavam da ingenuidade da mocidade estudantil. Assegurou não ser filiado ao Partido Comunista,¹⁶⁷ contudo admitiu fazer algumas visitas à sua sede, na Rua General Sampaio.

O líder estudantil, segundo a transcrição do interrogatório, com o golpe de 31 de março restringiu-se a pichamentos nas ruas de Fortaleza, apenas com o intuito de protestar contra a carestia que assolava o país, como o que realizou após retornar de uma festa acontecida no Clube dos Diários, já bastante “alto”, razão porque haveria dado uma maior expansão à sua revolta contra o alto custo de vida que atingia diretamente a sua família, por sinal, bastante numerosa. Havia recebido o bastonete de carvão de um colega de Liceu. Quanto aos escritos e documentos apreendidos em sua residência que o relacionavam ao chamado “Grupo dos Cinco”, haviam lhe sido repassados por um comunista conhecido como “Parangaba” e que não teria colocado em prática nenhuma das ações indicadas nos mesmos, embora houvesse prometido-lhe organizar o Grupo do Benfica. No entanto não revelara a “Parangaba” que se afastaria de qualquer ação comunista com medo de ficar marcado pelos mesmos e sofrer alguma represália.

Em novembro de 1969, o jornal “O Povo” veiculou em primeira página manchete sobre seqüestro de um “Caravelle” da Companhia Aérea Cruzeiro do Sul, ocorrido em 8 de outubro do

¹⁶⁵ Cf. Ficha do DOPS – Acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará.

¹⁶⁶ Ibid. Cf. depoimento anexo à ficha do DOPS e assinado pelo estudante em 14 de dezembro de 1964.

¹⁶⁷ Na época do depoimento do estudante secundarista Cláudio Augusto de Alencar Cunha à Delegacia de Ordem Política e Social, já se passavam mais de dois anos da cisão interna no velho Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922, que dera origem ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), porém nos inquéritos e relatórios é comum a referência genérica ao “Partido Comunista”.

mesmo ano.¹⁶⁸ Na reportagem, aparecem as fotos de Cláudio Augusto de Alencar Cunha e do carioca Elmar Soares de Oliveira, como dois dos quatro responsáveis pelo seqüestro do avião para Cuba, de acordo com o que havia sido divulgado pelo Ministério da Aeronáutica. Durante o seqüestro, os dois acusados teriam tentado convencer os passageiros a aderir ao MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro), mediante distribuição de panfletos subversivos, e assumiram a autoria de assalto e incêndio da loja Sears Roebuck, no bairro de Olaria, no Rio de Janeiro, da qual roubaram CR\$ 7 000 (sete mil cruzeiros).¹⁶⁹

No Ceará, os comunistas eram apontados como atuantes no meio estudantil universitário e secundarista, através dos diversos diretórios acadêmicos e das associações secundaristas, como se depreende de relatório não datado e não assinado que integra a documentação do DOPS, existente no Arquivo Público do Estado.¹⁷⁰ Os membros do Partido Comunista que haviam escapado dos IPMs (Inquéritos Policiais Militares), conforme as informações constantes naquele relatório, haviam se refugiado em movimentos católicos, a exemplo do MEB, sob a orientação do arcebispo de Fortaleza. Eram citados nos relatórios dos órgãos de informação, como sacerdotes que demonstravam tendências esquerdistas, os padres Tarcísio Santiago, Salmito, Castelo e Francisco José. No mesmo sentido, alguns colégios católicos femininos eram enquadrados como “acobertadores” de agentes comunistas, como o colégio Imaculada Conceição, o colégio Santa Cecília e o colégio das Dorotéias. Este último era até acusado de ter em seus quadros irmãs que orientavam ações comunistas, como a Irmã Elizabeth, Irmã Maria Tereza e Irmã Landim, que havia sido transferida para o Amazonas.¹⁷¹ As queixas contra Dom Delgado surgiam do fato de que ele havia sido alertado dessas interferências, até mesmo pelo comando da 10ª RM e permanecia indiferente às “ações esquerdistas”.

¹⁶⁸ *Cearense entre os Quatro Seqüestradores do Caravelle*. Fortaleza. Jornal **O Povo**, 10 de novembro de 1969.

¹⁶⁹ Cláudio Alencar tinha 26 anos, era casado com Maria Lúcia Batista de Castro Cunha, que residia em Fortaleza e estava grávida. Como antigo militante do Partido Comunista, Alencar fora condenado a um ano de prisão em 27 de setembro de 1967. Não cumprira a pena por haver foragido. No Ceará, era o organizador do “Grupo dos Cinco”, considerado como movimento “contra-revolucionário” de ações terroristas. Em Fortaleza, foi funcionário da White Martins S.A., J. Macedo S.A. Comércio e Indústria e da Companhia Quixadá Comércio e Importação. No Rio de Janeiro, trabalhou como correspondente da empresa Gulliver S. A. Indústria e Comércio, como vendedor da Sears Roebuck S. A, e como representante da Enciclopédia Britânica do Brasil Publicações Ltda.

¹⁷⁰ Cf. *Relatório Especial de Informação*. Delegacia de Ordem Política e Social. Datilografado. s/d. Acervo do DOPS. Arquivo Público do Estado do Ceará.

¹⁷¹ *Ibid.*

No bojo das denúncias surgiram acusações contra a Rádio Assunção Cearense, emissora da Arquidiocese de Fortaleza, dirigida pelo padre Landim, considerado comunista e que mantinha um programa de alfabetização de adultos para o meio rural, no qual eram veiculadas “pregações comunistas” do tipo “o camponês é dono da terra”.

O Relatório Especial de Informação do DOPS é provavelmente de meados do ano de 1964, posto que 27 dias após o golpe de Estado, Dom Delgado escreveu um artigo no jornal *O Nordeste*,¹⁷² cujo teor principal era uma reflexão com os que trabalhavam no próprio jornal *O Nordeste* e na Rádio Assunção Cearense, ambos de propriedade da Igreja Católica. No início do texto, Dom Delgado justifica a sua abordagem pública de determinados assuntos, em virtude da “imposição dos acontecimentos políticos”, ou seja, do golpe de 1º de abril. No entanto, enfatizou que o seu propósito era antes ouvir a muitos de forma demorada, evitando alguns perigos, tais como:

Aceitar superficialmente versões desfiguradas dos que estão muito perto, muito comprometidos com problemas, não lhes descobrindo o sublime e o profundo, a essência e a causa última das cousas. Não lamento a contingência e a quebra de propósitos. A bondade com que me cercam todos e a confiança excessiva em mim depositada pela maioria suprirão as falhas em que vier a incorrer.¹⁷³

Portanto, Dom Delgado estava preocupado em prevenir os que trabalhavam no jornal e na emissora de rádio da Arquidiocese de Fortaleza contra o que chamava de alguns inconvenientes. O principal, na sua concepção, era dar importância excessiva ao que denominava de “certos beliscões” que eram atirados à Igreja. Nesse sentido, as opiniões alheias nunca deveriam anuviar as ações pastorais mantidas pelo arcebispado. O segundo era o inconveniente da “animosidade” que afastava das duas empresas alguns católicos distintos, que após refletir sobre o papel do Arcebispo como pastor na orientação de suas ovelhas, decidiam retornar. O terceiro referia-se ao distanciamento da Rádio Assunção e do jornal “O Nordeste”, daqueles que achavam que servir ao jornal ou a rádio significava assumir posições antagônicas dentro da Igreja Católica cearense. Os

¹⁷² DELGADO, Dom José de Medeiros. *Avante, com Serenidade*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 28 de abril de 1964.

¹⁷³ *Ibid.*

dois “departamentos”, para Dom Delgado, deveriam ser encarados como instrumentos que se complementavam na realização do bem comum.

Os órgãos da repressão perseguiram de forma violenta os movimentos de leigos que atuavam em consonância com a CNBB, de modo especial nos sindicatos rurais e no Movimento de Educação de Base (MEB).¹⁷⁴ Este último foi praticamente inviabilizado em razão do corte de verbas do Governo Federal, da perseguição e prisão de vários padres engajados no Movimento e de lideranças católicas leigas. Esta nova conjuntura impôs à CNBB no pós 64, uma revisão geral nas suas estratégias e práticas de ação pastoral.

O foco principal de Dom Delgado via Fundação João XXIII, era o cooperativismo. Defendia a criação de cooperativas de consumo, de artesanato e de escolas agrícolas. Para a viabilização dos vários projetos de responsabilidade da Fundação, Dom Delgado contou com contribuições da Campanha da Fraternidade, de casas comerciais de Fortaleza e do interior do Estado, da Fundação Dr. Antonio Dias Macedo e da população de Fortaleza através de doações feitas à Rádio Assunção.

Para o recém-chegado Arcebispo de Fortaleza, o projeto da Fundação João XXIII era uma continuidade da sua vida pastoral, marcada por uma constante ação social.¹⁷⁵ Porém, com um viés diferenciado: o da crença em um laicato mais preparado para as referidas ações, além de um maior número disponível de clérigos na Arquidiocese de Fortaleza.

A Fundação João XXIII foi tema da aula inaugural da Universidade Federal do Ceará no limiar de 1964 quando era seu Reitor Antônio Martins Filho, o que para Dom Delgado era indício de sua legitimidade no seio da comunidade cearense.¹⁷⁶

Neste mesmo ano de 1964, as reuniões realizadas na Fundação João XXIII privilegiavam as temáticas relativas ao sindicalismo rural e ao cooperativismo. Foram aventadas as possibilidades de criação de cooperativas de consumo, cooperativas de artesanato e cooperativas escolares, contudo no primeiro ano de funcionamento da instituição ficaram restritas ao campo das idéias.¹⁷⁷ Por outro lado, o trabalho assistencialista era levado a efeito através da Campanha da Fraternidade,

¹⁷⁴ FUSER, Cláudia. Op. cit. p. 126.

¹⁷⁵ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Pedaços de Mim Mesmo*. Fortaleza: oficinas do jornal “A Fortaleza”, 1973. p. 81.

¹⁷⁶ *Ibid.*

¹⁷⁷ *Relatório da Fundação João XXIII*. Op. cit. P. 6.

agora coordenada pela Fundação João XXIII, o que implicava os párocos de Fortaleza deveriam submeter à Fundação um plano de trabalho, previamente debatido com o Arcebispo e com o corpo administrativo da primeira, antes que qualquer recurso fosse liberado para suas respectivas paróquias. Os planos de trabalhos, de acordo com a orientação de Dom Delgado, deveriam ser guiados principalmente “por um sentido educativo”.¹⁷⁸

Para tanto, a Fundação João XXIII deveria se pautar por uma missão pedagógica, baseada na criação de vários campos de treinamento humano. Dom Delgado concebia a Fundação como um *locus* privilegiado no qual, técnicos líderes urbanos e rurais poderiam realizar experiências e colaborar em várias tarefas sociais. A metodologia norteadora dos diferentes trabalhos sociais desenvolvidos pela instituição seria:

a do equilíbrio emocional; a da prudência humana; a da descoberta de valores imponderáveis, algumas vezes misturados, na alma e no coração, com a mais detestável ganga de vícios e erros; a da importância da humildade; a da sabedoria da esperança; como a da insubstituição (sic) do mínimo pelo máximo e a da secundariedade (sic) do substancial, na motivação das atividades humanas, comparado ao acidental.¹⁷⁹

De acordo com a concepção do então Arcebispo de Fortaleza, a importância fundamental da Fundação João XXIII era se pautar pelo primado da liberdade humana, ensinado pela vida e que “recoloca os problemas humanos, dando o primeiro lugar ao que a ciência e a técnica classificam de forma diversa, em último, no segundo ou em terceiro posto”.¹⁸⁰

Para ele, as atitudes humanas eram essencialmente subjetivas, portanto, atitudes livres, não havendo lugar para o inflexível, o determinado e o infalível. Percebe-se que, nesse momento, Dom Delgado dirige uma crítica aos cientistas, que, a seu ver não encontrariam nos livros uma leitura da alma humana, pois, “o coração humano, já disse o filósofo, tem razões que a razão

¹⁷⁸ Ibid.

¹⁷⁹ Ibid. p. 17.

¹⁸⁰ Ibid.

desconhece”.¹⁸¹ Portanto, a Fundação João XXIII possuía uma filosofia calcada no primado do homem sobre a técnica, sobre o capital e o progresso da civilização.

Não se tratava de negar nenhum destes aspectos da vida, porém, reconhecê-los sob a ótica da hegemonia do humano, como principal valor da História. Percebe-se aqui que, ao falar na Universidade, Dom Delgado procurava marcar seu discurso sobre a Fundação com duas dimensões que ele entende não excludentes: a dimensão histórica e a dimensão teológica. Ou seja, ao valorizar o homem, a Fundação João XXIII não se afastava de seu eixo central de gravitação, submetendo-se a Deus. É perceptível, no discurso de Dom Delgado sobre os fundamentos filosóficos da Fundação, certa filiação ao *Humanismo Integral* de Jacques Maritain,¹⁸² no qual propõe a retomada dos ensinamentos de Santo Tomás de Aquino para a solução dos problemas do mundo pós Segunda Guerra. A posição de Maritain é de que o ser humano tem dimensões espirituais e materiais, como um todo unificado que participa da sociedade em busca de um bem comum. O objeto de sua filosofia era esboçar as condições necessárias para fazer o indivíduo mais humano em todos os sentidos. O verdadeiro fim da humanidade está em realizar uma vida comum terrena, um regime temporal de acordo com a dignidade humana e o amor.

Portanto, para Maritain, o homem não se encontra aniquilado diante de Deus, mas reabilitado com ele, e que seja verdadeiramente respeitado em sua ligação com Deus e por causa de sua dependência para com ele. Isto é, humanismo, mas humanismo teocêntrico, enraizado no reconhecimento do homem com um ser espiritual e material, um ser que tem uma relação com Deus e assim toda a moralidade e as instituições políticas e sociais devem refletir isso.

Ao privilegiar o homem dentro da filosofia da Fundação, Dom Delgado o faz através de uma abordagem específica: para ele o que define o homem é a sua integração na comunidade.¹⁸³ Após ressaltar a valorização do homem na família, através das diversas profissões que escolhe, na concretude política do município e da representatividade dentro do Estado e da nação, acrescenta que essas dimensões não têm importância se o homem for nelas considerado de maneira estanque.

¹⁸¹ Ibid. p. 18.

¹⁸² MARITAIN, J. *Humanismo Integral – uma visão nova da ordem cristã*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

¹⁸³ *Relatório da Fundação João XXIII*. Op. cit. p. 12.

De acordo com seu pronunciamento: “o Homem que a Fundação João XXIII ama e exalta é o homem inserido na família dos homens com inteligência, justiça, amor e liberdade”.¹⁸⁴

Dom Delgado, num recado direto aos universitários, se diz especialmente preocupado com os jovens de seus dias, os considera amadurecidos à força, castrados na espontaneidade, uma vez que desenvolviam exacerbadamente apenas as atividades políticas. Nesta passagem de seu discurso, realiza uma releitura da encíclica *Pacem in Terris*, de João XXIII, quando este identifica como um dos problemas cruciais dos tempos modernos a ausência de um “desenvolvimento integral dos seres humanos em formação”.¹⁸⁵

Na introdução da Carta Encíclica *Pacem in Terris*, o Papa João XXIII reflete sobre o progresso da ciência e as metas atingidas através dos avanços tecnológicos. Essas conquistas, porém, são concebidas pelo Papa não como negação da presença de Deus no mundo e sim, como uma retificação da “ordem instituída por Deus”.¹⁸⁶

Em sintonia com a corrente que se fez hegemônica na Igreja brasileira, ou seja, a facção modernizadora conservadora¹⁸⁷, Dom Delgado se batia por uma formação religiosa mais intensa no meio da juventude, desvirtuada pelo viés do individualismo moderno. Partindo do pressuposto de que os mestres não ensinavam tudo, apresentava a Fundação João XXIII como meio de oferecer ações práticas no campo social e econômico. Identificava uma necessidade de se rever os currículos escolares, nos quais deveriam ser introduzidas atividades complementares que atendessem ao imperativo de dar uma melhor formação a profissionais e líderes. O alvo maior de Dom Delgado eram os “pregoeiros da renovação pelo emprego da violência”¹⁸⁸, para os quais as estruturas viciadas da sociedade, só seriam substituídas a “ferro e a fogo”¹⁸⁹. As realizações da Fundação iriam demonstrar a possibilidade de se renovar o mundo por meios pacíficos e humanos, uma vez que cuidaria da promoção integral do homem, no campo e na cidade, nos seguintes aspectos:

¹⁸⁴ Ibid. p. 13.

¹⁸⁵ Papa João XXIII *Encíclica Pacem in Terris: sobre a paz de todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade*. Fortaleza: oficinas do Jornal “A FORTALEZA”. 1963. p. 42.

¹⁸⁶ Ibid. p. 3 e 4.

¹⁸⁷ MAINWARING, Scott. Op. Cit. P.64.

¹⁸⁸ *Relatório da Fundação João XXIII*. p. 18.

¹⁸⁹ Ibid. p. 18.

Em matéria de economia, de conscientização, de associativismo e de auto-educação de base, como de solidariedade e de anteeegoísmo (**sic**) classista, reconciliarão a muitos com a sua gente e seu meio, partindo daí para o fecundo esforço de os conduzir às reformas de base e de estrutura. Aos que se entregam com exclusividade a atividades políticas, a Fundação irá demonstrar a importância política das atividades econômico-sociais.¹⁹⁰

Entre os meses de fevereiro e dezembro de 1964, a Fundação realizou, através da Escola de Líderes Operários, cursos com a duração de 15 dias, para 164 estudantes e operários nos Círculos Operários dos bairros de Parangaba, de Monte Castelo, de Floresta, de São Gerardo e de Jacarecanga. As disciplinas abordadas nos cursos eram: Doutrina Social da Igreja, Sindicalismo, Relações Humanas, Liderança, Legislação Trabalhista e Previdência Social. Como resultado maior dos cursos oferecidos, Dom Delgado cita, no Relatório da Fundação, a organização do Movimento de Orientação Sindical (MOS), formado por frequentadores dos cursos oferecidos durante o ano de 1964.

O Departamento de Colonização da Fundação João XXIII, entre 1964 e 1965, se dedicou à região de Baturité, abrangendo os municípios da serra e o de Capistrano. Em Baturité foi organizada a comunidade de São Miguel, em Mulungú a de Bastiões, e em Capistrano a comunidade de Carqueija. Os trabalhos eram iniciados com um levantamento de área, com o objetivo de reconhecimento e planejamento, procurando melhorar o nível socioeconômico das comunidades rurais acima citadas. Para todas foram elaborados planos de ação tendo em vista um trabalho comunitário, através de formação de fazendas cooperativas, centros de comunidades, centros de experiência de culturas regionais e melhoramentos das práticas agrícolas.

No caso do sítio São Miguel, propriedade da própria Arquidiocese no município de Baturité, as primeiras ações da Fundação se voltaram para as questões de saúde, educação e alimentação de seus moradores. Em relação à primeira foi combatida a verminose, após a realização de exame de fezes em setenta por cento dos moradores da região e do fornecimento de vermífugos e vitaminas, além da vacinação de cem por cento das crianças do local. Para atender à segunda, foi instalada uma escola para os filhos dos moradores do Sítio São Miguel e dos sítios

¹⁹⁰ Ibid p. 19.

vizinhos, com uma clientela de 35 alunos diurnos e uma escola noturna para operários, com uma frequência de 25 alunos.

O Departamento de Orientação Sindical da Arquidiocese de Fortaleza, desde 1962, estava sob a responsabilidade dos padres Alberto Barbosa Viana e Tarcísio Santiago. Já naquele ano, os dois padres procuraram formar uma equipe de leigos para assumir a direção do Departamento, que foi dividido em dois setores: urbano e rural. Para o setor rural, foi realizada, em abril de 1962, uma reunião com todos os vigários do interior cearense, com a participação dos padres Raimundo Caramuru, assistente nacional da JAC, Valdir Dantas, seu assistente regional e de Julieta Calazans, responsável pela sindicalização rural de Natal (RN). Dessa primeira reunião, resultou o primeiro treinamento para líderes rurais, entre os dias 20 e 30 de maio do mesmo ano, realizado no município de Guaiúba, com a presença de trabalhadores rurais do próprio município, além de camponeses de Aracati, Beberibe, Pentecoste e Pacatuba. No referido treinamento, discutiram-se questões sobre a realidade brasileira, doutrina social da Igreja, reforma agrária, legislação trabalhista, formação social, politização, prática sindical e cooperativismo. Na ocasião foi fundado o sindicato Rural de Guaiúba, com 410 sócios, como também os sindicatos dos municípios de Pacatuba, Redenção, Baturité e de Ancori, em Messejana.¹⁹¹

As ações desenvolvidas pelo Departamento de Orientação Sindical da Arquidiocese de Fortaleza durante o ano de 1962 dirigiam-se essencialmente para a formação de líderes sindicais que se dedicassem à formação de sindicatos rurais que a Igreja conceituava como “autênticos”, ou seja, entidades eclesiais, instituídas de acordo com a doutrina social da Igreja, que deveria ser “guia universal de todos os cristãos, com interesse único de ver o homem do meio rural perfeitamente politizado e lutando por reformas dentro da justiça e de tornar o trabalhador rural considerado e recebendo os benefícios a que faz jus”.¹⁹² Os padres então responsáveis pelos trabalhos do Departamento de Orientação Sindical ressaltavam, portanto, que o mesmo não se revestia de nenhuma cor político partidária e explicitavam a negação da luta de classes. Para eles,

¹⁹¹ *Relatório das atividades do Departamento de Colonização da Fundação João XXIII (1964 – 1965)*. In: DELGADO, Dom José de Medeiros, “Relatório da Fundação João XXIII. Primeiro Ano de Atividades”. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1965. pp. 28 – 38.

¹⁹² *Ibid.* p. 38.

importavam somente os trabalhadores rurais, dentro da ordem social cristã que evitava o peleguismo, o paternalismo e a diretividade do movimento sindical.

No ano de 1963, os padres Alberto Viana e Tarcísio Santiago e equipe intensificaram os cursos de formação de líderes sindicais. Foram realizados dois cursos neste ano: um em São Luís do Curú e outro no município de Itapipoca, com a participação de 70 líderes sindicais da região, resultando na criação de sindicatos rurais nos municípios de Uruburetama, Itapipoca, Itapajé, Trairi e Maranguape. Ao final do ano, a Arquidiocese de Fortaleza tutelava 10 sindicatos, com dois mil e seiscentos filiados, num trabalho bastante significativo para uma equipe que contava apenas com os dois padres anteriormente citados e com a colaboração de Raimundo Holanda Farias, José Everardo Sobreira e Paulo Augusto Sousa Lima. Para Dom Delgado, era um movimento “inteiramente de leigos sob a assistência de sacerdotes conhecedores, em todos os seus aspectos da vida desumana imposta ao camponês, o grande marginalizado do progresso do nosso século”.¹⁹³

O Departamento de Orientação Sindical da Arquidiocese de Fortaleza recebeu a denominação de Departamento Sindical Rural da Fundação João XXIII, em 1964. Durante o ano do golpe militar dedicou-se a acompanhar os sindicatos rurais já existentes, realizando 80 viagens, entre os meses de janeiro a dezembro do mesmo ano, aos municípios onde foram instituídos os sindicatos acima citados. Por outro lado, fizeram contatos com comunidades dos municípios de Senador Pompeu, Pentecostes, Irauçúba, Redenção, Maranguape, Cascavel, Canindé, Caridade, Chorozinho, Caucaia, Maracanaú, Quixeramobim, Paracurú, Quixadá, Umirim e Palmácia. Entre estes municípios, realizou treinamento de líderes em Irauçúba, Maranguape e Quixeramobim, sob a orientação da equipe formada pelo padre Alberto Viana, Maria Weydes Silveira, Paulo Augusto Sousa Lima, Erildo Pereira Martins, Roberto Vieira, Francisco Sabino de Barros e Huseiyn Miranda Sipalí. Esta mesma equipe foi encarregada da elaboração de um plano de trabalho para o ano de 1965, no qual constavam 9 cursos de treinamento de líderes rurais, de um programa de rádio sobre orientação sindical, acompanhamento dos casos jurídicos, contatos com a Secretaria de Agricultura do Estado do Ceará e ações conjugadas com o MEB.

¹⁹³ Ibid. p. 39.

Dom Delgado englobava todos os projetos da Fundação João XXIII voltados para o campo, no âmbito do que chamava de “pastoral concreta”¹⁹⁴, e se esforçava para definir qual a função da técnica nas várias atividades desenvolvidas pela instituição. Se por um lado, não negava que a técnica era inevitável para o progresso das sociedades, por outro, fazia restrições ao que avaliava como sendo negativo, uma vez que em muitos casos a técnica se transformava em instrumento de degradação do homem, pois,

A técnica é o limite, mas o limite sem alma. A técnica é o positivo, mas o positivo sem segurança. A técnica é o frio, o frio sem raciocínio. A técnica é a eficiência, mas a eficiência sem horizontes abertos e largos. A técnica, assim empobrecida, esteriliza. Resseca. Suprime o profundo. Nega a vantagem do sublime. Impele o homem para o chão, para o raso. Deixa-o sem capacidade de mística. Fá-lo aborrecer o infinito. Mata a imaginação. Reduz o passado a esqueletos. Elimina a esperança. Só valoriza o concreto, o palpável. É aritmética. Geometriza tudo.¹⁹⁵

Ao se referir nos termos acima transcritos sobre o sentido da técnica na sociedade de seu tempo, Dom Delgado reafirmava os ensinamentos do Papa João XXIII, que na Terceira Parte da *Mater et Magistra*, ao abordar os novos aspectos da questão social em relação ao desequilíbrio entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, indicava que não seriam suficientes apenas os auxílios de urgência dos primeiros para a diminuição da fome e da miséria que assolava os países pobres.¹⁹⁶ João XXIII ressaltava que a cooperação entre países economicamente desenvolvidos e países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, deveria se dar tanto no terreno econômico, como no técnico, científico e financeiro.

Dom Delgado, no entanto, ao refletir sobre a técnica explicitava que a mesma só se revestia de uma importância fundamental, se colocada a serviço da ciência e da fé. Apesar de comungar com as considerações de Teilhard de Chardin sobre o progresso da humanidade proporcionado pelos avanços tecnológicos, fazia ressalvas ao que chamava de tentações da técnica,

¹⁹⁴ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Relatório da Fundação João XXIII...* p. 21.

¹⁹⁵ *Ibid.*

¹⁹⁶ João XXIII. *Carta Encíclica “Mater et Magistra”*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1961. pp. 50 – 51.

ou seja, de limitar as potencialidades humanas, o que terminaria por degradar o homem. O valor da técnica, como também das artes e ciências, de acordo com Dom Delgado, consistia em não ser deificada e utilizada de forma supersticiosa.

É possível perceber que nas reflexões acima, que o pensamento de Dom Delgado estava voltado para a questão da formação dos leigos nos movimentos especializados da Igreja. Para ele, não havia dúvidas de que a Igreja exaltava a “formação pela ação”,¹⁹⁷ elegendo a técnica dos movimentos sociais da Igreja como instrumento imprescindível para que a instituição acertasse nas suas ações. No entanto chamava a atenção dos apóstolos, que não deveriam se submeter às técnicas dos movimentos sociais especializados, em prejuízo da afirmação deles como pessoas.

Em 15 de julho de 1964, Dom Delgado reuniu-se em Mulungú com os párocos e vigários da serra de Baturité, após uma assembléia que reuniu seis prefeitos de municípios da região do maciço de Baturité, com os quais foram debatidos problemas educacionais comuns aos municípios presentes. Especificamente no que se referia às questões do apostolado moderno, definiram que urgia a transformação das paróquias em comunidades de fé.¹⁹⁸ Para a evangelização da população da serra, de Palmácia a Aratuba, compreendendo Baturité, Pacoti, Guaramiranga e Mulungu, concluíram que era necessário não só planejar em conjunto as ações sacerdotais, como também organizar os leigos, começando pelos jovens através da JAC (Juventude Agrária Católica), aproveitando a cooperação do MEB, por meio das escolas radiofônicas.

O que significava transformar a população com a colaboração dos leigos, em comunidade de fé? Para Dom Delgado, a primeira providência foi proceder no sentido de transformá-la em comunidade de culto, isto é, preparar o povo teológica e disciplinarmente com a utilização da língua vernácula na celebração das missas e na administração dos sacramentos.

A segunda diretriz estabelecida foi a de delimitar o campo de ação dos leigos de acordo com a linha doutrinária da Igreja. Quando a Igreja delegava tarefas de evangelização e de preparação dos fiéis aos leigos, estes agiam sob a direção dos sacerdotes. Porém, Dom Delgado reconhecia e definia um campo específico dos leigos. Nele, os sacerdotes deveriam, ao contrário, não receber, mas colaborar com o laicato, reconhecendo a sua maturidade e autoridade própria nas

¹⁹⁷ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Relatório da Fundação João XXIII...* p. 23.

¹⁹⁸ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Conversas Avulsas*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 26 de Julho de 1964.

suas ações, apesar de ser uma autoridade tutelada pela hierarquia católica. Em outras palavras, o campo dos leigos era o campo do profano, da política, da técnica, do trabalho e da vida cotidiana. Na concepção de Dom Delgado, em relação ao campo específico dos leigos, os padres seriam vigias para que os mesmos não se afastassem da doutrina social da Igreja.

Dom Delgado cita, como exemplo da autonomia e especificidade das questões pertinentes aos leigos, a reunião realizada com os seis prefeitos da zona de Baturité, na qual foram discutidos diversos problemas. Entre estes, destacava as questões educacionais. As críticas, segundo seu relato, foram unânimes aos que distribuíam escolas em troca de votos. Os próprios prefeitos solicitaram que os padres os ajudassem a transmitir aos seus munícipes os resultados dos debates. Além da questão educacional, outros assuntos compuseram a pauta de discussões, tais como: saúde, estradas, energia elétrica, cooperativismo. Ao final, foi redigido um documento no qual os prefeitos participantes se comprometeram a fixar um salário mínimo para as professoras da região em Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), realizar uma revisão da distribuição das escolas e professoras, uma vez que fora constatada a existência de escolas em algumas localidades onde a população escolar era mínima, e outras em que as crianças em idade escolar eram mais numerosas, realização de seleção para a contratação de mais professoras, oferecimento de cursos de capacitação para as professoras da região no período das férias escolares e a instituição do Lar do Estudante em Baturité, para os alunos que necessitavam cursar o ginásial, com a colaboração da Fundação João XXIII e da Arquidiocese de Fortaleza.

Seguindo seus impulsos desenvolvimentistas, Dom Delgado concebia a região de Baturité como uma espécie de embrião ou experiência piloto de uma era de progresso para o interior do Ceará. O exemplo dos prefeitos acima citados deveria ser seguido por todos os municípios do interior do Estado, o que resultaria numa renovação tanto do clero quanto dos gestores municipais. Dom Delgado concluiu o seu artigo no jornal *O Nordeste*, dizendo: “é condição indispensável para colher resultados definitivos dos nossos esforços, fazer o povo participar ao máximo de todas as tarefas de renovação espiritual e temporal”.¹⁹⁹

Dom Delgado legitimava as ações da Fundação João XXIII de acordo com um posicionamento que se tornou característica da facção modernizadora conservadora dentro da

¹⁹⁹ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Conversas Avulsas*. Fortaleza. Jornal *O Nordeste*, 26 de Julho de 1964.

Igreja. Ou seja, malgrado as mudanças terem sido iniciadas a partir das bases, necessitavam do aval da hierarquia, para que, de um lado, não sofressem desvios indesejados, e de outro, não fugissem da tutela da Igreja.

Nas entrelinhas das ações e dos discursos do então arcebispo de Fortaleza, estava o fantasma da revolução esquerdista, segundo ele, comandada em Pernambuco por Miguel Arraes, com ramificações em todo o território nacional, que culminaria com a proclamação de uma República sindicalista no Brasil. Em artigo anterior, também publicado no jornal *O Nordeste*²⁰⁰, escrevera sobre o perigo vermelho que ameaçava a todos, inclusive afirmando que se divulgara em Recife, caso o plano esquerdista fosse vitorioso, uma lista dos que deveriam ser imediatamente fuzilados. Dava graças a Deus pela vigilância e pela intervenção patriótica das Forças Armadas, que evitaram o desabamento daquela desgraça sobre as famílias brasileiras. Na sua análise:

Os esquerdistas teriam pela frente a direita que se vinha armando para a resistência. Guerrilhas mil seriam instaladas por todos os lados e seria incalculável o número de vidas, o tempo e os recursos a serem consumidos na terrível guerra sem precedentes na história do Brasil. Foi disto que as Forças Armadas nos defenderam. A revolução esquerdista deveria rebentar a 9 de abril próximo passado. O povo brasileiro foi longamente preparado para a hora trágica que passou.²⁰¹

Uma leitura superficial das afirmações de Dom Delgado, acima transcritas, nos autorizaria a concluir que ele se enquadraria na tipologia da hierarquia da Igreja brasileira, estabelecida por Moreira Alves²⁰² como um bispo moderado, totalmente influenciado pela propaganda anticomunista de sua época, avesso às posturas revolucionárias ou reformistas. Ou seria ele um bispo “progressista” que não acreditava na eficácia de ações pastorais sem que as estruturas sociais e econômicas sofressem transformações? Para Moreira Alves, os bispos progressistas seriam aqueles favoráveis ao comprometimento político dos católicos em movimentos transformadores e

²⁰⁰ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Conversas Avulsas*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 12 de Abril de 1964.

²⁰¹ *Ibid.*

²⁰² ALVES, Márcio Moreira, op. cit. p. 86 – 87.

abertos à colaboração com não católicos.²⁰³ A concepção da Fundação João XXIII e as suas políticas anteriormente citadas junto às comunidades do maciço de Baturité o enquadrariam naquela categoria dos progressistas. No entanto, a exaltação que o Arcebispo fazia do movimento golpista das Forças Armadas, livrando o país da ameaça dos comunistas, revela sua face mais conservadora, indicando a dificuldade teórica de se enquadrar grande parte do episcopado brasileiro numa classificação rígida e maniqueísta.

Vinte e seis dias após o golpe, Dom Delgado escreveu, na coluna “Conversas com o Pastor” do Jornal *O Nordeste*²⁰⁴, reflexões sobre o momento político que o país vivenciava depois do golpe. Neste artigo refere-se à missa de ação de graças que celebrou no dia 5 de abril à noite e ao sermão que fez. Ressalta que o seu sermão foi caracterizado como de um comunista, por não terem gostado do seu desfecho. No referido sermão, repetiu os agradecimentos às Forças Armadas do Brasil por terem salvado a todos de acontecimentos mais dolorosos e concluiu pedindo que rezassem pelos que estavam “naquela hora sofrendo as conseqüências de suas atitudes políticas”.²⁰⁵ No entanto, no mesmo artigo, chama a atenção para os perigos que poderiam advir naquele instante, tais como: a tentativa que alguns poderão fazer de se aproveitar da ocasião para desforras, “vinditas” políticas, reparações econômicas, compensações vaidosas e exibicionismos de prestígio.

Segundo Bruneau²⁰⁶, aparentemente só dois membros da CNBB apoiavam o governo Goulart: Dom Helder Camara e Dom Carmelo Mota. Os dois foram pegos de surpresa quando visitaram o presidente para alertá-lo sobre os perigos de sua virada política à esquerda. O presidente beneficiou-se da visita para ser fotografado, durante o almoço, junto aos dois bispos por um repórter do *Jornal do Brasil*. A fotografia, ao ser estampada naquele órgão da imprensa carioca foi interpretada como confirmação de apoio político irrestrito dos dois prelados ao presidente da república e à sua opção pela radicalização. Este episódio foi um dos fios a mais na justificação da teia golpista articulada nas últimas semanas de março de 1964.

²⁰³ ALVES, Márcio Moreira, Op. cit. p. 86 – 87.

²⁰⁴ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Conversas Avulsas*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, de 26 de abril de 1964.

²⁰⁵ Ibid.

²⁰⁶ BRUNEAU, Thomas C. Op. cit. p. 213.

As declarações de Dom Delgado sobre o golpe e acerca dos agradecimentos aos militares por livrarem o país da ameaça vermelha, publicadas no jornal *O Nordeste* em abril de 1964, de certa forma antecipavam os termos da declaração emitida pela CNBB, a 3 de junho de 1964. Nela, os bispos brasileiros deram um tom de apoio ao golpe, uma vez que afirmavam:

Atendendo à geral e angustiosa expectativa do Povo Brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do Poder, as Forças Armadas acudiram em tempo, e evitaram se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra. (...) Ao rendermos graças a Deus, que atendeu as orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação.²⁰⁷

Antes de abril de 1964, a CNBB era favorável ao programa de reformas de Goulart. Com o golpe, a CNBB apoiou o regime autoritário. Nove anos depois, haveria uma mudança dramática nas posições da CNBB. No mesmo documento de apoio aos grupos responsáveis pelo golpe, a CNBB já antecipava as críticas aos abusos que seriam posteriormente praticados pelo regime, uma vez que a hierarquia chamava atenção para o fato de que a propalada necessidade de eliminar as causas da desordem não poderia significar o emprego da violência e condenavam quaisquer medidas repressivas contra a Igreja, desautorizando a todos que queriam rotular a Ação Católica e o Movimento de Educação de Base como movimentos comunistas.²⁰⁸

Em junho de 1964, Dom Delgado comentou as notícias da imprensa contra a Igreja na pessoa dos bispos, dos sacerdotes e dos leigos.²⁰⁹ Refere-se, também, aos episódios da profanação do sacrário da Matriz do bairro de São Gerardo, em Fortaleza, e do arrombamento de um veículo tipo Kombi que estava sob os cuidados do padre Barros Leal, na paróquia de Monte Castelo. Afirmava que a Igreja, os bispos, os padres e os católicos do apostolado leigo estavam serenos quanto às perseguições, atentados e intrigas de que eram vítimas naquele instante. Adiantava que muitos se sentiram incomodados porque a Igreja não se incompatibilizou com as forças armadas, o que seria desejo de muitos. Atribui a responsabilidade pelos episódios anteriormente relatados aos

²⁰⁷ Declaração da CNBB Sobre a Situação Nacional. In: MAINWARING, Scott, Op. cit. p. 102.

²⁰⁸ Ibid. pp. 103 – 104.

²⁰⁹ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Conversas Avulsas*. Fortaleza. Jornal *O Nordeste*, 21 de junho de 1964.

“fariseus” que acreditavam que a “revolução” significaria o fim da existência da Igreja no Brasil. Fez elogios ao diretor do jornal Diário de Pernambuco pelo mesmo ter se negado a publicar notícias desqualificadoras de Dom Helder Camara, colocando seu cargo à disposição dos proprietários do jornal pernambucano. Finaliza dizendo:

Seu gesto valeu. Nada lhe sucedeu dentro da empresa publicitária. Cresceu o digno pernambucano, com a afirmação de si mesmo, através do gesto de independência. Muitos serão capazes de não se deixar destruir pela empresa. O homem é a alma das empresas e elas não os podem anular. Há um limite na doutrina social católica, do qual nem o Estado, nem a Igreja, nem a empresa podem passar. A pessoa humana a quem servem, supera-os. Não pode ser esmagada.²¹⁰

Para o recém-nomeado Arcebispo de Fortaleza, o grande problema de todos os tempos era o que denominava de “terrenismo”.²¹¹ Na sua concepção, o homem era demasiado preocupado com os problemas da vida terrena e por isto amesquinhava tudo. A seu ver, o homem exagerava a necessidade do mínimo de bens materiais para praticar a virtude, chegando a ponto de advogar a impossibilidade de haver salvação espiritual sem o cumprimento de uma etapa anterior, ou seja, a da redenção econômica, política e social. Dom Delgado reconhecia, naqueles inícios da década de 1960, que a Igreja era rejeitada por pouco se comprometer com a solução dos problemas políticos e econômicos. Na sua fala, criticava os que desejavam uma Igreja com um único rosto, a face terrena. Por outro lado, também, fazia restrições aos que classificava como “angelistas”, que repeliam qualquer ação terrena da Igreja. Para estes últimos, segundo Dom Delgado, a Igreja deveria ser uma torre de marfim, imaculada, não manchada pelas dimensões sublunares. Na sua mensagem, em tom de conversa com os fiéis, dizia que o errado era se colocar de um lado ou de outro, e que a Igreja só seria autêntica sendo divina e terrena ou terrena – divina.

Depois de fazer as considerações acima sintetizadas, Dom Delgado passava a se referir diretamente à revolução brasileira que, no seu entender, merecia uma atenção particular. Começava dizendo que o movimento militar surpreendera a todos e que não era a revolução

²¹⁰ Ibid.

²¹¹ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Conversas Avulsas*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 19 de abril de 1964.

esperada, pois havia sido preparada por outros, um grupo na iniciativa e outro na defensiva, acusando-se mutuamente. No entanto, para ele, houve uma terceira revolução, histórica, aquela que as forças armadas haviam realizado em caráter preventivo, podando a marcha das anteriores. O Arcebispo de Fortaleza, no seu artigo, procurava construir uma terceira linha de interpretação do golpe civil-militar de 1964. Como se depreende de seu artigo publicado naquele jornal católico, não haveria ligação entre a ação das forças armadas e os grupos conservadores e reacionários promotores da violação do estado de direito que se prolongou por vinte e um anos no Brasil. Tanto assim que:

Aliás, as duas correntes radicalizadas contavam com o possível apoio das referidas forças. Estas foram prudentes e deixaram-nas aturdidas. Não é de admirar, entretanto, que de um e de outro lado haja um esforço gigantesco para tirar proveito. As forças armadas certamente estarão alertas para salvaguardar a obra própria.²¹²

O intuito maior de Dom Delgado era chamar a atenção dos católicos e não católicos que justificavam suas opções, de direita ou de esquerda, movidos pela consciência que diziam ter da realidade brasileira. Não lhe interessava avaliar até que ponto eles estavam sendo fiéis ou não à dita realidade. O fundamental, na sua leitura, era que aqueles grupos se pautassem no pós-golpe pela nova realidade brasileira. Ou seja, insistia em que era impossível negar que o Brasil passava por uma transformação profunda. O que faltava aos que conceituava como “adoradores da realidade brasileira”, era o reconhecimento de aspectos acidentais de significação duradoura na vida do Brasil, tais como: a subida espetacular de Jânio Quadros à Presidência da República e a sua não menos espetacular renúncia; a revolução parlamentarista e a queda do parlamentarismo; as tentativas de revolução popular-estudantil para a fundação da República Sindicalista durante os últimos meses do governo de João Goulart. Aí estavam os fatos políticos que alteraram violentamente a realidade brasileira. Todos eles teriam como consequência mais grave o sofrimento do povo. E, ao fechar o seu artigo, dirigiu-se mais especificamente aos líderes católicos que se mostravam arrasados diante do fechamento do regime. Não adiantaria de nada se mostrarem

²¹² Ibid.

desfigurados, pessimistas, revoltados ou desesperados. A hora, para o arcebispo, exigia objetividade e reconhecimento da realidade. Haveria uma alternativa brasileira que ele não diz explicitamente que seria católica, para se chegar às mudanças mais difíceis e delicadas, “sem sangue, sem tiros, sem cacetes e sem fogo”. Não seriam apropriadas ao Brasil as revoluções à maneira espanhola, nem francesa, russa ou chinesa. A saída estaria no caminho da “inteligência e do sentimento”.

No mês de julho de 1964, no jornal *O Povo*²¹³, o professor Madaleno Girão Barroso escreveu um artigo intitulado “A Igreja e a Revolução”, no qual indagava Dom Delgado sobre o sentido político da existência da Igreja, buscando saber se:

Apesar de sua transcendência, a doutrina da Igreja não tem que se fazer histórica, ou, em outras palavras, se não lhe compete descer dos princípios aos fatos, dando-lhes um conteúdo de política concreta, no sentido de indicar aos responsáveis pelos destinos das nações, de maneira mais categórica e objetiva, as soluções impostas, a seu ver, pela atual problemática social e econômica.²¹⁴

Para o professor Barroso, o espectro político brasileiro era marcado por uma tripla orientação ideológica, sendo que duas destas vertentes estavam em processo inquestionável de esgotamento. Referia-se ao “exclusivismo”, tanto do capitalismo quanto do socialismo soviético, anacrônicos, a seu ver, em relação ao processo que denominava em seu artigo de “processo de racionalização, relativista, pluralista e objetivista a que tende a política contemporânea, à luz das conquistas das ciências sociais”.

Para fundamentar as suas afirmações, Barroso seguia uma linha interpretativa na qual os países capitalistas e os países do bloco comunista, e o mundo de um modo geral, marchavam para uma terceira via, consubstanciada numa série de tentativas reformistas, mais ou menos felizes, porém perpassadas pelo traço comum de uma identificação com a realidade objetiva e pela rejeição dos apriorismos ideológicos.

²¹³ BARROSO, Madaleno Girão. *A Igreja e a Revolução*. Fortaleza. Jornal **O Povo**, 06 de julho de 1964.

²¹⁴ Ibid.

Este viés racionalista-reformista não remeteria a uma simples ideologia nem significava um mero acordo de conveniência entre os antagonismos sociais. Seria, antes de tudo, uma “ideologia da razão”, capaz de encontrar, através da consciência deformada, ou da falsa consciência, impostas pelos subjetivismos de classes, “o fio de Ariadne da verdadeira justiça”. Deduzindo daí, ser improdutiva e condenável no Brasil e nos demais países, qualquer política de composição que não resolvesse substantivamente a situação de vida das camadas da população “marginalizadas por um sistema desigualmente distributivo, ao invés de integrar na sociedade”.

Portanto, para que se efetivasse a formulação daquela “ideologia racional”, que o próprio professor considerava ambivalente e até mesmo imprecisa no conjunto das idéias contemporâneas, era inadiável a especificação e identificação do que se apresentava como meramente transacional e que apontasse para soluções temporizadoras. Esta constituía a ideologia que funcionava como sustentáculo da exploração social.

Girão Barroso, ao concluir seu artigo, deixava mais claro qual o viés político que acreditava ser o mais condizente com as tendências de sua época, isto é, algo semelhante ao sistema de civilização integrada que, segundo ele, era inspirado no manifesto do padre Lebet. Vislumbrava uma nova civilização que teria dois pilares centrais: um neo-socialista e o outro, neocapitalista. Porém, reconhecia que ambos os construtos eram bastante difíceis de ser definidos.

No entanto, as idéias que compunham a doutrina da Igreja lhe pareciam mais autênticas e “promissoras”, sem embargo de seu caráter confessional. As justificativas, que apresentava para que essa nova civilização fosse inspirada principalmente na doutrina da Igreja, eram de natureza histórica e moral. Ou seja, quanto à primeira Barroso argumentava que em todos os tempos a Igreja assumira uma posição de equilíbrio, portanto, racional. Quanto à segunda, malgrado o caráter racional de suas posições, a Igreja nunca privilegiou a “realidade racional” em detrimento da “realidade moral”.

O posicionamento do professor Barroso desaguava, no último parágrafo de seu artigo, na conclusão de que seria lastimável que a Igreja brasileira não se prontificasse a participar ativamente da renovação política, social e econômica subjacente ao “movimento revolucionário” de finais de março e inícios de abril de 1964. Mesmo havendo posicionamentos críticos e combativos no seio da hierarquia católica em relação ao regime militar, como no caso de Dom

Helder Camara, não tinha dúvidas de que o horizonte de expectativas era de um amplo entrosamento entre a Igreja e a Revolução, sendo que o Marechal Castelo Branco não hesitava em ser o articulador desta “nova ordem” no Brasil, uma ordem experimental da doutrina social e econômica da Igreja.

Dom José de Medeiros Delgado, no entanto, já havia esboçado, dois meses antes do golpe as ações que acreditava serem próprias da Igreja, uma vez que considerava que havia no Ceará “uma base coletiva dispersa pelo Estado, os Círculos Operários, 130 unidades, com aproximadamente 50 000 associados, que a Igreja de Fortaleza olhará imediatamente com imensa confiança e especial carinho”.²¹⁵ Avaliava que seria necessário dinamizar os Círculos Operários do Ceará, que definia como forças ignoradas para uma colaboração de base e valiosíssima para a Fundação João XXIII. No mesmo artigo, solicitava aos vicentinos espalhados por todas as paróquias do interior, informações sobre a situação das suas circunscrições, para que os mesmos pudessem engajar-se nos projetos da Fundação João XXIII, no campo social. Neste discurso, é possível perceber, por parte do então arcebispo de Fortaleza, a introdução de um termo que se fará cada vez mais presente no movimento do catolicismo brasileiro da década de 60: o qualificativo “social”. Sendo este social sinônimo de solidariedade e necessidade de associação para a defesa dos direitos comuns. Tanto que Dom Delgado enfatizava que, diante do social, o religioso não ficaria imobilizado nem “há de viver das glórias do passado”²¹⁶, mas o acompanharia e lhe daria vigor.

Em novembro de 1962, arcebispos, bispos e sacerdotes de 22 dioceses estiveram presentes, durante 15 dias ao Curso do Movimento por um Mundo Melhor para o Nordeste²¹⁷, realizado por convocação da CNBB. Além das orações, compunham a pauta de estudos, temas que deveriam ser discutidos, tais como: situar a posição da Igreja face à problemática do Nordeste; traçar diretrizes para uma ação de conjunto, objetivando uma coordenação de esforços e criar um

²¹⁵ DELGADO, Dom José de Medeiros. *A Fundação e seus Recursos Humanos de Base*. Fortaleza Jornal **Correio do Ceará**, 07/02/1964. 1ª p.

²¹⁶ Ibid.

²¹⁷ *Declarações de Arcebispos, Bispos e Sacerdotes do Nordeste*. In: Revista da C.R.B. Ano VIII, nº 89. Novembro de 1962. pp 681 -683. Documento assinado por: Eugênio de Araújo Sales (Administrador Apostólico de Natal-RN); José de Medeiros Delgado (Arcebispo de São Luís-MA); Fernando Gomes (Representante de Dom Helder Camara); Carlos Coelho (Arcebispo de Olinda-Recife); José Távora (Arcebispo de Aracaju); Expedito Eduardo de Oliveira (Bispo de Patos-PB); Edilberto Dinkelborg (Bispo de Oeiras-PI); Gentil Diniz (Bispo de Mossoró-RN); Manoel Tavares (Bispo de Caicó-RN); José Mauro (Bispo de Iguatu-CE); Vicente Matos (Bispo de Crato-CE) e 43 sacerdotes.

secretariado patrocinado pela CNBB, com o objetivo de planificar e coordenar os programas apostólicos que poderiam ser postos em prática nas Dioceses da região.

Nas suas declarações, os arcebispos, bispos e sacerdotes constataram que o Nordeste, estendendo-se da Bahia ao Maranhão, então com seus vinte e cinco milhões de habitantes, representando 1/3 da população nacional, era “a mais importante área-problema de todo o hemisfério ocidental”.²¹⁸ A região nordestina, além de apresentar uma grande mobilidade social, intensificada pelas migrações internas, possuía a mais baixa renda do continente sul-americano, não chegando à terça parte da renda média do centro-sul do país. Afirmaram que a estrutura agrária da região era o grande obstáculo ao seu desenvolvimento, uma vez que 1,2 % dos proprietários detinham 31,7 % das áreas agricultáveis. Essa gama de fatores, na visão dos participantes do encontro, estava forjando uma civilização de massas. Para agravar ainda mais a conjuntura analisada, deduziram que a infiltração de idéias subversivas era o tempero ideal para a intensificação de um clima pré-revolucionário.

No que dizia respeito à questão religiosa, confirmaram a existência de um “espírito de fé” bastante arraigado nas vastas regiões nordestinas, com absoluta adesão à Igreja e uma indubitável confiança nos seus dirigentes. Nos mais longínquos recantos do sertão, para aquele colegiado da Igreja, as paróquias ainda representavam não só o centro da vida religiosa, mas também social e cultural de suas populações. Porém, a maior parte desses fiéis ainda vivia um cristianismo individualista, passivo, limitado ao templo e às manifestações religiosas exteriores, sem um sentido de militância nem de comunidade. Nessas áreas, os leigos não haviam assumido seu lugar na Igreja e faltava-lhes atuar nas estruturas econômicas, políticas, culturais e sociais.

Como resultados dessas constatações exigiram uma reforma agrária “prudente e eficaz”, dentro dos princípios da doutrina social da Igreja. Concomitantemente, apoiavam a sindicalização rural, desde que realizada através de líderes devidamente preparados. Apoiavam o cooperativismo e o Movimento de Educação de Base, como meios indispensáveis a uma autêntica “promoção do homem nordestino”. Por outro lado, consideravam que a doutrina social da Igreja, por sua visão completa do homem e de seu engajamento total na comunidade, rejeitava o comunismo e o capitalismo, por constituírem soluções unilaterais e desumanas, incompatíveis com os princípios

²¹⁸ Ibid.

cristãos. Daí a impossibilidade da Igreja de colaborar com movimentos fundamentados nessas doutrinas. O documento apelava para que os cristãos, unidos entre si e aos seus legítimos pastores, se engajassem na tarefa de um desenvolvimento integral do Nordeste. Acenava como meio de realização dessa tarefa a urgente criação de uma “Aliança Eleitoral pela Família”.

Já em Fortaleza, no ano de 1964, Dom Delgado, buscando aprofundar aquelas conclusões de dois anos anteriores, insistia na questão do papel do leigo nas transformações urgentes demandadas pelos tempos modernos. Como norteadora das ações necessárias, estava a Ação Católica, para ele um problema da Igreja que seria consagrado pelo Concílio Vaticano II e pelo Código de Direito Canônico. Porém, as peculiaridades brasileiras não poderiam deixar de ser consideradas, levando-o a dizer em um artigo de jornal²¹⁹, que a ACB só responderia às necessidades da Igreja, na medida em que se firmassem nas bases, dioceses e paróquias.

Dom Delgado identificava algumas falhas nas ações da Ação Católica Brasileira (ACB) e as atribuía à negligência dos seus dirigentes nacionais e ao desconhecimento das “raízes” das dioceses e das paróquias. Na sua interpretação, havia um equívoco por parte dos jovens engajados na JUC, JEC, JOC e ACO (Ação Católica Operária), que era o de considerar como comunidade apenas os seus respectivos grupos especializados. Para Dom Delgado, os dirigentes nacionais e regionais da ACB jamais deveriam ser escolhidos à revelia dos bispos. Na sua análise ressaltava como maior erro da AC no Brasil, a ausência de adultos nas suas fileiras. Portanto, o método do *Ver, Julgar e Agir* deveria ser complementado e inspirado no método do *Sentir, Assimilar e Viver*. Este último faria com que a ACB penetrasse melhor no seio das populações latino-americanas, salvando-as das influências de seitas perniciosas e do marxismo.

Dom Delgado, reforçando suas afirmações, entendia que em nenhuma outra época da história, a política fora tão importante quanto no seu tempo. Fatores como a “técnica do abordamento das massas e os instrumentos de massificação dos espíritos”²²⁰ haviam contribuído enormemente para a exaltação da dimensão política, sem falar da participação do rádio e da televisão. Como consequência, não poderia deixar de se referir ao problema das relações entre a ACB e a política. Construía sua abordagem, em primeiro lugar, determinando o campo específico

²¹⁹ *Conversas Avulsas*. Dom José de Medeiros Delgado. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, de 22 de Novembro de 1964.

²²⁰ DELGADO, Dom José de Medeiros. *A Ação Católica e A Política*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 22 de maio de 1964.

da política, ou seja, como “ação no temporal”. Logo, a política deveria ser reservada aos leigos. Porém, os leigos enquanto membros da ACB e seus realizadores, também se revestiam de responsabilidades no domínio do sagrado. Como Dom Delgado encarava as questões políticas quando se tratava de leigos engajados na ACB?

O eixo central de seus argumentos residia no que denominava de “hierarquia de valores”. Isto é, o leigo ao optar pelo engajamento na ACB, havia optado primordialmente pela ação no sagrado. Sua vida possuía um comprometimento com a hierarquia de dedicação ao divino, ao trabalho no campo do sagrado. Sendo a política um meio de influir sobre o temporal e de resolver problemas terrenos, o leigo de ACB, nas ações políticas, agiria de forma secundária, não representando a Igreja. Falaria em nome próprio e jamais poderia evocar o nome da Igreja no âmbito da política.

O que o então Arcebispo de Fortaleza buscava delimitar era a separação entre religião e política. Por isso, o leigo que se valesse do prestígio de cristão, do nome da ACB ou da Igreja para impor um ponto de vista político, estaria infringindo a moral e falhando como cristão. Dom Delgado não negava a importância moderna da política, mas insistia em que as duas esferas não poderiam ser confundidas.

A obrigação da hierarquia da Igreja era exatamente a de sustentar essa doutrina e denunciar os erros dos leigos da ACB que se filiavam a partidos políticos de tendência ideológica duvidosa, dos quais muitos dirigentes agiam de forma imoral. Contudo, de forma ambígua, acrescentava que os bispos, como maiores autoridades pastorais, poderiam sobrepor-se ao campo do sagrado e interferir nas questões temporais, para alertar os leigos dos problemas que ameaçavam as almas. Para este intuito deixava claro que os sacerdotes seriam delegados imediatos dos bispos junto aos leigos, além de vigilantes incondicionais de suas ações. Somente dessa forma a unidade da Igreja estaria garantida e os leigos militantes da ACB se sentiriam mais seguros de seus atos e opções.

Em relação às questões do relacionamento entre Ação Católica e hierarquia da Igreja, Dom Delgado posicionava-se de acordo com a maioria do arcebispado brasileiro.²²¹ Tinha

²²¹ Sobre os problemas criados no início da década de 1960, entre a Ação Católica e a Igreja, ver entre outros, BRUNEAU, Thomas C. Op. cit. pp. 180 – 188.

consciência da impossibilidade da Igreja de prescindir dos seus diversos setores para penetrar nos diferentes meios sociais. Sabia não ser mais sensato desconsiderar a autonomia, particularmente da JUC e da JEC, em construir análises questionadoras da realidade social brasileira e, ao mesmo tempo, do papel dos cristãos nas transformações das estruturas nacionais.

Até as vésperas do golpe de 1964, a juventude brasileira saía das fileiras da JUC e da JEC não se restringia nas suas ações apenas ao campo da evangelização do meio estudantil. A influência daqueles setores deixou de ser restrito às universidades e às escolas secundárias. Ambas eram encaradas como intrinsecamente ligadas ao processo histórico nacional.²²² Dom Delgado não rejeitava o engajamento político dos quadros da ACB, no entanto era partidário de uma adesão monitorada e limitada pelas diretrizes dos bispos. Apesar de não citar claramente a Ação Popular (AP) que se tornara, desde 1962, um dos movimentos mais revolucionários do país até 1964, é a AP que desqualifica nas entrelinhas do seu antimarxismo e de combate às doutrinas de influências não católicas. A legitimidade das ações dos leigos, principalmente dos leigos da ACB, era uma legitimidade submissa, verticalizada, na interpretação de Dom Delgado, disciplinada pela hierarquia da Igreja. Quanto a esse aspecto não tergiversava, pois afirmava:

A vigilância da autoridade pastoral estende-se muito além do sagrado, importa no dever de examinar os problemas do temporal e advertir os leigos quando tais problemas envolvem ameaças para as almas. Concebo que aqui tal vigilância cabe especialmente aos que governam a Igreja. Concordo em que a advertência não deva ficar com os sacerdotes como tais, mas como delegados imediatos do Bispo junto aos leigos.²²³

Dom Delgado reconhecia que o desenvolvimento da idéia social da Igreja resultara numa gradual autonomia dos leigos, em especial dos leigos da ACB. No entanto, sob sua ótica, se por um

²²² Nas palavras de Bruneau: “no caso da JUC e da JEC, a década de 50 foi de engajamento e de adoção de conceitos sociológicos e teológicos para a situação brasileira. Em 1960 se chegou a uma formulação ideológica completa que ia muito mais longe do que tinham pensado os bispos. Toda a documentação que tenho sobre o movimento, bem como as entrevistas, apontam insistentemente para o fato de que a ideologia foi elaborada a partir do engajamento”. BRUNEAU, Thomas C. Op. cit. p. 182.

²²³ DELGADO, Dom José de Medeiros. *A Ação Católica e a Política*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 22 de maio de 1964.

lado o sagrado foi se tornando cada vez mais próprio da hierarquia, por outro, não houve o estabelecimento de um abismo entre o temporal e o sagrado. Os leigos eram chamados a agir também apostolicamente, no que definia como “domínio da graça”.

O que o preocupava, naquele momento, era a unidade da Igreja, tanto assim que entre 16 e 18 de maio de 1964, realizou a primeira Assembléia do Episcopado do Estado do Ceará.²²⁴ Nesta, ressaltava a necessidade da unidade dos pastores e sacerdotes da Igreja no Ceará, como única forma de se evitar a divisão espiritual do povo cearense. Para a manutenção daquela união seria fundamental a constituição das equipes do Secretariado Provincial, para as quais seriam distribuídas diversas tarefas de apoio à colegialidade dos bispos no Estado. Enfatizava que a unidade da Igreja não era privativa do sacerdócio e sim, patrimônio de todo o povo católico.

Intimamente relacionado à questão da unidade, Dom Delgado colocava o problema da hierarquia. Justificava que, por saber que o homem é passível de desvios de inteligência, Jesus Cristo dera à Igreja uma “segurança jurídica e social, fundando-a sobre homens escolhidos e elevados, pelo Sacramento da Ordem, a uma altitude que Ele, Deus, se comprometeu com a humanidade, preservar e assistir até a consumação dos séculos”.²²⁵ Ou seja, segundo Dom Delgado, seria inconcebível, em se tratando do povo de Deus, querer fugir da submissão à hierarquia na ordem da fé e dos costumes.

Márcio Moreira Alves²²⁶ identifica, em relação à Igreja Católica, a ausência de estudos mais detalhados sobre os episcopados da América Latina. Atribui esta lacuna à própria estrutura interna da Igreja, exageradamente fechada e verticalizada. Uma das raras investigações naquele sentido que cita no seu trabalho, é a de Thomas Sanders, feita no Chile entre 1967 e 1968.²²⁷ Sanders enfatizava que eram pouquíssimas as informações existentes sobre os bispos católicos latino-americanos, que tipo de influência exerciam ou pensavam exercer.

Os estudiosos da Igreja sentiam-se desmotivados para efetuar pesquisas mais sistematizadas sobre o episcopado do Brasil e da América Latina em virtude da resistência da Igreja em revelar suas estruturas internas. Por outro lado, sabe-se que as conferências nacionais e

²²⁴ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Conversas Avulsas*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 07 de junho de 1964.

²²⁵ Ibid.

²²⁶ ALVES, Márcio Moreira. Op. cit. p. 83.

²²⁷ Ibid.

internacionais, nos seus manifestos, documentos e declarações de um modo geral, se posicionavam de maneira conjunta o que, em última análise, sempre escondeu os conflitos internos, os diferentes interesses e a oposição de pensamentos entre a hierarquia da Igreja.

Nos inícios de 1966, no mesmo jornal católico, ao qual tinha uma dedicação especial, Dom Delgado explicitou de forma mais sistemática suas interpretações sobre a situação social da América Latina e sobre a problemática do subdesenvolvimento.²²⁸ Na primeira parte do artigo defende que o Vaticano II marcaria novos rumos de renovação religiosa profunda no continente, iniciando pela reformulação litúrgica que estava alcançando uma aceitação surpreendente.

A referida renovação litúrgica seria fator de impulso da própria renovação social, na medida em que conferia ao povo certa maturidade humana, individual e coletiva. Para ele, a posição da Igreja na América Latina era das mais importantes na história do continente.

Se por um lado, as situações econômicas, sociais e políticas eram de grandes dificuldades, por outro, exigia que todos se mostrassem mais inteligentes, mais dedicados e originais. Indicava como tarefa inadiável da Igreja, na conjuntura de injustiças do subdesenvolvimento, contribuir através da ação dos leigos bem preparados, na promoção do povo. Este, porém, precisava organizar-se o quanto antes, pois, ou o povo se organizava livremente ou seria socializado à força.

Considerava as reformas sociais impreteríveis e acrescentava que as mesmas não poderiam vir como dádiva dos políticos ou dos governos, a despeito de considerar indispensável a colaboração destes setores para a promoção humana do homem latino-americano. Dom Delgado privilegiava entre as reformas sociais urgentes para o continente, a reforma agrária. No entanto não abria mão de assinalar que todas as reformas deveriam ser precedidas de uma “ação educadora através da qual se esclareçam muito bem as consciências”.²²⁹

No entanto, esta ação conscientizadora seria impraticável na América Latina sem o engajamento da Igreja Católica. A “precedência educativa”, defendida por Dom Delgado, tinha o sentido de observar a lei que denominava de “Lei da Simultaneidade”, ou seja, tornava-se inócua uma proposta educativa isolada das reais condições das populações latino-americanas. Na sua concepção, havia um ceticismo generalizado no seio do povo. Qualquer proposta educativa só se

²²⁸ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Conversas Avulsas*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 27 de fevereiro de 1966.

²²⁹ *Ibid.*

tornaria confiável quando acompanhada de ações sociais concretas, operacionalizadas a partir das peculiaridades de cada país do continente.

Referindo-se particularmente à reforma agrária, era partidário de que a mesma não poderia obedecer a nenhum paradigma preestabelecido e sim ser adaptada às características próprias de cada região ou país. O direito de propriedade deveria ser aperfeiçoado e corrigido, jamais negado, com a reforma no campo, tendo em vista que era uma exigência para a realização do bem comum. Além desse princípio, defendia a premissa democrática da horizontalidade em se tratando de reforma agrária, no sentido de que as pessoas e as instituições intermediárias entre os cidadãos e o estado tinham o dever de promovê-la, pois eram possuidores de qualidades e de tato para realizá-la.

Dom Delgado fugia, no artigo aqui referido, do debate sobre a questão da desapropriação das terras sem prévia indenização, considerando-o um problema técnico que não dizia respeito à Igreja. Sobre as relações entre a Igreja e o Estado, discordava daqueles que classificavam a Igreja como atrelada ao poder econômico e às oligarquias.

Reconhecia não possuir informações precisas sobre a influência dos comunistas dentro da Igreja na América Latina, porém, não negava que eles colaboravam no processo de articulação das reformas de base, tanto através de órgãos governamentais quanto por meio de ações pessoais.

O primordial para Dom Delgado, porém, estava no fato de que, ao mesmo tempo em que permanecia fiel a si mesma, a Igreja estava assumindo as questões relativas aos direitos humanos e sociais. Não simplesmente através de um movimento endógeno, mas complementado pelas mudanças rápidas e revolucionárias dos tempos. Para ele a Igreja, era antes de qualquer coisa otimista, embora discordasse dos processos violentos de mudança social.

No caso da Igreja brasileira, louvava a sua tomada de posição em relação aos problemas dos trabalhadores rurais. Ninguém poderia negar, no Brasil, o pioneirismo da CNBB na temática da reforma agrária. Referia-se de modo especial aos bispos nordestinos e do centro sul, os quais desde a década de 1950 se posicionavam sobre a questão agrária, acrescentando que a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) fora criada a partir dos esforços e da sensibilidade do episcopado nordestino junto aos órgãos de governo, para minorar o sofrimento das populações sertanejas.

Na mesma linha de ação, existia o programa de educação de base dos camponeses nordestinos, do Centro Oeste, parte de Minas Gerais e do Centro Sul do Brasil. Projeto que era apenas financiado pelo governo federal, mas de responsabilidade operacional do laicato, que já criara uma rede de 10 mil escolas radiofônicas e atingia aproximadamente 20 mil adultos analfabetos no campo. A ação de educação de base era conjugada com outras também importantes, fazendo surgir cooperativas e sindicatos nas localidades onde havia sido praticada, incomodando os tradicionais chefes políticos das regiões atingidas pelo MEB, tanto que por ocasião do golpe militar de 1964, essas forças políticas foram as primeiras a tentar incompatibilizar a Igreja com o governo federal, qualificando os agentes do MEB como subversivos e comunistas.

No final do artigo, Dom Delgado faz menção a uma corrente da hierarquia que se posicionava de forma contrária às reformas, particularmente à reforma agrária. Mesmo dizendo não saber explicar essa atitude, tentava justificá-la através da influência do meio, isto é, a posição mais conservadora da hierarquia era para ele um fenômeno geográfico, peculiar do Sul, onde não eram tão graves os problemas do campo.

O padre Oscar Beozzo,²³⁰ especialista em estudos eclesiais e estudante de teologia em Roma durante as sessões do Concílio Vaticano II, observa que os bispos brasileiros foram se conhecer, trabalhar, estudar e fortalecer suas redes de relacionamentos de forma mais intensa durante as reuniões e os intervalos conciliares. Tanto que Dom Helder atribuiu sua derrota eleitoral e de seu grupo de influência nas eleições internas da CNBB de 1964, a um contingente de cerca de quarenta titulares das prelazias apostólicas da região amazônica e de outras áreas missionárias do Brasil. A maioria desses religiosos era estrangeira e não participava efetivamente da Conferência Nacional, constituída apenas pelos metropolitanos. Durante o Concílio, tomaram consciência de sua força e nas referidas eleições conseguiram afastar o grupo coordenado por Dom Helder, levando o padre Beozzo a concluir que a CNBB vivenciou um segundo nascimento durante o Vaticano II, “integrando em um único conjunto, cardeais, arcebispos, bispos diocesanos, bispos auxiliares, administradores apostólicos e prelados das áreas missionárias”.²³¹

²³⁰ BEOZZO, José Oscar. Op. cit. p. 178

²³¹ Ibid. p. 179.

A partir de 1965, o Secretariado Regional Nordeste I da CNBB, abrangendo os estados do Ceará, Piauí e Maranhão, reforçou a rede de relações entre o episcopado nordestino. Na primeira quinzena de janeiro daquele ano realizou-se um encontro em Fortaleza, com a participação dos bispos que constituíam o Secretariado Regional Nordeste I, para discutir os problemas pertinentes aos três estados que constituíam aquela instância eclesiástica de planejamentos pastorais para a Igreja nordestina. Este primeiro encontro gerou um segundo, ainda no mesmo mês de janeiro de 1965, realizado em Natal (RN), no qual foram debatidos problemas pastorais dos Regionais, com sede em Recife, Fortaleza e Salvador. Em uma das suas constantes *Conversas Avulsas*²³², Dom Delgado assinalava que, neste último encontro de Regionais do Nordeste, havia acontecido um fato importante: os arcebispos e bispos dos estados envolvidos nos trabalhos dos citados Regionais conviveram com a experiência de religiosos, religiosas, sacerdotes e leigos, configurando um completo entrosamento pastoral. Esta deveria, segundo ele, ser a estratégia pastoral mais importante da Igreja da América Latina e do Brasil. Na época eram secretários executivos do Regional Nordeste I com sede em Fortaleza, Dom José de Medeiros Delgado; do Nordeste II, com sede em Recife, Dom Helder Camara e do Nordeste III, com sede em Salvador, Dom Eugênio Sales.

As questões vinculadas à Ação Católica e ao apostolado dos leigos há algum tempo preocupavam Dom Delgado. Cinquenta e cinco dias após o golpe militar, ele escreveu um longo artigo no jornal *O Nordeste*, no qual se propõe analisar a problemática do *Intelectualismo no Apostolado*²³³. Na sua interpretação, os intelectuais do apostolado moderno haviam criado fórmulas excelentes para rebater as críticas dos mais atrasados na ciência dos métodos e dos postulados científicos, como por exemplo, no estabelecimento das distinções entre doutrina e ideologia.

O problema era que os referidos intelectuais permaneciam encastelados naquelas distinções, julgando-se inalcançáveis pelas mediações de outros setores, inclusive da hierarquia e que estes se proclamavam inatingíveis. Para Dom Delgado, não havia nenhuma descoberta filosófica ou teológica na distinção entre doutrina e ideologia, apenas uma modernização do antigo

²³² DELGADO, Dom José de Medeiros. *Conversas Avulsas*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 14 de fevereiro de 1965.

²³³ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Intelectualismo no Apostolado*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 25 de maio de 1964.

ensinamento que estabelecia, para evitar a radicalização, a intransigência e a condenação moral dos que, nos juízos práticos, não se harmonizavam com os juízos teóricos, dos que nos costumes não andavam rigorosamente segundo a fé, as leis e a moral dos compêndios.

Dom Delgado pensava ser fundamental reconhecer que a verdade lógica já é um degrau no saber humano. Partindo-se da verdade lógica é que se chegaria à verdade prática, área na qual a verdade de cada um, guiado pela consciência individual, voz de Deus no interior de cada alma, possui o seu campo de maior expansão. Naquele momento específico vivenciado pela Igreja do Brasil, pensava ser primordial buscar uma convergência entre o modo antigo e o modo moderno de falar ou de escrever, levando-o a afirmar que:

Pode-se, sem a menor dúvida, dizer que aos princípios, dos quais se ocupam os modernos, corresponde a verdade ontológica, hoje também apelidada objetiva; à doutrina, a que eles de preferência se reportam, responde a verdade lógica; enquanto que o juízo prático é, agora, denominado simplesmente ideologia. Uma falsa suposição de invenção científica deixou a muitos mergulhados num intelectualismo de torre de marfim. Almas privilegiadas, sob todos os aspectos, começaram a subestimar irmãos e superiores. Houve uma fuga do centro para a periferia da Igreja.²³⁴

Esse deslocamento do centro para a periferia, para o Arcebispo de Fortaleza, configuraria um “refúgio de encontros perigosos” para os padres mais despreparados que passaram a estabelecer contatos mais próximos com os que Dom Delgado qualificava como “técnicos da agitação”, em zonas de missão onde era necessário procurar “ovelhas que ainda não são do redil e não vivem sob a guarda de um pastor”.

²³⁴ Ibid.

CAPÍTULO 2: EM TORNO DA EDUCAÇÃO

2.1. VIVER É LUTAR

Em 13 de abril de 1964, dezoito Arcebispos e Bispos do Nordeste e do Centro-Oeste do Brasil, assinaram uma mensagem em Recife, dirigida aos cidadãos dessas regiões.²³⁵ Nela, assumiram o apoio incondicional aos movimentos apostólicos instituídos pelo episcopado nos vários setores da Ação Católica Brasileira, especialmente o Movimento de Educação de Base.

Quatro dias depois, o jornalista Temístocles de Castro e Silva, em artigo publicado pelo jornal “Correio do Ceará”, atacou violentamente o MEB.²³⁶ O jornalista inicia seu artigo afirmando que a interinidade exercida por Ranieri Mazzilli na presidência da República, fora marcada por duas medidas de enorme significação social e política para o Brasil. A primeira teria sido a revogação do decreto presidencial de Goulart que criara a Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), que, na concepção do referido jornalista, não realizara nada de significativo no campo das reformas rurais no país e servira somente de instrumento para os comunistas tentarem viabilizar seu projeto de tomada do poder.

Temístocles considerava o decreto inconstitucional, nada mais do que uma senha para os comunistas invadirem as propriedades privadas. Qualificava a criação da SUPRA como um dos últimos atos de irresponsabilidade do ex-presidente Goulart a serviço do Partido Comunista. Entretanto, afirmava saber que, na verdade, João Goulart não queria fortalecer o PC, mas a si próprio. Isto é, o presidente recém-deposto, com a SUPRA, arquitetava alimentar o clima de

²³⁵ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Recomeçam as aulas Radiofônicas*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 16 de junho de 1964. p. 2.

²³⁶ SILVA, Temístocles de Castro. *SUPRA E MEB*. Fortaleza. Jornal **Correio do Ceará**, 17 de abril de 1964.

agitação vigente no Nordeste, especialmente na Paraíba e em Pernambuco, fomentar a invasão de terras e no bojo das tensões, legitimar a implantação de uma ditadura de esquerda no Brasil.

A segunda medida foi uma Portaria do Ministro da Educação “varrendo” de todo o território nacional o “famigerado Método Paulo Freire e o MEB”, apoiados por Goulart, através dos quais pretendia doutrinar o analfabeto brasileiro na linha do marxismo. Na sua pregação odiosa contra João Goulart, dizia que o método do Professor Paulo Freire não era um método de ensinar, mas uma perigosa armadilha psicológica, sem qualquer conteúdo pedagógico, patrocinada por alguns sacerdotes. Acusava a ambos, o método e a cartilha do MEB *Viver é Lutar*, de ter um só objetivo, o de criar no espírito do analfabeto, a insatisfação, a frustração e, por fim, a revolta violenta contra a sociedade, contra a lei e contra as instituições. Considerava o conteúdo da cartilha vazio de soluções para a problemática do analfabetismo no Brasil. Advertia que quem a escrevera deveria sugerir, mas não sugeria, ao analfabeto que procurasse a escola, pois uma vez que soubesse ler, melhoraria suas condições de vida. Exortava que a cartilha deveria ensinar ao analfabeto do campo que ele não tinha o direito de invadir terras dos outros e que seus direitos deveriam ser buscados através das vias legais.

Continuava sua reação, especulando que o ex-presidente buscava implementar uma estratégia política escusa através do método Paulo Freire e do MEB: com a Emenda Constitucional dando ao analfabeto o direito de voto, “como se o analfabeto pudesse acompanhar os negócios públicos”, Goulart teria uma imensa massa de manobra a seu favor.

Para Temístocles, a cartilha, malgrado não se referir explicitamente ao comunismo, denunciava que no Brasil havia injustiças e revelava o fato de a mulher trabalhar. Entretanto, ressaltava, a cartilha do MEB não citava que nos países comunistas as injustiças eram maiores e que, nos mesmos, as mulheres eram utilizadas até para os serviços de carga e descarga de bagagens e para a coleta de lixo.

O MEB, ao ser varrido de todo o país pelo comando revolucionário de 31 de março, no entender do jornalista, deixava de ser um dos principais instrumentos que os comunistas poderiam contar, com o agravante de ser patrocinado por alguns elementos da Igreja Católica. Concluiu, remetendo-se ao ex-presidente Getúlio Vargas que, segundo ele, repetia que “a educação é matéria de salvação pública”. No entanto, aquele que se dizia ser seu herdeiro político, havia transformado

a educação em matéria de “perversão pública”, através da União Nacional dos Estudantes (UNE) e dos “ladravazes” que formavam o “Soviete” do Ministério da Educação.

Três dias depois, com o título de *SUPRA E MEB*, no referido periódico, Dom Delgado respondeu ao jornalista.²³⁷ Havia subscrito a Declaração dos dezoito Arcebispos e Bispos do Nordeste e do Centro-Oeste em favor do MEB, além de fazer parte de seu Conselho Nacional. Rebate as acusações iniciais de Temístocles de Castro e Silva, refutando a afirmativa de que o MEB seria patrocinado por alguns sacerdotes. Esclareceu que o Movimento fora criado e mantido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), apesar das suposições em contrário. Assegurou que o conteúdo pedagógico se inspirou na mais autêntica mensagem evangélica, utilizando os mais modernos métodos da técnica de abordagem do homem do povo, com vistas à sua “promoção antipaternalista”.

Dom Delgado lançou, através de seu artigo, um desafio a Temístocles, o de que a Cartilha *Viver é Lutar* fosse examinada por um tribunal internacional e comparada ao que de melhor houvesse sido escrito naquele momento, em qualquer país, relativo à autopromoção do povo, na autopromoção comunitária, cujo ponto de partida fosse o próprio homem, amadurecido pela conscientização. A partir daí, Dom Delgado passa a descrever a cartilha, desafiando a maioria de seus detratores a ler pelo menos o primeiro caderno, com 64 páginas e que recebia exatamente o título de “Viver é Lutar”.

O segundo caderno, intitulado “Mensagem”, com 22 páginas, para Dom Delgado, era constituído da base de motivação evangélica para todos os envolvidos com o MEB. O terceiro caderno, denominado “Fundamentação”, com 42 páginas, explicitava os parâmetros filosóficos do movimento e destinava-se mais especificamente aos professores, locutores e produtores dos programas educativos radiofônicos. A quarta e última parte da cartilha que trazia o título de “Justificação” era a mais extensa, com 109 páginas, contendo dados científicos, os quais serviram de base para os técnicos do MEB. Eram dados fornecidos por estudos mundialmente conhecidos e utilizados em trabalhos de natureza sociológica.

Dom Delgado, ao concluir sua réplica, afirmava ter conhecimento de que as Forças Armadas sabiam da seriedade com que a Igreja se interessava pelo progresso do povo brasileiro e

²³⁷ DELGADO, Dom José de Medeiros. *SUPRA E MEB*. Fortaleza. Jornal **Correio do Ceará**, 20 de abril de 1964.

dos sacrifícios morais que a instituição vinha enfrentando em todos os terrenos, inclusive no da opinião pública. Era enfático ao proclamar que a Igreja não acobertava o crime de ninguém e não se esquivava ao exame dos procedimentos dos que com ela trabalhavam.

Declarou que, se necessário fosse, o MEB no Ceará estaria aberto para que as Forças Armadas investigassem o comportamento dos militantes da ACB, sob sua responsabilidade. Por fim, admitiu ignorar que as mesmas Forças Armadas houvessem varrido o MEB do Brasil. “Se varreu, ficará varrido. Se não varreu, a Igreja continuará a utilizá-lo”.

No limiar do ano de 1964, Temístocles de Castro e Silva já vinha criticando fortemente o governo João Goulart em matéria de educação.²³⁸ Desqualificava diretamente o então Deputado Federal e Ministro da Educação do governo Goulart, Paulo de Tarso, acusando-o de encher o Ministério de comunistas e de que, por trás da Campanha de Alfabetização, baseada no método Paulo Freire, subsistia uma grave ameaça à democracia e aos princípios cristãos no Brasil. Chamava a atenção para os questionários através dos quais seriam selecionados os alfabetizandos, pois:

O primeiro item da primeira questão pede que o aluno assinale com um X a resposta mais correta à seguinte pergunta: Qual a melhor solução para os atuais problemas brasileiros: organização administrativa, reformas de base, combate à inflação, empréstimo no exterior? Na segunda pergunta: Qual o tipo de governo capaz de aplicar esta solução: ditadura, um governo moralizador, governo nacionalista, volta ao parlamentarismo e pede ao aluno para marcar, entre dez palavras propostas, as cinco que no seu entender, mais despertam a sua atenção: *reforma, tigela, trabalho, dado, povo, comida, cachorro, sindicato, ave e roupa*.²³⁹

Temístocles denunciava que o questionário operava no sentido de realizar uma interligação sutil entre reformas de base e governo nacionalista, que o Método apresentava como sugestão. Não passava de um prato demagógico e marxista. Seria, a seu ver, desgraçado o país que implantasse um programa de alfabetização do povo só na base do líder, da greve, do sindicato e

²³⁸ SILVA, Temístocles de Castro e. *Desgraça na Educação*. Fortaleza. Jornal **Correio do Ceará**, 23 de janeiro de 1964.

²³⁹ *Ibid.*

das reformas de base. De acordo com Temístocles, apesar dos idealizadores do método Paulo Freire garantirem que alfabetizavam um adulto em três meses, certamente antes disso, o alfabetizando seria transformado num comunista.

Em maio de 1964, após reunião com os bispos da Província Eclesiástica do Ceará, em Fortaleza, sob a presidência de Dom Delgado, ficou estabelecida a continuidade do MEB no Estado.²⁴⁰ Esse colegiado dos Bispos cearenses considerava-o como uma obra da maior importância técnica, o que o isentava de qualquer crítica. Os Bispos cearenses passaram a tê-lo como programa intocável e qualquer tentativa de destruí-lo seria entendida como atentado à própria Igreja e contra o povo, para quem havia sido idealizado e realizado.

Portanto, proscrever o MEB seria retroceder na ação de promoção dos diocesanos cearenses e, na declaração de Dom Delgado, uma atitude covarde em face das supostas divergências entre a Igreja cearense e os promotores do golpe militar de 31 de março.

Naquele momento, o episcopado cearense não atribuía aos representantes do regime militar no Estado a onda de ataques ao MEB, porém a antipatizantes do movimento, dentro e fora da Igreja. Dom Delgado participara, também, de reunião do Conselho Nacional do MEB no Rio de Janeiro, do qual era membro, ficando muito satisfeito por constatar que a decisão dos bispos cearenses fora ratificada durante aquele evento.

No entanto, as dificuldades observadas, no plano nacional e local, diziam respeito às questões financeiras. Apesar de tudo, justificava a posição de apoio do episcopado brasileiro ao MEB, como uma incontestável tendência de envolvimento do laicato católico nos principais problemas da realidade brasileira. Como sinal de sua importância e reconhecimento, inclusive internacional, citava uma recente reportagem sobre o MEB, publicada na França, pela revista *Documentation Catholique*.

Dom Delgado conclamava os quadros do MEB a não levar muito em conta o que diziam “as vozes medíocres e despeitadas, em certa imprensa”, mesmo porque estes comentários se faziam no momento em que as aulas radiofônicas seriam recomeçadas em Fortaleza e mantidas nas outras dioceses em que não haviam sido suspensas, sob a sua imediata e pessoal responsabilidade

²⁴⁰ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Recomeçam as Aulas Radiofônicas*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 16 de maio de 1964.

moral. Acrescentava que o MEB era um projeto a serviço da comunidade, operacionalizado através da Igreja, porém, em convênio com o Governo Federal. Dom Delgado mostrava-se otimista quanto ao futuro do Brasil, tendo em vista que:

A fogueira da grande revolução sangrenta, preparada pela ousadia de alguns técnicos de agitação, com a ingênua ajuda direta de esquerdistas e indireta de direitistas, foi, por enquanto, afastada. Quando voltarão a atuar os agitadores internacionais, através de seus satélites nacionais, contando com a colaboração das esquerdas e das direitas brasileiras? É difícil prever. Bastará convir que uns e outros continuarão a atuar. Os colaboradores também não irão desaparecer por encanto. Na sombra, a revolução que eles querem não cessará.²⁴¹

No trecho acima transcrito, Dom Delgado deixa transparecer a sua posição, no calor dos acontecimentos, sobre o golpe civil-militar de 1964. Em primeiro lugar, não era partidário da interpretação feita por muitos, de que o golpe era resultado de uma aliança entre indivíduos e grupos sociais conservadores, tais como empresários, grandes latifundiários, militares golpistas, políticos direitistas e parte conservadora da Igreja Católica brasileira, e o Departamento de Estado Norte-Americano.²⁴² Também não atribuía unicamente ao ex-presidente João Goulart a responsabilidade pelos últimos acontecimentos, como era pertinente em muitas reflexões feitas no seio de alguns intelectuais que adotavam aspectos da ortodoxia marxista – leninista e de agentes históricos das esquerdas revolucionárias, que atribuían à origem burguesa de Goulart e ao seu populismo demagógico a sua tendência em não cerrar fileira com os trabalhadores.

Na leitura de Dom Delgado, antes do golpe, estava em marcha um processo revolucionário, alimentado tanto pela esquerda quanto pela direita. Como ele mesmo explicita em uma de suas *Conversas Avulsas*, vinte e seis dias após a tomada de poder pelos militares:

O grande mal do Brasil foi, de fato, o esquerdismo, gerador do direitismo. O que houve entre nós, não foi a predominância de um movimento comunista, mas a

²⁴¹ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Conversas Avulsas*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 12 de maio de 1964.

²⁴² FERREIRA, Jorge. *O Governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*. In: O Tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; v. 3).

insensatez de uma marcha paralela, estimulada e dirigida tecnicamente pelos agitadores comunistas, uma marcha de esquerda e de direita, uma estimulando a outra. Dou de graça, a quem agradar, a palma da vitória, se me demonstrarem donde partiu a provocação. Detesto as duas posições e, para o católico, não advogo uma, nem outra. Ambas são perniciosas. Aqui como em outros problemas, a verdade está no meio, no meio se encontra a virtude.²⁴³

O meio, a virtude, era para Dom Delgado, a Igreja e sua doutrina social, enraizada no Evangelho, e em consonância com a CNBB, naquela hora grave, somando-se aos esforços coletivos, fora de qualquer preocupação, que não fosse o “bem das almas”, sem ligações que comprometessem a liberdade e a clarividência.

Apesar de existirem bispos e católicos que formavam uma linha de oposição ao regime recém-implantado, esperava que em Fortaleza o mesmo não ocorresse, já que a divisão dos católicos era sempre resultado da omissão dos pastores da Igreja. Logo, a marcha a ser empreendida era a da reconstrução espiritual do povo, que fora duramente “quebrado, torcido e aniquilado na fé e na caridade”, pela criminosa radicalização de esquerda e de direita que ameaçara levar o país ao caos generalizado.

Embora não o dissesse claramente, a linha de interpretação do golpe, elaborada por Dom Delgado, apontava no sentido de que o esquecimento da manutenção da democracia, estabelecida a partir da radicalização da esquerda e da direita, desaguara no golpe militar. Ou seja, os antagonismos políticos se acirraram dramaticamente entre a segunda quinzena de março e 2 de abril de 1964. De um lado, os conservadores não aceitavam mais dialogar no sentido de impedir as mudanças econômicas e sociais que passaram a ser anunciadas pelo governo, arquitetaram um golpe para impedi-las, inclusive com a exclusão das forças políticas que lhes eram favoráveis. De outro, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que nos últimos momentos acenou para um fortalecimento dos movimentos sociais que queriam as reformas, os progressistas e os políticos nacionalistas, defendendo mudanças econômicas e sociais inadiáveis, porém, sem valorizar a democracia.

²⁴³ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Conversas Avulsas*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 26 de abril de 1964.

Temístocles de Castro e Silva volta sua carga contra o MEB, novamente no final de março de 1964, em artigo publicado no jornal *Correio do Ceará*, intitulado *Cartilha da Subversão*.²⁴⁴ Assinalava que, mesmo sendo orientação do Vaticano o distanciamento dos católicos dos comunistas, alguns sacerdotes brasileiros, confundindo o “amor de Cristo” pelos humildes com o “abuso” dos humildes pelos demagogos, insistiam numa política de concessões ao “materialismo vermelho”. Chamava-os de “falsificadores das encíclicas papais”, das quais omitiam o contexto e pinçavam apenas frases isoladas que lhes possibilitassem a exploração política em favor do Partido Comunista e das reformas de base. Referia-se diretamente a Dom José Távora, então presidente nacional do MEB, que fora ao Rio de Janeiro tentar a liberação de milhares de exemplares da cartilha *Viver é Lutar*, apreendidos por ordem do então governador da Guanabara, Carlos Lacerda.

Para que os leitores tivessem uma idéia mais clara do que se tratava na cartilha, passou a transcrever algumas de suas passagens, antes, porém, lembrando que ela vinha ilustrada com quadros de miséria, onde apareciam pessoas subnutridas e com vestes caindo aos pedaços:

Página 8: Eles trabalham para sustentar a família.

Mas a família de Pedro passa fome.

O povo trabalha e vive com fome.

É justo a família de Pedro passar fome?

É justo o povo viver com fome?'

Página 18: 'É dura a vida do povo! O povo quer mudar de vida?

O povo pode mudar de vida?'

Página 20: 'O operário sofre a injustiça.

Sofre injustiça como o camponês.

O operário e o camponês são homens.

Eles têm direito a viver como gente.'

Página 52: 'O povo do Brasil é um povo explorado.

Explorado não só por brasileiros.

Há muitos estrangeiros explorando a gente!

²⁴⁴ SILVA, Temístocles de Castro e. *Cartilha da Subversão*. Fortaleza. Jornal **Correio do Ceará**, 28 de março de 1964.

Como libertar o Brasil desta situação?²⁴⁵

As passagens acima transcritas, para o jornalista Temístocles de Castro e Silva, eram suficientes para autorizá-lo a deduzir que a cartilha do MEB fora elaborada para instigar o povo “à revolução e à baderna”. E com todo o seu reacionarismo provocava: “se isto não é comunismo puro, ninguém sabe mais o que seja comunismo”. Perguntava desde quando era missão da Igreja ensinar o povo a rebelar-se e afirmava ter certeza que a redação da cartilha *Viver é Lutar* era de responsabilidade da “turma do Brizola”, que era a turma do Partido Comunista. Não tinha dúvidas de que seu conteúdo era nitidamente marxista, embora fosse “um marxismo de segunda classe”. Alertava os sacerdotes que, no lugar de cuidarem mais dos espíritos, se juntavam aos oportunistas e só se arrependiam mais tarde. Permanecia na opinião de que o conteúdo didático da cartilha era nulo: “obra de analfabetos”. Porém, o seu intuito não era o de educar, mas de conscientizar a favor dos interesses da União Soviética.

Desde 1963, o fantasma do comunismo rondava a imprensa cearense, que denunciava a existência de “cartilhas revolucionárias”, nos programas de alfabetização do Estado. Eram freqüentes as notícias de alguns de seus periódicos, como no caso do Jornal *Unitário*,²⁴⁶ que publicou uma manchete, afirmando a utilização das referidas cartilhas comunistas nos cursos de alfabetização no Ceará. Por sinal, reproduzia uma denúncia feita pelo *Correio do Ceará*, a respeito da existência de cartilhas revolucionárias nos cursos de erradicação do analfabetismo existentes, inclusive com a indiferença das autoridades. A notícia acusava a dita cartilha – não especificava se era a publicação do MEB, *Viver é Lutar* – de pregar a luta social e de estimular o trabalhador a se voltar contra a sociedade e a “subverter a ordem estabelecida”. Sugeria que sua simples leitura deixava patente se tratar de literatura comunista, em razão de repetir os chavões utilizados pelos impressos de Moscou e de Cuba. Exigia-se, das autoridades cearenses de Segurança Pública, providências no sentido de abertura de um inquérito para apurar as responsabilidades pela “escandalosa” infiltração comunista, ainda mais por se tratar de material utilizado pelo Plano Nacional de Emergência do Governo Federal, com o emprego de dinheiro público.

²⁴⁵ Ibid.

²⁴⁶ *Cartilhas Comunistas*. Fortaleza. Jornal **Unitário**, 16 de março de 1963.

Além da polêmica com o jornalista Temístocles de Castro e Silva, outros críticos do MEB se manifestaram, como no caso do jornalista Eduardo Campos, dos Diários Associados do Ceará, que através do jornal *Unitário*, teceu comentários sobre a cartilha *Viver é lutar*. Campos, ao se reportar à questão dos métodos de educação popular, veiculados através da Cartilha do MEB, idealizada pela Igreja, e de outras que, na sua leitura, atendiam ao proselitismo marxista-leninista, as julgava incompatíveis com a realidade nacional e de cunho essencialmente politizador, uma vez que:

O desejo evidente, notava-se logo, era o de qualificar eleitores vinculados às tendências de uma época que, graças a Deus, está agora batida ante a responsabilidade das forças armadas. A lengalenga de outrora talvez ainda ande por aí a firmar conceitos bastante sérios para quem vai principiar a ler: ‘Deus fez o homem; também fez a terra’; ‘A terra é do homem; o homem precisa da terra para viver’; ‘O trabalhador tem direito à terra’, etc. etc. Não nego à pedagogia o direito de acesso ao progresso. Mas à sombra de muita inovação feita, o que se tem tido mesmo, muitas vezes, é a capitalização de prestígio para educadores capciosos que se valem dessa circunstância para fazer pregação ideológica. Em pedagogia – que me desculpem os entendidos – eu sou mesmo do tempo das coisas simples e puras, em que se ensinava que João é um menino, menino que corre atrás da bola; que bola é bola, que pé é pé, e que tanto João como Maria devem respeitar a bandeira nacional, que é um símbolo da Pátria, que o Brasil é um gigante, que a terra dá tudo em se plantando nela, que devemos conquistá-la com o trabalho, com o suor do nosso próprio rosto.²⁴⁷

Eduardo Campos, no seu texto, parecia muito pouco disposto a concordar com os princípios da universalização da educação. Os trabalhadores, do campo e da cidade, deveriam permanecer pobres e ignorantes, para o bem da simplicidade e da pureza do *status quo*. Nem ao menos levava em conta, na sua crítica, a existência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1961, cujo título sobre os fins da educação, afirmava:

²⁴⁷ CAMPOS, Eduardo. *A Cartilha Necessária*. Fortaleza. Jornal **Unitário**, 17 de maio de 1964. 1ª página.

Inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, o respeito à dignidade e as liberdades fundamentais do homem, o desenvolvimento integral da personalidade humana e sua participação na obra de bem comum, o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que permitem utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio.²⁴⁸

Por outro lado, como católico, denotava rejeitar o envolvimento da Igreja do Brasil na formulação de um programa de educação de base, destinado ao camponês, cujo índice de analfabetismo no final da década de 50 era de aproximadamente 70 %.

Mais uma vez Dom Delgado sai em defesa do MEB e a rebater as críticas encetadas por Eduardo Campos.²⁴⁹ Na sua resposta, define este último como um “fatalista”, desde que ao se reportar aos pobres, aos humildes e aos analfabetos, o faz de maneira bastante preconceituosa, deixando transparecer que eles não deveriam nem poderiam ter qualquer aspiração de mudança de suas condições de vida.

Dom Delgado aconselha-o a ser mais delicado ao analisar questões que desconhecia como as da seara religiosa e as inerentes à Igreja. Não seria demais lembrá-lo que a Igreja estava entregue a homens “como outros homens, donos de brio e sensibilidade”. Ironicamente e de forma provocante, dizia que talvez o jornalista não possuísse a devida clareza dessa questão, pois envolvia “atitudes de ética, de educação e de nobreza moral”. Ao mesmo tempo em que considerava Eduardo Campos muito entendido em pedagogia, dizia duvidar de sua capacidade em conhecimentos teóricos da Sociologia e que apenas para iniciar a “arenga” encaminharia a conversa daquele dia nos rumos desta disciplina.

Partindo do que chamava de “realismo sociológico”, considerava imprescindível, aos educadores modernos, a utilização de medidas pedagógicas de rápido alcance para a promoção do povo. Ninguém poderia se equivocar e cometer a ingenuidade de crer que se conscientizaria ou que se tiraria o povo da letargia em que estava mergulhado naqueles tempos, sem estímulos fortes e

²⁴⁸ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1961. Título I, art. 1º. Cf. *Relatório do MEB*. Rio de Janeiro, abril de 1974. Datilografado. Arquivo SHEAF. p. 2.

²⁴⁹ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Conversas Avulsas*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 31 de maio de 1964.

excitantes que, com certeza afirmava, “se não fossem aplicados pelos bons, seriam aplicados pelos maus”.

Complementava suas argumentações refletindo sobre o que entendia por “apressar a alfabetização e despertar a consciência de adultos”. Os educadores, que se dedicassem a esta tarefa, jamais poderiam utilizar linguagens infantis, belas, apropriadas para crianças, porém, completamente inócuas e sem força para despertar o interesse do trabalhador rural e urbano, cujo cotidiano era totalmente perpassado pelas lutas em busca da sobrevivência.

Na sua concepção, foi esta a maior motivação que levou a Igreja a engajar-se na problemática da educação popular, à criação do MEB e sua cartilha. Não concebia que um homem bem intencionado e capaz de evolução mental, tomasse posição, através da imprensa, contra essa sensibilidade da Igreja em relação aos menos favorecidos da sociedade. Esperava, sim, uma crítica científica, sociológica, técnica no que dizia respeito à cartilha *Viver é Lutar*. Por outro lado, numa linguagem mais ríspida desafiava o jornalista Eduardo Campos:

Não temo comparação com os mais brilhantes operários da pena que escrevem nos Associados. O velho cacique de Umbuzeiro, Assis Chateaubriand, meu coestadano, sempre me tratou com máxima atenção desde os tempos em que me liguei estreitamente a seu ilustre tio, em Campina Grande, Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo. Repito: não conheço o Sr. Eduardo Campos. Rogo ao Sr. Manuelito que advogue junto a ele minha causa. Preciso trabalhar e não poderei viver a examinar pronunciamentos inoportunos e indelicados dos seus auxiliares de imprensa.²⁵⁰

Alguns meses após esses entreveros, Dom Delgado fez um balanço geral sobre as atividades do MEB, através do jornal católico *O Nordeste*.²⁵¹ O Movimento de Educação de Base configurava, para ele, a primeira iniciativa de trabalho organizado sob a responsabilidade efetiva dos leigos, com técnica especializada, sob o viés da educação popular, instituído pela Igreja Católica do Brasil de todos os tempos. Tratava-se de uma iniciativa observada pelo mundo como sinal de maioria da Igreja na América Latina. Malgrado o pioneirismo da Igreja colombiana na

²⁵⁰ Ibid.

²⁵¹ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Abençoando o MEB*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 01 de janeiro de 1965.

experiência através de escolas radiofônicas, com a iniciativa do Monsenhor Salcedo, ainda continuava um movimento conduzido apenas por sacerdotes.

No caso do Brasil, o MEB havia se colocado na vanguarda do trabalho de educação e promoção popular, utilizando o rádio e multiplicando as escolas radiofônicas em vários estados da federação. Não se esquivava de reconhecer, num primeiro momento, o apoio financeiro do governo brasileiro. Quando exercera as funções de Arcebispo do Maranhão, introduziu nos trabalhos do MEB daquele Estado, uma preocupação com a cultura popular. Afirmava que o MEB de São Luís fora o criador das “Caravanas de Cultura”, atraindo para os trabalhos de educação de base os estudantes maranhenses.

No entanto, “a revolução de 31 de março” havia surpreendido a muitos em plena atividade. Um problema grave, na ótica de Dom Delgado, residia nas áreas de atuação dos quadros do MEB, onde se intrometiam os “enviados da demagogia” com o objetivo de desviar o povo dos “bons caminhos”. Ratificava que era dever dos católicos não “se ausentar da arena”, embora tal atitude houvesse custado a alguns, momentos duros com o advento do regime militar. Não havia, porém, do que se arrepender. Identificava algumas imprudências cometidas, a maioria verificada no campo da linguagem. Tais desvios eram considerados pelo Arcebispo, de ínfima importância, em comparação com as tarefas executadas pelos leigos do MEB.

No artigo, alertava que as dificuldades políticas eram muito maiores no País naquele momento, o que implicava para os católicos, responsáveis pelo MEB, a necessidade de um apoio crescente da Igreja e da hierarquia e um recrudescimento de suas responsabilidades. Aproveitava a oportunidade para comunicar que determinara aos organizadores dos programas radiofônicos do MEB no Ceará, a continuidade do emprego da “técnica de ação em equipe”. Ou seja, uma aula radiofônica não deveria ser preparada sem a participação daqueles que a fossem transmitir.

Isentava a Rádio Assunção de Fortaleza de qualquer responsabilidade pela produção e divulgação dos programas do MEB. A equipe local era a única responsável por todo o processo das aulas radiofônicas e responderia perante o Arcebispo, se fosse o caso, por toda e qualquer falha de doutrina, de linguagem ou de “inconveniência política”.

Em todos os momentos anteriormente relatados de defesa do MEB, e por ser presente sempre no seu discurso a noção de “promoção antipaternalista do povo”, como a mais significativa

razão de ser do Movimento, Dom Delgado dava indícios de conceber o MEB não apenas como um programa de alfabetização, mas de fortalecimento do que iniciou chamando de “ocupação de base”. É possível que esta noção tivesse para ele o mesmo sentido que o conceito de “conscientização” tinha para os engajados no programa de um modo geral, significando a necessidade de despertar da consciência.²⁵²

Os índices de analfabetismo eram alarmantes, especialmente na região Nordeste: 76 % em Alagoas, 74 % no Piauí, 60 % no Ceará e 68 % em Pernambuco. As regiões-alvo do MEB eram o Norte, o Nordeste, o Centro-Oeste e o Norte do Estado de Minas Gerais. Não seria de espantar que um programa voltado para o que Dom Delgado denominava de “autopromoção do povo”, sofresse oposições e ameaçasse os interesses das classes dominantes.

Como ressaltava Dom Delgado, em um de seus artigos em defesa do MEB, foi um programa idealizado a partir de uma experiência localizada, por sinal em uma cidade do Nordeste brasileiro, Natal, no Rio Grande do Norte. Dom Eugênio Sales, então seu bispo metropolitano, havia feito uma viagem à cidade de Sutatenza, na Colômbia e conhecera o programa de escolas radiofônicas desenvolvidas pelo bispo Dom Salcedo. Em 1958, criou um sistema de educação pelo rádio, em Natal, nos moldes das escolas radiofônicas da Colômbia.

Entretanto, diferentemente das escolas colombianas, em Natal, as aulas pelo rádio não se limitaram apenas à alfabetização e à divulgação do catecismo. O viés determinante passou a ser o da educação de base, compreendida naquele momento pela hierarquia como educação integral, notadamente dos camponeses, ampliando seu sentido de busca de uma conscientização política, complementada com noções básicas de higiene, saúde e informações e práticas agrícolas mais eficazes. Afinal, viver é lutar.

²⁵² *Programas de Mudança Social promovidos pela Hierarquia*. In: BRUNEAU, Thomas C. “Catolicismo Brasileiro em Época de Transição”. São Paulo: Edições Loyola. 1974. p. 157.

2.2. O QUE FAZER COM O POVO?

Foi exatamente nos sertões de Crateús (CE), que se iniciou, em agosto de 1964, uma das mais fecundas experiências pastorais de uma Igreja popular na América latina, através de Dom Antônio Batista Fragoso,²⁵³ especialmente no que diz respeito à prática e à concepção de educação que nortearam a trajetória da Igreja de Crateús. Ao ser eleito, em 1964, Bispo Diocesano, Dom Fragoso, coerente com o pacto pela *Igreja dos Pobres*, que havia firmado com outros bispos brasileiros e estrangeiros, durante as sessões do Vaticano II, em 1962, procura se distanciar do modelo tradicional vigente no interior das Igrejas cristãs ao lidar com as questões educacionais. Esse paradigma, em relação ao campo educacional, era portador de dois vieses que se complementavam. Por um lado, utilizava a educação como instrumento de propagação exclusiva da doutrina católica. Por outro, era um *locus* de perpetuação do assistencialismo.

Dom Fragoso desapontava as elites locais, ao se pronunciar em favor do estabelecimento de um horizonte de esperança para os mais pobres, tendo em vista que:

Aqui em Crateús a marcha continua. Acabamos de realizar uma semana sobre o desenvolvimento. Positiva. Os bairros tiveram cada noite 40 grupos de debates, orientados por quarenta animadores locais que o MEB treinou a base de um instrumental de conscientização. A tônica de meu trabalho está na luta de colocar em condições de participar, ativa e conscientemente, na mudança social nossos homens sem voz nem vez. E isto por exigência de uma fé adulta e esclarecida. Não me cabe optar por eles, mas pô-

²⁵³ Dom Antônio Batista Fragoso nasceu em Teixeira (PB) em 10 de dezembro de 1920. Antes do episcopado em Crateús (CE), foi Capelão do Colégio Pio X e de N. Sra. de Lourdes em João Pessoa (PB); Assistente do Círculo Operário Católico em João Pessoa; Vice-reitor e Prof. no Seminário de João Pessoa (1945 – 1957) e Bispo Auxiliar de Dom José de Medeiros Delgado no Maranhão (1957 – 1963); Vigário Capitular em São Luís (MA), de 1963 a 1964; Bispo Diocesano de Crateús (CE), de 1964 a 18 de fevereiro de 1998. Encarregado do Departamento de Catequese do Regional Nordeste I da CNBB e Membro da Comissão Episcopal do Departamento de Leigos do CELAM.

los em condições de assumirem sua opção seja qual for o serviço da libertação integral de seus irmãos.²⁵⁴

O MEB de Crateús era coordenado por uma assistente social, Paulete Rippert²⁵⁵, militante da Juventude Operária Católica francesa que se radicou em Crateús e que desenvolvia ações de educação popular, sem a interferência de Dom Fragoso. O regime militar exigiu o seu afastamento, de maneira indireta, do movimento de educação popular da Igreja de Crateús. Para não entrar em confronto direto com a CNBB, os militares recomendaram a sua dispensa através de Dom Luciano Cabral Duarte, então Bispo Auxiliar de Aracaju (SE) e membro do Conselho Federal de Educação, sob o regime de exceção. O bispo de Crateús não cedeu àquelas exigências e posicionou-se destemidamente pela manutenção de toda a equipe local do MEB e sua coordenadora. Os militares não aceitaram a relutância de Dom Fragoso e insistiram nas demissões. Dom Fragoso terminou desativando a ação pastoral do MEB na diocese de Crateús. Rippert foi presa e acusada de subversão.

Percebe-se na trajetória da militância católica de Dom Fragoso, uma inquietação constante, isto é, a de conceber a libertação como práxis fundamental da Igreja e, nesse movimento, operar a transformação de uma Igreja tradicional em uma Igreja que se pretendia popular e libertadora. Por isto insistia tanto na seguinte dimensão:

Há uma pergunta inquietante na cabeça de quem leu a documentação escrita e arquivada sobre os 34 anos da Igreja de Crateús: existe ou não existe, nesses 34 anos, a gestação de um rosto novo de Igreja inspirada no Vaticano II e em Medellín?²⁵⁶

O recém-nomeado bispo de Crateús fora auxiliar de Dom José de Medeiros Delgado no Maranhão (1957 – 1963) e vinha de uma experiência de dez anos como Assistente Eclesiástico da Juventude Operária Católica (JOC). Esta, apesar de não o excluir, não priorizava o ensino

²⁵⁴ *Documento que Comprometeu Dom Antonio Fragoso*. Fortaleza. Jornal **Correio do Ceará**, de 22 de novembro de 1968.

²⁵⁵ Sobre o MEB em Crateús, ver JÚLIO, Alder. *E as “escolas católicas?”* In: FRAGOSO, Dom Antonio Batista; SANTOS, Eliésio dos. padre GONÇALVES, Luiz Gonzaga; CALADO, Alder Júlio Ferreira e FRAGOSO, João da Cruz. IN: *“Igreja de Crateús (1964 -1998)”*. São Paulo: Loyola, 2005. p. 187 – 200.

²⁵⁶ *Ibid.* p. 49.

doutrinal. Preocupava-se mais com as redes de relações nos ambientes de trabalho, através do modelo do *ver, julgar e agir*. Dom Fragoso considerava a JOC o seu Seminário Maior. Outra experiência que considerava fundamental foi sua participação no Concílio Vaticano II, com a presença de 2 300 bispos de todo o mundo. Naquele evento, destacava o papel primordial do contato feito, durante os intervalos das sessões conciliares, com o grupo “Igreja dos Pobres” que tinha uma pequena participação de bispos brasileiros, porém, era o segundo maior grupo daquela corrente que se formava.²⁵⁷

Rita Acciolly Tesser, em relato para uma publicação da Editora Vozes sobre o MEB²⁵⁸, lembra que o Movimento foi implantado no Ceará após alguns meses de atuação em outras áreas da região nordestina. Na sua memória, confirma que a maioria das pessoas convidadas a se engajar no Movimento era composta de estudantes universitários e jucistas, ou no mínimo, haviam participado de algum programa da Ação Católica Brasileira (ACB), no Ceará. Particularmente, foi convidada pelo vigário geral da Arquidiocese de Fortaleza e passou por um treinamento, destacando no seu olhar retrospectivo sobre o MEB naquele ano de 1962, a seguinte dimensão:

Foi muito importante descobrir pessoas que pareciam estar esperando justamente essa ocasião, esse convite. Isso se viu em todos os depoimentos. As pessoas foram apanhadas no pique, numa explosão de disponibilidade, se preparando para um tipo de trabalho como este. Um negócio difícil de explicar era, por exemplo, como você se lançava no trabalho: não tinha sábado nem domingo. Era a disponibilidade total (...) Hoje me pergunto: O que teria sido responsável por isso?²⁵⁹

²⁵⁷ José Oscar Beozzo, na sua tese de doutorado *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959 – 1965*. São Paulo: Paulinas, 2005 elaborou uma relação com base na presença das quatro primeiras reuniões deste grupo, entre outubro e novembro de 1962, com os nomes dos seguintes Bispos e Arcebispos brasileiros: Helder Câmara, Arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro; Francisco Austregésilo de Mesquita, Bispo de Afogados da Ingazeira (PE); Gabriel Bueno Couto, Bispo de Taubaté (SP); Antonio Fragoso, Bispo auxiliar de São Luís (MA); Carlos Coelho Gouvêa, Arcebispo de Recife (PE); Jorge Marcos de Oliveira, Bispo de Santo André (SP); João Batista Mota e Albuquerque, Arcebispo de Vitória (ES); Eugênio de Araújo Sales, Administrador Apostólico de Natal (RN) e Walfrido Vieira, Bispo auxiliar de Salvador (BA).

²⁵⁸ *MEB: Uma História de Muitos*. Maria Aída B. Costa, Vera Jaccoud, Beatriz Costa (orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes. 1986. p. 29.

²⁵⁹ *Ibid.* p. 46.

Como possibilidade de resposta às questões de Rita Tesser, talvez não seja demais lembrar que os anos compreendidos entre 1960 e 1964 foram perpassados por constantes debates em torno da questão da educação de jovens e adultos no Brasil. Um dos espaços estabelecidos para esse debate, no final da década de 1950, foi o II Congresso Nacional de Educação de Adultos.²⁶⁰

Durante os trabalhos realizados naquele evento, constatou-se que havia uma necessidade de se repensar as características deste tipo de ensino no país. Reconheceu-se que a sua insuficiência primordial estava relacionada ao fato de se querer alfabetizar um adulto seguindo os mesmos procedimentos metodológicos empregados na educação infantil. Cometia-se o erro de conceber o adulto analfabeto como ignorante e, o que era mais grave, tratá-lo como incapaz social e politicamente.

Destacaram-se no encontro de educadores acima referido, as reflexões sobre o trabalho pedagógico com adultos, do professor Paulo Freire, as quais sugeriam uma revisão profunda no sistema educativo brasileiro, defendendo a necessidade de organização de cursos de alfabetização de adultos que levassem em conta a realidade existencial dos alfabetizandos.

Na ótica de Paulo Freire, era preciso desenvolver um trabalho educativo “com o homem” e não “para o homem”. Esta nova perspectiva exigiria do educador uma nova postura, uma transformação radical no seu relacionamento com o educando. Levava o educador a problematizar o seu discurso educativo autoritário e paternalista, substituindo-o pela discussão das condições sócio-culturais e políticas, perpetuadoras da não participação do adulto analfabeto na vida política brasileira.

Portanto, de forma sucinta, pode-se afirmar que os anos finais da década 50 e início dos anos 60, foram marcados pelo debate em torno da educação e seu papel no processo de desenvolvimento nacional.²⁶¹ Debate que vinha sendo alimentado desde o pós 1945, e será priorizado pelos representantes do escolanovismo, inclusive em torno da luta pela Lei de Diretrizes

²⁶⁰ Ver PAIVA, Vanilda Pereira. *Paulo Freire e o Nacionalismo Desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980.

²⁶¹ Sobre o tema, consultar FONSECA, Sérgio. *Educação e atualidade brasileira: trajetória intelectual de Paulo Freire entre as décadas de 1950 e 1960*. In: “Memória e Vida Social” - História e Cultura Política. Universidade Estadual Paulista. Assis: São Paulo, 2001.

e Bases da Educação Nacional, em 1962. Os nomes que se destacavam nesse processo de discussão eram os de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho.²⁶²

Paulo Freire, na elaboração de seus escritos, não esconde a influência teórica desses intelectuais, como em “Educação e Atualidade Brasileira”²⁶³, escrito no final da década de 1950, onde as referências ao ideário de Anísio Teixeira são recorrentes e marcantes. Na citada obra, Freire explicita as influências que recebia do catolicismo, do escolanovismo e dos intelectuais que formavam o grupo conhecido como *isebianos*.²⁶⁴

Constituiu-se, para o catolicismo, um momento histórico permeado de inflexões motivadas pelos debates em torno dos projetos de desenvolvimento para o país. Internamente, significou para a Igreja, um período de transição e de crises, que levaram parte de sua hierarquia e militantes da ACB a dialogar mais de perto com o cenário político, educacional e intelectual, com o intuito de diagnosticar a atualidade brasileira naqueles anos.

No entanto, a leitura da Igreja, diante das contradições da modernidade e do modelo capitalista de desenvolvimento, era delimitada pelo viés de impedir a aceitação de ideologias que considerava perniciosas, como no caso do comunismo. Daí a sua preocupação em imprimir, aos movimentos laicos da ACB, a possibilidade de se vislumbrar um projeto ético e social dentro da ordem capitalista, em oposição às alternativas revolucionárias advogadas pela ideologia comunista.

Quanto ao envolvimento de militantes da Juventude Universitária Católica (JUC), no MEB, a que se refere Rita Tesser no seu depoimento, verifica-se que naquele momento histórico em todas as instâncias, tratou-se da problemática do leigo na Igreja. Ficou patente a não aceitação da visão estreita de que o apostolado leigo era uma simples concessão da hierarquia, uma extensão da ação do clero. Cresceu entre os leigos engajados nos movimentos de vanguarda, a consciência de que deveriam atuar de forma adulta e responsável na realidade social.

²⁶² Ibid. p. 115.

²⁶³ FREIRE, Paulo. *Educação e Atualidade Brasileira*. Recife: Universidade Federal de Recife, 1959.

²⁶⁴ O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), foi criado em 1955, durante o governo Café Filho, e reuniu vários intelectuais voltados para a produção de um ideário em torno da questão do desenvolvimento nacional. O arsenal teórico elaborado pelos pensadores do ISEB ficou conhecido como *nacionalismo desenvolvimentista*. Entre seus principais expoentes estavam Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier, Djacir Menezes, Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodré e Álvaro Vieira Pinto.

Em especial na década de 1960, a JUC assumiu uma militância social e política decisiva, ao adotar instrumentos ideológicos que passaram a irritar e tirar o sono de muitos bispos brasileiros, mormente quando se declarou favorável à transformação radical das estruturas sociais.

Para muitos membros da hierarquia, a JUC estava passando por um processo de “marxização” ou de “comunização”, que passou a ser combatido internamente pelo episcopado mais conservador, mais ainda quando participou diretamente da política da União Nacional dos Estudantes (UNE), nos anos iniciais da década de 1960.

As tensões entre a hierarquia e a militância da JUC foram expostas de maneira incisiva em 1961²⁶⁵, quando a Comissão Episcopal da Ação Católica e Apostolado dos Leigos, tomou posição e estabeleceu diretrizes para os organismos nacionais e regionais da JUC em relação ao cenário político e religioso nacional.²⁶⁶

Nas diretrizes traçadas pela Comissão Episcopal naquele momento, a razão de ser da JUC tinha como base dois aspectos complementares. O primeiro vinculava-se a uma dimensão evangelizadora, santificadora e sacralizadora das estruturas temporais. Tudo isto implicava em que os jucistas deveriam dedicar-se, antes de tudo, ao desenvolvimento de suas espiritualidades, ao ascetismo e ao misticismo, de acordo com o grau de responsabilidade que o leigo assumisse na estrutura do laicato, ou seja, menor se fosse apenas um militante missionário, e maior, no caso de exercer algum posto de direção no movimento.

O segundo aspecto admitia o envolvimento dos militantes em face das demandas da vida cotidiana dos homens. Porém, para os membros daquela instância decisória da Igreja brasileira, esse aspecto não podia se prender somente às questões de subsistência e condições de vida, mas vinculava-se às necessidades da civilização, em seus múltiplos aspectos e segundo as várias épocas.

Os bispos eram incisivos em afirmar que a JUC representava para a Igreja, uma jovem universidade, uma “cultura nova” e lugar privilegiado para a preparação de uma elite que assumiria os postos de direção nos diversos setores da vida pública e privada do país. O Movimento, era acima de tudo, um quadro de militantes e dirigentes da Ação Católica, com atuação delegada pelos

²⁶⁵ Sobre o tema consultar SIGRIST, José Luís. *A JUC no Brasil: evolução e impasse de uma ideologia*. São Paulo: Cortez; [Piracicaba]: Universidade Metodista de Piracicaba, 1982.

²⁶⁶ Revista Eclesiástica Brasileira. Vol. XXI. Dezembro de 1961. Fasc. 4. p. 944 – 953.

pastores da Igreja. Portanto, ninguém, nem dos quadros da JUC, nem de fora deles, poderia apresentar interpretações ou linha de ação que discrepasse das orientações da hierarquia católica.

Por um lado, reconheciam a preocupação que a JUC vinha demonstrando com as áreas subdesenvolvidas, com as urgentes reformas sociais e a sensibilidade e solidariedade com o sofrimento do povo brasileiro. Por outro, declaravam ser ilícita a atitude de apontar para os cristãos o socialismo como via de solução da problemática socioeconômica e política do país. Não admitiam que nos círculos de estudos ou em assembléias jucistas, na busca pela formulação de uma *Revolução Brasileira*, fosse defendida qualquer doutrina de violência.

Diante da tendência identificada em alguns grupos jucistas de apoio às Ligas Camponesas e ao Movimento de Cultura Popular, a Comissão Central da CNBB em consonância com a Comissão Episcopal da ACB, só reconheciam como legítimos campos de ação para os militantes da JUC, na defesa dos camponeses e operários, o Movimento de Educação de Base – urbano e rural – e o sindicalismo rural desenvolvido pela Igreja. Esses dois setores, no entendimento da hierarquia, preenchiam perfeitamente os objetivos sociais e apostólicos dos membros da ACB, que desejavam se dedicar à cultura popular ou à organização dos trabalhadores rurais.

Diante da máxima existente nos meios jucistas, segundo a qual a ação formava seus militantes, os bispos ressaltavam que a ação não dispensava a formação. A formação seria sistematizada em cursos sobre a doutrina social da Igreja e de cultura religiosa, à luz da teologia, com base unicamente nas grandes encíclicas, como, por exemplo, a *Mystici Corporis Christi*, a *Mediator Dei*, do Papa Pio XII e, no que dizia respeito à doutrina social da Igreja, a *Rerum Novarum*, *Quadragesimo Anno*, *Divini Redemptoris* e a mais conhecida de todas, a *Mater et Magistra* do papa João XXIII.

Em um tom paternal, os bispos diziam reconhecer os ímpetos, as impaciências e até as imprudências dos mais jovens. Concomitantemente, ressaltavam que era na participação dos órgãos dirigentes da política estudantil, através de eleições, que identificavam os maiores inconvenientes, que enchiam de perplexidade os diferentes setores jucistas. Perplexidade que surgia quando a hierarquia via o nome da JUC e de seus militantes ou dirigentes, ao lado dos nomes de comunistas em ação conjunta, para direções de organismos nacionais ou estaduais.

A declaração da Comissão Episcopal da ACB proibiu, para o ano de 1962, a candidatura de qualquer dirigente jucista a cargos eletivos em organismos de política estudantil, nacionais ou internacionais, sem antes se demitirem das funções que exerciam na estrutura interna do movimento. O mesmo era válido em relação à participação ativa em qualquer partido político.

Para Löwy,²⁶⁷ esse processo denota as dramáticas tensões que atravessavam o campo religioso entre cristãos conservadores e progressistas no Brasil. Este autor identifica nos primeiros anos da década de 1960, o aparecimento de uma corrente católica que faz uma leitura muito peculiar do método do *ver, julgar e agir*. Esta experiência, na sua concepção, teve continuidade, de forma muito problemática, durante o regime militar instaurado em 1964 e será um forte componente inspirador e gerador do “cristianismo da libertação” das décadas posteriores. Essa releitura, a seu ver, teria como causa histórica fundamental, a estreita ligação entre a Igreja Católica francesa e a brasileira. Ou seja, diferentemente das outras igrejas da América Latina, cuja filiação maior era com a igreja espanhola e italiana, a Igreja do Brasil, desde o século XIX, ligou-se à igreja francesa. Por outro lado, o catolicismo francês do final do século XIX, passou a desenvolver uma corrente crítica, anticapitalista, atraída pelo socialismo, representada na década de 1950 por Emmanuel Mounier e pelas posições teológicas de Henri de Lubac, Yves Congar e Christian Duquoc que, em certa medida, levaram ao vaticano II.

Löwy reconhece que a maioria dos trabalhos publicados no Brasil e nos Estados Unidos sobre as vicissitudes do catolicismo brasileiro das décadas de 50 e 60, registra o peso das fontes francesas nessa evolução. Nesse sentido, remete a Thomas Bruneau para corroborar que a Ação Católica e a JUC eram orientadas por um grupo progressista do clero brasileiro, educado na Europa. Faziam parte desse grupo os padres Henrique de Lima Vaz, Luís Sena, Almey Bezerra, e os religiosos Carlos Josaphat e Mateus Rocha. Através deles é possível identificar a introdução nos movimentos da ACB, da teologia francesa, do movimento “Economia e Humanismo do padre Lebreton”²⁶⁸ e do “Socialismo Personalista”, de Emmanuel Mounier.

²⁶⁷ LÖWY, Michael. *A Guerra dos Deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes. 2000. p. 230 – 233.

²⁶⁸ De acordo com Marcelo Ridenti em “Ação Popular: cristianismo e marxismo”. In: Reis Filho, Daniel Aarão e Ridenti, Marcelo (orgs.). *História do marxismo no Brasil*, 5. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: ed. da UNICAMP, 2002, p. 213 – 282. Louis Joseph Lebreton nasceu em 1897 e entrou para a ordem dos franciscanos em 1923. Nos anos 30, Lebreton foi um dos fundadores da Juventude Marítima Cristã e se envolveu em intenso combate

A hierarquia da ACB acreditava que existia um programa de ação comunista contra a Igreja na América Latina. Como comprovação desse temor, citava a existência de um manual de ação que dava instruções sobre a melhor maneira de se destruir a Igreja Católica.²⁶⁹ Teria sido escrito em 1959, por Li - Wei - Han, comunista chinês, membro do Comitê Central, Diretor do Departamento da Frente Unida e da Conferência Consultiva Política.

A brochura, com o título de *A Igreja Católica em Cuba: Programa de Ação* fora publicada em espanhol pela Imprensa de Idiomas Estrangeiros de Pequim, para uso exclusivo da Seção latino-americana do Departamento das Relações do Partido Comunista Chinês. Segundo a hierarquia da Igreja, o citado manual teria sido usado como orientação para os comunistas de Cuba e, segundo a sua tradução, o texto iniciava de maneira pavorosa:

A Igreja Católica com sede em Roma é uma organização reacionária que dá origem a atividades contra-revolucionárias nas democracias populares. Para que as democracias populares possam continuar seu progresso no caminho rumo ao socialismo e ao comunismo, é necessário primeiramente acabar com a influência dessa Igreja Católica e com suas atividades. A Igreja Católica não é nem estéril nem impotente. Pelo contrário, há que lhe reconhecer o poder, e adotar uma série de medidas para contê-lo. Quando a luta política e as forças de produção houverem atingido um alto nível de produção, então é que se poderá destruí-lo. Este é o objetivo que lutamos para alcançar.²⁷⁰

Em meados de 1960, realizou-se no ainda Estado da Guanabara, o Congresso em comemoração pelos dez anos de atuação da JUC no Brasil.²⁷¹ Calculou-se a participação aproximada de 500 jucistas de todo o país. A partir de então, a JUC não foi mais a mesma. Os

sindical. Colaborou com o regime direitista de Vichy, tendo posteriormente se distanciado dele. No início da década de 1940 criou a revista *Economia e Humanismo*, expressão de um movimento que evoluiria para a democracia cristã. Importante na sua busca por uma *economia humana* foi o contato com o Terceiro Mundo. Nesse sentido foi decisivo a sua estadia no Brasil durante sete meses em 1947. Entre outras atividades, em São Paulo, deu um curso de dois meses na Escola Livre de Sociologia e Política, expondo seu ideário que, se aproximava do marxismo, na sua indignação diante do sistema capitalista.

²⁶⁹ Anexo às Diretrizes da Comissão Episcopal da A.C.B. e de Apostolado dos Leigos para a JUC Nacional. In: Revista Eclesiástica Brasileira, Vol. XXI. Dezembro de 1961. Fasc. 4. pp. 953 – 957.

²⁷⁰ Ibid.

²⁷¹ SIGRIST, José Luiz. op. cit. p. 21.

questionamentos sobre a “ação missionária” do movimento passaram a ser constantes. Ficou estabelecida uma tendência clara, no sentido de uma preocupação com o engajamento no temporal.

Para alguns assistentes da JUC, como por exemplo, monsenhor Luciano Duarte, de Aracaju, ao refletir sobre a linha de orientação que vinha sendo seguida pela entidade no Brasil,²⁷² a questão essencial se vinculava à evolução de uma postura determinada pelo “irradiar Cristo”, para a postura de seu tempo que era “promover o êxito da Universidade”. Ou seja, o movimento abandonara sua preocupação inicial predominantemente missionária, por uma postura que concentrava todas as suas energias para a Reforma da Universidade.

O que não percebia Monsenhor Duarte era o fato de movimentos como a JUC e o MEB, apesar de serem impregnados por uma visão ética social do capitalismo imposta pela Igreja, foram se afastando cada vez mais deste ideário, aproximando-se das esquerdas que faziam parte do espectro político brasileiro naqueles anos iniciais da década de 1960.

O congresso dos dez anos da JUC sinalizou com algumas respostas para as principais inquietações que assolavam o movimento naquele período. Principalmente pelo fato de ter vislumbrado a possibilidade de fortalecer a unidade da JUC, através de um instrumental teórico que lhe possibilitasse definir estratégias de ação, no bojo de uma perspectiva cristã. Será o “Ideal Histórico”, cuja inspiração maior foi encontrada na obra de Jacques Maritain, *Humanismo Integral: uma visão nova da Ordem Cristã*.²⁷³ Neste, os jucistas encontraram a possibilidade de responder às suas maiores angústias, em relação ao que denominavam de “vontade de descoberta” e de elaboração de uma síntese homem-temporal-espiritual.

Com base no “Ideal Histórico”, o movimento passa a viver uma nova fase, caracterizada pela busca da compreensão da realidade histórica brasileira e um mergulho em estudos de natureza econômica, social e política. Na medida em que se inteiravam mais da realidade brasileira, crescia a necessidade de transformação das estruturas, o que resultou num embate com as ideologias não cristãs, e até mesmo com aquelas que, sendo cristãs, não estavam em conformidade com aquele ideal. A consequência mais importante foi que a equipe nacional se conscientizou da urgência de uma ação política concreta, por parte dos militantes da JUC.

²⁷² *Ação Missionária na JUC*. Revista Eclesiástica Brasileira, vol. 21, fasc. 4, dezembro de 1961. p. 883.

²⁷³ MARITAIN, Jacques. *Humanismo Integral: uma visão nova da ordem cristã*. 4ª ed. São Paulo: Dominus, 1962.

No balanço dos *dez anos*, foi decisivo para a JUC perceber que não era um movimento monolítico. Os jovens jucistas passaram a problematizar as posturas dominantes na Igreja, como um certo fatalismo diante da ordem estabelecida, numa época de efervescência ideológica no meio universitário marcada pelo diálogo com correntes comunistas e socialistas. De outra parte, em âmbito internacional, ou haviam sido vitoriosas ou estavam em processo, diversas revoluções de libertação nacional, tais como a revolução cubana de 1959 e as lutas anticolonialistas na África e na Ásia. Complementando essas circunstâncias históricas, o modelo soviético de socialismo passou a ser criticado pelo seu excessivo burocratismo e acomodação ao espectro político internacional estabelecido pela guerra fria, gestando novas referências na esquerda brasileira que ameaçavam a hegemonia do PCB.

A hierarquia da Igreja ficou surpresa com as análises que passaram a compor a pauta de reivindicações dos leigos de um modo geral. Em última instância “estavam sentindo a necessidade de uma renovação no exercício da autoridade eclesiástica.”²⁷⁴ Os jucistas passaram a questionar a obediência, a submissão, predominantes no movimento durante os dez últimos anos de sua atuação.

A obra de Maritain forneceu, em princípio, o arsenal teórico de balizamento para a evolução política e ideológica da JUC. As referências ao *Ideal Histórico* de Maritain são explícitas, tanto em 1959, quando o padre Almerly Bezerra apresentou o texto *Da necessidade de um Ideal Histórico*, na reunião do Conselho Nacional da JUC, em Belo Horizonte, quanto em 1960, na elaboração do documento *Diretrizes mínimas para o Ideal histórico do povo brasileiro*.²⁷⁵ Neste último aparecem outras opções, apontando para um “socialismo democrático” e de elaboração de fontes que permitissem uma melhor compreensão da chamada revolução brasileira. O que fica claro é que as fontes já não eram exclusivamente cristãs e que o movimento iniciava um diálogo com o marxismo. As ambigüidades eram construídas a partir da necessidade que os jucistas sentiram de buscar alternativas, dentro do ideário católico, que não significassem uma filiação ao comunismo nem ao conformismo cristão em face do capitalismo.

²⁷⁴ *Boletim da JUC n° 4, I – Ideal Histórico*. Rio de Janeiro, 1961. In: SIGRIST, José Luiz. op. cit. p. 45.

²⁷⁵ LÖWY, Michael. Op. cit. p. 246.

É relevante assinalar que, particularmente, a corrente mais à esquerda da JUC não aplicou simplesmente no Brasil as categorias do pensamento de Maritain. O seu pensamento foi utilizado de forma dialógica, no que se poderia chamar de uma dialética da recepção. Ou seja, a ala esquerda da JUC elaborou uma leitura criadora e reinterpretativa das categorias do pensamento de Maritain. Não se tratava de conversão ao seu pensamento, porém, de utilizá-lo em oposição a autores que eram considerados ultrapassados ou pelo desconhecimento de noções teóricas melhores.

Os jucistas passaram a definir campos específicos de competência nas relações entre hierarquia e laicato. À primeira, reservavam-se as ingerências sobre as questões vinculadas às normas evangélicas. No campo das questões temporais ou técnicas, os leigos do movimento estudantil universitário não admitiam mais uma total mediação da autoridade hierárquica. Além de transparecer um posicionamento com forte matiz divisionista, colocava em cheque a tradicional infalibilidade da hierarquia da Igreja, norteadora dos primórdios da existência da ACB.

Tratava-se de uma problemática vital para a Igreja. A ruptura agora se apresentava não apenas com o que ela conceituava como “Mundo Moderno”, mas com setores da própria Igreja. O “Ideal Histórico”, no qual os jucistas encontraram os rumos mais coerentes com a consciência cristã, era definido como:

(...) um apelo a um cristianismo mais consciente, em que cada um se posicione mais integralmente e mais cristãmente, no seio da comunidade. Buscando uma resposta profundamente cristã para determinada época, se propõe a dar um máximo de perfeição relativa ao engajamento na vida e exige uma autêntica iniciativa cristã onde se faça valer a fecundidade do Evangelho. Não nos deixa cair em saudosismos, mas nos abre para o presente fazendo nosso engajamento mais realista e mais humilde.²⁷⁶

Em suma, foram descobertas proporcionadas pela aproximação da realidade histórica que possibilitaram uma transformação na consciência cristã dos militantes da JUC, e os levaram a uma ruptura com o que passaram a definir como *desordem estabelecida*.²⁷⁷ Não era mais suficiente a

²⁷⁶ LÖWY, Michael. Op. cit. p. 63.

²⁷⁷ Ibid.

simples contemplação da realidade. Era imperativo abrir-se para ela, esforçar-se por descobri-la e com ela se comprometer. A realidade ao ser procurada se revelava, se dava por inteiro, de forma transparente, sem as sombras da ordem imutável e das essências eternas. A realidade passou a ser qualificada de desordem por ser desumana e representar a negação do homem.

As faces da desordem eram múltiplas. No âmbito econômico, presenciava-se a alienação do trabalho e do operário. O trabalhador não se identificava com o resultado de seu esforço, era estranho à sua obra e ao processo que o levava a produzi-la.

No plano político, as estruturas de poder não estavam a serviço do bem comum, mas atendiam aos interesses de uma minoria, alijando as grandes massas de qualquer perspectiva de participação consciente, na construção de seu devir temporal.

No aspecto moral, a desordem não era considerada de menor importância, tendo em vista que a conveniência prevalecia sobre a verdade e “as mútuas declinações encobrem a má fé, o ter vale mais do que o ser, as aparências se sobrepõem ao que elas escondem, a máscara prevalece à face”.²⁷⁸ O que era mais chocante para os militantes da Juventude Católica era que sempre se acreditara que esta “ordem”, agora “desordem”, era coerente com as verdades incondicionais do cristianismo e que o movimento fora formado para pensar dessa forma. Os militantes da JUC pensaram que poderiam ter sido enganados. Se o foram, então a própria Igreja, que tanto haviam defendido, era também uma das responsáveis pela desordem verificada na realidade histórica.

Para Ridenti,²⁷⁹ o *ideal histórico*, como categoria de análise, logo passaria ser considerado defasado pela ala esquerda da JUC, em virtude da grandeza de suas pretensões, em um contexto de radicalização das lutas de classes na sociedade brasileira no início da década de 1960. Um dos autores que passaram a ter uma maior recepção naquela facção foi Emmanuel Mounier. Seus escritos passaram a ser conhecidos no Brasil, por meio de uma coletânea de textos publicada em Portugal em 1960.²⁸⁰ Ridenti cita o livro de Mounier, *Sombras de medo sobre o século XX* (Rio de Janeiro: AGIR, 1958), como um de seus raros livros traduzido no Brasil nos primeiros anos da década de 1960. Entretanto, a Livraria Duas Cidades, de São Paulo publicou em 1964, *O*

²⁷⁸ Ibid. p. 61.

²⁷⁹ RIDENTI, Marcelo. *Ação popular: cristianismo e marxismo*. Op. cit.

²⁸⁰ MOUNIER, Emmanuel. *Textos Escolhidos*. Tradução de João Bénard da Costa. Coleção CÍRCULO DO HUMANISMO CRISTÃO. Livraria Moraes Editora. Lisboa, 1960.

Personalismo, de Mounier, que passou a ser lido por muitos intelectuais e estudantes cristãos naquele período. A atração maior dos leitores católicos brasileiros pela obra de Mounier é, sobretudo, devido à sua crítica radical do capitalismo, concebendo-o como alicerçado na negação da personalidade, no imperialismo do dinheiro e no anonimato do mercado. Em poucas palavras, uma crítica ética e religiosa que sugere uma alternativa fundada no socialismo personalista, com muitos elementos marxistas. Há indícios de que a ACB e a JUC, de modo particular, dividiram-se em duas correntes, já no final dos anos 50: a dos adeptos de Maritain, que optaram pela democracia cristã e a dos discípulos de Lebreton e Mounier, que adotaram a via socialista.

Bráulio Ramalho,²⁸¹ ao estudar o movimento estudantil e suas lutas no Ceará, identifica, no início da década de 1960, uma politização crescente dos militantes da JUC em Fortaleza. Cita como um dos indicativos dessa tendência, a realização, em abril de 1961, da “Semana de Estudos Sociais”, a cargo da Escola de Serviço Social da Universidade do Ceará, com envolvimento de estudantes de todas as escolas superiores da Universidade. A abertura do evento, denotando uma explícita influência da JUC, se deu com uma palestra do sociólogo Germano Coelho, líder católico e dirigente do Movimento de Cultura Popular de Pernambuco. A conferência foi noticiada pelo jornal “O Povo”, que destacou as seguintes passagens do palestrante:

Situando-se no panorama cultural do mundo e mostrando a marcha para o socialismo que a humanidade de maneira acelerada, vem empreendendo. Apontou, como causa principal, o capitalismo. Examinou detidamente, a posição da Igreja, que tem sido realmente favorável ao capitalismo, por medo do ateísmo soviético, e não abre os olhos para um estudo detido da realidade histórica. Citando Jacques Maritain, Mounier e Lebreton, e deles dizendo-se discípulo, o conferencista advogou um estilo novo de civilização socialista, como a dos primeiros cristãos.²⁸²

Nesse mesmo período, no Movimento Estudantil do Ceará, havia uma disputa entre o PCB e a JUC pela hegemonia do movimento. Para a presidência do Diretório Central dos

²⁸¹ RAMALHO, Bráulio Eduardo Pessoa. *As Lutas Políticas dos Universitários Cearenses (1964 -1968)*. Fortaleza, 1992. p. 101. Dissertação de Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará.

²⁸² Fortaleza. Jornal *O Povo*, 09 de maio de 1961. p. 2.

Estudantes (DCE) na gestão de 1962, foi eleito Raimundo Hélio Leite, militante da JUC e que posteriormente engrossou as fileiras da Ação Popular (AP).

Em agosto de 1964, Dom Delgado trouxe a Fortaleza, para ministrar um curso de atualização pastoral para os sacerdotes da Arquidiocese, o padre e sociólogo belga Alberto Eugênio Collard, coordenador dos cursos de Sociologia Religiosa da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidade de Louvain.²⁸³ O curso foi justificado por Dom Delgado pela carência que identificava no clero cearense de se atualizar sobre as mudanças consideráveis que afetavam o mundo moderno.

Inquirido pela reportagem do *Nordeste* sobre em que aspectos ele trabalharia a noção de renovação pastoral, o padre Collard afirmou que esta última era antes de tudo uma vivência, uma volta à fonte do Evangelho, que se realizava em três setores principais: 1) vontade de aprofundar, de esclarecer a fé do povo; 2) disposição de realizar os ofícios litúrgicos com uma participação ativa dos fiéis; 3) urgência de transformar as paróquias em comunidades vivas, animadas, ativamente preocupadas na promoção humana de todos.

Perguntado como via o problema da Igreja no Nordeste, o padre belga disse simplesmente que a Igreja de sua terra havia perdido seu povo por não tê-lo acompanhado suficientemente na fase mais difícil de seu desenvolvimento. A Igreja do Nordeste estava para ele, felizmente, despertada para acompanhar seu povo nesta fase. No Nordeste ainda se poderia esperar que o povo permanecesse, no seu desenvolvimento, um povo de Deus.

Suas primeiras impressões sobre o clero cearense foram de uma forte cordialidade e amizade. Considerou-o heróico, tendo em vista o número diminuto de seus quadros para a grandiosidade do rebanho, numa área de difíceis comunicações. Classificou de maravilhosas as experiências pastorais nordestinas e vislumbrou que as mesmas ainda dariam bons resultados para a Igreja. Tinha certeza de que o clero cearense encontraria uma maneira de realizar a síntese entre a tradição e o progresso, que poderia se transformar em paradigma para toda a região. O entrevistador pediu ao padre que respondesse, como sociólogo, quais eram os problemas mais graves enfrentados pela Igreja. A resposta foi que talvez o que parecia ser um problema grave

²⁸³ *Sociólogo Belga: Regime Ditatorial atrasa Educação Política de um Povo*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 9 de agosto de 1964.

fosse uma grande oportunidade. Isto é, se por um lado, a “penúria numérica” de padres era angustiante, pois, em média, um padre no Nordeste era encarregado de dez vezes mais almas que nas igrejas da Europa, por outro, esta situação estimulava a Igreja a formar seus quadros leigos de maneira consciente e com responsabilidade.

Como conseqüência, acreditava ser dever dos católicos, lutar por reformas estruturais no Brasil. Deveriam manter responsabilidades no campo espiritual, mas também diante do bem comum temporal. Não havendo dúvidas de que esse bem comum compreendia estruturas econômicas, políticas e culturais que deveriam ser sadias. A entrevista foi se tornando mais tensa à medida que o entrevistador passou a solicitar do padre belga, opiniões sobre o regime militar implantado há alguns meses no Brasil, como se depreende do seguinte trecho:

- Como vê as Reformas preconizadas pelo atual governo brasileiro ?
- Resposta: Eis uma pergunta bastante delicada para alguém ainda um pouco estrangeiro, tendo em vista que a sua resposta implica numa opinião sobre o atual governo brasileiro. Mas tendo esta oportunidade de falar a um importante diário católico, fa-lo-ei francamente. Numa reportagem que publiquei no ano passado, escrevi: ‘No Brasil, o papel do Exército é sobretudo de impedir que os políticos desfaçam o país, à maneira de um conselheiro firme e discreto’. Há quatro meses as Forças Armadas exerceram esse papel de uma maneira perfeita e oportuna. Pois o bem comum estava ameaçado por promotores do progresso que, apesar das boas intenções, tornavam-se um perigo para a ordem pública. Mas é pena, acho que depois de tal vitória, as Forças Armadas conservem ainda o poder político.²⁸⁴

O padre Collard lamentava que os militares ainda detivessem o poder por entender que os oficiais são raramente capazes de dominar as complexidades da vida política de uma grande nação. Um regime ditatorial atrasava a educação política de um povo. Afirmou que muitos políticos civis faziam besteiras, em todos os países, mas era assim que se aprendia a sabedoria pública. Conservando o poder, as Forças Armadas iriam necessariamente perder o seu prestígio aos olhos da nação.

²⁸⁴ Ibid.

Dom Delgado possivelmente trouxera o padre sociólogo a Fortaleza também com os olhos voltados para o laicato da ACB e do MEB. Ao agir dessa forma, intranqüilizava os segmentos conservadores, aqueles que rejeitavam que a Igreja assumisse os programas de educação de base e, através destes, a criação de sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos.

Havia uma questão vital para a Igreja, estabelecida a partir do golpe civil-militar de 1964. Durante o período desenvolvimentista, especialmente durante o governo Kubitschek, a Igreja, além de se sentir um “peixe vivo”, nadava mais à vontade no oceano social.²⁸⁵ Desenvolveu seus programas de educação de base e atuava livremente em disputa com as Ligas Camponesas pelo espaço para criação de sindicatos rurais. O Estado, apesar de propor algumas reformas do sistema capitalista, não se mostrava com tendências socialistas, o que seria inaceitável para a Igreja. Havia, portanto, no período, uma relativa convergência de interesses entre Igreja e Estado no Brasil. O Estado, com forte coloração nacionalista, voltado para o mercado e a industrialização internos, não excluía as camadas populares de seu projeto, mesmo que fossem manipuladas politicamente.

O MEB foi um exemplo concreto da aliança recíproca entre Igreja e Estado nos primeiros anos da década de 1960.²⁸⁶ Após contatos mantidos entre Dom José Távora e o então candidato à Presidência Jânio Quadros, sobre o sistema de educação pelo rádio no final de 1960, as negociações evoluíram rapidamente de forma positiva. Jânio percebeu as vantagens que lhe poderiam advir da parceria então aventada. Por um lado, contaria com a simpatia do episcopado, o que era bem coerente com a sua faceta conservadora. Por outro, vislumbrou a possibilidade de legitimar um instrumento de penetração política no seio do campesinato. Em março de 1961, a parceria foi efetivada. O Governo entrou com o financiamento. A Igreja, através da CNBB, com sua estrutura organizacional e a militância da ACB. O MEB, entre 1961 e 1962, chegou a contemplar cerca de quinhentos mil alunos no seu programa de educação de base.²⁸⁷ Era patente que a Igreja estava ampliando sua influência nas camadas populares.

Em outro sentido, a militância católica engajada no MEB não se dedicou exclusivamente a combater a ameaça comunista, o que era tão desejado pela hierarquia e pelos criadores do

²⁸⁵ Sobre o tema das relações entre Igreja e Estado no período, ver FLEURI, Reinaldo Matias (org). *Movimento Popular, Política e Religião*. São Paulo: Loyola, 1985.

²⁸⁶ ALVES, Márcio Moreira. Op. cit. p. 137.

²⁸⁷ FLEURI, Reinaldo Matias, Op. cit. p. 54.

movimento.²⁸⁸ Gradualmente, seus quadros foram se interessando mais pelos questionamentos da estrutura social, pela conscientização dos trabalhadores rurais e urbanos da realidade de sua exploração e pelos meios que poderiam ser viabilizados no combate às causas econômicas e sociais da opressão das camadas populares. Esse posicionamento levou a um dos estudiosos do MEB, Emmanuel de Kadt, citado por Moreira Alves,²⁸⁹ a conceituar as ações desenvolvidas pelos quadros do Movimento de “populismo católico”. Ou seja, era um movimento de intelectuais ou estudantes com nível de escolaridade elevado, sensibilizados com as condições de vida das classes populares, englobadas no termo genérico de “povo”, as quais os primeiros não creditavam a possibilidade de por si só descobrirem a realidade de sua situação. Paralelamente, esses intelectuais rejeitavam qualquer tipo de manipulação do povo. O máximo que poderiam fazer com seu envolvimento era contribuir com seus instrumentos teóricos e metodológicos para ampliar a conscientização dessas mesmas camadas. Daí a importância que davam à noção de não-diretividade ao Movimento de Educação de Base e ao papel da conscientização nas ações de educação desenvolvidas.

Paiva,²⁹⁰ ratificando as análises de De Kadt sobre o “populismo católico”, entende que a sistematização da não-diretividade do MEB, um dos eixos centrais do existencialismo personalista cristão, foi realizada por Paulo Freire, que detinha entre os anos de 1961 e 1964, uma hegemonia pedagógica sobre os movimentos populares, especialmente os vinculados à Igreja. Concomitantemente, no mesmo período, outra vertente teórica que influenciava os movimentos de educação popular, se traduzia na busca por uma transformação radical da sociedade e se baseava em orientações marxistas, especialmente leninista e maoísta. Esta vertente foi delineadora da crise que marcou a Igreja brasileira e latino-americana naquele período.²⁹¹

²⁸⁸ ALVES, Márcio Moreira. Op. cit. p. 138.

²⁸⁹ DE KADT, Emmanuel. *Catholic Radicals in Brazil*. London: Oxford University Press, 1970.

²⁹⁰ PAIVA, Vanilda. *Paulo Freire e o Nacionalismo Desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira – Edições UFC, 1980. (Coleção Educação e Transformação. V. 3).

²⁹¹ BOA NOVA, Antonio Carlos. *CLERO E POVO: O Catolicismo da América Latina nos anos 60*. São Paulo: CERU E FFLCH/ USP, 1981. p. 84.

As “Normas e Diretrizes para o Funcionamento do MEB,”²⁹² aprovadas por seu Conselho Diretor Nacional, cinco meses depois do golpe militar, estabeleciam como fim essencial do Movimento:

Cooperar na formação do homem (adulto ou adolescente), nas áreas em desenvolvimento do país, no sentido de levá-lo a tomar **consciência** de sua dignidade como criatura humana, feita à imagem de Deus e redimida por Cristo, Salvador do Mundo, e como consequência, transformá-lo em agente de criação original de cultura de um povo. Essa **conscientização** importa na afirmação de que cada homem tem o dever e o direito de empenhar-se na aquisição de condições de vida que lhe permitam, cada vez mais, realizar-se dignamente; g) na afirmação de que sua integração na comunidade deve realizar-se através de opções conscientes e livres, cuja variedade lhe deve ser **proposta** sem que nenhuma lhe possa ser **imposta**.²⁹³

Percebe-se que, mesmo já sofrendo as consequências do golpe militar e do Estado repressivo que se instaurou no país, com a perseguição aos movimentos da Ação Católica, aos Sindicatos Rurais e aos movimentos de educação popular, a noção de não-diretividade perpassa fortemente as diretrizes do MEB. Portanto, os quadros do MEB interpretavam a noção de não-diretividade sobreposta à conscientização. A sua mediação deveria ser dialógica, jamais uma imposição de idéias ou práticas. O resultado foi a vivência de uma tensão constante sobre a conscientização, se era um processo dirigido ou espontâneo. Nos quadros do MEB atuantes nos primeiros anos de sua existência, prevalecia o entendimento de que a conscientização, como um processo espontâneo, era a única possibilidade de o indivíduo atingir a consciência histórica de maneira autêntica.

Nos estudos de Wanderley,²⁹⁴ transparece a leitura de que os agentes do MEB, ao optarem pela não-diretividade, conseguiram combater a manipulação do povo. Atitude que, em última

²⁹² Arquivo da Sala de História Eclesiástica da Arquidiocese de Fortaleza (SHEAF). Datilografado s/d. As Normas e Diretrizes para o Funcionamento do MEB, foram aprovadas pelo Conselho Diretor Nacional, em 3 de agosto de 1964.

²⁹³ Ibid.

²⁹⁴ WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *Educar para Transformar: Educação Popular, Igreja Católica e Política no Movimento de Educação de Base*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1984.

instância, fez o Movimento oscilar entre três vieses que se mesclavam nas práticas educativas do MEB. O primeiro, mais paternalista e verticalizado, com tonalidades mais autoritárias, imaginava-se possuidor de verdades que, ao serem repassadas aos camponeses, inevitavelmente levariam à transformação social. Outro que se caracterizava por certa deificação das classes populares em oposição às elites, considerando-as, por si, capazes de transformar a realidade. Caberia aos militantes, a tarefa de contribuir para o estabelecimento das condições em que o povo se posicionaria como protagonista da história. O terceiro, de influência mútua, em que os sujeitos históricos envolvidos participavam com suas peculiaridades culturais, sendo que os agentes do MEB tinham consciência de que um projeto de transformação estrutural da sociedade brasileira implicava na construção de uma organização política mais ampla.

As tensões geradas a partir das relações de poder anteriormente citadas, estabeleceram duas posições claras na prática pedagógica do MEB. A questão do dirigismo ou do espontaneísmo estavam presentes tanto nas relações institucionais quanto na relação pedagógica entre os agentes do MEB e os camponeses. São relações que precisam ser historicizadas, uma vez que estabeleceram demandas e necessidades que tenderam ao fortalecimento das relações democráticas ou autoritárias no seio da sociedade brasileira.

CAPÍTULO 3 - A IGREJA DO CEARÁ E O DE ENDURECIMENTO DO REGIME MILITAR.

3.1. A CATEDRAL, A AÇÃO PASTORAL E OS PADRES.

Dom Delgado assumiu o Arcebispado de Fortaleza em 8 de setembro de 1963. Em novembro, explicitava preocupações com a continuidade das obras de construção da Catedral Metropolitana de Fortaleza, que vinham se arrastando desde 1939.²⁹⁵ As reações coletivas dos católicos do Ceará eram de descrédito quanto às reais possibilidades de conclusão das obras da nova catedral. Afinal, já se passavam mais de vinte anos de contribuições dos fiéis, através de campanhas, como as do “quilo de cimento”, “Campanha do Cruzeiro”, das semanas “pró-catedral”, quermesses, leilões, doações públicas e privadas para custeio das obras. Por outro lado, a antiga catedral não existia mais como marco da fé, como *locus* específico de identidade católica da população cearense, provocando desequilíbrios e descontinuidades não só na escritura arquitetônica, como também na percepção religiosa do povo cearense.

Os três primeiros anos do arcebispado de Dom Delgado foram caracterizados pela mesma lentidão dos trabalhos de construção da nova catedral. Dom Antônio de Almeida Lustosa,

²⁹⁵ O jornal “O Povo” de 11 de setembro de 1938 noticiou a celebração da última missa na antiga catedral, erigida sobre os alicerces da primeira Matriz de Fortaleza, a de São José, inaugurada a 2 de abril de 1854. Durante a última missa, o então Arcebispo Metropolitano, Dom Manoel da Silva Gomes pronunciou, durante o sermão, um discurso fundador da justificativa da necessidade de construção de uma nova catedral que atendessem às exigências de se dotar a capital cearense de um templo condizente com o seu progresso e com a hegemonia católica do povo do Ceará. Em julho de 1939, quando já havia sido demolida a primeira catedral de Fortaleza, Dom Manoel abriu o processo de concorrência para a elaboração do projeto arquitetônico da nova Sé, sendo vitoriosa a empresa pernambucana dirigida pelo engenheiro francês, radicado em Recife, Georges Le Mounier. A Catedral de Fortaleza foi inaugurada em 25 de dezembro de 1978, após meio século de avanços e recuos na sua construção.

Arcebispo antecessor de Dom Delgado, deixara a Sé com a cripta da catedral construída, que por sinal, não constava do projeto original de Le Mounier. Por solicitação de Dom Lustosa, o engenheiro cearense Luciano Pamplona elaborou os cálculos necessários e foi decidida a sua construção, concluída em 1962, juntamente com a parte principal, faltando as duas torres e todo o revestimento externo.

Em maio de 1968, durante a comemoração do dia de São José Operário, Dom Delgado expediu documento oficial sobre as obras da catedral.²⁹⁶ Na comunicação dirigida ao clero e ao povo do Ceará, recupera o histórico do processo de construção da nova catedral, até aquele momento. Informa aos fiéis que, malgrado não ter adiantado muito os trabalhos como gostaria de ter feito, conseguira de um amigo italiano a doação do altar da, em mármore, medindo 5 m de comprimento por 1,40 m de largura e pesando 14 toneladas. Para legitimar o seu apelo de envolvimento dos católicos cearenses na continuidade do empreendimento, reforça que uma das maiores emoções do seu antecessor foi receber correspondência da França, subscrita pelo engenheiro George Le Mounier, já com mais de oitenta anos, dizendo que ao assistir despretensiosamente a um programa de televisão sobre as grandes catedrais do mundo, viu desfilar entre a de São Pedro, em Roma, de Notre Dame, de Paris, a de Westminster, da Inglaterra e a de Colônia, na Alemanha, a ainda inconclusa catedral de Fortaleza, idealizada por ele.

Ao mesmo tempo, Dom Delgado reconhecia como direito legítimo de todos os cearenses, o anseio de ver concluída aquela obra monumental e se comprometia a fazer o impossível para não falhar ao povo católico do Ceará. Para tanto, daria todo o apoio necessário à Comissão Pró-Catedral, formada por Francisco Filomeno Gomes, Ivan de Castro Alves, Fernando Dias Macedo, Edmundo Rodrigues, Ananias Carvalho, João Jacques Ferreira Lopes e Luciano Pamplona. Aproveitando a oportunidade, acrescentou que uma nova campanha, sob a responsabilidade da comissão ratificada por ele, seria iniciada, para dar um novo impulso aos serviços de acabamento da “Igreja Mãe” do Ceará. Concluiu o comunicado dizendo:

Aproveitamos a oportunidade para um exercício de união, de ação conjunta, com objetivo nobilíssimo. Deus nos abençoará todo esforço. Não haverá necessidade de

²⁹⁶ Circular nº 11 do Governo do Episcopado de Fortaleza em 01 de maio de 1968. Arquivo Sala de História Eclesiástica da Arquidiocese de Fortaleza.

heroísmo. A soma de pequenos sacrifícios, de renúncias quase imperceptíveis, conduzir-nos-á ao desejado empreendimento. **A Catedral constituirá um marco da nossa fé (grifo nosso)**, tendo as características de ser também um monumento de amor que vem imortalizando a dezenas e milhares de predecessores nossos, muitos dos quais nos contemplarão, com júbilo, desde a eternidade.²⁹⁷

A primeira ação idealizada pela comissão foi denominada de “Campanha de um Operário”, durante a qual, cada indústria do Ceará, deveria contribuir com um salário mínimo por mês. Porém, sem muitos resultados, se prolongou por apenas 11 meses. Em 10 de agosto de 1969, uma nova iniciativa foi debatida, a partir de uma idéia de João Jacques Ferreira Lopes, membro da comissão. Consistia em se pedir a cada fortalezense uma quantia mensal para as obras da catedral. A proposta era de que fosse indicado um percentual na conta de luz de cada consumidor. Surgia a “Campanha da Papeleta Amarela”, uma vez que o papel amarelo anexado à conta de luz prometia recursos para que a construção não sofresse interrupções. O lançamento da campanha ocorreu em dezembro daquele ano, após acordos juntos à Companhia de Eletricidade de Fortaleza (CONEFOR). No início, houve resistências, até que a empresa de eletricidade operacionalizou junto à rede bancária da capital, o recolhimento das contribuições. Para Dom Delgado, as contribuições, que variavam de dez centavos a cinco cruzeiros, eram “os tijolos da fé, com os quais se edificavam as relíquias do povo”.

É possível perceber que, para Dom Delgado, a problemática do prosseguimento das obras de construção da Catedral de Fortaleza, remetia a questões intrinsecamente relacionadas a uma escritura religiosa da cidade que, por se encontrar incompleta, dificultava a legibilidade de uma imagem vigorosa do catolicismo no Ceará. A permanência da catedral, como marco da fé católica dos cearenses, de maneira inacabada, poderia ser fator gerador de inseguranças, incertezas e desconfianças no seio do povo.

Os estudos voltados para a compreensão da estrutura espacial urbana sofreram significativas inflexões entre os anos 1960 e 1970. Nesse período, a ênfase é dada à utilização de categorias que buscam perceber de que forma os usuários valorizam o espaço urbano. Isto é, para

²⁹⁷ Circular nº 11 do Governo do Episcopado de Fortaleza, em 01 de maio de 1968. SHEAF.

além da representação da cidade, através da imaginação dos mestres urbanistas e de intelectuais de diversos matizes, a cidade passa a ser abordada, adicionalmente, na perspectiva de sua construção na imaginação do próprio cidadão comum. Este é o objeto de estudo de Kevin Lynch, em *A Imagem da Cidade*.²⁹⁸ Lynch apresenta contribuições fundamentais para uma teoria da “imaginação cidadina”, ao dedicar-se ao estudo da qualidade visual de três cidades americanas: Boston, Los Angeles e Jersey City. A noção central de seu trabalho é o de “legibilidade” do ambiente urbano. Para o autor, uma cidade só é “legível” se puder ser “imaginável”. Ou seja, é preciso que haja clareza física na imagem. Lynch apresenta um método para a descrição da imagem mental a partir da percepção, pelos usuários, dos elementos da cidade: caminhos, pontos nodais, bairros, limites e marcos.

Junto ao esforço de encontrar soluções para os óbices que envolviam a construção da catedral, Dom Delgado passou a tecer impressões sobre determinadas problemáticas referentes à conjuntura socioeconômica do Ceará. Concebia a economia como um terreno movediço, escorregadio e trapaceiro. No âmbito econômico, segundo advertia, alguns planos que pareciam infalíveis, poderiam afundar gerações e levar um povo inteiro à infelicidade.

Nesta seara, na ótica do Arcebispo de Fortaleza, os governos não poderiam se guiar apenas por belas intenções. Os mais ambiciosos industriais e comerciantes do Ceará eram uma prova incontestante dessa assertiva. A crise de empresas do estado, naquele momento, era um fato e tornava-se problemático querer determinar culpabilidades. Muitos a jogavam contra o governo, porém, existiam controvérsias. Algumas delas, para Dom Delgado, estavam ligadas a certos hábitos introduzidos na sociedade cearense naqueles anos, e que tinham certa parcela de responsabilidade sobre os desequilíbrios financeiros e econômicos. Citava, nos seus escritos, particularmente, os gastos supérfluos, tais como a multiplicidade de carros pertencentes a uma mesma família, a exigência de propriedade de duas, três casas, na cidade, na praia e na serra e outros similares que elevavam os gastos dos empresários. Estes, quando forçados a enfrentar tempos de crise, como aqueles que estavam vivenciando, eram obrigados a tomar medidas extremas, para evitar um processo de falência, como as demissões dos operários.

²⁹⁸ K. LYNCH. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1994, p. 1 – 15.

Dom Delgado considerava, naqueles casos, a insuficiência da legislação social brasileira em prever tais momentos de crise, com terríveis conseqüências, tendo em vista que:

Os institutos, ninhos de afilhados políticos, são incapazes de cumprir os deveres primários. A corda termina quebrada no lombo chagado dos mais fracos, perdem os operários. São despedidos e muitas vezes nem recebem a indenização prevista em dispositivos legais. Está provada a tese relativa à complexidade de problemas criados pela economia. Não é, como vêm, matéria fácil.²⁹⁹

A solução apontada pelo então Arcebispo de Fortaleza, seria não cuidar somente da chamada indústria pesada. Era preciso olhar com muita atenção para a indústria primária. O Ceará, nesse âmbito, afirmava ele, possuía “uma das indústrias primárias populares mais extensivas do Brasil, o artesanato”. Ali estavam “a rendeira, a labirinteira, a bolseira, a redeira, a sapateira, a bugingangueira e não sei quantas outras eiras”, que fabricavam objetos os mais diversos, de uso ou de ornamentação. Este setor, que utilizava o trabalho de crianças nos lares, “das praias aos sertões”, não recebia a menor proteção dos órgãos governamentais, sobrevivendo sem organização, sem defesa e sem estímulo. Portanto, era urgente:

Ocuparmo-nos desta gente, educando-a econômica, técnica e humanamente a fim de a libertar de **tentações urbanísticas (grifo nosso)**, o menor dos males que a ameaça. A indústria pesada privilegiada, favorecida sem vista aos homens do campo, agravará a situação de maneira irremediável. (...) Não falo do homem da lavoura do algodão, cuja existência anda sujeita a tantos prejuízos, refiro-me ao produtor de gêneros alimentícios de primeira necessidade. O produtor de frutas e verduras em nossas serras são uns pobres parias. A história das serras cearenses está para ser escrita. As serras cearenses são desconhecidas inteiramente. As circunvizinhas à Fortaleza em particular, que desde a minha vinda para o Estado procuro conhecer como uma função vital tanto quanto aos seus habitantes, como quanto aos da capital, andam longe de produzir o que poderiam produzir.³⁰⁰

²⁹⁹ Circular n° 11 do Governo do Episcopado de Fortaleza.

³⁰⁰ Ibid.

As preocupações com as “tentações urbanísticas”, não eram exclusivas da Arquidiocese de Fortaleza. Ao assumir o Governo do Ceará, em 25 de março de 1963, Virgílio Távora recebeu do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, do qual era Presidente do Conselho Diretor, Gilberto Freyre, uma pesquisa que havia sido elaborada no final do governo de José Parsifal Barroso.³⁰¹

A pesquisa, solicitada pelo Governo do Estado, teve por finalidade estudar a migração do interior para a cidade de Fortaleza que no período contava com 562 900 habitantes. Buscava-se responder a algumas questões relacionadas à migração, como por exemplo, de onde eram originários os imigrantes? Vinham diretamente para Fortaleza ou chegavam à capital após uma série de estágios em cidades menores? Quais cidades? Em que áreas se localizariam os imigrantes? Haveria uma maneira típica nessa localização e nas mudanças seguintes de residência, dentro das diversas áreas que compõem a capital do estado? Que tipo ou tipos de migrantes vêm para a capital? Até que ponto são eles semelhantes ou diferentes, em relação às populações das diversas áreas culturais? Quais são as diferenças maiores entre os imigrantes como um todo, de um lado, e a população da capital?

A pesquisa foi realizada por uma equipe constituída de estatísticos, sociólogos, geógrafos e economistas, com a participação de estudantes da Universidade do Ceará, particularmente da Escola de Serviço Social e da Faculdade de Ciências Econômicas. Teve a colaboração técnica dos professores Mozart Soriano Aderaldo, diretor da Assessoria Técnica do Governo do Estado e Francisco Nelson Chaves, Presidente do Conselho Estadual de Economia. Os trabalhos envolveram, além da Universidade do Ceará, a Arquidiocese de Fortaleza, a Prefeitura Municipal de Fortaleza, as Secretarias Estaduais de Educação e Saúde, o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, o Departamento Nacional de Endemias Rurais e a Inspetoria Regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A primeira parte do estudo, intitulada “Fortaleza e o Contingente Migratório de sua População”, constitui uma análise sobre o crescimento da capital cearense, considerando os aspectos populacional, econômico e educacional. Incluíram-se nesta parte levantamentos sobre a

³⁰¹ *As Migrações para Fortaleza*. INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS E GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Recife (PE), 1963. Datilografado. 300 p.

procedência de um grande número de migrantes, indicando as áreas de maior êxodo para Fortaleza. A segunda parte denominada “As Áreas de Deslocamento Populacional para Fortaleza”, tomou como objeto de investigação as características de parte da população migrante da capital do Ceará.

Fortaleza era considerada, segundo a pesquisa, em termos populacionais, a sétima cidade do país, porém, os seus serviços públicos e particulares - aqueles utilizados na época para medir o que se chamava de “grau de civilização” - eram tidos como muito distantes de acompanhar o seu crescimento demográfico. Neste intuito, foram utilizados os dados referentes aos serviços municipais de habitação, iluminação pública e telefone, transporte urbano, equipamento médico-hospitalar e sistema de ensino primário. As estimativas apontadas eram de que, ao permanecerem na época os níveis de migração de contingentes rurais para Fortaleza, a sua população no ano de 1980, chegaria a 1. 560. 000 habitantes. O saldo das migrações internas para Fortaleza, de 1920 a 1960, ou seja, em 40 anos, era de 300. 000 pessoas. Nestes deslocamentos, sobressaíam-se os migrantes originários das zonas do sertão do Baixo e Médio Jaguaribe, do sertão Centro-Norte, da Ibiapaba e do litoral. As zonas do sertão Sudoeste, sertão do Salgado, Alto Jaguaribe e do Cariri, caracterizavam-se por migrações para fora do estado, notadamente o Sul do país.

Como possibilidade de mudança desta situação, Dom Delgado indicava que a iniciativa deveria partir das comunidades, através do estabelecimento de medidas decisivas e de pressões sobre as autoridades do estado. O esforço, na sua leitura, exigiria um trabalho conjunto, envolvendo as paróquias locais, as entidades de classe e os governos municipais, legitimando uma demanda surgida nas bases, em busca do desenvolvimento das comunidades do Ceará. No processo, os Círculos Operários Católicos seriam imbuídos de um papel essencial, criando clubes de vendas, reorganizando as escolas do MEB, instituindo serviços de ação comunitária, num esforço articulado, visando um trabalho de educação para o “desenvolvimento com solidariedade”. O que Dom Delgado entendia como inadmissível era a aceitação passiva da pobreza, que constatava no fato de que:

As crianças são pálidas. A verminose as dizima. Não há criações de galinhas que bastem e ajudem na economia dos pobres. Uma pobreza silenciosa acabrunha a muitos. Nem se queixam de nada. Tudo vai como Deus quer. Comem-se bananas e bebem as águas correntes. Fogo nem sempre se acende e o mais não oferece novidades. (...) Não atribuo

culpas. O Mal máximo é a ignorância, a dos que ali vivem e a dos que nunca pisaram ali.³⁰²

Dom José de Medeiros Delgado, nos seus artigos, remetia seus leitores às diretrizes do Vaticano II para propor alternativas de superação dos problemas sociais. Para tanto, advertia aos bispos da insuficiência de atitudes individuais, que deveriam rejeitar qualquer arbitrariedade e, para pôr em prática e refletir sobre as encíclicas pontifícias, necessitavam se voltar para o debate intra-hierárquico como forma de ouvir o que pensava a Igreja.³⁰³ Um dos maiores resultados dessa política se refletiria no âmbito do apostolado dos leigos, tendo em vista que, na sua concepção, era apenas uma questão de tempo para que:

O simples fiel cristão, ministro da graça de Deus em tantas ocasiões na vida dos indivíduos e das coletividades tomará uma posição de grande relevo na Igreja. O bispo, o sacerdote e o religioso cederão o passo aos leigos e os leigos responderão em muitos momentos pela Igreja com o testemunho da própria vida, identificando-se de maneira a contribuir para a vitória do Reino de Deus, em áreas e tarefas que só aos leigos competirá penetrar e realizar respectivamente.³⁰⁴

A CNBB, por ocasião do encerramento do Concílio Vaticano II, em 8 de dezembro de 1965, realizou a sua VII Assembléia Geral, ainda em Roma, com o objetivo de elaborar e aprovar o seu Plano Pastoral de Conjunto, como esforço decisivo de levar a Igreja, no Brasil, a uma séria renovação dentro das perspectivas abertas pelo Concílio.

De conformidade com o PPC, durante o ano de 1966, as questões sobre a promoção do leigo e de sua responsabilidade na Igreja deveriam ser objeto de reflexões, nos relatórios das atividades nacionais e regionais da Conferência.³⁰⁵ Apesar do esforço realizado, a CNBB identificava ainda muitas dificuldades a superar para tornar efetiva a integração dos leigos na

³⁰² DELGADO, Dom José de Medeiros. *Conversas Avulsas*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 22 de junho de 1965.

³⁰³ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Conversas Avulsas*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 11 de abril de 1965.

³⁰⁴ *Ibid.*

³⁰⁵ *Relatório Síntese das Atividades Nacionais e Regionais* – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. VIII Assembléia Geral. Aparecida: São Paulo, 6 a 10 de maio de 1967. Datilografado. Arquivo da Sala de História Eclesiástica da Arquidiocese de Fortaleza.

Igreja. O Secretariado Nacional do Apostolado dos Leigos (SNALE), procurava, naquele ano, estruturar-se internamente e empreender articulações com as diretorias nacionais dos diversos movimentos existentes no Brasil. Para sistematizar esses esforços, o SNALE promoveu no mesmo ano de 1966, uma semana de estudos sobre o Concílio com os dirigentes nacionais de 20 organizações leigas. Acompanhou as reuniões do conselho da ACB, com o objetivo de refletir sobre sua natureza. O Secretariado Nacional iniciou, no mesmo período, as injunções para a criação do Conselho Nacional de Apostolado dos Leigos, com competência para coordenar os diversos movimentos e organizações existentes no Brasil.

É possível identificar naquele momento algumas iniciativas da CNBB para que se iniciasse uma renovação diocesana e paroquial, sob o viés da valorização das ações pastorais nas comunidades de base. Em outras palavras, a partir de 1966 a CNBB estabeleceu que fosse no âmbito das dioceses que se realizasse a revitalização da Igreja, através do desenvolvimento do PPC. Ao mesmo tempo, a CNBB sugeria uma atenção especial por parte do clero para o que entendia como “grupos humanos especiais”, que exigiriam uma pastoral específica, como migrantes, turistas, viajantes, navegantes, aeronautas, enfermos, presidiários e peregrinos. O Secretariado Nacional de Pastoral Especial (SNAPES) realizou em maio de 1966, um encontro preparatório sobre a pastoral dos migrantes, visando um seminário de estudos mais amplo a ser realizado em 1968.

Dom Delgado, em abril de 1969, publicou o *Boletim do Regional Nordeste I*,³⁰⁶ estudo intitulado “Problemas do Clero na Região Nordeste I”. Neste, indica que os bispos da Região Nordeste I, da CNBB, estavam empenhados em tratar dos problemas do sacerdócio. Consideravam uma questão fundamental, em virtude de que durante o Concílio Vaticano II esses assuntos haviam sido aventados, no entanto as orientações conciliares não resultaram em conclusões práticas por parte da Igreja. Os problemas continuaram crescendo até desembocar, em 1969, numa crise que atingia não só aos padres, mas se estendia por toda a Igreja, a respeito de seu sacerdócio e das funções hierárquicas. As análises de Dom Delgado sobre a crise da Igreja na região Nordeste foram elaboradas a partir de dados estatísticos das seguintes fontes: uma pesquisa feita em

³⁰⁶ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Problemas do Clero*. Boletim do Regional Nordeste I. Fortaleza, abril de 1969. Datilografado. 25 p. Arquivo da Sala de História Eclesiástica da Arquidiocese de Fortaleza.

Fortaleza, pelo Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS), uma pesquisa organizada pela diocese de Limoeiro do Norte, um estudo elaborado pela diocese de Crato (CE), uma sondagem sobre o trabalho assalariado do padre e vários depoimentos de padres e leigos.

Em relação ao clero secular, a ajuda estrangeira no Ceará era recente, datando de 1967 e considerada simbólica, sendo insuficiente para equilibrar o déficit numérico do clero local. No clero regular, a presença estrangeira era mais tradicional, constituindo uma força complementar. No Maranhão, a situação era considerada mais grave, uma vez que os dados comparativos sobre a evolução do clero naquele estado demonstravam que, em dezoito anos, de 1955 a 1968, a presença do clero brasileiro que, no primeiro ano era de 51,7 %, caíra para 27,3 % em 1968, enquanto a participação do clero estrangeiro que em 1955 era de 48,5 %, aumentara para 72,7 % em 1968. Em 1955, no estado, a relação era de 1 padre para 15.400 habitantes e em 1968, era de 1 padre para 16.500 habitantes. A predominância estrangeira em alguns estados nordestinos era interpretada por Dom Delgado como um recuo, malgrado a competência dos padres originários, principalmente, do Canadá, Itália, França e Espanha. Esta predominância tornava a Igreja sempre mais estranha ao povo nordestino e o povo cada vez mais distante da Igreja.

Outro fator preocupante assinalado pelo arcebispo de Fortaleza era o crescente movimento de laicizações do clero cearense. De 1964 a 1969, 17 padres haviam se laicizado no estado, o que revelava certo grau de mal estar no clero. Além disso, alguns padres passaram a procurar emprego remunerado. Em 1969, 140 padres no Ceará exerciam profissões paralelas e assalariadas. Havia numerosos casos de padres que exerciam a profissão docente, o que não constituía propriamente uma novidade, pois há séculos que a Igreja mantinha escolas. O dado novo era que muitos padres passaram a buscar empregos em instituições de ensino independentes da Igreja.

As conclusões de Dom Delgado eram de que a Igreja Católica no Ceará, Piauí e Maranhão, estava passando por uma crise que denotava a existência de “um rebanho sem pastores”. Segundo ele, o clero que permanecia em atividade estava enfrentando uma das suas mais sérias crises, explicitadas pelas laicizações, a prática de abandono de funções sacerdotais por outras opções, o desajustamento psicológico de muitos padres e outros indícios identificados na pesquisa do CERIS. Entre os mais importantes destacava, em primeiro lugar, os problemas

relativos às questões de autoridade e de relacionamento. Os padres entrevistados na pesquisa queixavam-se de ser tratados como irresponsáveis ou incapazes.

Os questionários respondidos pelos padres pesquisados em Fortaleza, no segundo semestre de 1966, somaram 77, com respostas de padres do clero secular de todas as faixas de idade. Daquele total, 63 responderam que os bispos não tratavam os padres como homens adultos e competentes. Porém, 59 reconheciam que não eram tratados como totalmente irresponsáveis. Consideravam-se numa situação de subordinação e aliados do processo decisório dentro da Igreja e que eram mais valorizados os “padres administradores”, ao passo que os padres que pretendiam inovar e criar, questionando as estruturas da pastoral eram olhados com desconfiança. Criticavam com veemência o sistema verticalizado de tomada de decisões internas e achavam que a renovação deveria vir de toda parte e não apenas da hierarquia. Na interpretação da pesquisa feita com os padres cearenses, Dom Delgado, tendia a acreditar que a crítica maior do clero era no sentido de não se confundir autoridade com obediência. Qualquer ponto de vista contrário à hierarquia, por parte do laicato ou do clero, era entendido como rebeldia. Os padres se viam facilmente acusados de ser influenciados pela rebeldia dos leigos.

No entanto, a maioria do clero ponderava que o problema era mal colocado. Se o que se entendia por obediência era o silêncio diante das decisões tomadas de cima para baixo, era normal que se multiplicasse dentro da Igreja certa rebeldia. O que os padres cearenses buscavam, conforme Dom Delgado era uma colaboração entre hierarquia e clero que, na visão do clero não havia. Não se contestava o fato de que a hierarquia tinha que tomar decisões e agir com autoridade e sim que ela funcionasse como corpo separado e acima de todos. O arcebispo de Fortaleza, naquele período, criticava as posições defensivas tanto por parte do clero quanto da hierarquia, o que impedia a possibilidade de um diálogo que vislumbrasse a resolução de problemas comuns. Dom Delgado percebia uma supervalorização da autoridade como tal, o que contrariava as diretrizes do Concílio, cuja doutrina pregava a autoridade não como um valor em si mesmo, mas como serviço, como meio e não como fim. Em sua opinião, o clero constatava que não fora acostumado a considerar as relações hierárquicas na Igreja daquela forma, e fora preparado para se submeter, para ser um bom executante das tarefas eclesíásticas. Nas considerações dos padres, Dom Delgado percebia uma revolta contra a formação recebida nos seminários. Dos 77

entrevistados, 63 responderam que os seminários eram falhos no desenvolvimento de uma maturidade afetiva e assinalavam que os padres, em sua maioria, não possuíam uma personalidade madura. Eram tímidos, introvertidos, não se sentindo preparados para dialogar com a autoridade e por isso sofriam.

Essas tensões repercutiam no relacionamento entre sacerdotes que se isolavam e se sentiam incapazes da realização de um trabalho em equipe. Raramente os padres se reuniam e trabalhavam juntos ou pensavam juntos. Essa característica para o arcebispo era uma falha, principalmente no momento em que a Igreja estava promovendo a participação do colegiado e valorizando o trabalho de base.

Dom Delgado abordava essas questões de maneira diferente, dizendo que o padre não era apenas um subordinado, uma vez que era também constituído em autoridade. Ou seja, o padre teria por função liderar o povo cristão em todas as suas atividades. A formação que recebera o havia preparado muito mais para o tipo de autoridade que estava criticando naquele momento na Igreja, do que a modalidade que exigia a situação do seu tempo. As tradições clericais e a formação dos seminários haviam transformado os padres em chefes, que mandavam em súditos e bem convencidos do caráter sagrado de sua autoridade.

Portanto, era chegada a hora dos leigos começarem a fazer críticas, uma vez que o prestígio do padre havia diminuído consideravelmente. O padre havia ensinado ao leigo a sua importância na Igreja, devendo se manifestar. O resultado era que “o padre se encontrava preso entre a bigorna do laicato e o martelo da hierarquia, situação particularmente desconfortável”. O problema, para Dom Delgado, era que uma parte do clero tentava manter, enquanto podia uma autoridade firme e os leigos se portavam como meros executores das decisões dos padres. Por outro lado, na sua maneira de ver, o leigo era mais livre em relação à autoridade do padre do que esse último em relação à hierarquia. O resultado era que os padres, afirmava ele, só reinavam apenas numa turma de mulheres e não conseguiam nem mesmo atingir as crianças. Além do mais, para Dom Delgado, eram visíveis as permanências de um ideário autoritário em relação às interseções entre Igreja e sociedade, dado que:

Um terço dos padres pesquisados parecem se agarrar a uma concepção autoritária da influência da Igreja na sociedade: 'ela tem a verdade, ela deve se impor'. Mas só um pequeno número de padres pensava que a relação sacerdote-leigo deve ser de chefe-súdito. A maior parte está a procura de um regime de cooperação com os leigos, de participação, num plano de igualdade. Procuram ser responsáveis juntos com os leigos. Querem viver nesta convicção que a renovação vem de toda parte e não somente de cima para baixo. O povo cristão todo deve procurá-la.³⁰⁷

Na ânsia de dar respostas para as tensões envolvendo o clero, o laicato e a hierarquia da Igreja, Dom Delgado indicava que outro aspecto importante a ser levado em consideração deveria ser a incerteza do padre diante de sua função. Em outras palavras, tratava-se de responder, na época, a questões do tipo: o que é ser padre hoje? Para quem sou padre hoje? E para quê? Como? Eram angústias que atormentavam os padres do Ceará. À pergunta se por ser incerto de sua função o padre se sentia desanimado, 60 responderam que sim, 15 não e 2 não se pronunciaram. Chamaram mais a atenção do arcebispo, os 15 que se mostravam mais seguros. Destes, 5 eram padres seculares e 10 eram religiosos. 3 tinham menos de 35 anos, 5 entre 36 e 50 anos e 7 mais de 50. Os 19,4% dos padres cearenses que tinham uma maior segurança quanto às suas funções, atribuíam como função principal do padre, celebrar o culto e ministrar sacramentos e também afirmava que o padre deveria ser considerado um homem sagrado e rejeitavam qualquer modificação na lei do celibato e se autodefiniam como grupo mais importante dentro da Igreja. Esta era, para Dom Delgado uma concepção incompleta do padre, que correspondia a uma determinada época e, era justamente no âmbito da mesma que os padres se sentiam incomodados. A celebração do culto e dos sacramentos, o esmero em catequizar e confessar, sempre entusiasmou menos os padres.

Catequizar para valorizar a vida religiosa, criar comunidades de base, evangelizar, dar prioridade à promoção humana, trabalhar para a mudança das estruturas da sociedade, para a libertação política, econômica e social do homem da região, eram vieses explicitados nos questionários respondidos pelos padres cearenses, revelando oposições, críticas mútuas e num grande número de casos, um enorme silêncio que se transfigurava em práticas isoladas.

³⁰⁷ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Problemas do Clero*. op. cit. p. 9.

Fazia-se urgente, para Dom Delgado, a consciência de que os padres não poderiam assumir mais sozinhos os exercícios pastorais. As ações da Igreja deveriam ser resultado da imbricação entre elementos laicos e clericais. Os leigos, por outro lado, faziam muitas críticas e os padres que as suportavam tornavam-se mais desorientados. Muitos diagnosticavam que era necessário se situar novamente dentro da Igreja e com a Igreja no mundo. 64 padres entrevistados diziam que precisavam reestudar teologia, num esforço de renovação, todavia, que fossem estudos voltados para uma pastoral renovada. Os padres não sabiam como agir, porque a Igreja mesma tinha dificuldades em definir seus objetivos. Dom Delgado apontava como uma das causas dessa ausência de horizontes mais concretos, uma dispersão nos esforços da instituição. Quando alguns padres clamavam por mais independência e mais liberdade para o exercício de suas funções; ao buscarem encaminhar novas experiências e redefinir as suas linhas pastorais, poderiam cometer enganos, contudo, através desses esforços seriam vislumbradas as saídas que permitiriam que a Igreja superasse aquelas aporias.

Era, portanto, patente a profundidade da crise e Dom Delgado a delimitava sob duas premissas. A primeira, representada por aqueles que acreditavam que se tratava de um conflito dos homens, refletido em um enfraquecimento espiritual, teológico e afetivo, na falta de zelo pastoral e falta de fé. Assim entendida, a tensão seria superada mediante uma revalorização dos homens, através de um fortalecimento espiritual, esclarecimentos teológicos e incentivos pastorais. A segunda, marcada pela interpretação de que se tratava de um problema das estruturas pastorais. Ou seja, seria inócuo tentar resolver a adversidade sob uma ótica individual e deixar intocadas as estruturas.

Havia uma queixa geral dos padres em relação à sua situação financeira. Dos 77 entrevistados, 75 se declararam com problemas de sobrevivência. O sistema de taxas e espórtulas, por meio do qual os fiéis sustentavam os padres, era mal administrado e revelava uma desvalorização dos primeiros para com os sacerdotes. Um terço do clero cearense não acreditava na capacidade do povo em assumir a responsabilidade de manutenção do clero. A ineficácia daquele sistema induzia os padres a se relacionarem mais com os ricos e a tornarem-se mais dependentes deles. Porém, contraditoriamente, eram os pobres que, em última instância,

suportavam o ônus da manutenção dos padres cearenses. Dom Delgado considerava os vícios do sistema, sendo que:

A primeira falha é sua ineficácia. Há colegas que passam fome. A segunda é que humilha as pessoas. Constitui uma ofensa à dignidade humana. O padre se sente envergonhado por esta contingência em que está, de viver das esmolas dos pobres, ou por depender dos ricos que o consideram à sua disposição, como um servidor, ou dos bispos e através deles de um dinheiro estrangeiro. Sem fazer essas análises, muitos sentem a humilhação de uma maneira ou outra. Vários propõem uma solução no sentido de conscientizar os fiéis relativamente a suas responsabilidades, mas sem grande esperança. Pressuporia uma evangelização que não está sendo feita. Outros pensam mais na utilização dos patrimônios da Igreja, quer vendendo-os, quer valorizando-os. Mas nenhuma solução – até financeiramente satisfatória resolverá definitivamente o problema se não salvaguardar a dignidade já assinalada. Os padres querem afastar-se diante dos homens de frente erguida.³⁰⁸

A CNBB, através do Secretariado Nacional do Apostolado dos Leigos (SNALE), no mesmo período, passou a intensificar estudos que permitissem uma melhor compreensão das questões referentes às relações entre leigos e hierarquia da Igreja.³⁰⁹ Frei Lucas Moreira Neves, então secretário nacional do SNALE, identificou alguns problemas que lhe pareceram de maior complexidade. Em primeiro lugar, via o laicato no Brasil marcado por uma grande dispersão e um desconhecimento mútuo das ações desenvolvidas pelos diversos grupos existentes. Dispersão, segundo ele, resultante da lacuna existente entre laicato e hierarquia, o que levou o SNALE a indicar como uma de suas metas prioritárias a promoção de uma integração maior dos leigos entre si e destes com a hierarquia. Em segundo, existiam as barreiras que os responsáveis nacionais pelo apostolado dos leigos denominavam de “afetivas”, entre leigos e hierarquia e leigos entre si.

³⁰⁸ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Problemas do Clero*. Op. cit. p. 13

³⁰⁹ NEVES, Lucas Moreira Fr. O.P. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Secretariado Nacional do Apostolado dos Leigos. São Paulo, 15 de janeiro de 1971. Datilografado. 7 p. Arquivo da Sala de História Eclesiástica da Arquidiocese de Fortaleza.

Os confrontos de anos anteriores, graves e acirrados, envolvendo a hierarquia e movimentos de leigos como JUC, JEC e JIC, haviam provocado sérios traumatismos e repercutiam nas relações do Secretariado com o laicato, computando um saldo negativo de amarguras, ressentimentos, desconfianças e desencantos de ambas as partes. Por último, um problema, que considerava de natureza mais global e que perpassava os dois anteriores, estava vinculado às estruturas eclesiais, tradicionalmente clericais, ainda bastante resistentes a uma participação efetiva dos leigos na Igreja. Era cada vez mais crescente, entre os grupos de leigos, a consciência daquilo que Frei Lucas Moreira Neves conceituava como “estrangulamento” das relações, motivando o SNALE a:

Colocar como um escopo marcante de nosso trabalho, pelo menos como uma hipótese, dar algum impulso na progressiva transformação dessas estruturas, sobretudo facilitando e fomentando a criação de órgãos de diálogo e comunicação que tornassem aquela participação viável e eficaz. Podemos dizer que esses três problemas e as respostas que eles estavam a exigir de certo modo nos impuseram a orientação a dar ao Secretariado na primeira e bastante longa etapa de nosso trabalho. Uma série de atividades abraçadas nesta fase apenas aparentemente foi prazo perdido, pois era condição para toda ação posterior.³¹⁰

As concepções sobre o papel dos leigos cristãos nos meados e final da década de sessenta não eram monolíticas no seio da Igreja. No entanto, o grande motor responsável pela pluralidade das análises elaboradas nas reflexões a respeito da missão do laicato católico foi a transformação do conceito de Igreja realizada, pelo Concílio Vaticano II.

³¹⁰ NEVES, Lucas Moreira Fr. O.P. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Secretariado Nacional do Apostolado dos Leigos. São Paulo, 15 de janeiro de 1971. Datilografado. 7 p. Arquivo da Sala de História Eclesiástica da Arquidiocese de Fortaleza. P. 2.

3.2. ACORDOS, CONTRASTES E CONFRONTOS.

No dia 4 de junho de 1964, o jornal *Unitário* deu destaque, em primeira página, ao que denominava de “Operação Limpeza” no Ceará.³¹¹ A referida operação consistiu na prisão de várias pessoas enquadradas pelo Exército, Polícia Militar e Delegacia de Ordem Política e Social como “comunistas e inimigos da Pátria, infiltrados em setores da administração pública estadual e federal”.³¹² Os órgãos da repressão no Ceará executavam “batidas” nos locais que qualificavam como quartéis gerais dos comunistas e nos quais foram encontrados escritos e publicações que comprovariam o caráter subversivo dos mesmos. Dois destes locais aparecem na matéria do *Unitário*: a livraria “A Colegial”, onde foram presos os linotipistas Jacques de Andrade e Raimundo Cordeiro, e as oficinas de impressão do periódico *o Democrata*, de Fortaleza.

O jornal *Unitário* explicitava que as consideradas ações subversivas e comunistas no Ceará eram resultantes de estratégias ideológicas implantadas em todo o país, pela assessoria “comunista-nacionalista” do ex-presidente João Goulart e operacionalizadas através de seus diversos “dispositivos”, em especial o dispositivo da educação.³¹³ Estes recursos, segundo a notícia, objetivavam criar células comunistas e armadas em todo o território nacional, em especial nas repartições públicas.

Os redatores do *Unitário* avaliavam que o “dispositivo armado e comunista” no Brasil, funcionara plenamente nos ministérios do Trabalho e da Educação e Cultura, sendo que na opinião dos referidos editores, este último fora o maior responsável pelo processo de “cubanização” do Brasil. Segundo essa análise, o governo Goulart atuara com o propósito claro de transformar as secretarias de educação dos Estados, por intermédio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em focos de disseminação da doutrina marxista, desde o ensino primário até os cursos superiores.

³¹¹ *Prisões em Fortaleza*. Fortaleza. Jornal *Unitário*, de 4 de abril de 1964. 1ª página.

³¹² *Ibid.*

³¹³ *O Dispositivo da Educação*. Fortaleza. Jornal *Unitário*, 4 de abril de 1964.

No Ceará, denunciava a mesma matéria, seria agente principal daquele projeto o educador Lauro de Oliveira Lima, no período em que foi coordenador da Divisão de Ensino Secundário da Secretaria de Educação do Estado, como instituidor de um plano de dissolução da família e da pátria, com “inequívocas matrizes marxistas”.

Portanto, na avaliação do jornal, o sistema educacional do Ceará, no período anterior ao golpe de 1964, teria sofrido um processo ideológico que visava disseminar na juventude cearense, a doutrina marxista. Como ratificação de suas denúncias, o *Unitário* acrescentava que considerava como disfarce comunista as propostas de extinção do analfabetismo no Brasil, através da pedagogia de Paulo Freire, nada mais que um “veículo de propagação do catecismo bolchevista no Nordeste”. Por isso, o jornal elogiava o então governador do Rio Grande do Norte, Aluísio Alves que, ao perceber a trama, havia demitido Calazans Fernandes da Secretaria de Educação do referido Estado. Calazans seria articulador da cubanização da educação potiguar. Aproveitava-se a oportunidade para solicitar ao governador do Ceará, Virgílio Távora, que não tivesse dúvida quanto à necessidade de desarticulação do “dispositivo armado” da Secretaria de Educação do Ceará.

Dez dias após essas análises, o mesmo *Unitário* estampava uma convocação do Movimento da Mulher Cearense, em parceria com as Forças Armadas, para a realização em 16 de abril da Marcha da Família, com Deus pela Liberdade, em Fortaleza.³¹⁴ No dia programado, a manifestação saiu da Praça Coração de Jesus, no centro de Fortaleza, comandada pela esposa do governador Virgílio Távora, Luiza Távora, passando pela Rua Sena Madureira e concentrou-se novamente na Catedral Metropolitana, onde foi cantado um “Te Deum”, seguido de uma cerimônia religiosa conduzida por Dom Delgado. Daí partiu para a 10ª Região Militar, onde foi realizada uma homenagem às Forças Armadas.

O dia da Marcha foi exaltado no Jornal *Unitário*³¹⁵ como a legítima expressão da vontade da maioria do povo cearense, diferentemente da concepção de povo ou maioria que havia sido imposta, de acordo com o jornal, pelo vocabulário nacionalista do governo Goulart. O sentido de povo teria sido desvirtuado através de mecanismos ideológicos, pois:

³¹⁴ *Marcha da Família dia 16 em Fortaleza*. Fortaleza. Jornal **Unitário**, 14 de abril de 1964.

³¹⁵ *A Marcha da Liberdade*. Fortaleza. Jornal **Unitário**, 17 de abril de 1964.

Povo, no dicionário do chamado nacionalismo, não traduzia a tradição, a formação histórica, o comportamento da Nação, mas as diretrizes de um processo revolucionário, inspirado em doutrinas alienígenas, radicalmente incompatíveis com a índole e as aspirações do homem brasileiro.³¹⁶

De conformidade com o mesmo editorial, aquela deturpação do sentido de “povo”, além de disseminar a confusão por todos os setores brasileiros, foi responsável pela cooptação de alguns sacerdotes da Igreja Católica, embevecidos pelas doutrinas extremadas, facilitando a “cubanização” do país e contrariando o seu passado histórico por meio de um falso determinismo da marcha da história. Isso criava a falsa impressão de que o povo brasileiro se irmanava com Fidel Castro, Che Guevara e Karl Marx. O verdadeiro povo brasileiro era o que desfilara na tarde do dia 16 de abril pelas ruas de Fortaleza, solidarizando-se com as Forças Armadas e dando graças a Deus.

Um ano após esses episódios, o jornal *Correio do Ceará*, comemorando o aniversário do golpe,³¹⁷ contribuía para a construção no estado de um discurso legitimador do arbítrio e do endurecimento do regime, inclusive com ataques sutis a setores da Igreja Católica, em nome da recuperação da decência e competência políticas, ausentes nos anos anteriores a 1964, segundo o então diretor dos Diários Associados e também Presidente da Academia Cearense de Letras, Eduardo Campos. Na matéria, o jornalista era identificado como liderança que “desempenhou relevante papel na ação revolucionária do Ceará e que foi porta-voz da Revolução em nosso Estado”.³¹⁸ Para Eduardo Campos, aquela que denominava de “Revolução verdadeiramente democrática”, havia sido, nos últimos anos, a única que havia proporcionado melhores resultados ao povo brasileiro.

No decorrer de sua avaliação, Eduardo Campos, como homem de letras, ressaltava que, no Ceará, poderia ser aplicado o título da peça francesa “E a Guerra de Tróia Não se Fez”, para os desdobramentos do golpe militar no Estado, no sentido de que no Ceará não houve “revolução”, uma vez que:

³¹⁶ Fortaleza. Jornal **Unitário**, 17 de abril de 1964.

³¹⁷ *Revolução: Radiografia depois da Vitória*. Fortaleza. Jornal **Correio do Ceará**, 31 de março de 1965.

³¹⁸ *Ibid.*

Os poucos corruptos e subversivos presos, punidos ou não, estão muito longe de representar a real expressão do numeroso bando que se dispunha a nos entregar aos comunistas, e de outros que, com a conivência de gente pretensamente respeitável, enriqueciam-se a custa do Tesouro. Quando julgamos que o Ceará, nos dias que antecederam à Revolução, não era uma terra tranqüila, é porque somos daqueles que não dimensionam o Estado – principalmente o do tempo do Sr. João Goulart- pela possível ordem dos comícios ou pelas badernas evitadas, mas pelas gritantes imoralidades patrocinadas por partidos políticos, o empreguismo fácil e complacente, que transformou o erário público num alimentador automático, de granja avícola, a despender quase que totalmente seus recursos para os felizardos de uma nova modalidade de coronelismo citadino e sertanejo.³¹⁹

Pouco mais de um mês após o golpe militar, o jornalista Eduardo Campos já havia escrito uma carta no jornal *Correio do Ceará*³²⁰, dirigida ao general André Fernandes de Sousa, designado pelo Exército para o Comando da 10ª Região Militar de Fortaleza. Logo no início, alertava o general sobre os “terríveis equívocos” da politicagem das províncias – dos quais o Ceará não escapava – e o que num primeiro momento pudesse transparecer serenidade ou acomodação dos grupos partidários locais, seria, na realidade, estratégia astuciosa diante das incertezas do momento político. Muitos no estado, segundo Eduardo Campos, não haviam levado a sério o movimento “revolucionário” de 31 de março, pois:

Não foram muitos os que acreditaram na causa democrática geratriz da gloriosa campanha de 31 de março. Muita gente antes supostamente advertida, ria de quantos, corajosamente, profligavam o perigo comuno-peleguista. Pobre gente aquela Senhor General, que submissa aos ócios sazonados pelo uísque fácil – tão comum entre nós – teimava em não compreender a extensão do perigo iminente. Vão dizer a V. Excia. Que não há comunistas aqui; que o Ceará foi e continua sendo uma ilha de tranqüilidade. Aparentemente, há de parecer que constituímos uma região de bem-aventuranças

³¹⁹ Fortaleza. Jornal **Correio do Ceará**, 31 de março de 1965.

³²⁰ CAMPOS, Manoel Eduardo Pinheiro. *Carta ao General*. Fortaleza. Jornal **Correio do Ceará**, 08 de maio de 1964.

eternas, em que a igualdade é impostergável e os pobres sempre estiveram assistidos pelos ricos.³²¹

Nos escritos de Campos, é possível identificar algumas características das concepções políticas inerentes à direita católica que participou ativamente da queda de João Goulart em 1964, tais como seu forte teor anticomunista e de combate a qualquer prática progressista por parte de alguns membros do clero católico. Na *Carta ao General*, Eduardo Campos deixava claro seu apoio à linha dura do Exército, inclusive sugerindo que já estava mais do que na hora de impedir “na cátedra e nos templos dedicados a Deus, a consagração do anticristo”.

Eduardo Campos, no intuito de colaborar e legitimar as pressões contra a esquerda católica ou contra o clero progressista do Ceará, insistia na elaboração de imagens demoníacas dos comunistas ou dos adeptos do governo Goulart, afirmando que alguns sacerdotes no estado, haviam se afastado de suas verdadeiras obrigações e enveredado pelo “caminho dos espíritos malévolos”, estranhos à índole democrática do povo brasileiro. Era também inadiável, para Campos, combater o engajamento político dos cristãos leigos, a fim de demonstrar que:

A religião católica é incompatível com a ideologia comunista, pois o humanismo fruído de Cristo não se coaduna com o humanismo materialista. É o que vezes sem conta estão proclamando S. S. o Papa e seus amantíssimos arcebispos e bispos que tomam a si a vigilância do exercício do ministério divino. Os que se desviam deste propósito, que é o da defesa e perenidade da Igreja, são exatamente os que trazem o engano dentro de si mesmos.³²²

As estratégias para combater os desvios dentro do clero não se limitaram apenas à produção de artigos nos jornais dos Diários Associados no Ceará, porém, se desdobraram em verdadeiras cruzadas contra a “comunização”, operacionalizadas através do Movimento de Educação Democrática para Alunos (MEDA),³²³ promovido pelo Colégio Estadual Justiniano de

³²¹ Fortaleza. Jornal **Correio do Ceará**, 8 de maio de 1964.

³²² *A Igreja e o Momento*. Fortaleza. Jornal **Correio do Ceará**, 19 de maio de 1964.

³²³ *Colégio Público Promove o Movimento de Ação Democrática para Alunos*. Fortaleza. Jornal **Correio do Ceará**, 20 de maio de 1964.

Serpa, em “sintonia com o vitorioso movimento revolucionário de 31 de março”, como enfatizava a notícia do *Correio do Ceará*. O Movimento foi iniciado no dia 19 de maio de 1964, com uma palestra do padre Joaquim Guerra que, segundo *O Correio*, fora preso várias vezes na China Vermelha. No mesmo dia à tarde, os alunos foram acompanhados pela direção do Colégio e vários professores, ao Comando da 10ª Região Militar, oportunidade em que “viram todo o material subversivo preso em poder dos comunistas”. O MEDA era encabeçado pelos professores José Maria Bandeira, Francisco das Chagas Costa Tito e pelo jornalista Manuel Eduardo Pinheiro Campos, diretor dos Diários e Rádios Associados do Ceará.

Segundo Löwy, com o golpe de 1964, a Esquerda Católica foi despedaçada pela ditadura e silenciada. No entanto, nos anos subseqüentes, à medida que o regime se fechava, verificou-se um recrudescimento da oposição ao arbítrio no seio da sociedade, levando padres, freiras e “alguns poucos bispos a se posicionarem contra a repressão.”³²⁴

Há indícios de que antes do endurecimento do regime após 1968, no Ceará, a Igreja vivenciou tensões com o estado autoritário. Em 1965, Dom Delgado se deparou com a prisão de um dos membros do clero cearense que exercia suas funções na região da serra de Baturité. Em abril daquele ano, o padre Antonio Moreira era vigário de Assunção e apoiava a organização do Sindicato dos Lavradores daquela localidade. Passou a sofrer uma série de ameaças e perseguições policiais, chegando a ser agredido por um soldado da Marinha.³²⁵ O padre Moreira foi levado para Fortaleza e conduzido para uma delegacia de polícia. A arquidiocese foi informada do caso e, após intermediação de Dom Delgado, foi posto em liberdade.

Outro confronto significativo dos embates entre a Igreja e o estado, no Ceará, ocorreu em 1967, quando o ex-ministro da Saúde, Raimundo de Brito, fez declarações à imprensa do Estado da Guanabara, segundo as quais o clero era responsável pela subversão no Nordeste.³²⁶ Raimundo de Brito, na sua denúncia, sugeria que o governo militar substituísse os membros do “clero subversivo” nas ações de esclarecimento da população a respeito das Encíclicas. Dom Delgado reagiu e, em entrevista ao *Correio do Ceará*, declarou:

³²⁴ LÖWY, Michael. *A Guerra dos Deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 141.

³²⁵ DELGADO, Dom José de Medeiros. *O Caso de Assunção*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 08 de abril de 1965.

³²⁶ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Dom Delgado: os Bispos não deixam clero ser subversivo*. Fortaleza. Jornal **Correio do Ceará**, 08 de novembro de 1967.

Fico estarrecido. Não acredito que o Dr. Raimundo de Brito tenha feito tal declaração, na condição de um católico praticante. Se o fez, deverá ser catalogado entre os mais autênticos totalitários travestidos de democrata. As altas autoridades do país devem ter muita cautela diante de homens tão apaixonados e injustos. A Igreja conscientizou profundamente o episcopado do mundo inteiro durante o Concílio Ecumênico Vaticano II, quanto aos seus deveres humanos, políticos e sociais, não admitindo, portanto, um recuo da Igreja na pregação das Encíclicas papais.³²⁷

Os anos de 1967 – 68 são emblemáticos para a compreensão dos caminhos que levaram à produção de características peculiares ao catolicismo brasileiro. Durante esses anos, um grupo de dominicanos radicaliza sua oposição ao regime e passa a dar apoio à resistência armada, como no caso do grupo dissidente do PC, articulado por Marighella. A Igreja brasileira transforma-se em uma das únicas instâncias possíveis de luta contra o regime.

Ao mesmo tempo em que Dom Delgado esforçava-se para reatar laços, suscitar confiança e lançar bases concretas para um apostolado dos leigos, entrosado com a hierarquia, outras tensões se processavam entre a Igreja e o aparelho repressor no Estado do Ceará. Em 10 de novembro de 1968, esteve em Fortaleza o padre mineiro, Virgílio Leite Uchoa, representando o Setor de Vocação da Arquidiocese de Belo Horizonte no Encontro Regional de Vocação do Nordeste I. No segundo dia de sua visita ao Ceará, o padre Uchoa deu uma entrevista na Rádio Assunção, diretamente do bairro Dias Macedo, abordando a questão das prisões de padres em Minas Gerais.³²⁸

No mesmo relatório do DOPS que denuncia padre Virgílio, o agente policial denunciava que o movimento estudantil cearense programava concentrações de protestos contra as prisões de universitários pela Polícia Federal, contando com apoio do clero, Sindicato dos Bancários e Associação dos Professores Licenciados do Ceará.

Alguns meses antes das denúncias do padre mineiro, na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, o deputado Moslair Cordeiro Leite fez um pronunciamento acusando um grupo de

³²⁷ Ibid.

³²⁸ Cf. Ofício do Agente do DOPS, Adalberto Batista Menescal, dirigido ao Comissário daquela delegacia, datado de 11 de novembro de 1968. Acervo do DOPS. Arquivo Público do Estado do Ceará.

terroristas de direita, segundo ele, protegido por agentes do DOPS, de pichar paredes e distribuir boletins com desenhos de foices e martelos e com uma relação nominal de pessoas pacatas, com o simples intuito de incriminá-las. Além do mais, denunciava que durante uma manifestação de desagravo a Dom Fragoso e a Dom Delgado, foram vistos três agentes do DOPS e da Polícia Federal, que seqüestraram um estudante na entrada do Palácio Episcopal.

No final do ano de 1967, no auditório da Escola de Administração do Ceará, Dom Fragoso proferiu palestra para 300 pessoas, de acordo com um sucinto relatório do DOPS de Fortaleza.³²⁹ Dom Fragoso, após a abertura do encontro, feita pelo diretor da escola, teria iniciado sua fala com denúncias contra a política imperialista vigente no Brasil e o colonialismo cultural dos Estados Unidos e afirmou que a bomba que acabaria o mundo não seria de 50 megatons e sim a bomba “M”, ou seja, a bomba miséria que estaria perto de explodir no Brasil e no Terceiro Mundo. Dom Fragoso, ao falar para os jovens estudantes de administração do Ceará, seguia a linha da Igreja que, além do colonialismo externo, também condenava o colonialismo interno, entendido como expressão da manutenção da riqueza das minorias privilegiadas, sobre a exploração e a miséria de milhões de cidadãos da América Latina, Ásia e África. Situação que fora denunciada, anos antes, pelo Papa João XXIII, ao afirmar que independência política sem independência econômica, não tinha validade concreta. Por outro lado, atribuir o baixíssimo nível econômico do Terceiro Mundo à incapacidade, à preguiça e à desonestidade dos povos de cor, era tentar encobrir injustiças graves, cometidas pelos povos desenvolvidos contra os povos subdesenvolvidos.

Dom Fragoso, em entrevista ao jornal *Unitário*, nos inícios de 1968³³⁰, denominava Crateús de “Diocese Criança”, uma vez que os municípios de Nova Russas, Tamboril, Ipuemas, Poranga, Monsenhor Tabosa, Independência, Novo Oriente e Tauá foram desmembrados da diocese de Sobral, e os municípios de Tauá, Parambu e Cococi, foram cedidos para a Diocese de Crateús da qual era bispo desde 9 de agosto de 1964. Na mesma entrevista dizia estar convencido de que não é o bispo quem faz a diocese. Fundamental era o povo que lá vivia, lutava, sofria e morria. Este povo deveria ser visto como único, inconfundível e original. O bispo, seu servidor humilde e fraterno. E disse prosseguindo sua concepção de trabalho com o povo de Deus:

³²⁹ *Conferência de Dom Fragoso*. Relatório do DOPS. Datilografado em 6 de outubro de 1967. Arquivo do DOPS. Arquivo Público do Estado do Ceará.

³³⁰ *Dom Fragoso fala da Educação da Fé na Diocese de Crateús*. Fortaleza Jornal *Unitário*, 10 de janeiro de 1968.

Estas razões explicam porque o primeiro trabalho em Crateús, eixo de Ação Pastoral, consiste em descobrir e suscitar o povo para que assuma conscientemente a construção do Reino. Nessa linha de educação da Fé nas consciências do povo cristão, foram organizadas semanas catequéticas em 1965, 1966 e 1967 em cada uma das Paróquias. O Bispo esteve presente mais como irmão do que como Bispo.(...) À base de uma pedagogia popular ativa, foram atingidos casais, rapazes e moças, membros de organizações religiosas e a noite ao povo. Para que o povo inteiro seja progressivamente educado numa Fé adulta e esclarecida é preciso seleção e treinamento das lideranças cristãs nos movimentos do Apostolado dos Leigos. Neste sentido estão sendo organizada a Ação Católica Operária (ACO), o Movimento Familiar Cristão (MFC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Operária Católica (JOC), o Apostolado de Evangelização das Vítimas da Prostituição (NINHO). Para fugir ao clericalismo e ao anticlericalismo estamos tentando formar a consciência da fraternidade dos padres (o Presbitério no qual o Bispo é um irmão que tem a tarefa do serviço e da unidade) e a consciência da responsabilidade dos cristãos leigos.³³¹

Segundo alguns estudiosos da Igreja no Brasil, entre os anos de 1964 e 1968, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) concentrou suas preocupações nas questões internas afastando-se do catolicismo de cunho mais social, pautando-se por uma concepção de fé mais conservadora. Esta tendência foi resultante de um processo interno de reação aos bispos progressistas que predominaram na CNBB até fins de 1964, com destaque para a atuação de Dom Helder Camara, cuja influência declinou a partir da eleição de Dom Agnelo Rossi e Dom José Gonçalves, para presidente e secretário geral da CNBB, respectivamente.³³²

³³¹ *Dom Fragoso fala da Educação da Fé na Diocese de Crateús*. Fortaleza Jornal **Unitário**, 10 de janeiro de 1968

³³² Esta guinada conservadora provocou recuos na hierarquia, conforme, a análise de Scott Mainwaring. Op. cit. p. 104: “nem mesmo o Vaticano II, o surgimento de uma teologia mais especificamente latino-americana e uma grande variedade de inovações pastorais nas bases foram suficientes para fazer com que a CNBB se esforçasse para promover a justiça social. Em contraste com os anos pré-golpe, a CNBB nada tinha a dizer sobre as condições sociais. Os documentos episcopais limitavam-se a formulações teóricas abstratas que não faziam nem mesmo referência aos eventos da época, quanto menos prescrever mudanças. Embora os documentos criticassem o “capitalismo injusto e opressor, os bispos nada diziam sobre o governo militar, sobre a repressão ou sobre o modelo econômico.

No entanto, Dom Delgado escreveu em agosto de 1966 uma mensagem no jornal *Tribuna do Ceará* em defesa de Dom Helder.³³³ Iniciou o seu artigo protestando contra a “difamação” que, segundo ele, tivera início em Recife contra os bispos do Regional Nordeste II e contra a Igreja. Comparou as acusações feitas a Dom Helder com os “processos comunistas de desgaste das legítimas autoridades” e exortou que tal calúnia fosse desconsiderada por todos que tivessem uma parcela mínima de responsabilidade nos destinos da Pátria. Os que agiam assim, para Dom Delgado, embora aparecessem como inimigos do episcopado e da Igreja eram para ele, inimigos da revolução, uma vez que:

Sente-se quanto mal penetra a alma de muitos. Descobre-se entre nós, onde nasceu Dom Helder Câmara, um dos alvos mais visados por alguns brasileiros levianos, como a referida difamação que tem berço em Recife, vem proliferando. Já há quem espalhe que o Presidente da República e o ministro do Exterior, respectivamente Marechal Humberto Castelo Branco e Embaixador Juracy Magalhães acabam de expedir ao Papa Paulo VI uma declaração de que o nosso querido Dom Helder Camara não é pessoa grata ao Brasil.³³⁴

Dom Delgado utilizou além do jornal *Tribuna do Ceará*, a Rádio Assunção Cearense, em que falou no mesmo tom de desagravo a Dom Helder, acrescentando que não temia conseqüências mais graves pelas suas afirmativas, tendo em vista que quando decidia cumprir os ditames de sua consciência, levava tudo até as últimas conseqüências. Reafirmou que não acreditava que Dom Helder houvesse sido considerado *persona non grata* pelas autoridades brasileiras e que, caso isto fosse confirmado, não seria levado a sério pela Santa Sé.

Os ditames da consciência do Arcebispo de Fortaleza já o haviam levado a se posicionar sobre outro conflito entre o governo militar e a Igreja, ocorrido em março de 1966. Foi um conflito desenvolvido a partir dos estados que formavam o Regional Nordeste II da CNBB.³³⁵ A Ação

³³³ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Pronunciamento em defesa de D. Helder*. Fortaleza. Jornal **Tribuna do Ceará**, 9 de agosto de 1966.

³³⁴ Ibid.

³³⁵ O Regional Nordeste II da CNBB é formado pelos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas. Sobre o conflito ver BRUNEAU, Thomas C. *O Catolicismo Brasileiro em Época de Transição*. São Paulo: Loyola, 1974. p. 325.

Católica Operária (ACO), após reunião de três dias em Recife, publicou um manifesto denunciando as injustiças sofridas pelos trabalhadores do Nordeste brasileiro. O arcebispo mais visado e considerado o grande influenciador do conteúdo do manifesto da ACO, era Dom Helder. Sobre Dom Helder, Dom Fragoso assim se manifestou:

D. Helder sempre acreditou na dignidade do povo. Sensível, acolhedor, coração fraterno, no Rio ou em Recife, nas favelas, no clamor coletivo da seca ou na catástrofe do Orós, nos mocambos ou nos campos de Pernambuco, nas centenas de encontros do episcopado, do Clero e do Laicato brasileiros, na Televisão, na Rádio, nas Conferências, nos Seminários e Simpósio de Ação do Governo. D. Helder procurou unir sua visão da dignidade dos Pobres e dos Oprimidos aos gestos e expressões existenciais de amor e coerência.³³⁶

O General Comandante da 10ª Região Militar, com sede em Fortaleza, proibiu a divulgação do Manifesto da ACO. Apenas dez dias após a publicação do documento dos bispos do Nordeste, Dom Delgado publicou, no jornal *Unitário*,³³⁷ considerações a respeito das críticas da ACO à situação dos trabalhadores brasileiros. Na concepção do Arcebispo de Fortaleza, era fundamental ressaltar a profundidade do Manifesto que, numa visão global, percebia o homem não inserido nesta ou naquela classe social, porém, considerava-o integrado na comunidade. Dom Delgado dava indícios, no seu artigo, de que o Manifesto da ACO causaria muita polêmica, despertando sensibilidades, visto que colocava a Ação Operária da Igreja no centro da vida não só de uma região em particular, mas do país inteiro e acrescentava:

A ACO do Nordeste passará a ser vista e citada em toda a América latina. O seu Manifesto outra vez atravessará as fronteiras do Brasil, será considerado pelas revistas em todo o mundo. A ACO, embora não esteja visando à publicidade, uma vez a serviço do homem, considera seu dever iluminar almas fora de nossas fronteiras. O Manifesto da ACO prima pela nota de universalidade, não de linha horizontal, mas de linha vertical. A

³³⁶ FRAGOSO, Dom Antonio Batista. *A Voz de Um Bispo*. Anexo 2 ao Boletim do Secretariado Regional Nordeste I da CNBB. Fortaleza, 1970. Datilografado. SHEAF.

³³⁷ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Ainda o Manifesto*. Fortaleza. Jornal *Unitário*, 20 de abril de 1966.

ACO não viu somente a classe operária, viu todos os homens. Ocupou-se também do empresário. Foi além, descobriu a nação, olhou ainda os continentes e o mundo.³³⁸

Dom Delgado, ao refletir sobre o documento dos bispos do Nordeste II, deixava subentendido que o considerava primordial para o comprometimento social da Igreja no Brasil e na América Latina. Por outro lado, o Manifesto, segundo o seu parecer, era instituidor de uma nova etapa na história da Ação Católica Especializada, indicando os caminhos da continuidade de uma Igreja missionária, participando do mundo e com a perspectiva de transformá-lo, defendendo o homem e todos os homens das injustiças e da exploração. Nas suas palavras:

Até bem pouco tempo lastimava-se que a Ação Católica Especializada separava as pessoas, construía ou contribuía para criar ilhas e torres de marfim dentro da própria Igreja. Não discuto os fundamentos de uma tal afirmação. Contesto-a, mesmo, como generalização. Em tempo, porém, sempre clamei para que os apóstolos especializados vissem a necessidade de entrosamento com as forças todas de cada paróquia e diocese, para não perder contato com a Igreja concreta em cada lugar.³³⁹

O sentido de mudança fundamental implícito no Manifesto da ACO era, para Dom Delgado, a primazia da comunidade, de uma inserção da Igreja nas comunidades locais, levando-se em conta as suas particularidades. Aí estaria, a seu ver, a grande coragem do episcopado do Nordeste na elaboração do documento e no seu diagnóstico sobre a problemática do desenvolvimento no Brasil. Ratificava que a base do Manifesto era a doutrina social da Igreja e o desejo dos bispos da Ação Católica do Nordeste II de assumirem a defesa da felicidade de cada ser humano. Daí reivindicarem para os operários, o lugar que lhes pertencia no esforço pelo desenvolvimento.

As reações ao Manifesto dos bispos da Região Nordeste II da CNBB e a Dom Helder não ficaram restritas somente à região em que o documento foi produzido, revestindo-se de implicações para a Igreja nacional.

³³⁸ DELGADO, Dom José de Medeiros. *Ainda o Manifesto*. Fortaleza. Jornal **Unitário**, 20 de abril de 1966.

³³⁹ *Ibid.*

Por outro lado, segundo Bruneau:

A 21 de agosto (1966) o velho e famoso sociólogo Gilberto Freyre publicou um artigo sobre o conflito. Argumentava ele que a Igreja não tinha o direito de criticar o governo por não melhorar as condições no Nordeste, porque a própria Igreja tinha contribuído muito para essa situação. E de fato, arrazoava ele, a crítica dos bispos, era motivada por um complexo de culpa. Naturalmente, a omissão da Igreja no passado tinha sido reconhecida por muitos dos bispos que Freyre criticava, e Dom Helder mesmo justificava a atual necessidade de uma ação social, parte em termos de responsabilidade pelo passado e pelo presente. Mas conquanto os bispos compreendessem a negligência passada como uma justificação para a ação presente, Freyre não lhes permitia fazer penitência por esses pecados. Freyre especialmente não perdoava Dom Helder, quer pelo seu passado como um jovem fascista (integralista) quer por sua mudança como bispo progressista. Ele comparava Dom Helder ao nazista Goebbels quanto à aparência, à personalidade e à técnica. Observando que algumas pessoas aludiam a Dom Helder como um possível candidato à presidência, Freyre dizia que ele acabaria por se tornar o Kerensty brasileiro, isto é, que Dom Helder entregaria o poder aos comunistas. Num só artigo, portanto, Freyre atacava a Igreja pelo seu passado, pelas suas tentativas presentes de mudança, chamava Dom Helder de fascista e, depois, de instrumento dos comunistas. Embora só Freyre fosse assim extremamente claro e direto, outras declarações evidenciavam que ele era o porta-voz das opiniões de um considerável setor conservador no Brasil.³⁴⁰

Em setembro de 1967, Dom Delgado já havia contribuído para o acirramento dos conflitos entre o regime militar e a Igreja no Nordeste, ao fazer protestos na imprensa do Ceará de repúdio ao fechamento da Rádio Educadora da Arquidiocese de São Luís (MA), imposto pelo delegado da polícia federal.³⁴¹ Qualificou o ato de “grosseiríssima tentativa contra a liberdade de imprensa” que revoltava a todos que possuíam consciência da dignidade humana. Nas suas declarações contra a censura à rádio maranhense, dizia que os primeiros que deveriam protestar

³⁴⁰ BRUNEAU, Thomas C. Op. cit. p. 329 – 330.

³⁴¹ *Dom Delgado à Gazeta de Notícias: Fechamento da Rádio Educadora: uma aberração sem precedentes*. Fortaleza. Jornal **Gazeta de Notícias**, 22 de setembro de 1967.

contra aquele ato deveriam ser os soldados dignos de uma farda que a pátria lhes confiava para defender a honra, a vida e a liberdade do povo e reportando-se ao golpe de estado, afirmava:

A Revolução de 1964 precisa por cobro a indivíduos vestidos de soldados e que de militares só possuem a aparência. Não é possível, depois de tantas e tão graves faltas cometidas por criaturas incapazes de ocupar qualquer posto de autoridade, contra a dignidade de uma maioria que repele procedimentos imorais, degradantes à farda, em todos os tempos enobrecida por heróis, inclusive por tantos que deram e são capazes de dar a vida pelo próximo, não é possível deixar que indivíduos sem competência continuem a tripudiar sobre a liberdade dos brasileiros, valendo-se da veste militar. É perfeitamente justificada a explicação que vem do Maranhão, de que o procedimento do Delegado Federal dali, considerado inconstitucional, pode representar um golpe na liberdade de imprensa ou pelo menos uma intimidação aos órgãos de opinião pública. Na verdade, a vil ação, se vier a tornar-se moda, se vier a repetir-se em alguns outros Estados pobres e a se constituir regra de reprimir as denúncias patrióticas de quantos querem um Brasil mais brasileiro, convém comprar a fazenda, mandar cortar e costurar a mortalha da pobre Nação que tanto amamos.³⁴²

No entanto, se aquela violência tinha como objetivo silenciar a Igreja, que para Dom Delgado, era uma das últimas forças vivas do país, então lhe cumpria dizer que estava assistindo ao fim dos tempos e que todos deveriam se preparar para vivenciar crimes muito mais graves.

Poucos meses após estes incidentes, os bispos do Regional Nordeste I, reuniram-se em Fortaleza no IV Encontro de Pastoral de Conjunto e elaboraram um documento intitulado “Justificação do Programa do Regional Nordeste I da CNBB”.³⁴³ Além dos bispos dos estados do Piauí, Maranhão e Ceará, participaram das reuniões, sacerdotes, leigos e religiosos. No documento, os bispos confirmaram a imagem de um Nordeste vítima de injustiças e que o propalado “desenvolvimento” da região só beneficiava uma pequena minoria, condenando a maioria do povo nordestino à marginalidade e a uma miséria cada vez mais crescente. Os fundamentos das análises

³⁴² Dom Delgado à *Gazeta de Notícias: Fechamento da Rádio Educadora: uma aberração sem precedentes*. Fortaleza. *Jornal Gazeta de Notícias*, 22 de setembro de 1967.

³⁴³ *Bispos Justificam Programa e se solidarizam com D. Helder*. Fortaleza. *Jornal Unitário*, 17 de janeiro de 1968.

empreendidas pelo episcopado nordestino, segundo afirmavam no documento, estavam nas encíclicas de João XXIII e de Paulo VI, que concebiam todos os homens como filhos de Deus e, portanto, fundamentalmente iguais. Diziam-se convencidos de que a missão principal da Igreja no Nordeste era contribuir para libertar o povo daquela situação de escravidão e salvá-lo, implicando libertá-lo das injustiças e misérias. Os bispos do Nordeste I consideravam seus anúncios proféticos e apelavam para que a libertação também fosse assumida por aqueles que, consciente ou inconscientemente, eram dominadores e opressores dos seus irmãos nordestinos.

No documento é clara certa consciência da responsabilidade da Igreja, no passado e num presente recente, pela situação diagnosticada. Tanto assim que constatavam que o povo nordestino não encontrava eco na Igreja para seus anseios de libertação, sendo inadiável:

Encaminhar a nossa pastoral numa linha de promoção humana. Que a Evangelização, a Catequese, a Liturgia, toda a ação pastoral enfim dê uma contribuição válida para que nosso irmão nordestino tenha consciência de seu valor de homem livre e responsável. Em sua missão profética, a Igreja a todo o momento tem o dever de perscrutar os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho, de tal modo, que possa responder de maneira adaptada a cada geração e tem o dever de conhecer e entender o mundo no qual vive e cuja sorte terrena experimenta. Poderemos ser incompreendidos, mal interpretados e até mesmo caluniados. Poderemos ser acusados de oportunismo cômodo ou de covarde infidelidade à nossa visão própria de Igreja. Poderemos ter que afrontar reações ainda maiores e ser mesmo vítimas de perseguição e violência.³⁴⁴

Concomitante às questões relativas a uma pastoral mais condizente com os problemas sociais e políticos enfrentados pelos estados do Nordeste, Dom Delgado deparou-se, em 1968, com uma crise envolvendo os Seminários do Ceará. O mesmo periódico que divulgou a reunião dos

³⁴⁴ O documento foi assinado por Dom José de Medeiros Delgado, Arcebispo de Fortaleza, João José, Arcebispo de São Luís; Gerardo de Mileville, Vigário Geral das Religiosas de Fortaleza; Raimundo, Bispo Auxiliar de Fortaleza; Luís, Bispo de Caxias; Paulo, Bispo de Parnaíba; Vicente, Bispo de Crato; Afonso, Bispo de Pinheiro; Adolfo, Bispo de Grajaú; Cesário, Bispo de Carolina; Antonio, Bispo de Crateús; Edilberto, Bispo de Oeiras; Walfrido, Bispo de Sobral; Guido, Bispo de Cândido Mendes; José Mauro, Bispo de Iguatú; Rino, Bispo de Balsas; José Falcão, Bispo de Limoeiro e Monsenhor Mauro, Vigário capitular de Viana.

bispos do Nordeste I, veiculou a notícia *Fecham Seminários de Diocese no Interior*.³⁴⁵ Os leitores eram informados de que estavam sendo fechados todos os seminários do interior do estado, mantidos pelas respectivas dioceses.

O primeiro a ser desativado era o Seminário Diocesano de Sobral, que há mais de cinquenta anos havia formado padres oriundos da região Norte do Ceará e de outros estados do Nordeste. O outro era o Seminário Diocesano do Crato que, até o final de 1968, encerraria suas atividades. Alguns padres de Sobral estavam procurando uma alternativa que mantivesse o prédio do Seminário Diocesano, transformando-o em uma escola profissional ou industrial ou adaptando-o para uma Faculdade de Ciências Econômicas. Conforme a referida reportagem, as explicações fundamentais para o fechamento dos seminários estavam relacionadas à falta de recursos financeiros e à redução crescente do número de candidatos a abraçarem a vida sacerdotal. Muitos, segundo o jornal *Unitário*, ingressavam nos seminários apenas para garantir a conclusão do curso ginasial. Como consequência da proliferação de bolsas de estudos para os estabelecimentos particulares de ensino e a ampliação de escolas públicas, a situação dos seminários tornou-se insustentável.

Durante o ano de 1968, as perseguições aos membros do clero por parte dos agentes da ditadura se intensificaram na capital e no interior do estado do Ceará. Neste último, uma das cidades mais visadas era Sobral, na zona Norte. A Delegacia de Ordem Política e Social, através de seus agentes, denunciava que a cidade estava completamente pichada com frases contra o governo militar e de apologia à extinta União Nacional dos Estudantes. Estes movimentos, na avaliação daquele órgão de repressão, eram orientados pelos padres Pedro, José Linhares e Osvaldo. Referia-se, também, a um comerciante local que coordenava um Movimento Familiar Cristão contra a ditadura.

A Rádio Educadora de Sobral, de propriedade da diocese mantinha um programa diário denominado “O Estudante”, que ia ao ar entre 12h45min e 13h15min, patrocinado pela Fábrica de Mosaicos Sobral. Logo na abertura do programa radiofônico do Centro Estudantal Sobralense era lida uma crônica voltada para os operários, estudantes e camponeses, privilegiando temas como ditadura militar, entreguismo, invasão americana, esterilização de mulheres brancas e índias,

³⁴⁵ Fortaleza. Jornal *Unitário*, 17 de janeiro de 1968.

Amazônia, violências policiais, prisões de padres e estudantes. Na Faculdade de Filosofia de Sobral era identificado pelo DOPS um Diretório Acadêmico, cuja diretoria era acusada de subversão e de ser apoiada pelos padres Pedro Van'Oll e Osvaldo.

Em Fortaleza, o então Reitor da Universidade Federal do Ceará, Fernando Leite impediu o prosseguimento de uma reunião que acontecia no Clube do Estudante Universitário (CEU), promovida pelo Movimento Intersindical Anti-arrôcho (MIA).³⁴⁶ No momento em que o Reitor tomou o microfone para dissolver a reunião, Dom Fragoso proferia uma palestra para os estudantes universitários, lideranças sindicais e políticos cearenses. Fernando Leite conclamou os estudantes a suspenderem as atividades, apelo que também dirigiu a Dom Fragoso, alegando que o local não era adequado para as manifestações e que seu ato visava evitar uma invasão policial à Universidade. No dia seguinte, Dom Fragoso escreveu uma Carta Aberta ao Reitor e divulgou em toda a imprensa de Fortaleza. Nesta, o bispo de Crateús argumentava que aceitara, como bispo da Igreja, e não como líder sindical ou político, fazer um pronunciamento durante o encerramento do Movimento. Parecia-lhe normal o exercício do livre direito dos trabalhadores de ouvir um bispo da Igreja. Dom Fragoso acrescentou ainda que não aceitava as desconfianças do Reitor para com os jovens universitários e que sua atitude:

Impedia o diálogo adulto com os estudantes (além) de homologar a repressão policial bárbara e escandalosa às manifestações estudantis. O Sr. está fazendo sua a desconfiança e o medo das autoridades quanto às justas causas e normais reivindicações dos trabalhadores. Nós, os mais velhos, caro Professor, somos chamados a sermos os defensores da Justiça, do diálogo com os estudantes e trabalhadores, a denunciar abertamente o clima de ditadura, repressão e desconfiança. Deixo aqui meu protesto contra a sua atitude, atitude de DOPS.³⁴⁷

No documento que o então bispo de Crateús fez circular na imprensa cearense sobre os fatos que o envolveram na Universidade do Ceará no ano de 1968, e nas denúncias do DOPS sobre as ações dos padres no município de Sobral, é possível perceber que uma parcela do clero cearense

³⁴⁶ *Reitor acabou reunião do MIA com Bispo falando.* Fortaleza. Jornal **Correio do Ceará**, 15 de abril de 1968.

³⁴⁷ *Ibid.*

estava operacionalizando um deslocamento do lugar de onde falava o catolicismo naquele período. O seu desenho institucional estava tomando novos contornos a partir do estabelecimento da ampliação dos horizontes para a práxis eclesial. Os elementos dessas transformações indicadas naquele momento são dados por uma maior aproximação e diálogo com os estudantes, operários e camponeses, numa busca por uma articulação maior com o campo social e com a história. Isto é, se a Igreja, a partir dos anos 60, se fez nova, ou como preferia dizer Dom Fragoso, “adquiriu um novo rosto”, alterando o seu perfil tradicional, isso se deve em grande parte àquela parcela do clero brasileiro e, em particular, cearense, que em sua militância católica ousou, em consonância com um laicato mais avançado, transformar e ser transformado pela realidade social.

A Igreja tradicional era marcada por práticas religiosas restritas ao clero, através da catequese dos párocos e das associações religiosas tradicionais. Dom Fragoso, ao chegar em Crateús em 1964 como seu primeiro bispo, trazia uma experiência de dez anos, na Arquidiocese da Paraíba, como Assistente Eclesial da Juventude Operária Católica.³⁴⁸ Dom Fragoso deparou-se com uma liturgia na qual eram vigentes permanências medievais. O padre, que presidia a todos os atos litúrgicos celebrava de costas para o povo e em língua latina. Era o senhor dos bens eclesiais, materiais e imateriais, arbitrava sobre as capelas, as igrejas, as escolas religiosas e sobre as almas. Dom Fragoso aplicou em Crateús, a metodologia da JUC, pautada no *ver*, no *julgar* e no *agir*. Seguindo esta metodologia, iniciou as Semanas Catequéticas Paroquiais, que foram realizadas em 1965, 1966 e 1967.

A programação das Semanas Catequéticas mobilizou os párocos, as professoras de religião, os pais e os catequistas. Os resultados das novas experiências litúrgicas desenvolvidas em Crateús, indicaram que as comunidades passaram também a se sentir Igreja. Estas novas experiências na liturgia, por exemplo, eram viabilizadas a partir da concepção de que, nas comunidades em que se encontrava uma prática de participação comunitária mais madura, elegeu-se um animador litúrgico leigo como ministro ordinário dos batismos das crianças e estes eram registrados oficialmente no Livro de Registro de Batizados da Paróquia. Os animadores

³⁴⁸ FRAGOSO Dom Antônio Batista (org.). *A Igreja de Crateús: uma experiência popular e libertadora (1964 – 1998)*. São Paulo: Loyola, 2005. pp. 49 – 54.

considerados “cristãos sinceros” faziam, também, orações de encomendação de defuntos, sem a necessidade da tradicional presença do padre.³⁴⁹

No final de 1968, Dom Fragofo foi acusado através da imprensa de Fortaleza de manter ligações com a ALN de Carlos Marighella e que a Secretaria de Segurança do Ceará havia solicitado mandado de prisão contra o bispo de Crateús.³⁵⁰ O pedido de prisão de Dom Fragofo foi baseado, segundo a reportagem do jornal *Correio do Ceará*, na apreensão de uma carta escrita por Dom Fragofo para o comunista Raimundo Gonçalves Figueiredo, que estava em poder deste último quando foi preso no Rio de Janeiro. No dia seguinte, Dom Fragofo foi procurado pelo mesmo jornal, no Seminário de Olinda e Recife, onde participava de um Curso de Atualização dos Bispos do Nordeste,³⁵¹ e confirmou que:

A Carta é minha – confirmou Dom Fragofo referindo-se ao documento considerado subversivo pelo DOPS carioca. Acrescentou que (se) o trabalho de conscientização que realiza, que é da linha da UNESCO, que é da linha de Medellín e que é da linha do Papa, foi considerado subversivo, foi considerado um trabalho perigoso, então nós partimos de uma concepção diferente. A minha concepção é de que este meu trabalho é minha missão essencial. É para isso que sou bispo. Eu me trairia a mim mesmo se não fizesse isso. É como um suicídio moral se eu não fizesse esse trabalho. E a concepção de outras pessoas do Brasil que acham que esse trabalho é subversivo porque talvez traria uma ameaça para a ordem estabelecida. É essa divergência de concepção que nos separa.³⁵²

Dois dias depois da publicação das confirmações de Dom Fragofo em relação à sua pastoral, Dom Helder Camara fez em Recife, a ameaça de que, “se o bispo de Crateús for preso,

³⁴⁹ Ibid. p. 55.

³⁵⁰ *Documento que Comprometeu Dom Antonio Fragofo*. Fortaleza. Jornal **Correio do Ceará**, 22 de novembro de 1968.

³⁵¹ *Dom Fragofo Reconhece: “Sou o autor da Carta”*. Fortaleza. Jornal **Correio do Ceará**, 23 de novembro de 1968. Há indícios de que a correspondência de Dom Fragofo permaneceu censurada por vários anos, como se depreende do Pedido de Busca nº 309 da 10ª Região Militar de Fortaleza, de 23 de novembro de 1973. Dom Fragofo, antes de embarcar no aeroporto de Guararapes, em Recife, com destino à Europa, teve uma carta apreendida, que lhe fora remetida, segundo o documento, por um “Eduardo de tal”, religioso e formado em uma diocese da Bélgica. No relatório militar, é suposto que o autor da carta mantinha correspondência com o padre Comblin, que estava residindo no Chile. Documentos do DOPS- Arquivo Público do Estado do Ceará.

³⁵² Ibid.

todos os 40 bispos que participam do curso de Atualização da Igreja, irão com ele para o cárcere”.³⁵³ A reação do clero contra a prisão anunciada foi confirmada também por Dom Delgado.

A Delegacia de Ordem Política e Social do Ceará registrou que durante o ano de 1968 estiveram no município de Tamboril os padres Marcelo Marcier, Pierre Tanguay e Pedro Terrier Rubio, levados por Dom Fragoso para atuarem na área rural e dar aulas no ginásio municipal daquela cidade.³⁵⁴ No município de Parambu, as denúncias do DOPS eram dirigidas a um grupo de freiras que, por não existir vigário na cidade, haviam assumido as funções do mesmo, celebrando missas, casamentos e batizados e que inclusive haviam se transferido para o município com orientação de Dom Fragoso, que as visitava sistematicamente. As freiras lecionavam no Ginásio João XXIII de Parambu e, conforme os citados relatórios realizavam conferências nas zonas rurais, nas residências dos camponeses, nas quais os temas abordados ligavam-se às questões de agricultura comunitária e distribuição igualitária da renda da terra. Os agentes de polícia, responsáveis pela autoria do relatório, queixavam-se de que desde a chegada das freiras no município que não se comemorava a Semana da Pátria. Por outro lado referiam-se às estreitas ligações das freiras com os sindicalistas rurais do município, a ponto do presidente do Sindicato Rural, residente em uma fazenda, manter um aparelho que era utilizado por Dom Fragoso para suas reuniões com as religiosas e com pessoas estranhas à localidade. As freiras, conforme afirmações dos agentes policiais, nos seus diálogos com moças de Parambu, recomendavam que elas fizessem visitas às prostitutas locais e que as reconhecessem como pessoas humanas merecedoras de respeito e compreensão.

Dom Fragoso incomodava a ditadura com sua linha pastoral voltada para a educação sindical dos camponeses. De tal modo que em 1969 a diocese foi proibida de acesso à Rádio Educadora. Durante 11 anos, Dom Fragoso não teve o direito de utilizar os microfones da Rádio cassado, numa diocese totalmente católica, na qual este seria o meio mais amplo de comunicação do bispo com as localidades mais isoladas. A diocese de Crateús compreendia um território de 22 000 Km² com 350 000 habitantes na década de 1960. Destes, 88% vivia no meio rural. Para Dom Fragoso, estes dados significaram que deveria se pautar:

³⁵³ Fortaleza. Jornal **Correio do Ceará**, 25 de novembro de 1968.

³⁵⁴ Ofício da Delegacia de ordem Política e Social de 09 de maio de 1973. Documentos do DOPS – Arquivo Público do Estado do Ceará.

No campo da ação social, ao lado da Cáritas e da educação de base, nós demos uma importância muito grande à educação sindical. Sabíamos que o sindicalismo deve ter total autonomia. Os interessados, que são os diversos membros das categorias profissionais, devem ser independentes na busca de sua organização e na reivindicação de seus direitos de classe. Os sindicatos rurais, nos bons tempos de 1964 e 1965, eram olhados com muita desconfiança. Na realidade da diocese havia preconceitos das classes médias contra o trabalho sindical. Vínhamos de um golpe militar, chamado revolução, que criara dificuldades bastante sérias para o sindicalismo. Era natural que oferecêssemos um espaço de suplência, para que os camponeses descobrissem as leis sindicais, a estrutura e a organização do sindicato.³⁵⁵

Outros membros do clero cearense foram perseguidos pelos órgãos da ditadura no Ceará. Este foi o caso do frei Geraldo Bonfim, vigário da paróquia de Mundaú que foi submetido a julgamento pela Auditoria Militar da 10ª Região de Fortaleza, acusado de proferir um sermão incitando o povo contra as Forças Armadas.³⁵⁶ O julgamento foi acompanhado por dezenas de padres e freiras, além do representante do arcebispado, Monsenhor Hélio Campos. O padre Bonfim foi condenado a um ano de prisão que deveria ser cumprido no Hospital Geral do Exército. O jornal afirmava que tinha fontes seguras de informação que garantiriam a ligação do padre Bonfim com as esquerdas no Ceará. Como prova, foram anexadas aos autos do processo, fotografias do sacerdote no aeroporto para encontro com estudante de tendência esquerdista. Após receber um telefonema marcando o encontro, o padre Bonfim deveria aguardar no Aeroporto Pinto Martins, com um livro debaixo dos braços em cruz, esta a senha que o identificaria para o estudante. O estudante faltou ao encontro e os agentes do serviço de informação haviam feito diversas fotografias do padre na posição combinada.

A arquidiocese de Fortaleza enviou vários emissários ao interior do estado do Ceará para saber a opinião de todos os padres da província eclesiástica do Ceará sobre a condenação do padre Bonfim. Só depois do conhecimento das opiniões é que o Conselho Presbiterial se reuniria para

³⁵⁵ FRAGOSO, Dom Antonio Batista Fragoso. *O rosto de uma Igreja*. São Paulo: Loyola, 1982. p 27.

³⁵⁶ *Frade tinha ligação coma esquerda*. Fortaleza. Jornal **Correio do Ceará**, 15 de maio de 1969.

emitir um pronunciamento a respeito. Durante este intervalo, a Arquidiocese de Fortaleza suspendeu a celebração de missas em todas as Igrejas sob sua jurisdição eclesiástica,³⁵⁷ em protesto à condenação do padre Bonfim. A decisão dos padres de não celebrarem foi considerada como ameaçadora de uma possível cisão na Igreja cearense, uma vez que a ala conservadora do clero não concordava com a greve de missas. No entanto, dos 70 padres da capital, apenas 20 não concordavam com o protesto.

Paralelamente às perseguições ao clero mais progressista e opositor ao regime de exceção, foi lançada em Fortaleza campanha contra a “infiltração subversiva no seio do clero”, desencadeada em Fortaleza pela Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade.³⁵⁸ A campanha foi realizada no centro da capital cearense e as bancas de assinaturas de adesões foram montadas nas ruas Senador Pompeu, Barão do Rio Branco e Guilherme Rocha. Nestas, foram afixados cartazes de apelo ao Papa Paulo VI solicitando medidas que evitassem a “comunização do clero”. Um dos cartazes dizia: “veneramos o clero, mas não toleramos padres subversivos”. Nos panfletos que foram distribuídos à população de Fortaleza, constava um pedido de Plínio Corrêa de Oliveira, fundador da TFP, a Dom Helder para que adotasse medidas contra o padre Joseph Comblin. Após nove dias de campanha, foram colhidas em Fortaleza 10.141 assinaturas, configurando a capital do Ceará, como a quinta em número de adesões ao movimento contra o “esquerdismo subversivo em meios cristãos”, depois de São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Curitiba.

Dom Delgado já havia travado na imprensa cearense algumas discussões com Plínio Corrêa de Oliveira, desde 1967.³⁵⁹ Neste ano, escreveu um artigo dizendo que o fundador da TFP só se ocupava de polêmica, desde que escreveu um livro em “Defesa da Ação Católica”, sendo que:

Desde aquele tempo que o ilustre paulista só sabe atacar, só sabe destruir. Quer ser bom, mas não passa de um cangaceiro das letras católicas. Que ele se fique pelo Sul onde o bem-estar, felizmente, não o faz notado. No meio das alegrias da vida abundante de lá, é

³⁵⁷ *Católico recorre contra o fechamento das Igrejas no sábado e domingo*. Fortaleza. Jornal **Correio do Ceará**, 19 de maio de 1969.

³⁵⁸ *A TFP ao povo do Ceará*. Fortaleza. Jornal **Unitário**, 28 de julho de 1968.

³⁵⁹ DELGADO, Dom José. *Conversas Avulsas*. Fortaleza. Jornal **O Nordeste**, 5 de Março de 1967.

até vantajoso um polemista incorrigível como o nosso beatíssimo Dr. Plínio Corrêa de Oliveira. Imagine que durante o Concílio, alguém se empenhou para levar aquele paulista ilustre às aulas conciliares. Ainda bem que não chegou a ir. Teria feito asa com um polemista da sua corrente integrista, um padre francês que vivia ao lado de um dos seus protetores – padre conciliar – tendo caído no ridículo de denunciar os Bispos de uma certa nação latino-americana aos dirigentes das aulas conciliares, provocando um triste incidente. Tudo passou, mas o aborrecimento foi grande. Estou referindo-me a isto, muito de passagem, pelo fato do Dr. Plínio saber pouca coisa de integrismo, máxime em se tratando da presença dos bispos integristas no Vaticano II.³⁶⁰

A TFP, no documento sobre a campanha contra a subversão no clero, publicado no jornal *Unitário*, também fazia acusações de que alguns membros do clero cearense atacavam a sua campanha alegando que a Comissão Central da Conferência dos Bispos do Brasil havia divulgado uma nota criticando as ações daquela instituição. A TFP afirmava agir dentro da legalidade e de acordo com a Constituição em vigor no país. No entanto não aceitava, segundo seus signatários, as críticas que lhe eram dirigidas através de intimidações diretas, feitas aos seus militantes nas ruas de Fortaleza, ou através da imprensa, rádio e televisão do Ceará. A mensagem da TFP terminou por afirmar que quem era contra o clero, o episcopado e a Igreja era o padre Comblin, haja vista que ele afirmara que se a Igreja tivesse investido na formação de líderes políticos autênticos o que gastou para a campanha vocacional e os seminários, teria manifestado interesse pelo desenvolvimento e contribuído para o exercício do poder.

A justificativa para as reações do clero e dos cristãos mais tradicionais estava no temor do crescimento de influências do marxismo sobre o pensamento católico. O professor Denizard Macedo, ao prefaciá-lo uma reprodução do trabalho de um padre polonês e professor da Universidade de Valparaíso, no Chile, sintetizava em certa medida os posicionamentos daqueles setores mais conservadores do catolicismo no Ceará,³⁶¹ afirmando que:

³⁶⁰ Ibid.

³⁶¹ MACEDO, Denizard. *Razão de Ser*. Prefácio escrito para a reprodução do livro “A GRADUAL MARXISTIZAÇÃO DA TEOLOGIA”, do padre. Miguel Poradowski. Fortaleza: Ed. A FORTALEZA, 1975.

Agora o chamado progressismo retoma as trilhas dos erros passados, sobretudo do modernismo e, o que é mais grave e mil vezes pior do que no passado, tenta estabelecer pontes, lançar o diálogo entre o Cristianismo, a Igreja Católica e os seus mais encarniçados opositores, fundamentalmente contrários, porque os princípios cristãos são exatamente a negativa dos seus. Trata-se, nada menos e nada mais, que conciliar o catolicismo e o Comunismo, a Igreja de Deus e a revolução de Marx, como se fosse possível juntar o frio e o quente, a luz e a treva, a água e o fogo, cousas possíveis apenas na mentalidade intoxicada pela dialética mentirosa do marxismo.³⁶²

O progressismo de que se queixava o Prof. Denizard Macêdo tinha origens em 1968, quando entre 25 de agosto e 6 de setembro daquele ano, realizou-se em Medellín, na Colômbia, a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. O episcopado brasileiro teve nesta conferência uma participação marcante, sendo Dom Avelar Brandão Vilela, então arcebispo de Teresina (PI), presidente do CELAM. O encontro dos prelados em Medellín intensificou o desenvolvimento de uma Igreja latino-americana e de solidariedade continental. A partir da tomada de consciência da existência de problemas sociais semelhantes, estabeleceu-se a construção de uma pastoral calcada na realidade do continente.

Medellín, por um lado, desenvolveu a concepção do Concílio sobre a Igreja situada no mundo. Por outro, ultrapassou uma simples aplicação do Vaticano II, buscando interpretar o Concílio à luz da realidade da América Latina, apontando nas suas conclusões que:

Não basta refletir, obter maior clareza e falar. É preciso agir. Esta não deixou de ser a hora da *palavra*, mas tornou-se, com dramática urgência, a hora da *ação*. É o momento de inventar com imaginação criadora a ação a ser realizada e, sobretudo, levá-la a término com a audácia do espírito e o equilíbrio de Deus. (...) A América Latina está evidentemente sob o signo da transformação e desenvolvimento. Transformação que, além de produzir-se com rapidez extraordinária, atinge e afeta todos os níveis do homem, desde o econômico até o religioso. Isto indica que estamos no umbral de uma nova época da história de nosso continente. É época plena de um desejo de emancipação total, de

³⁶² Ibid. P. 4.

libertação de qualquer servidão, de maturidade pessoal e integração coletiva. Notamos aqui os prenúncios do parto doloroso de uma nova civilização.³⁶³

O desejo de emancipação identificado nas conclusões da Conferência de Medellín foi traduzido em um compromisso com os pobres da América Latina. O item 14 das *Conclusões* trata da “Pobreza da Igreja” diante da realidade latino-americana. O episcopado do continente partia da constatação de que não poderia permanecer indiferente diante das injustiças sociais, que mantinham os povos latino-americanos em regime de servidão e miséria.

Por outro lado, o documento de Medellín não escamoteou as denúncias freqüentes que se faziam em relação a uma hierarquia e a um clero que ostentava riquezas ou era aliado das classes privilegiadas, afirmando que vários fatores eram responsáveis para a criação de um imaginário popular, que considerava a hierarquia da Igreja abastada. Entre os principais motivos que contribuía para aquela crença, destacava:

Os grandes edifícios, as casas paroquiais e de religiosos quando são de qualidade superior às do bairro em que vivem, os veículos, às vezes luxuosos, e a maneira de vestir herdada de outras épocas são alguns desses fatores. O sistema de espórtulas e pensões escolares para prover o sustento do clero e a manutenção das obras educacionais tornaram-se mal vistas e formaram uma opinião exagerada sobre o montante das somas recebidas. Acrescentamos a isso o exagerado segredo que se manteve sobre o movimento econômico dos colégios, paróquias e dioceses: ambiente de mistério que agiganta as sombras e ajuda a desenvolver fantasias. Há também casos isolados de condenável enriquecimento que foram generalizados. Tudo isso provocou a convicção de que a Igreja na América Latina é rica.³⁶⁴

O episcopado da América Latina, por ocasião do encontro de Medellín, tomando como exemplo a vida de Jesus Cristo e acrescentando a situação de milhões de pobres do continente,

³⁶³ CELAM (CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO). *A Igreja na Atual Transformação da América latina à Luz do Concílio*. - “Conclusões de Medellín”, 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1980. pp. 41 - 42.

³⁶⁴ *A Igreja na Atual Transformação da América Latina à Luz do Concílio*. - “Conclusões de Medellín”. pp 145 - 146.

estabelecia para a Igreja do cone sul um desafio e uma missão inadiáveis, dos quais não poderia fugir, porém, dar respostas urgentes.

A questão-chave para a Igreja da América Latina, a partir de Medellín, passou a ser a “justiça social”. Serbin³⁶⁵ considera que as tensões entre Igreja e Exército no Brasil, recrudesceram no período da ditadura Médici, em torno das temáticas que envolviam a justiça social e a subversão. Para a Igreja, tratava-se de saber onde terminava a primeira e começava a segunda. Conforme o estudo de Serbin:

Justiça social significava a tentativa de a Igreja estabelecer uma sociedade mais igualitária na qual os direitos humanos e democráticos fossem respeitados. Para alguns católicos, justiça social significava aderir aos comedidos apelos dos papas, enquanto para outros implicava muito mais, inclusive a implantação do socialismo. Sem dúvida, algo da justiça social era de fato “subversão”, no sentido de que ela ameaçava perturbar ou transformar o status quo. Subversão tinha uma definição ainda mais difusa do que justiça social. Podia se referir especificamente a ações revolucionárias ou políticas proibidas pelo regime, como, por exemplo, seqüestros, assaltos a bancos e a criação de movimentos oposicionistas armados. Mas, durante os anos Médici, ela se tornou uma expressão polivalente para os militares, servindo para tudo que cheirasse a esquerdismo, que ameaçasse o status quo político ou que implicasse crítica ao regime, como por exemplo, organizações de camponeses, movimentos estudantis e canções de protesto. A subversão podia ser um crime ou alguma alegação atribuída como se fosse a violação de um código e de um sistema moral, religioso e político maiores – a ordem social, tal como o regime a definia. De acordo com uma escritora (Martha Huggins), a subversão era a inimiga do regime, mas também a justificativa para a sua existência.³⁶⁶

Para Löwy,³⁶⁷ a Igreja do Brasil configurou-se como a mais avançada do continente latino-americano, entre os anos de 1975 e 1995, transformando-se em *locus* privilegiado de

³⁶⁵ SERBIN, Kenneth. P. Op. cit. p. 239 - 270.

³⁶⁶ Ibid.

³⁶⁷ LÖWY, Michael. Op. cit. p. 148.

predominância da teologia da libertação. Quais os fatores que explicariam essa singularidade da Igreja brasileira? Não é possível dar respostas definitivas a essa indagação. Para este autor, trata-se, na realidade, da convergência de vários fatores que incidiram nas características peculiares do catolicismo brasileiro.

Em primeiro lugar, considera um fator de natureza secular, que teria resultado em uma dinamização à esquerda do clero brasileiro na década de 1960: a “insuficiência” do clero, muito pequeno para as dimensões de um país como o Brasil, cuja população crescia rapidamente. Em segundo, a forte ligação da cultura católica brasileira com o catolicismo de origem francesa, disponibilizando as ordens religiosas brasileiras ao acolhimento de idéias radicais. Em terceiro, considera a ditadura militar instaurada com o golpe de 1964, que na sua ânsia de enquadramento e de fechamento de todos os canais institucionais que poderiam encaminhar estratégias e práticas políticas de oposição ao regime, contribuiu para que a Igreja se transformasse no último reduto dessa oposição. Acrescenta, ainda na sua análise, as características singulares de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Ou seja, diferentemente de outros países latino-americanos, a velocidade desse desenvolvimento, a partir da década de 1950, no Brasil, implicou numa intensificação vertiginosa da urbanização e da industrialização, provocando o agravamento das contradições sociais no campo, com a conseqüente concentração maciça de moradores pobres nas periferias urbanas.

É explícita a política atual do Vaticano que, desde 1995, tem o objetivo sistemático de desarticular a Igreja brasileira alicerçada nas Comunidades de Base, cujas origens estão no catolicismo radical das décadas de 60 e 70. Uma das estratégias mais comuns, nesse sentido, é a nomeação de bispos conservadores para as dioceses do Brasil, com o propósito de dismantelar as estruturas pastorais construídas naquelas décadas.

Seria cair num anacronismo tosco, acreditar que a Igreja Brasileira irá desempenhar o mesmo papel social e político que marcou sua trajetória nas décadas de 60, 70 e 80 do século passado. Entretanto, é preciso dizer que as vozes silenciadas e dissonantes desse passado recente, de certa maneira, ainda se fazem ouvir, na defesa do Grito dos Excluídos, na Pastoral Indígena (Conselho Indigenista Missionário), na Pastoral da Terra, nas CEBs e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando João XXIII anunciou a convocação do Concílio Vaticano II, a Cúria romana organizou a sabotagem da preparação do Concílio. Não foi possível impedir a realização do Concílio, no entanto articulou estratégias de oposição durante o período de sua ocorrência. O temor da Cúria era de que o Vaticano II resultasse em maior autonomia dos bispos, o que não deixava de ser uma esperança de muitos dos bispos que participaram de suas sessões. As tensões permanentes entre a Cúria romana e os bispos são perceptíveis em diversos documentos produzidos durante e após o encerramento do Concílio, em 1965.

Dois anos depois da conclusão do Vaticano II, explodiram as revoltas estudantis, apontando sinais de uma revolução cultural. As multinacionais, por meio de uma globalização imperial de uma nova economia, se tornariam, em menos de 40 anos, as proprietárias do mundo, realizando a desconstrução de todas as culturas tradicionais, para engendrar uma nova cultura de massas. Esse processo não foi, nem podia ser imaginado pelos padres conciliares. Tratava-se, para estes, de operar uma adaptação da Igreja a um tipo de sociedade em via de extinção.

A participação mais significativa e de conseqüências mais profundas para o catolicismo, durante o Concílio, foi a dos bispos latino-americanos e, em particular, do episcopado brasileiro. A hierarquia da Igreja brasileira participou do Vaticano II na condição de uma das primeiras igrejas portadoras de uma experiência de colegialidade, uma vez que a CNBB foi constituída em 1952, e o peso da conferência residia no seu secretariado. Dom José de Medeiros Delgado, cujo episcopado no Ceará constituiu objeto da presente dissertação, foi daqueles membros da hierarquia que deixou registrado nos diversos escritos que produziu, enquanto arcebispo de Fortaleza, os horizontes de expectativas para os quais a Igreja poderia se abrir a partir dos debates e textos conciliares. Não na dimensão das transformações radicais que eram defendidas pela Esquerda Católica Brasileira. Porém, na direção de um catolicismo aberto ao mundo moderno, menos verticalizado.

Dom Delgado destacava, calcado no Vaticano II, a Igreja como *Povo de Deus*, escolhendo-o como tema prioritário para expressar a realidade da Igreja. A eclesiologia tradicional concebia a Igreja através de sua estrutura hierárquica. Pensar a Igreja era pensar os seus poderes. Os leigos eram, dentro dessa ordem, simplesmente agentes passivos. A defesa intransigente que Dom Delgado fazia da participação do laicato nas estruturas pastorais da Igreja, indicava a sua maneira de se “colocar em dia” ou em *aggiornamento*, palavra-chave no espectro teológico-pastoral do Vaticano II.

Por outro lado, percebe-se que, para o então arcebispo de Fortaleza, a dimensão da *colegialidade episcopal* constituía outro elemento fundamental, para que as conferências episcopais adquirissem uma maior legitimidade nas suas relações com a Cúria romana, e não se transformassem em meros órgãos transmissores de planos elaborados em Roma, com base em premissas de política pontifícia que se voltassem apenas para o prestígio do Papa na sociedade.

Não encontramos, a partir das fontes consultadas, um bispo da Esquerda Católica brasileira da década de 1960. Teria sido Dom Delgado um tradicionalista? No entanto, o que dizer de seus posicionamentos em favor de Dom Helder Pessoa Camara e de Dom Antonio Batista Fragoso, se todos eles compartilhavam a mesma rejeição ao “comunismo ateu”? Como definir suas práticas pastorais de crença numa teologia do desenvolvimento? Por que teria optado por trabalhar pacientemente no interior da Igreja para não se distanciar dos leigos? Por que valorizar os trabalhos de base e sugerir sistematicamente que os padres cearenses deixassem as sacristias e fossem vivenciar a realidade da periferia de Fortaleza?

Muitas perguntas que precisam ser respondidas e que, diante das lacunas do presente trabalho, foram apenas mapeadas e sugeridas. Quis marcar Dom Delgado como um homem da Igreja que disse muito do seu presente e de suas possibilidades.

FONTES

Fontes não publicadas

Boletim do Secretariado Regional Nordeste I da CNBB – *Dom Helder Câmara: acusações e defesas*. Datilografado, s/d. 16 p. Sala de História Eclesiástica da Arquidiocese de Fortaleza (SHEAF).

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – X Assembléia Geral – São Paulo, 21 a 30 de julho de 1969 – Cópia do esclarecimento de Dom Antonio Fragoso sobre ajuda estrangeira à Igreja do Brasil. Datilografado, 29 de julho de 1969. SHEAF.

Teologia y problemas Del tercer mundo. Conclusões do Encontro Ecumênico de Teólogos do Terceiro Mundo realizado na Tanzânia (África), de 5 a 12 de agosto de 1976. SHEAF.

CNBB – *Obstáculos à Vivência Comunitária da Igreja*. Pesquisas do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS). Rio de Janeiro, Datilografado, janeiro de 1973. SHEAF.

CNBB – Comunicado do Fr. Lucas Moreira Neves, O. P., Secretário Nacional do Apostolado dos Leigos, de 15 de janeiro de 1971. Datilografado. SHEAF.

CNBB – VIII Assembléia Geral, Aparecida (SP), de 6 a 9 de maio de 1967 – Ofício dirigido por Sebastião Baggio, Nuncio Apostólico, ao Presidente da CNBB, Dom Agnelo Rossi sobre O Problema dos Seminários. Datilografado no Rio de Janeiro em 17 de fevereiro de 1967. SHEAF.

CELAM – Cópia da Tercera Reunión de Cordinación, realizada em Bogotá, entre 19 e 24 de novembro de 1973. “Evangelizacion y Laicos”. Datilografada. SHEAF.

CNBB – Cópia do Relatório Síntese das Atividades Nacionais e Regionais, de 1º de janeiro de 1966 a 5 de maio de 1967, expostas na VIII Assembléia Geral, em Aparecida (SP). Datilografada. SHEAF.

CNBB – Cópia do Relatório das Atividades do Secretário Geral da CNBB, Dom Aloísio Lorscheider, de julho de 1968 a julho de 1969. Datilografado, no Rio de Janeiro, em 14 de julho de 1969. 16 p. SHEAF.

CNBB – XII Assembléia Geral, Belo Horizonte, de 9 a 18 de fevereiro de 1971 – Cópia do Relatório do Secretariado de Catequese – Atividades de 1961 a 1971. Datilografado pelo Bispo de Valença, Joé Costa Campos. SHEAF.

CNBB – XII Assembléia Geral, Belo Horizonte, de 9 a 18 de fevereiro de 1971 – Cópia do Parecer nº 94/71 – Conselho Federal de Educação sobre Currículos e Programas de Educação Moral e Cívica. Datilografado no Rio de Janeiro em 4 de fevereiro de 1971. SHEAF.

CNBB – “Notícia sobre o bárbaro trucidamento do Padre Antonio Henrique Pereira da Silva Neto, no Recife, a 27 de maio de 1969.” Secretariado Arquidiocesano de Olinda e Recife. Datilografado, Recife, 28 de junho de 1969. SHEAF.

ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE – Comunicado de Dom Helder Câmara ao Episcopado sobre as perseguições ao Pe. José Comblin, Coordenador dos Estudos Teológicos do Instituto de Teologia de Recife. Datilografado em Recife, em 28 de março de 1972. SHEAF.

Relatório do Bispo de Volta Redonda (RJ), Dom Waldir Calheiros de Novais, de 22 de janeiro de 1971, sobre a prisão e torturas sofridas pelo Pe. Natanael de Moraes Campos e de jocistas que com ele foram presos. Datilografado, Volta Redonda. SHEAF.

CNBB – X Assembléia Geral, São Paulo, de 20 a 30 de julho de 1969. Atividades do Secretário do Apostolado dos Leigos, de julho de 1968 a julho de 1969. Datilografado e assinado pelo Pe. Celso Pinto da Silva. SHEAF.

REGIONAL NORDESTE I – Sub-Regional do Piauí – ENCONTRO DE PASTORAL DA JUVENTUDE – Teresina, 31 de outubro a 02 de novembro de 1970. Roteiro e Depoimentos. Datilografado. SHEAF.

Boletim do Secretariado Regional Nordeste I da CNBB, de maio de 1971, “Ao Redor do Sínodo”. Datilografado. 12. p. SHEAF.

PROBLEMAS DO CLERO NA REGIÃO DO NORDESTE I – Relatório do Pe. Daniel Jouffe, de abril de 1969. Fortaleza. Datilografado. SHEAF.

Movimento de Educação de Base – MEB – Fortaleza. Cópia do Programa Radiofônico “A Escola em sua Casa”. Emissora: Rádio Assunção Cearense. Assunto: “Notícias da Imprensa sobre a viagem de Nixon”. Datilografado em 28 de fevereiro de 1972. SHEAF.

Escritos de Dom José de Medeiros Delgado

- *Deus e a Igreja em Você*. São Paulo: Edições Loyola, 1979. 109 p.
- *O Homem e a Comunidade*. Rio de Janeiro: Livraria AGIR Editora, 1956. 211 p.
- *Igreja, Liberdade e Mundo Moderno*. Fortaleza: Documentário Pastoral, janeiro de 1970. Datilografado. 179 p.
- *Pedaços de Mim Mesmo*. Fortaleza: Impresso nas Oficinas do Jornal “A Fortaleza”, 1973. 117 p.

- *O Amor Fraterno: terceira Carta Pastoral*. Salvador (BA): Tipografia Beneditina, 1949. 115 p.
- *Evangelho Fé e Concílio*. Fortaleza, datilografado, 1968. 95 p.
- *Somos Irmãos*. São Paulo: Edições Loyola, 1982. 139 p.
- *Pastoral – Missão de Amor*. Fortaleza, datilografado, 1971. 90 p.
- *Juazeiro, Padre Cícero e Canindé*. Fortaleza: Documentário Pastoral, outubro de 1968.
- *Com o Povo de Deus em Marcha*. Fortaleza, datilografado, novembro de 1966. 35 p.

Jornais do Ceará

Correio do Ceará – 1964 – 1970.

O Povo – 1964 – 1970.

O Nordeste – 1964 – 1970.

Tribuna do Ceará – 1964 – 1970.

Unitário – 1964 – 1970.

Gazeta de Notícias – 1964 – 1970.

A Fortaleza – 1963 – 1966.

BIBLIOGRAFIA

A História Escrita: Teoria e História da Historiografia. Jurandir Malerba (org.). São Paulo: Contexto, 2006.

As Encíclicas Sociais de João XXIII. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

A Igreja na atual Transformação da América Latina à luz do Concílio: conclusões de Medellín. CELAM. Petrópolis (RJ): Vozes, 1977.

ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1979.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censurar, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento.* Bauru: EDUSC, 1999.

BARROS, José D` Assunção. *Cidade e História.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. *O campo da História: especialidades e abordagens.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BOA NOVA, Antonio Carlos. *Clero e Povo: o Catolicismo da América Latina nos anos 60.* São Paulo: CERU e FFLCH/USP, 1981.

BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959 – 1965.* São Paulo: Paulinas, 2005.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: O caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

BOFF, Leonardo. *Igreja: Carisma e Poder*. Petrópolis (RJ); Vozes, 1982.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____ *A Economia das Trocas Simbólicas*. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo Brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974

CASALECCHI, José Ênio. *O Brasil de 1945 ao Golpe Militar*. São Paulo: Contexto, 2002.

CRISTOPHE, Paul. *Pequeno Dicionário da História da Igreja*. São Paulo: Edições São Paulo, 1994.

DEBRAY, Régis. *Revolução na revolução*. São Paulo: Centro Ed. latino-americano. s. d.

DUSSEL, Enrique. *História da Igreja Latino-Americana (1930 a 1985)*. São Paulo: Ed. Paulus, 1989.

FLEURI, Reinaldo Matias (org). *Movimento Popular, Política e Religião*. São Paulo: Loyola, 1985.

FONSECA, Sérgio. *Educação e Atualidade brasileira: trajetória intelectual de paulo Freire entre as décadas de 1950 e 1960*. In: "Memória e Vida Social". História e Cultura Política. Universidade Estadual Paulista. Assis: São Paulo, 2001.

FRAGOSO, Dom Antonio Batista. *Igreja de Crateús: uma experiência popular e libertadora (1964 – 1998)*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. *O Rosto de uma Igreja*. São Paulo: Loyola, 1982.

FREIRE, Paulo. *Educação e Atualidade brasileira*. Recife. Universidade Federal de Recife, 1959.

FREITAS, Maria Carmelita de. *Uma opção renovadora: a Igreja do Brasil e o planejamento pastoral*. São Paulo: Loyola, 1997.

FUSER, Cláudia. *A Economia dos Bispos*. São Paulo: Editora Bial, 1987.

GADOTTI, Moacir. *Concepção Dialética da Educação*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1983.

GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GONDAR, Jô e BARRENECHEA, Miguel Angel (orgs.). *Memórias e espaços: trilhas do contemporâneo*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São paulo: Ática, 1987.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1989.

HOONAERT, Eduardo. *História da Igreja na América Latina e no Caribe(1945 – 1995)*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.

HOUTART, François. *Mercado e Religião*. Rio de Janeiro: Cortez, 2003.

IANNI, Otávio. *Revolução e Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LEAL, Ivanhoé Albuquerque. *História e Ação na Teoria da Narratividade de Paul Ricoeur*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, Ce: Secretaria da Cultura e Desporto, 2002.

LESBAUPIN, Ivo. *As Classes Populares e os Direitos Humanos*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1984.

LÖWY, Michael. *A Guerra dos Deuses: religião e política na América latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____ *O Marxismo na América latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil: 1916 – 1985*. São Paulo: brasiliense, 1989.

MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2003.

Movimento Popular, Política e Religião. Ronaldo Matias Fleuri (org.). São Paulo: Loyola, 1985.

MUÑOZ, Ronaldo. *Nova Consciência da Igreja na América Latina*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1979.

NOBRE, Geraldo da Silva. *Introdução á História do Jornalismo Cearense – edição fac – similar*. Fortaleza: NUDOC/ Secretaria da cultura do Estado do Ceará – Arquivo Público do Estado do Ceará, 2006.

OLIVEIRA, frei Carlos Josaphat Pinto de. *Evangelho e Revolução Social*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1962.

O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1962-2004). Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Mota (orgs.). Bauru: SP: EDUSC, 2004.

O Tempo da Experiência Democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Paulo Freire e o Nacionalismo-Desenvolvimentista*. Rio e Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

PAIVA, Antonio Cristian Saraiva. *Sujeito e Laço Social: a produção de subjetividade na arqueogenealogia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto do estado, 2000.

PRADO JR., Caio. *A Revolução brasileira*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1966.

REIS, José Carlos. *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, Pátria e Família: as mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

SOUZA, Itamar de. *A luta da Igreja contra os coronéis*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *O intelectual orgânico: a serviço do sistema ou das classes populares?* In: ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, nº 3, setembro de 1978. p. 27 – 42.

_____ *Classes Populares e Igreja nos Caminhos da História*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1982.

TAVARES, Virgínia. *A Revolta do Rebanho de Cristo: o progressismo católico e a imprensa no Brasil (1950-1975)*. Fortaleza: EUFC, 1997.

TERRIN, Aldo Natale. *Antropologia e horizontes do sagrado: culturas e religiões*. São Paulo: Paulus, 2004.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

VESENTINI, Carlos Alberto. *A Teia do fato: uma proposta de estudo sobre a Memória Histórica*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. São Paulo: Ed. PAZ E TERRA S. A., 2000.

Cartilhas Comunistas nos Cursos de Alfabetização em Nosso Estado

Da Faria para a representação, a mesma situação se repete em outros pontos do Estado, a exemplo de São Paulo, Pernambuco, Ceará e Paraíba, onde os comunistas se utilizam de todos os meios para atingir seus fins. Como em outros pontos do Brasil, os comunistas se utilizam de todos os meios para atingir seus fins.

CAMPANHAS COMIZANTES

Para atingir seus fins, os comunistas utilizam de todos os meios para atingir seus fins. Como em outros pontos do Brasil, os comunistas se utilizam de todos os meios para atingir seus fins.

INQUÉRITO

As autoridades responsáveis pelas seguradoras públicas, não se dão conta de que os comunistas estão utilizando de todos os meios para atingir seus fins.

SECRETÁRIO

O secretário de Educação, Dr. Virgílio de Azevedo, disse que o comunistas estão utilizando de todos os meios para atingir seus fins.

ALUNOS DE GUEVARA

Os alunos do curso de alfabetização, em Fortaleza, Ceará, afirmaram que os comunistas estão utilizando de todos os meios para atingir seus fins.

mael Pordeus, Hoje, na Casa Juvenil Galeno

O jornalista Mael Pordeus, hoje na Casa Juvenil Galeno, afirmou que os comunistas estão utilizando de todos os meios para atingir seus fins.

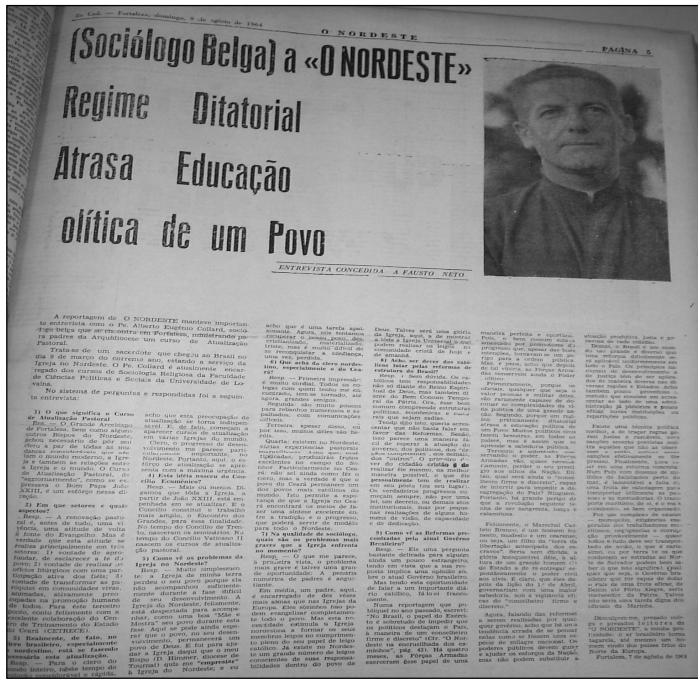
LEMBRANÇAS ESFUMADAS

Costa PORTO

RIO, (M.) — Estão em Cuba Prates e João, duas irmãs de Mael Pordeus, que se dizem cada qual por seu lado, líderes de uma revolução brasileira que se está concretizando.

DR

Jornal Unitário, de Fortaleza, de 16 de março de 1963, denunciando a aplicação de cartilhas comunistas nos cursos de alfabetização do Estado do Ceará.



Entrevista com o padre e sociólogo belga Alberto Eugênio Collard, que se encontrava em Fortaleza ministrando um curso de atualização Pastoral para o clero cearense a convite de Dom Delgado. Jornal O Nordeste, de Fortaleza, de 9 de agosto de 1964.

A reportagem de O NORDESTE mandou propor a entrevista com o P. Alberto Eugênio Collard, sociólogo belga que se encontra em Fortaleza, ministrando um curso de atualização Pastoral para o clero cearense. Trata-se de um sacerdote que chegou ao Brasil no dia 4 de março do corrente para ministrar o curso de atualização Pastoral para o clero cearense, sob a direção do P. João Collard e a coordenação técnica de Carlos Polidoro e da Universidade de Fortaleza.

No sistema de perguntas e respostas foi a seguinte entrevista:

1) De que natureza é o Curso de Atualização Pastoral?
 O curso de Atualização Pastoral, sob a direção do Sr. João Collard, tem como objetivo principal a atualização do clero cearense em matéria de doutrina, teologia, liturgia, pastoral e sociologia. Trata-se de um curso de atualização Pastoral para o clero cearense, sob a direção do P. João Collard e a coordenação técnica de Carlos Polidoro e da Universidade de Fortaleza.

2) Por que motivo e quando chegou ao Brasil?
 A razão da minha vinda ao Brasil é a realização do curso de atualização Pastoral para o clero cearense, sob a direção do P. João Collard e a coordenação técnica de Carlos Polidoro e da Universidade de Fortaleza.

3) Como se dá a organização do curso?
 O curso é organizado em módulos de doutrina, teologia, liturgia, pastoral e sociologia. Cada módulo é ministrado por um professor especializado na área.

4) Qual a importância do curso para o clero cearense?
 O curso é de grande importância para o clero cearense, pois visa à atualização do clero em matéria de doutrina, teologia, liturgia, pastoral e sociologia.

5) Como se dá a participação do clero cearense no curso?
 O curso é ministrado para o clero cearense, sob a direção do P. João Collard e a coordenação técnica de Carlos Polidoro e da Universidade de Fortaleza.

de que o curso tenha sido ministrado. Agora, em Fortaleza, o curso de atualização Pastoral para o clero cearense, sob a direção do P. João Collard e a coordenação técnica de Carlos Polidoro e da Universidade de Fortaleza.

6) Qual a importância do curso para o clero cearense?
 O curso é de grande importância para o clero cearense, pois visa à atualização do clero em matéria de doutrina, teologia, liturgia, pastoral e sociologia.

7) Como se dá a participação do clero cearense no curso?
 O curso é ministrado para o clero cearense, sob a direção do P. João Collard e a coordenação técnica de Carlos Polidoro e da Universidade de Fortaleza.

8) Qual a importância do curso para o clero cearense?
 O curso é de grande importância para o clero cearense, pois visa à atualização do clero em matéria de doutrina, teologia, liturgia, pastoral e sociologia.

9) Como se dá a participação do clero cearense no curso?
 O curso é ministrado para o clero cearense, sob a direção do P. João Collard e a coordenação técnica de Carlos Polidoro e da Universidade de Fortaleza.

de que o curso tenha sido ministrado. Agora, em Fortaleza, o curso de atualização Pastoral para o clero cearense, sob a direção do P. João Collard e a coordenação técnica de Carlos Polidoro e da Universidade de Fortaleza.

10) Qual a importância do curso para o clero cearense?
 O curso é de grande importância para o clero cearense, pois visa à atualização do clero em matéria de doutrina, teologia, liturgia, pastoral e sociologia.

11) Como se dá a participação do clero cearense no curso?
 O curso é ministrado para o clero cearense, sob a direção do P. João Collard e a coordenação técnica de Carlos Polidoro e da Universidade de Fortaleza.

12) Qual a importância do curso para o clero cearense?
 O curso é de grande importância para o clero cearense, pois visa à atualização do clero em matéria de doutrina, teologia, liturgia, pastoral e sociologia.

13) Como se dá a participação do clero cearense no curso?
 O curso é ministrado para o clero cearense, sob a direção do P. João Collard e a coordenação técnica de Carlos Polidoro e da Universidade de Fortaleza.



A Marcha da Liberdade

A cidade inteira, na figurada expressão do termo, compareceu à tarde de ontem à "Marcha com Deus pela Liberdade". E quando se falou na cidade inteira, é porque, na realidade, o movimento que ocorreu à Igreja Coração de Jesus poderia sem possibilidade de erro, ser apontado como a manifestação autêntica do povo cearense. Talvez na nomenclatura inventada pelo sr. João Belchior de Marques Goulart nenhum vocábulo tenha perdido mais o seu sentido essencial do que "maioria" no povo.

Povo, no dicionário do chamado "nacionalismo", não traduzia a tradição, a formação histórica, o comprometimento da nação. Mas os diretores de um processo revolucionário, inspirado em doutrinas alheias, radicalmente incompatíveis com a índole e as aspirações do homem brasileiro.

E o império da confusão estendeu os seus tentáculos por todos os departamentos da vida brasileira, a ponto de até mesmo sacerdotes católicos se deixarem embalar pela doutrinação extremada. Ai estão para depois, contra essa triste verdade, panfletos do tipo do "Brasil Urgente", onde a Verdade única e indivisível do Evangelho parecia perigar entre as verdades dos "alógicos" prefabricados.

Desgraçadamente, o cânone da colonização se irradiava na sua metástase letal, minando o organismo do país, já não havia fronteiras. A infiltração era total.

A esse processo, que contrariava o passado histórico, se procurava, paradoxalmente, classificar de determinativo de marcha da história contra o que não prevaleceram as forças da nação.

E ainda desta feita, havia, intencionalmente, a subversão dos termos de expressão. E que de forças da nação eram chamadas, pelas minorias autôceas, a maioria do povo brasileiro ou melhor falando, a própria alma da nacionalidade.

Dai porque a propaganda, embora intensa e deliberadamente conduzida, serviu-se de todos os meios, lícitos ou ilícitos, inclusive da solécia, mas sempre patrocinada ou financiada pelo Governo da República.

Dessa pregação encorajadora, cessa, vazio, de folhetos, periódico, e até mesmo de grandes jornais, com a presença do Presidente da República, nasceu, nos espetáculos inenunciáveis ou mais tímidos, a ideia falsa de que o povo brasileiro se alinhava com Fidel Castro, com Nikita Kruschov, com Mao-Tse-Tung.

Seria, esse, porventura, o povo brasileiro, na sua legítima e patriótica expressão?

Não, positivamente não.

O povo brasileiro é os que destituíram a tarde de ontem, pelas ruas de Fortaleza, levando a sua solidariedade às Forças Armadas e, sobretudo, rendendo, com humildade mas com esperança, graças a Deus pelo triunfo do Bem, da Justiça e da Liberdade, contra o mal.

E nem se diga que o movimento brotou depois da visita. Ele teria sido realizado na Guanabara, como o fora antes em São Paulo, e pelo Brasil inteiro, ainda no domínio dos vermelhos que se acastelharam nas posições de mando.

Porque a multidão que encheu ruas e praças da cidade, na tarde de ontem, é o povo, na sua única, fiel e legítima expressão.

(Fotos de Geraldo Oliveira — Mais Detalhes na 8a. P)

Jornal *Unitário* de 17 de abril de 1964.

Matéria sobre a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade Restaurada", convocada e realizada no dia 16 de abril de 1964, pelo Movimento da Mulher Cearense de Fortaleza. A Marcha foi comandada pela Sra. Luiza Távora. Saiu da Praça Coração de Jesus, passando pela Rua Sena Madureira e concentrou-se na Catedral Metropolitana. Depois seguiu para a 10ª Região Militar, onde foi prestada uma homenagem às Forças Armadas.



Dom José de Medeiros Delgado, por ocasião do lançamento de uma campanha para a venda de ações do jornal *O Nordeste*. Foto do mesmo jornal em 19 de julho de 1964.



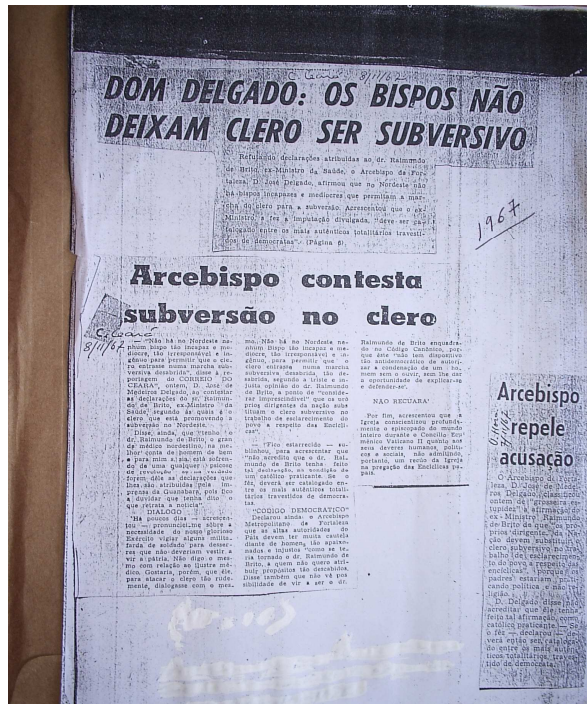
Dom Delgado (sentado) e Dom Helder Camara, no aeroporto dos Guararapes, em Recife, antes de seguirem para a segunda sessão do Vaticano II. Foto do Jornal *O Nordeste* de 13 de setembro de 1964.



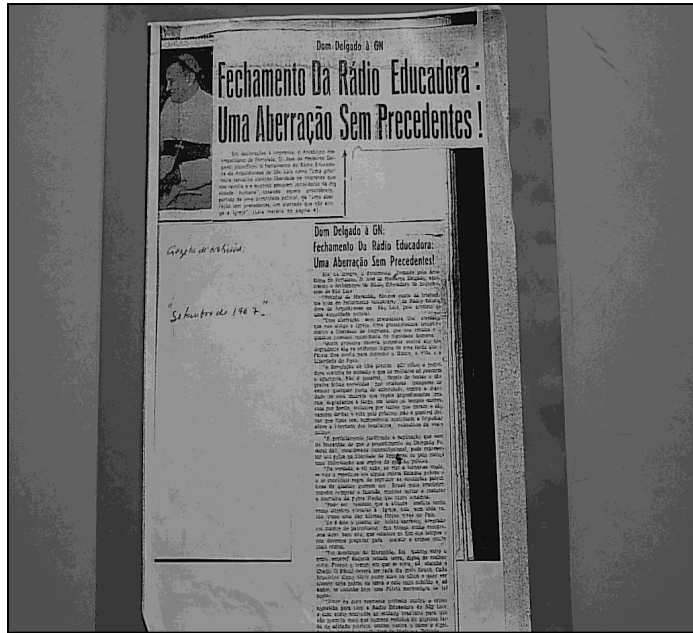
**Jornal Correio do Ceará , de Fortaleza, de 31 de março de 1964
(De pé na foto o jornalista Eduardo Campos)**



Declarações do Arcebispo de Fortaleza Dom José de Medeiros Delgado sobre a “Lei de Imprensa”, publicadas no jornal *O Nordeste* de 17 de Janeiro de 1967.



Matéria do jornal *Correio do Ceará* em 8 de novembro de 1967, na qual Dom Delgado rebate as acusações de que os membros do clero nordestino eram subversivos.



Protesto de Dom Delgado no Jornal cearense *Gazeta de Notícias* contra o fechamento da Rádio Educadora da Arquidiocese de São Luís do Maranhão, pela Polícia Federal, em setembro de 1967.



Solenidade de Instalação da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, em 09 de dezembro de 1966, na sua sede pioneira, localizada à Rua Deputado Moreira da Rocha, n 924. O Governador Plácido Aderaldo Castelo cumprimenta o historiador Raimundo Girão, primeiro Secretário de Cultura do Ceará. No segundo plano da foto, vê-se o Arcebispo de Fortaleza, Dom José de Medeiros Delgado e seu auxiliar padre Dourado, que procederam à benção das novas instalações da Secretaria.



Boletim escrito por Dom José de Medeiros Delgado sobre a questão agrária no Estado do Maranhão para servir de subsídio para a Semana Ruralista daquele Estado em 1958. Impresso pela Tipografia São José em 1958.

lados que são pela esperança que os nove dias do novo ano sejam cheios de prosperidade e tenacidade.

PRISÃO PARA CÉLULA CHINESA

CASAS POPULARES



Foi decretada a prisão preventiva de todos os implicados na célula comunista de orientação chinesa descoberta pela Polícia Federal, no Ceará. Como se sabe, trata-se de seis pessoas — o engenheiro Miguel Cunha Filho, o agricultor Antônio Barroso Braga e o carpinteiro José Ferreira Melo, enquanto os agentes de segurança mobilizavam todos os seus agentes para a captura do advogado Francis Gomes Vale e o Universitário Ozéas Duarte de Oliveira.

De conformidade com as informações chegadas ao novo embrenhamento, a célula tinha o objetivo principal de organizar, clandestinamente, um movimento de guerrilha no campo, cujas atividades seriam financiadas pelos açúcares e bananas e espermados, implantando-se na área urbana a chamada ação terrorista.

AO PROCURADOR

O Processo, instaurado pelo Delegado Landelino Coelho, já na área da Justiça Militar, foi deslocado para o Procurador da Justiça Militar, João Carlos Grippino Lala, a quem compete a apresentação no caso de denúncia acerca do processo. Um amplo material de depoimentos e apreensões na residência dos integrantes da célula, consta dos autos como elementos de prova.

INSTITUIÇÃO

O movimento foi estruturado em termos de organização de base, contando inclusive com a orientação direta de pessoas que integram grupos terroristas no sul do País. Um dos visitadores da seção era o elemento por nome Emanuel a que vem sendo procurado em todo o País.

MANIFESTAÇÃO CONTRA A GUERRA



LIBERADOS 106 MILHÕES PARA BÔLSAS DE ESTUDO

O governo do Estado e o Ministério da Educação deverão liberar, ainda este mês, recursos da ordem de 106 milhões de cruzeiros anuais correspondente à primeira parcela do convênio sobre a distribuição de bolsas de estudo através da Comissão Esta-

Notícia do jornal *Unitário* de 16 de Dezembro de 1969 sobre a decretação da prisão preventiva de comunistas no Ceará que formavam uma “célula chinesa”, investigada pela Polícia Federal. Confirmava a prisão do engenheiro Miguel Cunha Filho, do agricultor Antônio Barroso Braga e do carpinteiro José Ferreira Melo, enquanto os agentes da polícia política estavam em perseguição do advogado Francis Gomes Vale e do universitário Ozéas Duarte de Oliveira.

... quando ontem estavam sentados diante de um mapa da topografia
... timas experiências visando ao vôo de domingo próximo rumo à Lua. Os astronautas res
... parte da superfície lunar sobre a qual voarão a uma altitude de 9 milhas. (Radiofoto UPI

Frade condenado a um ano



Frel Geraldo Bonfim foi submetido hoje pela manhã à julgamento pela Auditoria Militar do Conselho Permanente de Sentença acusado de haver incitado o Povo contra as Forças Armadas em sermão que pronunciou na cidade de Mundaú. O julgamento atraiu à Auditoria dezenas de padres e freiras, além do representante do Arcebispo monsenhor Heitor Campos. O Frel Geraldo foi condenado a um ano de reclusão. A pena será cumprida no Hospital Geral do Exército. Nas fotos, Frel Bonfim e parte da assistência.

AOS LEITORES

O CORREIO circulará hoje e amanhã com apenas 12 páginas, em virtude de falta de papel, ocasionada pelo crescente aumento da tiragem do vespertino "associado". Também não acompanhará nesta edição de sábado o Suplemento Feminino. Na próxima semana, todavia, com a regularização do abastecimento de papel, o CORREIO voltará a todas as bancas em sua edição diária de 16 páginas, suplementos femininos e especiais, apostilas do Art. 99 pela Televisão.

Jornal Correio do Ceará de 15 de maio de 1969.

Matéria sobre o julgamento do Frei Geraldo Bonfim, pela Auditoria Militar, acusado de incitar o povo contra as Forças Armadas em sermão na cidade de Mundaú.

Cearense Entre os Quatro Sequestradores do Caravelle




1 - O Ministério de Aeronáutica divulga os nomes de dois dos quatro sequestradores do Caravelle da Cruzeiro, ocorrido há sete de outubro último.

2 - São eles o cearense Cláudio Augusto de Alencar Cunha e mais Elmar Soares de Oliveira, ficando os outros dois nomes em sigilo para não prejudicar os diligências.

3 - Também foi divulgada o "Diário de Viagem" de um passageiro, que ficou no avião, porque teme sofrer represálias de terroristas.

4 - No Justice Militar há foi pedido o confisco do apartamento pertencente a Elmar, para restabelecer parte dos prejuízos que causou com o sequestro do Caravelle.

5 - A Polícia Federal informou que o cearense foi o piloto que comandou o sequestro, submetendo a pilão sob o mira de sua pistola e dando ordens a seus colegas (Página 9).

O POVO

FUNDADO A 7 DE JANEIRO DE 1928 FORTALEZA CE

ANO XIII - Fortaleza, Ceará, Brasil 24-Idô, 10 de novembro de 1969 - N. 12.963 - 30 PÁGULAS - R\$5 0,40

Mamede Para o Superior Tribunal

O Senado aprova o nome do general Elmar Soares Mamede para ocupar o cargo de Superior Tribunal Militar. A indicação feita pelo presidente da Comissão de Legislação do Senado é de Elmar Soares Mamede, agora nomeado para o Provedor de Justiça.

VÁ AS COMPRAS...
CONHEÇA ANTES OS PREÇOS DE

NOMCU

Jornal O Povo de 10 de Novembro de 1969 com as fotos de dois dos sequestradores de um avião da Cruzeiro do Sul. Do lado direito o cearense Cláudio Augusto de Alencar.

Quinta-feira, 10/3/88 "O Povo" CIDADE

Falece o ex-arcebispo dom José Delgado

Com estado de saúde bastante agravado, faleceu às 13 horas de ontem o ex-Arcebispo de Fortaleza, dom José de Medeiros Delgado, no Hospital Procardio, no Recife. Aos 82 anos de idade, o religioso vinha apresentando problemas de origem cardíaca e respiratória. Com quadro clínico preocupante em função de um tumor na próstata e anemia crônica, esteve internado na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) até o final de fevereiro. Encontra-se alojado no quarto sete por ocasião de sua morte.

Informações do Hospital dão conta de que dom José havia deixado a UTI por apresentar melhoras no estado de saúde. Do início da semana até a tarde de ontem, porém, apresentou problemas e realizou transfusão de sangue na última terça-feira. Seu corpo será levado para Caicó, Rio Grande do Norte, onde vai ser sepultado hoje, após ter sido velado na Capela Matriz da Santa Fielidade, no bairro de Santo Amaro, no Recife.

CASOU SARNEY
Segundo seus amigos, era antigo de-

arcebispo



cebispo de São Luís, onde passou mais de onze anos. Nesse período, foi oficiante do casamento do atual Presidente da República, José Sarney, com dona Marly. Em 11 de janeiro de 1963, finalmente viria transferido para a Arquidiocese de Fortaleza, tendo passado a Arcebispo com a renúncia de dom Antônio de Almeida Lustosa, em 8 de setembro de 1963.

No dia 24 de fevereiro de 1973, dom José Delgado solicitou afastamento do

carpo após quase 10 anos, indo fixar residência em Pernambuco. Nascido a 28 de julho de 1905, na localidade de Limbaíba, município de Condado, na Paraíba, o religioso realizou seus primeiros estudos em Serra Negra, Rio Grande do Norte, concluindo Humanidades e Filosofia em 1918, no seminário da cidade de Paraíba (hoje João Pessoa), em 1929, foi ordenado sacerdote em solenidade presidida por dom Aurélio de Miranda Henriques.

Sepultamento será no RN

sejo de dom José Delgado ser enterrado em Caicó, para onde foi escolhido Bispo da Diocese, tendo sido sagrado por dom Moisés Coelho no dia 29 de junho de 1941. Viveu em Caicó, à frente da Diocese, por mais de 10 anos, deixando-a a 15 de janeiro de 1952, transferido para o Maranhão. No dia 3 de fevereiro de 1952, era sagrado Ar-

Jornal O POVO de 10 de março de 1988. Notícia do Falecimento de Dom José de Medeiros Delgado, em Recife, em 9 de Março de 1988, aos 88 anos de idade.